



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Lisandra Filipa da Torre Lopes

**EDUCAÇÃO SOCIAL NA PROBLEMÁTICA DO
TRÁFICO DE SERES HUMANOS: A
CAPACITAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA A
MELHORIA DO TRABALHO EM REDE**

**Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Educação Social,
Desenvolvimento e Dinâmicas Locais, orientado pela Professora
Doutora Maria do Rosário Pinheiro e apresentado à Faculdade de
Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.**

Julho de 2021

Agradecimentos

No findar de mais um ciclo de estudos, repleto de desafios, descobertas e ganhos a vários níveis, reflete-se sobre o núcleo de pessoas que demonstraram o seu companheirismo e a sua ajuda, em todos os momentos, sejam eles de angústia, de conquista ou, sobretudo, de falta de fé. Assim, é com enorme consideração que agradeço a todas as pessoas que fizeram dos meus dias, momentos de alegria e de superação.

Em primeiro lugar, um agradecimento especial à Professora Doutora Maria do Rosário Pinheiro pela dedicação, disponibilidade e apoio prestado, pelas críticas construtivas que me fizeram elevar, por acreditar em mim, por me desafiar dia após dia e por me lembrar que tudo o que fazemos tem valor.

À Dr.^a Vera Carnapete, agradeço muito pelo carinho com que me recebeu na Delegação e me apresentou a área do Tráfico de Seres Humanos, pela confiança depositada, pelas oportunidades que me forneceu e por todos os ensinamentos. À Dr.^a Marina Cação, agradeço pela oportunidade de aprendizagem, pelos desabafos e pela amizade. À Iara, agradeço pelo companheirismo, pela ajuda constante e pela amizade.

Um agradecimento muito especial aos meus pais por me darem asas para sonhar e os recursos para concretizar os meus sonhos. Agradeço-vos, do fundo do meu coração, por serem modelos de coragem, pelo amor, pela paciência, pelo apoio incondicional, pela compreensão e encorajamento diário nesta longa caminhada.

Ao Pedro, agradeço imenso, por ser o meu porto de abrigo, pelo amor, pela amizade, pela paciência, pelo incentivo constante, pelos abraços aconchegados, pela confiança, por estar sempre presente quando mais preciso e por nunca duvidar das minhas capacidades.

À minha avó Rosa, agradeço por me fazer avisos diários de que consigo alcançar tudo o que desejo. Agradeço pelo amor, pelo cuidado, pelo carinho constante, por ser uma das melhores confidentes e por me ensinar que a fé move a vida.

Às minhas estrelinhas, agradeço por orientarem o meu caminho e nunca deixarem de olhar por mim.

Por último, mas com igual importância, agradeço a todas as minhas amigas que me acompanharam nesta jornada. À Ana, à Carolina, à Ângela, à Adriana, à Sofia, à Mafalda, à Inês, à Xana, à Inês Pereira e, um agradecimento muito especial à Telma, por ser o meu apoio diário, a minha confidente e a que me acompanha desde o início tanto nos momentos de maior desesperança como nos de maior sucesso.

Resumo

Em Portugal, o Tráfico de Seres Humanos (TSH) é uma problemática preocupante, que pode atingir qualquer indivíduo. Ao contrário da gíria popular, este olha a meios para atingir os seus fins: a exploração da pessoa. Prevenir o fenómeno, diminuir a vulnerabilidade individual ao risco de TSH e apoiar e proteger as suas vítimas é um trabalho transdisciplinar, que exige equipas especializadas no problema e na intervenção holística que ele exige, garantindo a reparação dos danos e evitando a recaída na vitimização. Detalhar e refletir sobre as intervenções diversificadas, realizadas na Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família (APF), é o objetivo deste trabalho, que decorreu no âmbito do Mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Relatam-se as atividades socioeducativas e as ações que se desenrolaram, sobretudo, na Equipa Multidisciplinar Especializada para Assistência a Vítimas. Nesta, acompanharam-se duas sinalizações, prestaram-se 13 assistências e foram construídas quatro campanhas de sensibilização e seis momentos de capacitação (12 horas), que alcançaram 254 estudantes. Sendo possível analisar a satisfação de 69.3%, concluiu-se que 100% reconheceu a mais-valia da sensibilização e 97.7% sentiu estar apto para denunciar o crime. Além disso, foi produzido e implementado o projeto – Ferramenta Prática de Orientação e Procedimentos de Excelência na Assistência a Vítimas de TSH – dirigido às entidades parceiras (n=85) da Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção às mesmas. Este fundamentou-se numa investigação sobre as necessidades (n=11) das entidades no âmbito da intervenção com esta população vitimizada, pelo que se constatou que 36.4% sentia dificuldades ao nível das etapas de atuação e 63.6% entendia como necessário capacitação no domínio intercultural. A sustentabilidade passa por expandir o seu alcance a outros públicos, mantendo o princípio da promoção de atendimentos de excelência e o compromisso com os deveres cívicos de denúncia. Um segundo eixo de atuação desenrolou-se no Grupo de Jovens da APF, no qual se construíram cinco vídeos e quatro módulos temáticos em matéria de Saúde Sexual e Reprodutiva. As intervenções mencionadas, ocasionaram uma melhoria das respostas institucionais e uma incorporação de novos saberes congruentes com a atuação da Profissional de Educação Social.

Palavras-chave: Tráfico de Seres Humanos; Capacitação; Sensibilização; Educação Social, Saúde Sexual e Reprodutiva.

Abstract

In Portugal, the human trafficking is a troublesome problem that can affect any individual. On the contrary of the popular slang, this one looks at all the means to reach one's goals: the person's exploitation. To prevent this phenomenon and to reduce the individual's vulnerability risk of human trafficking and to support and protect its victims a necessary transdisciplinary work should be put into place. This work requires teams that specialize in this field ensuring repair of damaged situations and avoiding the relapse in victimization. Detailing and reflecting on the diversified interventions carried out at the Delegation's Center of the Association for Planning's Family, is the objective of this work. This work took place within the field of the Master in Social Education, Development and Local Dynamic of the Faculty of Psychology and Sciences of Education at the University of Coimbra, here they reported that the socio-educational activities and the actions that took place in the Specialized Multidisciplinary Team for Assistance to the Victims. In these activities, two signals were followed, thirteen assistances were provided and four awareness campaigns and six training sessions (twelve hours) were built, which reached 254 students. After the satisfaction's analyses of 69,3%, it was concluded that 100% recognized the added value of awareness, and 97,7% felt to be able to report the crime. In addition, it was produced and implemented the project – Practical Tool for Guidance and Procedures for Excellence in Assistance to Victims of Trafficking in Human Beings – aimed at partner entities (n=85) of the Regional Network of the Support and Protection Center for them. This project was based an investigation about the needs of the entities (n=11) within the scope of intervention with this victim population. It was found that, 36.4% felt difficult in the stages of the action and 63.6% understood the training in the intercultural domain as necessary. The Sustainability involves the expanding your reach to other audiences, maintaining the principle of promoting the excellent service and the commitment to the civic duties of reporting. A second axis of action unfolded in the APF Youth Group. With this Group were built five videos and four thematic modules about Sexual and Reproductive Health. The mentioned interventions led to an improvement in institutional responses and an incorporation of new knowledge, congruent with the work of the Social Education Professional.

Keywords: Trafficking in Human Beings; Training; Awareness; Social Education; Sexual and Reproductive Health.

Lista de Acrónimos

ACM – Agência para a Modernização Administrativa

AIEJI – Asociación Internacional de Educadores Sociales

APF – Associação para o Planeamento da Família

AR – Autorização de Residência

ASI – Ação de Sensibilização e Informação

AV – Assistência a Vítimas

CAIM – Cooperação, Ação, Investigação e Mundivisão

CAP – Centro de Acolhimento e Proteção

CAR – Comissão de Acompanhamento da Rede

CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

CPP – Código Penal Português

DH – Direitos Humanos

DSR – Direitos Sexuais e Reprodutivos

EC – Estágio Curricular

EME – Equipas Multidisciplinares Especializadas

EP – Entidades Parceiras

EV – Estatuto de Vítima

FPCEUC – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

GNR – Guarda Nacional Republicana

GNUCDC – Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

GS – Guião de Sinalização

GUR – Guia Único de Registo

IEEI – Instituto de Estudos Económico e Internacionais

IPPF – International Planned Parenthood Federation

LNES – Linha Nacional de Emergência Social

OIM – Organização Internacional de Migração

ONG – Organização Não Governamental

ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

OPC – Órgãos de Polícia Criminal

OSC – Organizações da Sociedade Civil

OTSH – Observatório do Tráfico de Seres Humanos

PAA – Plano Anual de Atividades

PF – Planeamento Familiar

PJ – Polícia Judiciária

PNPCTSH – Planos Nacionais de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos

PSP – Polícia de Segurança Pública

PV – Presumível Vítima

RAPVT – Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico

RRCAPVTSH – Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos

SEF – Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

SRNVTSH – Sistema de Referenciação Nacional de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos

SSI – Sistema de Segurança Interna

SSR – Saúde Sexual e Reprodutiva

SSR – Saúde Sexual e Reprodutiva

TSH – Tráfico de Seres Humanos

UE – União Europeia

Índice

Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Abstract	iv
Lista de Acrónimos	v
Índice de Figuras	x
Índice de Tabelas.....	x
Índice de Apêndices	x
Introdução	13
Parte I. Enquadramento Teórico.....	15
Capítulo I. A Educação Social e este profissional em diferentes âmbitos de intervenção.....	15
1. A identidade da Educação Social.....	15
2. O perfil e as competências do profissional de Educação Social	16
2.1. O papel do Educador Social numa Equipa Multidisciplinar Especializada para Assistência a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos	17
2.2. O papel do Educador Social no contexto de Educação pelos Pares	18
Capítulo II. A realidade do Tráfico de Seres Humanos e a importância de uma ação centrada na prevenção, no combate e no apoio às vítimas	19
1. Conceptualização do Tráfico de Seres Humanos.....	19
1.1. Tipologia do crime	21
1.2. Leitura numérica do Tráfico de Seres Humanos em Portugal.....	23
1.3. Os intervenientes do crime	25
1.3.1. A vítima.....	25
1.3.1.1. O impacto da vitimização	26
1.3.2. Figuras criminosas: a pessoa que transporta, recruta e explora.....	27
1.3.2.1. O <i>modus operandi</i>	28
2. Análise legislativa na perspetiva de combate ao Tráfico Humano	29
2.1. Instrumentos jurídicos portugueses	30
2.2. Instrumentos jurídicos internacionais.....	33
3. Apoio e proteção às vítimas de Tráfico de Seres Humanos.....	35
3.1. Políticas Públicas.....	35
3.2. A colaboração interinstitucional.....	37
3.2.1. Entidades públicas.....	37
3.2.2. Organizações da sociedade civil.....	38

4.	Os mecanismos portugueses de prevenção ao Tráfico de Seres Humanos.....	39
4.1.	O Sistema de Monitorização	40
4.2.	O Sistema de Referenciação.....	41
Parte II – Caracterização Institucional		42
Capítulo III – Associação para o Planeamento da Família		42
1.	História e âmbitos de atuação	42
1.1.	A Delegação Centro	44
1.1.1.	A Equipa Multidisciplinar Especializada do Centro para Assistência a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos.....	45
1.1.2.	A Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos	46
Parte III – Projeto implementado e coletânea de atividades.....		47
Capítulo IV. Ferramenta Prática de Orientação e Procedimentos de Excelência na Assistência a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos.....		47
1.	Diagnóstico participativo	47
1.1.	Análise dos resultados do estudo das necessidades.....	49
1.2.	Natureza do projeto	53
2.	Planificação.....	53
2.1.	Objetivos do projeto	54
2.2.	Metas	55
2.3.	Metodologia	55
2.3.1.	Público-alvo	56
2.3.2.	Instrumentos e técnicas	56
2.3.3.	Atividades de capacitação	58
2.3.4.	Calendarização	59
2.3.5.	Recursos	60
3.	Aplicação/Execução.....	60
4.	Avaliação	62
5.	Resultados esperados	64
6.	Sustentabilidade do projeto.....	64
Capítulo V. Coletânea de atividades produzidas		65
1.	Promoção de competências para públicos estratégicos.....	65
1.1.	Projeto Tráfico de Seres Humanos: do conhecimento à sinalização	66
1.2.	Ação de sensibilização e informação sobre Saúde Sexual e Reprodutiva.....	71
1.3.	Construção do programa formativo para agentes qualificados no Tráfico de Seres Humanos	71

1.4.	Integração na equipa de <i>staff</i> das sessões de Tráfico Humano.....	72
1.5.	Cartaz de alerta: Sinais que uma vítima de Tráfico Humano pode apresentar	73
1.6.	Atividade de sensibilização Informação Silenciosa	75
2.	Processos de assistência a vítimas e de sinalização	76
2.1.	Assistências a vítimas.....	77
2.1.1.	Acompanhamento de uma vítima de Tráfico Humano.....	77
2.1.2.	Capacitação de presumíveis vítimas jovens	79
2.2.	Sinalizações de presumíveis vítimas	80
3.	Campanhas temáticas.....	82
3.1.	Campanha #dizsimàsinalização.....	82
3.2.	Campanha Mão Azul.....	83
3.3.	Campanha #tudecidesoteufuturo	83
3.4.	Campanha #todostemosdireitos.....	84
4.	Atividades no âmbito de Educação pelos Pares.....	85
4.1.	Participação no Grupo de Jovens	85
4.2.	Encontros nacionais de jovens	87
5.	Outras atividades.....	88
5.1.	Atividades isoladas.....	88
5.1.1.	Leitura dos <i>dossiers</i> técnico pedagógicos	88
5.1.2.	Organização dos conteúdos formativos.....	89
5.1.3.	Parecer dos materiais digitais sobre Tráfico de Seres Humanos	89
5.1.4.	Produção de cartazes de divulgação	90
5.1.5.	<i>Kits</i> de Educação Sexual	91
5.2.	Reuniões técnicas	91
5.2.1.	Reuniões de equipa da Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família	92
5.2.2.	Reuniões da Rede Regional do Centro.....	92
5.2.3.	Reuniões da Comissão de Acompanhamento da Rede.....	93
5.2.4.	Reuniões de supervisão das Equipas Multidisciplinares Especializadas.....	93
5.2.5.	Reuniões do Grupo de Jovens do Centro	94
5.3.	Atividades da dinâmica institucional	94
5.3.1.	Atualização da Grelha global da Equipa Multidisciplinar Especializada e do cartaz do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego	95
5.3.2.	Elaboração de relatórios semestrais e anuais.....	95
5.3.3.	Colaboração na elaboração do Plano Anual de Atividades 2021	96

5.3.4. Atualização das tabelas	96
5.4. Momentos de capacitação	97
Considerações Finais.....	99
Referências Bibliográficas	102
Legislação	105

Índice de Figuras

Figura 1. Marcos importantes dos Planos Nacionais de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos	33
Figura 2. Marcos históricos da Associação para o Planeamento da Família.....	42
Figura 3. Árvore categorial das respostas abertas ao Questionário de avaliação das necessidades dos/as profissionais na atuação com presumíveis vítimas de Tráfico de Seres Humanos	51
Figura 4. Cronograma da Ferramenta Prática	59
Figura 5. Análise SWOT da Ferramenta Prática.....	63
Figura 6. Árvore categorial das respostas abertas do Questionário de avaliação da satisfação das Ações Tráfico de Seres Humanos: do conhecimento à sinalização	68
Figura 7. Árvore categorial sobre as respostas abertas dos/as técnicos/as ao Questionário de avaliação da satisfação	74
Figura 8. Mapa de trajetória de apoio a uma vítima de Tráfico de Seres Humanos.....	78
Figura 9. Momentos de capacitação frequentados ao longo do estágio	98
Figura 10. Análise SWOT do estágio curricular	101

Índice de Tabelas

Tabela 1. Dificuldades dos/as profissionais no confronto com presumíveis vítima	50
Tabela 2. Distribuição do público-alvo por distrito	56
Tabela 3. Critérios de avaliação dos vários momentos avaliativos	63
Tabela 4. Estrutura do Questionário de avaliação.....	66
Tabela 5. Distribuição do público-alvo segundo a faixa etária	67
Tabela 6. Ações de sensibilização e informação, enquanto membro da equipa staff.....	72
Tabela 7. Processos de sinalizações observadas e acompanhadas	81
Tabela 8. Tabela sinóptica das atividades realizadas no Grupo de Jovens	86

Índice de Apêndices

Apêndices.....	106
Apêndice I. Questionário de avaliação das necessidades dos profissionais na atuação com presumíveis vítimas de Tráfico de Seres Humanos	106
Apêndice II. Matriz conceptual do Questionário de avaliação das necessidades dos profissionais.....	107

Apêndice III. Dados adicionais do Questionário de avaliação de necessidades dos profissionais	112
Apêndice IV. Ferramenta Prática de Orientação e Procedimentos de Excelência na Assistência a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos.....	115
Apêndice V. Questionário de avaliação da satisfação da Ferramenta Prática	116
Apêndice VI. Questionário de avaliação do impacto da Ferramenta Prática e do Seminário da sua implementação.....	117
Apêndice VII. Grelha de observação de comportamentos e competências das atividades <i>role play</i>	118
Apêndice VIII. Planificação do vídeo de divulgação da Ferramenta Prática.....	119
Apêndice IX. Planificação do Seminário: Em Rede no combate ao Tráfico de Seres Humanos: Boas práticas de assistência e sinalização em Portugal	120
Apêndice X. Atividades de <i>role play</i>	123
Apêndice XI. Plano de comunicação e disseminação da Ferramenta Prática.....	125
Apêndice XII. Planificação das Ações Tráfico de Seres Humanos: do conhecimento à sinalização.....	127
Apêndice XIII. <i>PowerPoint</i> e Manual de conteúdos das Ações Tráfico de Seres Humanos: do conhecimento à sinalização.....	132
Apêndice XIV. Dinâmicas das Ações Tráfico de Seres Humanos: do conhecimento à sinalização.....	133
Apêndice XV. Questionário de avaliação da satisfação referente às Ações Tráfico de Seres Humanos: do conhecimento à sinalização	135
Apêndice XVI. Grelha de observação de comportamentos e atitudes das Ações Tráfico de Seres Humanos: do conhecimento à sinalização.....	136
Apêndice XVII. Análise quantitativa da satisfação com as Ações Tráfico de Seres Humanos: do conhecimento à sinalização e Grelha conceptual.....	138
Apêndice XVIII. Planificação da Ação: Saúde 100 limites.....	151
Apêndice XIX. <i>PowerPoint</i> da Ação: Saúde 100 limites	153
Apêndice XX. Grelha de observação de comportamentos e atitudes da Ação: Saúde 100 limites	154
Apêndice XXI. Planificação da formação para agentes qualificados que atuem no domínio do Tráfico de Seres Humanos	156
Apêndice XXII. Grelha de observação da Ação e do público-alvo, enquanto membro de <i>staff</i>	161
Apêndice XXIII. Planificação do cartaz de alerta dos sinais que uma presumível vítima pode ter	163
Apêndice XXIV. Questionário de avaliação da satisfação do cartaz de sensibilização.....	165
Apêndice XXV. Análise dos resultados do Questionário de satisfação do cartaz de alerta .	166
Apêndice XXVI. Planificação da atividade Informação Silenciosa	170

Apêndice XXVII. Entrega das bolsas da atividade Informação Silenciosa	172
Apêndice XXVIII. Grelha de observação da atividade e dos comportamentos e atitudes do público-alvo da atividade Informação Silenciosa	173
Apêndice XXIX. Planificação da Ação de sensibilização e informação: Aumenta os teus conhecimentos, diminui os constrangimentos	175
Apêndice XXX. Grelha de observação dos comportamentos e das atitudes da Ação de sensibilização e informação: Aumenta os teus conhecimentos, diminui os constrangimentos	177
Apêndice XXXI. <i>PowerPoint</i> da Ação de sensibilização e informação: Aumenta os teus conhecimentos, diminui os constrangimentos	178
Apêndice XXXII. Planificação da campanha #dizsimàsinalização	179
Apêndice XXXIII. Guião da campanha #dizsimàsinalização.....	180
Apêndice XXXIV. Planificação da campanha Mão Azul.....	181
Apêndice XXXV. Planificação da campanha #tudecidesoteufuturo	183
Apêndice XXXVI. Planificação da campanha #todostemosdireitos.....	184
Apêndice XXXVII. Planificação dos módulos temáticos e materiais dos mesmos.....	186
Apêndice XXXVIII. Campanha: Namorar não é consentir	197
Apêndice XXXIX. Campanha: O que é e o que não é o amor.....	199
Apêndice XL. Vídeos dos métodos contraceptivos de curta duração	201
Apêndice XLI. Planificação da Ação de sensibilização e informação sobre <i>Sexting</i>	202
Apêndice XLII. <i>PowerPoint</i> da Ação de sensibilização e informação sobre <i>Sexting</i>	205
Apêndice XLIII. Grelha de observação dos comportamentos e das atitudes do público-alvo da Ação de sensibilização e informação sobre <i>Sexting</i>	206
Apêndice XLIV. Planificação do cartaz de divulgação dos serviços da Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família	208
Apêndice XLV. Planificação dos cartazes de divulgação dos serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva e da oferta formativa	210
Apêndice XLVI. Planificação do Histórias brilhantes: Guia de sugestões de leitura	214
Apêndice XLVII. Planificação do Ideias em ação: Guia de dinâmicas de grupo para o 3.º ciclo.....	215
Apêndice XLVIII. Calendarização das reuniões de equipa	216
Anexos.....	218
Anexo I. Lista de entidades parceiras da Rede Regional do Centro	218
Anexo II. Materiais da Ação de sensibilização e informação: Saúde 100 limites	221

Introdução

O presente relatório designado por “Educação Social na Problemática do Tráfico de Seres Humanos: A Capacitação como Estratégia para a Melhoria do Trabalho em Rede” narra e reflete as intervenções socioeducativas desenvolvidas ao longo dos nove meses de estágio curricular (EC), integrado no plano de estudos do segundo ano do Mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC).

Direcionado, principalmente, para o fenómeno do Tráfico de Seres Humanos (TSH), o EC concretizou-se na Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família (APF), sob a orientação local da Dr.^a Vera Carnapete e a orientação técnica da Professora Doutora Maria do Rosário Pinheiro. A escolha deste local, deveu-se ao nosso fascínio pelas causas humanas e pela oportunidade de retirar partido do sentido cívico e ser agente de mudança num dos delitos que destrói diariamente o tecido social das nações.

Numa primeira fase, foram delineados objetivos para este percurso, a saber: desocultar o fenómeno do TSH junto da comunidade; colaborar na mediação de um projeto de Educação pelos Pares; desenvolver assistências éticas junto de vítimas de TSH; cooperar nas dinâmicas organizacionais; desenvolver um projeto socioeducativo que suprima as necessidades da instituição de acolhimento; e intervir no contexto profissional de um/a Técnico/a¹ Superior de Educação Social.

A fim de cumprir os objetivos descritos foi necessário reinventar métodos de trabalho e lidar com o incerto, dado que a situação pandémica impôs, muitas vezes, a realização do mesmo a partir de casa. Apesar disso, a vontade de aprender e de intervir venceu as barreiras tecnológicas, o que contribuiu para o aperfeiçoamento das competências de resiliência, flexibilidade, disciplina e adaptabilidade, muito proveitosas para a esfera laboral em questão.

O propósito deste documento é enquadrar o trabalho desenvolvido pela APF nas várias vertentes de atuação e ao mesmo tempo dar conta dos conteúdos que se cruzaram com o trajeto curricular, mediante uma revisão de literatura específica. Por outro lado, pretendemos demonstrar o reportório de competências transversais conseguidas através da mediação do Grupo de Jovens, das assistências efetuadas, das Ações de Sensibilização e Informação (ASI) dinamizadas e das atividades produzidas.

¹ Ao longo do presente relatório seguem-se as normas orientadoras de escrita inclusiva da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2009).

A respeito da estrutura do relatório vigente, este está dividido em três partes, organizadas de forma lógica, com a intenção de ocasionar um encadeamento coerente da informação. Deste modo, a parte inaugural aborda um enquadramento teórico, a seguinte a caracterização institucional e a última o projeto implementado e a coletânea de atividades que observámos, produzimos e colaborámos.

A parte I procura enquadrar conceptualmente as temáticas que dão mote às respostas que frequentámos e encontra-se dividida em dois capítulos, nos quais estão integrados diferentes subcapítulos. O primeiro capítulo versa sobre a Educação Social e o seu exercício profissional numa equipa de assistências a vítimas de TSH e num projeto de Educação pelos Pares. O segundo capítulo aborda o TSH e os seus conceitos-chave, nomeadamente as tipologias, os/as intervenientes e o *modus operandi*, fazendo uma leitura numérica a nível nacional. Para mais, expõe a legislação nacional e internacional no combate ao crime, as políticas públicas portuguesas de apoio e proteção a este público vitimizado, assim como os mecanismos nacionais de prevenção do delito.

A parte II, contendo apenas um capítulo, dá conta da instituição de acolhimento, revela a sua evolução histórica, as temáticas que engloba na sua atuação e, ainda, os projetos que compõem o EC, tais como a Equipa Multidisciplinar Especializada (EME) e a Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de TSH (RRCAPVTSH).

A parte III é a descrição e análise das atividades planeadas e/ou concretizadas e relata o projeto socioeducativo que construímos, implementámos e avaliámos, no âmbito da capacitação de profissionais que possuem uma estreita relação com a RRCAPVTSH. Esta abrange dois capítulos. O primeiro, alusivo à Ferramenta Prática, expõe as componentes que auxiliam a sua compreensão, nomeadamente o diagnóstico participativo, a planificação, o modo de implementação, a metodologia, a avaliação, os resultados e a sustentabilidade do projeto. O segundo introduz as atividades e as ASI elaboradas singularmente e em equipa, outras atividades de índole organizacional e, ainda, os momentos de capacitação em que participámos.

O relatório finda com as considerações finais, nas quais elaboramos um balanço das principais competências adquiridas e dos benefícios deste EC no nosso crescimento pessoal e profissional. Além disso, fazemos um ponto crítico face aos impactos da Covid-19 no TSH e uma autoavaliação, com recurso à técnica de Análise SWOT. De notar que ao longo do relatório, «TSH» e «tráfico humano» são tratados como uma sinonímia, não havendo diferenças à exceção das terminológicas.

Parte I. Enquadramento Teórico

Capítulo I. A Educação Social e este profissional em diferentes âmbitos de intervenção

1. A identidade da Educação Social

A Educação, desde os tempos mais primórdios, é alvo de um conjunto de transformações ao nível metodológico e conceptual que culmina no surgimento de novos paradigmas. Perante a evolução tecnológica, o aumento da marginalização e a queda de políticas sociais assistencialistas (Azevedo & Correia, 2013)², o Estado “procurou novas formas de intervenção, assentes em políticas socio-educativas, que criassem ambientes propícios ao desenvolvimento das pessoas” (Azevedo & Correia, 2013, p. 3).

É, neste sentido, que a Educação transpõe os muros escolares e conquista um carácter informal e não formal de índole social (Azevedo & Correia, 2013), extrapolando-se na “emergência de um paradigma de Aprendizagem ao Longo da Vida” (Azevedo & Correia, 2013, p. 3). No entanto, definir a nova forma de Educação não é tarefa fácil, dado que ocasiona um conjunto de interrogações.

Em Portugal, a Educação Social, segundo Correia, Azevedo e Delgado (2019) deve ser entendida como uma *práxis* de carácter pragmático em crescimento, que respeita as diretrizes tanto das Ciências da Educação como das Ciências Sociais e Humanas. Esta, embora apresente uma relação paralela com o Trabalho Social (Canastra, 2011; Canastra & Malheiro, 2009), eleva-se, ao ser praticada mediante uma perspectiva educativa e emancipatória, em vez de assumir uma vertente reabilitacional meramente sociológica (Azevedo & Correia, 2013). Assim, é reconhecida como “uma prática profissional enquadrada na área do trabalho social” (Amado, citado por Azevedo & Baptista, 2008, p. 54) que assegura um conjunto de respostas mais enriquecedoras e potenciadoras de uma participação social consciente e informada, com base em saberes teórico-práticos.

Ao longo dos anos, a Educação Social progride, por mérito da multiplicidade de campos de intervenção e da proximidade que apresenta com a Pedagogia Social. Contudo, em Portugal, observa-se uma desprofissionalização (Canastra, 2011) face ao/à

² O presente relatório é concebido de acordo com a 6.ª edição das normas da *American Psychological Association*.

profissional desta área laboral que só será travada quando este/a “privilegiar a vertente pedagógica” (Canastra, 2011, p. 29).

Em suma, a Educação Social embora apresente um leque de desafios pela frente, devido à sua similitude com diferentes papéis profissionais (Azevedo & Correia, 2013), deve continuar a batalhar pela garantia da sua profissionalização e pelo nascimento de uma cultura profissional que fortaleça a idoneidade desta ciência humana. Afinal, estabelecer um compromisso educativo em todo o trabalho social que este/a profissional exerça, só por si trará vantagens, uma vez que a educação é um direito universal.

2. O perfil e as competências do profissional de Educação Social

Numa sociedade multidesafiante, na qual existe um evidente núcleo de desigualdades sociais, o/a Educador/a Social emerge como um/a profissional polivalente, reflexivo/a e sabedor/a da heterogeneidade existente na mesma. Este/a, atua com públicos difíceis (Canastra & Malheiro, 2009), numa “perspetiva de prevenção e reabilitação dos problemas sociais” (Azevedo, 2011, citado por Correia et al., 2019, p. 41). A *práxis* profissional deste/a técnico/a fundamenta-se na crença absoluta na educabilidade de qualquer indivíduo (Azevedo & Baptista, 2008) e no respeito dos direitos humanos (DH) e de justiça social, agindo com auxílio do seu reportório de experiências no terreno e “por critérios de competência profissional” (Mateus, 2012, p. 61). O/A Educador/a Social, no exercício da sua função retira benefício do “seu saber pedagógico, técnico e humano” (Mateus, 2012, p. 68) com a intenção de fornecer respostas diretas e equitativas aos desafios laborais que surgem.

Assim, segundo o Código Deontológico dos Técnicos Superiores de Educação Social (Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social, 2016), este/a profissional deve:

defender a dignidade e o respeito da pessoa humana, salvaguardando o bem-estar de qualquer pessoa que procure os seus serviços e com quem entre em relação profissional, não praticando qualquer ato ou palavra passível de lesar os atores com quem vier a exercer a sua função profissional (artigo 2.º)

A par do exposto, é essencial enquadrar o papel que este/a profissional desempenha nos contextos alvo de intervenção: numa equipa para assistência a vítimas de TSH e num contexto de Educação pelos Pares, existente tanto no Grupo de Jovens como na APF Centro.

2.1. O papel do Educador Social numa Equipa Multidisciplinar Especializada para Assistência a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos

O/A profissional de Educação Social, enquanto agente de mudança e mediador sociopedagógico (Canastra & Malheiro, 2009), assume um papel preponderante em projetos sociais relacionados com o Tráfico de Seres Humanos (TSH). Dado que elege como metodologia de trabalho a “investigação-ação” (Caballho-Villar & Fraguela-Vale, 2007, citado por Canastra & Malheiro, 2009, p. 2031), este está sempre em autoformação com o propósito de conhecer, concretamente, o território e o fenómeno em que intervém, as especificidades culturais do público-alvo e, ainda, as metodologias existentes, que garantem um trabalho metódico, alicerçado em valores éticos e morais.

Sendo o TSH um crime que viola os DH, é imperativo trabalhar o *empowerment* de cada presumível vítima (PV). Neste sentido, numa equipa de assistência a este público, o/a Educador/a Social adota como principais estratégias o reconhecimento da unicidade das PV e a deteção das suas potencialidades, para que, através da (re)construção de projetos de vida, consiga orientá-las a serem as figuras centrais dos seus processos de transformação positiva (Ferreira, 2008, citado por Azevedo & Baptista, 2008). Ademais, através da sua atenção pela dinâmica temporal, este/a profissional apresenta uma visão crítica e atual das práticas profissionais e do meio envolvente que, muita das vezes, ajuda a solucionar problemas e a pensar “fora da caixa” na análise de casos.

Na qualidade de questionador/a de práticas, este/a profissional a partir das suas competências organizacionais e metodológicas, é capaz de diagnosticar as necessidades sociais e institucionais e, por intermédio das mesmas, planear, criar e avaliar recursos, planos formativos (Mateus, 2012) e projetos que as colmatem, tornando a sociedade contemporânea num lugar mais igualitário e portador de um conhecimento superior.

Na assistência a vítimas já confirmadas e em autonomização, o/a Educador/a Social distingue-se dos/as demais profissionais por estar vocacionado/a para produzir, de modo reflexivo e informado, planos de autonomia de vida respeitadores dos aspetos culturais específicos de cada uma. Neste âmbito, pode cumprir funções de mediação de serviços e de (re)educação social, orientando a sua ação para a promoção de uma vivência digna e para o progresso integral nas várias fases do desenvolvimento humano.

Em suma, para que o trabalho de um/a Educador/a Social neste contexto seja proveitoso, é fundamental que o/a mesmo/a tenha sensibilidade cultural, para estar atento/a aos riscos de dupla exclusão social e contrariá-los através dos seus saberes.

2.2. O papel do Educador Social no contexto de Educação pelos Pares

O/A Educador/a Social desempenha um trabalho de proximidade que vai ao encontro dos pressupostos da Educação pelos Pares. Esta metodologia transformadora de intervenção formal e/ou informal é realizada por “indivíduos bem treinados e motivados” e consiste no desenvolvimento de competências “nos seus pares (iguais) de forma a capacitá-los para protegerem a sua saúde” (Dias, 2006, p. 5), sendo apontada como “una solución fácil y barata de abordar la salud sexual y reproductiva de un gran número de jóvenes” (International Planned Parenthood Federation [IPPF], 2007, p. 6).

No domínio dos projetos de Educação pelos Pares, tal como o Grupo de Jovens da APF Centro, esta figura na qualidade de técnico/a das relações humanas, revela o perfil adequado para assumir a gestão do projeto e garantir a sua sustentabilidade. Segundo a *Asociación Internacional de Educadores Sociales* (AIEJI, 2011), este/a técnico/a manifesta competências sociais e comunicativas, que frisam a sua capacidade de trabalho em equipa com múltiplos agentes educativos, traduzindo-se em mais uma peculiaridade favorável para este contexto de atuação. A emergência de capacitação contínua, reforça o seu papel em projetos desta índole, dado que beneficia com a sua prática, ou seja, pela educação de outrem, em regime de igual para igual.

O/A Educador/a Social apoia a AIEJI (2011), quando esta menciona “que los valores culturales ayudan al usuario a establecer el marco de aproximación a los demás, y también influyen en el usuario en la manera de relacionarse” (p.29), visto que perceciona a mobilização comunitária como o ponto-chave para asseverar uma mudança comportamental favorável.

No contexto diário da APF Centro, a educação para a saúde evidencia, igualmente, um peso considerável. Neste, o/a Educador/a Social, em virtude do seu *know how*, pode intervir em várias frentes: na elaboração de “planos de prevenção socioeducativa”; no desenvolvimento e avaliação de “programas de modificação de comportamentos e hábitos de vida saudáveis”; e no acompanhamento “de forma individualizada, na tomada de decisão consciente e autónoma” (Gueifão, Correia & Azevedo, 2021, p. 16).

Em síntese, é indispensável retirar partido do quadro sociocultural dos contextos intervencionados, com o propósito de agir com base numa perspetiva inclusiva. Além disso, contando que valores como a equidade são peça elementar na ação do/a Educador/a Social, revela-se fundamental que este/a reconheça as suas limitações, para que consiga viabilizar espaços de educação não formal de qualidade e em regime permanente.

Capítulo II. A realidade do Tráfico de Seres Humanos e a importância de uma ação centrada na prevenção, no combate e no apoio às vítimas

1. Conceptualização do Tráfico de Seres Humanos

O tráfico humano, enquanto fenómeno de difícil combate que perdura na história, é uma severa violação dos direitos fundamentais que atenta a dignidade humana. Este é reputado como o terceiro maior crime mundial, faturando aproximadamente 29 mil milhões de euros (Comissão Europeia, 2020) por ano. Conhecido como “a mais séria regressão civilizacional” (Instituto de Estudos Económico e Internacionais [IEEI], 2012, p. 18), o Tráfico de Seres Humanos³ (TSH) trata desumanamente a população, independentemente da sua faixa etária, classe social, sexo ou nacionalidade.

Este crime tem início na época marcada pelo massivo desenvolvimento tecnológico, o que lhe confere uma ligação com os fluxos migratórios transnacionais. Assim, face às lacunas e ao insucesso das políticas desenvolvimentistas de muitos países, grupos populacionais com o intuito de vencer a pobreza, o desemprego e outros fatores de cariz sociopolítico, veem-se obrigados a abandonar o seu país, a fim de colmatarem a carência de mão de obra, a guerra e o desrespeito pelos direitos humanos (DH) (IEEI, 2012). A par do descrito, a ausência de resposta à chegada nos países de destino⁴, confere as condições benéficas para a prática do TSH, dado que estas populações compactuam, mais facilmente, com as ofertas que lhes apresentam, ficando prisioneiras no círculo vicioso de controlo das pessoas que as exploram.

A aquisição de uma rotina por parte “dos fluxos migratórios internacionais à escala global, constitui o contexto de enquadramento que gerou a oportunidade para o desenvolvimento do negócio” (IEEI, 2012, p. 18). Isto é, “no meio dos crescentes fluxos” (IEEI, 2012, p. 18) é mais difícil percecionar as presumíveis vítimas (PV), dado que a normalidade do fenómeno da migração não se restringe apenas a atuar como a máscara perfeita para o crime, mas também a dificultar o seu combate. Para mais, na virada do século XX, a Organização Internacional de Migração (OIM, 2018) reporta que 2.8% da população mundial são migrantes internacionais e que, em 2018, é visível um avolumar deste fenómeno, perante uma subida de 0.5% face ao percentil previamente exposto.

³ Retoma-se a expressão, por extenso, por se iniciar um novo capítulo.

⁴ Tendem a ser procurados países mais desenvolvidos ao nível socioeconómico, com políticas publicas promotoras da paz e da justiça social, e com *standards* respeitantes dos DH.

Para além da causa migratória, é essencial afixar a ideia de que o TSH está intimamente vinculado a um aproveitamento da vulnerabilidade humana, sendo que os fatores ambientais, pessoais e sociopolíticos como a exclusão social, as desigualdades de género e as desigualdades de oportunidades, são os principais responsáveis pela situação de exploração (Castilho, 2013). Do exposto, depreende-se que as PV são, muitas vezes, as que se encontram “nos lugares inferiores no espaço das posições sociais” (CIES/CESO I&D, citado por Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes & Januário, 1999, p. 71).

Outro aspeto a abordar é o consentimento das PV, uma vez que gera grande discórdia. Posto isto, é imperativo assimilar que o consentimento válido é fornecido com base numa esfera de confiança, onde não há ocultação das verdadeiras intenções, nem ofertas enganosas. No TSH, este⁵ é irrelevante em qualquer fase do processo, já que não é fornecido de modo consciente. Observa-se, assim, uma mutualidade entre os construtos – vulnerabilidade e consentimento –, na medida em que o atributo que confere vulnerabilidade é o ingrediente provocador da facilidade de obtenção do consentimento.

Historicamente, durante o século XX, o termo «tráfico» era muito complexo e restrito, pois estava conectado à prostituição de mulheres de raça branca e, posteriormente, à escravidão. Em 1949, a Organização das Nações Unidas (ONU) utiliza, pela primeira vez, a expressão «tráfico de pessoas» e implementa as primeiras medidas, contudo pouca evolução existe até à virada do século. Assim, perante a afirmação da delinquência transnacional, surge a pertinência de se criar e acordar, internacionalmente, um enquadramento jurídico pacificado por todas as partes envolvidas. Ao findar do século XX, emerge o Protocolo de Palermo⁶ que proíbe o TSH. Este entra em vigor a nível internacional em 2003 e em Portugal, em junho de 2004, pela Resolução da Assembleia da República n.º 32/2004 de 12 de fevereiro e define este crime como:

o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração terá que incluir a exploração da prostituição de outrem

⁵ Algumas vítimas de TSH podem não consentir com a situação e serem levadas à força por quem as recruta e/ou explora, associando-se crimes conexos a este fenómeno (por exemplo: rapto).

⁶ Também conhecido como Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas, contra a Criminalidade Organizada Transnacional, Relativo à Prevenção, Repressão e à Punição de Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças.

ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos (alínea a) do artigo 3.º da Resolução da Assembleia da República n.º 32/2004 de 12 de fevereiro)

Apesar do avanço descrito, Portugal não adota imediatamente a recomendação internacional nas suas políticas públicas, o que culmina numa confusão contínua da definição de TSH. Somente em 2007 é que se verifica a mudança do Código Penal Português (CPP), sendo acrescentadas formas de TSH, dissemelhantes da exploração sexual que entra em vigor em 2004 pelo Protocolo das Nações Unidas.

Em síntese, só existe TSH quando se verifica a reunião dos três elementos constitutivos: uma ação, um meio e um fim. Sendo que, no caso dos menores, basta a presença única de uma ação e de um fim, de forma combinada (Resolução da Assembleia da República n.º 32/2004 de 12 de fevereiro).

1.1. Tipologia do crime

Nesta escravatura moderna de contornos específicos percebe-se a existência de uma pluralidade de formas deste crime que ameaça diariamente a segurança humana de milhões de pessoas, tal como é possível apurar no artigo 3.º do Protocolo de Palermo. Deste modo, existe TSH para fins de exploração laboral, sexual, mendicidade forçada, adoção ilegal, servidão doméstica, escravidão, casamentos forçados e práticas ilícitas (Projeto Euro TrafGuID, 2014). É de referir que estas finalidades podem ocorrer singularmente ou coexistir, estando intrinsecamente relacionadas com aspetos distintos, nomeadamente o perfil das vítimas e a duração da exploração (IEEI, 2012).

Os fins com maior ocorrência em Portugal são: a exploração laboral, a exploração sexual e a mendicidade forçada (Observatório do Tráfico de Seres Humanos [OTSH], 2019; OTSH, 2020; Sistema de Segurança Interna [SSI], 2021) e, por essa razão, são alvo de uma análise mais detalhada.

O TSH para fins de exploração laboral tem desencadeado uma crescente reflexão em torno da sua definição, visto que se pode verificar exploração laboral, sem que lhe esteja associado o crime referido. Assim, é crime de TSH quando são visualizadas as três etapas – ação, meio e fim – e identificados dois ou mais dos seguintes indícios: a vítima “parece exausta e tem um aspeto descuidado”; “trabalha por chamada (24 horas por dia, 7 dias por semana)”; vive “no mesmo local onde trabalha”; o seu contexto laboral é “insalubre, com pouca iluminação e ventilação, falta de aquecimento e sem acesso a

instalações sanitárias” e “as condições de trabalho violam as leis do trabalho e as convenções coletivas” (Projeto EuroTrafGuiD, 2014, p. 38). Ademais, a PV é violentada e/ou ameaçada quando tenta findar o seu ciclo de trabalho, enquanto numa situação de exploração laboral sem se verificar o crime, a pessoa pode sair livremente do contexto de trabalho, sem sofrer represálias.

No seio da comunidade, os grupos em que se apura uma maior probabilidade de virem a ser vítimas de TSH exploradas laboralmente são, principalmente, trabalhadores sazonais, pessoas com baixa habilitação académica, pessoas com incapacidades, minorias e indivíduos com baixos rendimentos e em situação precária (Projeto EuroTrafGuiD, 2014). Para mais, a restauração, a construção civil e a agricultura são os setores mais suscetíveis a esta finalidade de TSH (IEEI, 2012).

O TSH para exploração sexual, por sua vez, pauta-se pelo “transporte de garotas e mulheres por todo o país, lançando-as à prostituição nos locais onde suas vítimas têm menores condições de resistir e onde há maior demanda para elas” (Nucci, 2015, citado por Marques & Faria, 2019, p. 4), ficando alojadas em espaços com dimensões reduzidas e condições precárias (Projeto EuroTrafGuiD, 2014). No entanto, segundo o Sistema de Referenciação Nacional de Vítimas de TSH (SRNVTSH), “não existe nenhuma definição de direito internacional acordada” (Projeto EuroTrafGuiD, 2014, p. 25).

A inter-relação entre os segmentos socioeconómicos e os culturais é apontada como a causa originária da vulnerabilidade das vítimas exploradas sexualmente (Diehl & Costa, 2018). Assim, constata-se que “la práctica de este crimen, afecta, desproporcionadamente, a las personas del sexo femenino” (Diehl & Costa, 2018, p. 249) e, contrariamente, ao que se supõe habitualmente, as pessoas que trabalham na indústria do sexo não são o único público em risco. Acresce-se pessoas migrantes, pessoas com dependências e analfabetas, minorias, jovens institucionalizados/as, entre outros (Projeto EuroTrafGuiD, 2014).

Neste tipo de exploração, a vítima para além de ser “forçada a fazer sexo sem preservativos”, “não pode recusar clientes” nem consegue deixar de praticar a atividade sexual “mesmo se estiver doente ou grávida” (Projeto EuroTrafGuiD, 2014, p. 29). Esta é vista como propriedade da pessoa que pratica a exploração e, por isso, “é transportada de um lugar para outro sem o seu consentimento” (Projeto EuroTrafGuiD, 2014, p. 29) e sem receber qualquer valor monetário.

A mendicidade forçada é a finalidade do TSH mais difícil de detetar, já que é necessário determinar se o indivíduo em causa é forçado a exercer o ato de mendigar ou se o pratica de forma voluntária. Sob a ótica de Álvarez, Calvo e Guevara (2018) esta ocorre quando uma pessoa é “puesta en condiciones indignas” e é “obligada a pedir limosna com el fin de obtener un beneficio para un tercero” (p. 130).

Pode-se discernir que a vítima deste tipo de exploração é, maioritariamente, portadora de alguma deficiência ou condição que exerça empatia na comunidade e é geralmente oriunda de “processos migratórios desestruturados” ou de “famílias disfuncionais” (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG], 2013, p. 5). A literacia revela que a mendicidade forçada incide em diversas faixas etárias vulnerabilizadas, sendo que no caso particular dos menores, é observada uma relação consanguínea entre as PV e a pessoa que exerce a exploração (Santos, 2014). Para mais, como aspetos característicos destacam-se a restrição de movimentos, a privação de bens alimentares e “cuidados de saúde e/ou higiene”, entre outros (CIG, 2013, p. 10).

Em suma, este flagelo social é um dos problemas mais crónicos da sociedade, pois apresenta quadros providos de uma extrema violência que, independentemente da finalidade associada, conferem às vítimas *standards* negativos de DH, aproveitando-se dos seus défices de coesão social.

1.2. Leitura numérica do Tráfico de Seres Humanos em Portugal

Uma das particularidades do TSH comum a todos os países é a dificuldade em determinar a sua real dimensão. Perante a análise dos Relatórios Anuais do OTSH (OTSH, 2019; OTSH, 2020) e do Relatório Anual da Segurança Interna (SSI, 2021), entende-se que a invisibilidade deste fenómeno parece ser o elemento-chave do seu défice numérico.

Ao realizar uma leitura do crime nos últimos três anos, é possível aferir que são formados 293 processos de inquérito-crime, verificando-se um aumento de 2018 para 2019 e uma diminuição quando comparados com o ano de 2020 (OTSH, 2019; OTSH, 2020; SSI, 2021). Note-se que este decréscimo é justificado pela pandemia covid-19 e pelas condições adversas que impõe, todavia, numa visão técnica, tudo aponta para um aumento drástico do crime, por resultado da intensificação da precaridade económica.

De 2018 a 2020, sinalizam-se 644 PV. Dessas, 100 são confirmadas formalmente como vítimas de TSH pelos órgãos de polícia criminal (OPC), contabilizando 94 adultos

(62 do sexo masculino e 32 do sexo feminino) e 6 menores (5 do sexo masculino e 1 do sexo feminino), com idades médias entre os 12 e 37 anos (OTSH, 2019; OTSH, 2020; SSI, 2021). Embora o número de confirmações corresponda apenas a 15.5% do número de sinalizações, é essencial realçar que existem centenas de casos em investigação por OPC (217 no decurso dos 3 anos). Centrando a análise no ano de 2020, ainda que se verifique uma redução de sinalizações face ao ano anterior, observa-se a um aumento de PV sinalizadas, associadas ao mesmo evento⁷ (SSI, 2021).

No tocante a fatores predominantes, aponta-se a expressão acentuada de TSH para exploração laboral, particularmente no setor agrícola; a representatividade do sexo masculino face ao feminino; e a frequência de nacionalidades moldava, portuguesa, romena e paquistanesa (OTSH, 2019; OTSH, 2020; SSI, 2021). Portugal, permanece, em grande maioria, como país de destino (PV vem, sobretudo, de países terceiros e de países comunitários). Posteriormente, é país de origem (PV são, principalmente, portuguesas) e, por último, é país de trânsito, sendo estas prevalentemente menores, de nacionalidades africanas (OTSH, 2019; OTSH, 2020; SSI, 2021).

Segundo o estudo português apelidado por “A Proteção dos Direitos Humanos e as Vítimas de tráfico de Pessoas – Rotas, Métodos, Tipos de Tráfico e Setores de Atividade em Portugal” (IEEI, 2012) realizado a 86 vítimas de TSH, percebe-se que o período de exploração engloba dimensões múltiplas. A duração com mais expressão é de “curto/médio prazo”, no entanto, 54% dos casos apresentam “um período inferior a 2 anos” (p. 41) e 46% excedem esse intervalo. Além disso, “o período de exploração varia inversamente com a idade” (IEEI, 2012, p. 41), isto é, quanto menor a idade, maior será o período de exploração a que pessoa é sujeita.

No que concerne à proteção e assistência, dá-se o acolhimento de 116 PV (72 do sexo masculino e 44 do sexo feminino) e o fornecimento de 50 autorizações de residência, maioritariamente ao sexo masculino, em razão da situação irregular no país de destino ser bastante frequente (OTSH, 2020). Das mencionadas, 32 delas solicitaram o retorno assistido ao seu país de origem através de projetos, fundos ou até mesmo em articulação com outras entidades (OTSH, 2019; OTSH, 2020; SSI, 2021).

Num balanço global destes três anos, são feitos 108 arguidos e efetuadas 48 detenções no que diz respeito aos inquéritos sob investigação, sendo essencialmente

⁷ Isto é, numa única sinalização há 10 PV exploradas, por exemplo na mesma quinta agrícola.

indivíduos do sexo masculino, com idades superiores a 24 anos (OTSH, 2020). Ademais, é possível observar valores nulos ou protegidos nos anos 2018 e 2020 (OTSH, 2019; SSI, 2021).

1.3. Os intervenientes do crime

Para ocorrer tráfico humano é necessário existir: uma pessoa e/ou rede exploradora e uma vítima. Contudo, este crime apresenta diversas exteriorizações e, por isso, é essencial compreender o seu processo de execução, as principais rotas, as formas de controlo mais utilizadas e o seu impacto na vida de quem o vivencia.

1.3.1. A vítima

Definir a vítima deste crime revela-se difícil, dado que perante a dimensão do fenómeno e de todos os contornos inerentes ao mesmo, esta pode ser de qualquer faixa etária e nacionalidade, com ou sem habilitações académicas, portadora de deficiências ou com aptidão física, entre outras particularidades variadas (Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime [GNUCD], 2014).

De acordo com a Lei 130/2015 de 4 de setembro que estipula o estatuto da vítima (EV), esta é “a pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou psíquica, um dano emocional ou moral, ou um dano patrimonial, diretamente causado por ação ou omissão, no âmbito da prática de um crime” (alínea a) i) do número 1 do artigo 67.º-A). Ademais, destaca-se o conceito de “vítima especialmente vulnerável” que, de acordo com o mesmo diploma, diz respeito à “vítima cuja especial fragilidade resulte, nomeadamente, da sua idade, do seu estado de saúde ou de deficiência, bem como do facto de o tipo, o grau e a duração da vitimização haver resultado em lesões com consequências graves” (alínea b) do número 1 do artigo 67.º-A).

A extensão do EV dá-se também aos familiares da vítima “cuja morte tenha sido diretamente causada por um crime e que tenham sofrido um dano em consequência dessa morte” (alínea a) ii) do número 1 do artigo 67.º-A), restringindo apenas o acesso a um número limitado. Esta partilha remete, inegavelmente, à Diretiva 2012/29/EU de 25 de outubro de 2012 que fornece o mesmo parecer, no entanto, questiona a ausência de legislação que inclua os familiares, na qualidade de vítimas indiretas do crime, mesmo em caso de sobrevivência da mesma. Guia (2016a; 2016b, citado por Guia, 2017) apresenta um contributo à ideia agora exposta quando refere que “não foi concebido que

o familiar possa ter necessidade e vontade de aceder a todas as disposições de pleno direito” (p. 50), reforçando ainda que “caso a vítima de crime não morresse mas ficasse em estado vegetativo, permanente e totalmente incapacitada” (p. 50) deveria existir legislação que questionasse a hipótese de um familiar ser, de igual modo, vítima.

1.3.1.1. O impacto da vitimização

Quando se fala de uma vítima de TSH⁸ é fundamental adotar um olhar holístico, com o propósito de compreender o fenómeno na sua globalidade, bem como os efeitos impiedosos da vivência do mesmo. O impacto da vitimização está diretamente relacionado com a duração do período de exploração, sendo que, estes efeitos têm um peso superior, quanto maior for o tempo dessa vivência.

Em primeiro lugar, é premente colocar um acento tónico na violação brutal da dignidade humana das vítimas, dando ênfase ao aumento significativo da exclusão social provocada pela supressão dos seus laços sociais, mas também pelo modo de vida segregado que estas são forçadas a adotar. Devido às condições desumanas que são sujeitas, muitas delas desmemoriam “regras do convívio social e têm grande dificuldade em reaprender já que este se baseia em larga medida na confiança” (IEEI, 2012, p. 94), sentimento que é severamente lesado com o processo de exploração. Um fator agravante do sofrimento das vítimas que se impõe como um dos grandes obstáculos à sua (re)integração social e (re)entrada no mercado de trabalho é a estigmatização.

A estigmatização, sobretudo em casos de TSH para fins de exploração sexual, é notada tanto na comunidade como em organismos, pela associação que fazem à prostituição e à ideia errónea de que são trabalhadores/as sexuais por iniciativa própria. A este processo acresce uma série de défices emocionais, sociais e psíquicos que amplificam ainda mais as desigualdades sociais e levam (quando não existe um apoio constante) a duplas vitimizações, pela reincidência na exploração.

Para além do mencionado, assiste-se a outras consequências que desmoram a crença de alcançar justiça: condenação por crimes praticados durante a exploração e o retorno forçado (quando a vítima se encontra numa situação irregular e o crime não é provado por falta de evidências). Ambas são penalidades graves, resultantes da

⁸ Relembra-se que, de acordo, com a lista de acrónimos significa Tráfico de Seres Humanos.

precariedade de investigação, acabando por aumentar o nível de vulnerabilidade das vítimas e, conseqüentemente, a dificuldade em superar a situação vivida.

Assume-se, assim, a importância de promover modelos de proteção para as vítimas, dotados de uma perspectiva a curto e a longo prazo, e com apostas no reforço da autoestima e na melhoria da capacidade de resposta ao risco e ao trauma.

1.3.2. Figuras criminosas: a pessoa que transporta, recruta e explora

As figuras criminosas envolvidas no crime de TSH estão longe de se conceberem como um estrato homogéneo, o que dificulta a concretização de medidas de combate eficazes e abrangentes. Desde o primeiro documento internacional normativo, conhecido como Protocolo de Palermo, verifica-se uma predisposição em conectar o TSH a redes de crime organizado, mas **a grande questão é:** este crime só existe dentro dessas redes hierárquicas? e a resposta é bastante simples – **não**.

Segundo estudos realizados (IEEI, 2012; Projeto Euro TrafGuID, 2014), é possível constatar que o TSH é efetuado, cada vez mais, por grupos criminosos de caráter informal e de dimensão reduzida e, até mesmo, por iniciativas individuais, muita das vezes, com ligações de confinidade ao contexto social das vítimas e assentes em laços familiares. É de evidenciar que nos processos de recrutamento, transporte e exploração, a figura criminosa pode assumir-se enquanto: realizadora singular de todas as operações; recrutadora e transportadora; recrutadora e exploradora; exploradora; e recrutadora (IEEI, 2012). Pode, ainda, dar-se o caso de as vítimas assumirem a posição de recrutadoras e persuadirem familiares ou conhecidos⁹ a deslocarem-se para o país de destino, frequentemente a troco de dinheiro e sob coação do/a explorador/a. Segundo os dados do Relatório Anual de Tráfico de Seres Humanos de 2019 (OTSH, 2020) as pessoas que exploram são, em grande maioria, de “nacionalidade romena, portuguesa, paquistanesa” (p. 43).

Assim, percebe-se que estas figuras infratoras fazem usufruto da vulnerabilidade de uma pessoa para, de forma ilegal, obter benefícios monetários e/ou materiais pela venda ou trabalho da mesma. De acordo com o Relatório Global de Tráfico de Pessoas da United Nations Office on Drugs and Crime (2020), estas são, predominantemente, do sexo masculino, representando também o maior número de condenações em 2018.

⁹ Este método é eleito, frequentemente, pela relação de confiança existente entre a pessoa que recruta e a presumível vítima, que confere uma maior fiabilidade à situação de um futuro promissor, embora que falso.

1.3.2.1. O *modus operandi*

É imperativo compreender que não existem modos estandardizados de atuação, estando este processo sujeito, pelas exigências do meio envolvente, a uma constante adaptação e reajustamento para levar o crime avante. O tronco comum de ação é a existência de um aliciamento/recrutamento, que se segue de um transporte e resulta numa exploração, repleta de formas de controlo. Porém existe uma heterogeneidade de formas de atuação que se encontram dependentes do “número de pessoas envolvidas, do grau de organização do grupo e dos recursos” (Santos, Gomes, Duarte & Baganha 2008, p. 129).

O aliciamento, tal como o nome indica, é o ato de aliciar, ou seja de convencer uma pessoa a alcançar um recurso atrativo e benéfico para a mesma. A promessa de emprego é, geralmente, o tipo de recrutamento mais frequente, dado o reduzido desenvolvimento de muitos países externos à Europa e à conseqüente crise económica que se faz sentir (Santos, et al., 2008).

De acordo com a iniciativa *Counter Trafficking Data Collaborative* da OIM (2018), o/a recrutador/a é diferente mediante a finalidade de TSH. A grande maioria das vítimas exploradas sexualmente são aliciadas por um parceiro íntimo e as que sofrem de exploração laboral são recrutadas por familiares, amigos ou conhecidos. Quando esta figura criminosa é desconhecida para as PV, a assinatura de um contrato fictício é bastante comum, a fim de construir uma aparência de licitude e incitar segurança na vítima. É de notar ainda que, em virtude do avanço tecnológico, este processo acontece via *internet* através de *websites*, redes sociais, *chats* de conversa¹⁰ ou outros serviços.

O transporte está dependente do país de destino e é efetuado por via terrestre, aérea, marítima ou mista¹¹, concretizando-se pela pessoa recrutadora e/ou exploradora, ou pela vítima através de dinheiro fornecido pelos/as mesmos/as (IEEI, 2012). Cada vez mais, os/as autores/as do crime optam por meios de deslocação que sejam menos controlados e dispendiosos, e com melhor camuflagem para as vítimas, utilizando frequentemente, a via terrestre e os grandes fluxos migratórios como disfarce.

Na concretização do processo referido, podem ser usadas **rotas diretas** – que “envolvem tráfico intercontinental em que o meio de transporte utilizado é o avião e intracontinental e transfronteiriço, com uso de automóveis particulares, carrinhas e

¹⁰ Por vezes, estes são salas de namoro virtual em que se simulam relações amorosas e se fazem ofertas de casamento a troco de vistos de residência e pagamentos de estudos.

¹¹ Conjuga vários meios de transporte, por exemplo aéreo e terrestre.

comboio” (IEEI, 2012, p. 48) – e **rotas indiretas**¹² – que englobam um ou vários países de trânsito, sendo comum as vítimas serem exploradas nos mesmos (IEEI, 2012). Portugal, encontra-se integrado nas rotas de tráfico **direto** e **indireto**, muitas vezes utilizado como forma de entrar na Europa. O transporte marítimo merece destaque, pois segundo Santos et al. (2008), é o meio de transporte que cria melhores oportunidades de camuflagem pelo cruzamento do legal-ilegal, uma vez que devido ao elevado número de contentores, os/as autores/as do crime podem misturar as pessoas traficadas com a mercadoria legal que transportam.

Os dois processos precedentes dão origem à exploração da vítima que se afirma como o grande objetivo do crime. Contudo, dado que a maioria das vítimas não tem conhecimento da situação em que vão ser colocadas, dá-se a negação à chegada e a tentativa de fuga, o que leva a pessoa que explora a utilizar um conjunto de formas de controlo que podem ir desde “ameaças diretas, sonegação de documentos, coação verbal” (OTSH, 2020, p. 43) a escravidão por dívida¹³.

2. Análise legislativa na perspetiva de combate ao Tráfico Humano

A opacidade e o mediatismo do TSH, dita o surgimento de medidas legislativas internacionais e nacionais que respondem às principais preocupações dos Estados. Assim, as abordagens inclusivas assentes em DH¹⁴ ganham uma grande importância, uma vez que colocam a tónica na dimensão humana do problema.

Neste sentido, é, cada vez mais, imprescindível alcançar a fórmula perfeita não só entre a perspetiva repressiva e punitiva das redes de TSH, mas também entre o cuidado e a inclusão das vítimas deste crime, na sociedade contemporânea. Sendo este um fenómeno que se alimenta tanto de desigualdades como de estigmas sociais, é fundamental quebrar o ciclo, centralizar esforços e aperfeiçoar legislações, com a intenção de recuperar a dignidade humana das vítimas.

¹² A exploração em diferentes países de trânsito é efetuada com a finalidade de “reduzir o risco de deteção pelas autoridades; garantir uma renovação da oferta, novas caras em cada local, por forma a atrair mais clientes” (IEEI, 2012, p. 50), sendo esta técnica associada a redes organizadas.

¹³ Este processo ocorre quando a pessoa que explora cobra à PV o dinheiro que lhe dá para a viagem, a cama onde dorme, a alimentação, entre outras burocracias falsas, fazendo da dívida um acontecimento sem fim (GNUCDC, 2014).

¹⁴ Lembra-se que, de acordo com a listagem de acrónimos, significa direitos humanos.

Ao longo dos anos, um vasto núcleo de ferramentas jurídicas constrói-se, mediante uma abordagem multifacetada do problema para que seja possível a cooperação entre países (destino, origem ou de trânsito) e o combate, em grande massa, ao crime.

2.1. Instrumentos jurídicos portugueses

Em Portugal, embora existam vários instrumentos jurídicos nas agendas políticas, apenas se faz uma análise sucinta daqueles que mais contribuíram para o combate ao TSH e apoio às vítimas. O Código Penal Português (CPP), restringia o TSH apenas à exploração sexual (artigo 169.º do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março). No entanto, a sua vigésima terceira reestruturação, pela Lei n.º 59/2007 de 4 de setembro é, sem dúvida, um marco progressista, visto que potencia uma maior abrangência do crime referido.

Neste sentido, o artigo 160.º da mesma Lei é a base da legislação nacional em termos de definição do TSH e, de acordo com o seu n.º 1, comete o delito “quem oferecer, entregar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoas para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de órgãos”, recorrendo a:

violência, rapto ou ameaça grave; b) Através de ardil ou manobra fraudulenta; c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar; d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; ou e) Mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima.

Para além do mencionado, é a responsável pela abrangência da punição para além do/a explorador/a, incluindo também a pessoa que, tendo consciência do crime, usufrui dos serviços, ou seja, o/a cliente (nº 5 do artigo 160.º). Para mais, engloba a criminalização para “quem reter, ocultar, danificar ou destruir documentos de identificação ou de viagem de pessoa vítima de crime” (nº 6 do artigo 160.º).

Numa vertente de proteção e apoio direto à vítima do crime de TSH, é essencial aludir à Lei n.º 23/2007 de 4 de julho que aprova o regime jurídico de “entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional, bem como o estatuto de residente de longa duração” (artigo 1.º). Esta Lei é bastante importante, dado que possibilita às vítimas adquirirem a autorização de residência (AR), mesmo que tenham entrado de forma irregular no país (artigo 109.º), e disponibiliza um período de reflexão, que pode variar entre 30 e 60 dias, para que as PV possam “recuperar e escapar à influência dos autores das infrações em causa” (n.º 1 do artigo 111.º) e decidir

se quer(em) ou não cooperar na investigação do crime. Para além disso, no artigo 112.º desta Lei encontra-se consagrado o direito da PV à “sua subsistência e o acesso a tratamento médico urgente e adequado” (n.º 1), “assistência psicológica” (n.º 2), “segurança e proteção” (n.º 3) e a “assistência de tradução e interpretação, bem como assistência jurídica, nos termos da lei” (n.º 4), durante o período mencionado.

Após terminar o período de reflexão e caso seja da vontade da PV continuar no país, é deferida a AR. Esta é “válida por um período de um ano e renovável por iguais períodos” (n.º 5 do artigo 109.º), embora esteja dependente de várias condições (ausência de qualquer relacionamento com os/as autores/as do crime, a permanência da PV enquanto elemento fundamental na investigação e na qualidade de peça cooperante com as autoridades) (n.º 2 do artigo 109.º). Se as PV não apresentarem meios de subsistência depois de ser cedida a AR, têm direito a vários apoios e de forma contínua, a fim de alcançar a sua autonomização (artigo 113.º).

A par do exposto, o Decreto-lei n.º 368/2007 de 5 de novembro é um documento-chave a ser realçado, dado que é o responsável pela criação de um regime especial de concessão de autorizações de residência, sem que seja necessária a presença das várias condições referidas na moldura legislativa anterior. Esta é atribuída sempre que “circunstâncias pessoais da vítima o justifiquem, pelo Ministro da Administração Interna, por sua iniciativa ou proposta do órgão de polícia criminal competente ou do coordenador do Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos” (n.º 1 do artigo único).

A Lei n.º 55/2020 de 27 de agosto considera o TSH como um crime de prevenção e investigação prioritária (artigo 4.º; artigo 5.º) e reforça a proteção das vítimas, como também o “ressarcimento dos danos por ela sofridos em resultado da prática de crime” (n.º 1 do artigo 8.º) enquanto uma precedência, declarando a importância de fornecer apoios adequados em matéria de DH.

No âmbito da Lei n.º 42/2010 de 3 de setembro que procede à alteração à Lei n.º 93/99 de 14 de julho, é de especial interesse salientar, pois garante a proteção de todos/as os/as intervenientes diretos e indiretos no processo-crime e em ato testemunhal (testemunhas e núcleo familiar) quando estes “sejam postos em perigo por causa do seu contributo para a prova dos factos que constituem objecto do processo” (n.º 1 do artigo 1.º). Esta permite, ainda, à testemunha cumprir a sua função a partir de teleconferência (artigo 5.º) com “ocultação da imagem ou com distorção da voz” (n.º 1 do artigo 4.º). Quanto às testemunhas dotadas de especial vulnerabilidade, a autoridade judiciária

competente tem, por obrigação, conceder à mesma um técnico superior qualificado para a acompanhar no processo judicial e, se existir necessidade, providenciar-lhe apoio ajustado às suas necessidades (n.º 1 do artigo 27.º).

A Lei n.º 104/2009 de 14 de setembro, revogada para a Lei n.º 121/2015 de 1 de setembro possibilita à vítima de crime em território português, o acesso a uma indemnização, que é concedida em caso de morte da vítima, a um núcleo restrito de familiares, por exemplo, as que “vivam em união de facto” (n.º 2 do artigo 2.º). No entanto, em casos que a vítima sobreviva, para aceder à referida indemnização é necessário que se comprovem um conjunto de requisitos:

- a) A lesão tenha provocado uma incapacidade permanente, uma incapacidade temporária e absoluta para o trabalho de pelo menos 30 dias ou a morte;
- b) O facto tenha provocado uma perturbação considerável no nível e qualidade de vida da vítima ou, no caso de morte, do requerente;
- c) Não tenha sido obtida efectiva reparação do dano em execução de sentença condenatória relativa a pedido deduzido nos termos dos artigos 71.º a 84.º do Código de Processo Penal ou, se for razoavelmente de prever que o delinquente e responsáveis civis não venham a reparar o dano, sem que seja possível obter de outra fonte uma reparação efectiva e suficiente (n.º 1 do artigo 2.º)

Para além da legislação apresentada, em matéria estratégica de prevenção e combate, é essencial falar sucintamente dos quatro Planos Nacionais de Prevenção e Combate ao TSH (PNPCTSH) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2007 de 22 de junho; Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2010 de 29 de novembro; Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2013 de 31 de dezembro; Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2018 de 19 de junho). Estes são coordenados pela CIG, estão em vigor durante um período de três anos e contemplam diversas medidas fundamentais para prevenir e travar o crime, com o propósito de melhorar os quadro de atuação.

Os PNPCTSH (Figura 1) constituem-se como o marco histórico português, que une as vertentes fundamentais – conhecimento, disseminação, prevenção, sensibilização, capacitação, proteção, apoio, integração, investigação e cooperação – para o combate ao crime do TSH e norteia a atuação dos indivíduos pertencentes à sociedade civil, com a intenção de desadormecer a comunidade para o exercício da sua cidadania.

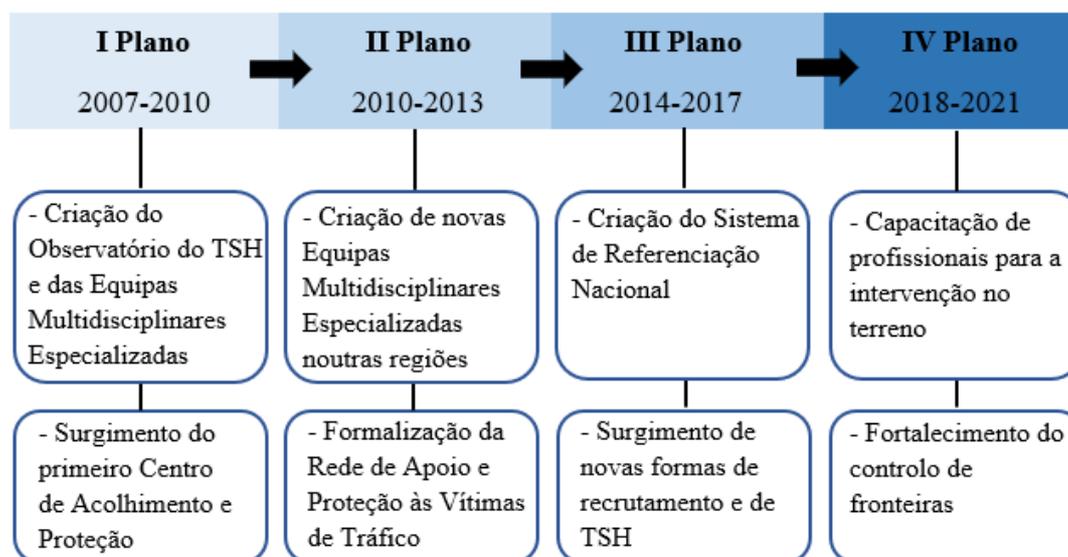


Figura 1. Marcos importantes dos Planos Nacionais de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos

Com base na informação da Figura 1, compreende-se que os PNPCTSH são os principais responsáveis pela evolução das respostas nacionais ao nível do TSH e pelo constante aumento da colaboração intersectorial tanto no combate ao crime, como no apoio e na proteção às suas vítimas.

2.2. Instrumentos jurídicos internacionais

Além das diretrizes existentes em território nacional, é fundamental conhecer a legislação da União Europeia (UE) que lhe dá suporte. Neste sentido, de forma breve, serão elencadas as razões que conduziram à criação dos instrumentos jurídicos e, ainda, a posição que Portugal toma, face ao destino dos mesmos.

A principal ferramenta jurídica internacional de combate ao crime de TSH a nível mundial é elaborada pela ONU e é conhecida por Protocolo de Palermo (Resolução da Assembleia da República n.º 32/2004, de 12 de fevereiro).

O diploma aludido, tal como consta no artigo 1.º da sua resolução, objetiva fortalecer a prevenção e o combate ao TSH, assim como a cooperação, numa perspetiva de garantia de direitos fundamentais a todas as vítimas do crime supradito. Este realça a importância dos Estados Parte continuarem em permanente cooperação e adotarem os diplomas legislativos que reconhecem como pertinentes para instituir o TSH como uma infração penal grave (artigo 5.º). Perante o descrito, tanto é essencial garantir que o sistema jurídico de cada Estado exponha informações sobre o processo judicial em curso

(n.º 2 do artigo 6.º), como também detenha “medidas que permitam a recuperação física, psicológica e social das vítimas” (n.º 3 do artigo 6.º).

Este Protocolo, ressalva, ainda, a importância de garantir o estatuto de vítima (EV) à pessoa que sofre a exploração, sublinhando a necessidade de serem asseguradas indemnizações (n.º 6 do artigo 6.º), segurança física e a possibilidade de permanência no país de acolhimento (n.º 1 do artigo 7.º). Para mais, declara que o dever de cada Estado Parte passa não só por prevenir e combater, mas também por desencorajar qualquer manobra de recrutamento e/ou exploração, podendo-se estabelecer laços cooperativos com organizações da sociedade civil (OSC) (n.º 1 do artigo 9.º).

Outro instrumento jurídico a destacar é a Diretiva n.º 2011/36/EU de 5 de abril, relativa à prevenção e luta contra o TSH e à proteção das vítimas. Esta refere que não só a prática do crime como também “a instigação, o auxílio e a cumplicidade, ou a tentativa de cometer” são puníveis por lei, de acordo com o seu artigo 3.º. Não obstante, todos os Estados Membros devem, sem exceção, assegurar uma assistência e apoio a vítimas, numa ótica de género (artigo 1.º), “antes, durante e, por um período de tempo adequado, após a conclusão do processo penal” (n.º 1 do artigo 11.º).

A Diretiva do Conselho 2004/81/EC de 29 de abril, relativa ao título de residência concedido aos nacionais de países terceiros que sejam vítimas de TSH ou objeto de uma acção de auxílio à imigração ilegal, objetiva a definição de condições de acesso a títulos de residência, com duração reduzida, à população elencada (artigo 1.º). De notar que esta diretiva é aplicável aqueles que são ou tenham sido vítimas de TSH, independentemente da sua entrada no país ter sido ou não feita de forma irregular (n.º 1 do artigo 3.º).

A Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o TSH, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 1/2008 de 14 de janeiro, é o documento que define o conceito de vítima e expressa um conjunto de medidas que os Estados Membros devem colocar em prática para prevenir o fenómeno de tráfico (artigo 5.º). Ademais, destaca-se a criação de mecanismos de avaliação: a GRETA e o Comité das Partes. O primeiro é um grupo de peritos sobre TSH que é responsável pela monitorização e implementação de medidas (artigo 36.º), bem como pela construção das recomendações mediante as informações dadas pelos Estados Membros (artigo 38.º). Já o segundo tem à sua responsabilidade a eleição dos membros da GRETA.

3. Apoio e proteção às vítimas de Tráfico de Seres Humanos

Em Portugal, o apoio e a proteção às vítimas de TSH possui um reconhecimento notável, tal como consagrado no artigo 15.º do EV (Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro). Assim, à medida que surgem novas problemáticas, as fragilidades já existentes, acentuam-se severamente, o que provoca uma maior vulnerabilidade para as frações da população ditas “invisíveis” (por exemplo: população sem abrigo e ex-reclusa).

O modelo BBC de Bogardi, Birkmann e Cardona (Birkmann, Teichman, Welle, González & Olabarrieta, 2011) reforça que a exposição contínua a determinados eventos (no tempo e no espaço), faz com que o indivíduo esteja suscetível a diversos perigos e, se este não apresentar uma resposta de enfrentamento satisfatória ao risco, a sua vulnerabilidade cresce. Perante esta realidade, o governo português assume um papel imperativo, dado que lhe cabe a construção de mecanismos que contrariem o perigo a que os grupos em exclusão social estão sujeitos, com o propósito de reduzir o risco de vitimização.

Mais do que construir, é fundamental apostar na readaptação de serviços de apoio, proteção e (re)integração para o número elevado de vítimas que existem e podem surgir a qualquer momento, em virtude do impacto da covid-19. Além do mais, é premente transformar a via pública num lugar seguro, potenciando-lhe informação fidedigna e agentes qualificados/as que atuem quando necessário.

Perante o descrito, é impreterível analisar as políticas públicas existentes em Portugal e a importância da colaboração interinstitucional como potenciadora de novas e melhores oportunidades de vida para cada vítima de TSH, em toda a sua diversidade.

3.1. Políticas Públicas

As Políticas Públicas, resultam das linhas orientadoras presentes na legislação exposta no ponto dois do presente capítulo. Deste modo, importa destacar, igualmente, o papel assumido pela instituição de acolhimento na execução de algumas das medidas.

A Associação para o Planeamento da Família (APF), enquanto uma das pioneiras na luta pelos direitos fundamentais, apresenta, desde muito cedo, um grande eixo de intervenção ao nível da proteção e assistência a vítimas de TSH. Como tal, é responsável

pela construção do primeiro CAP¹⁵, dirigido a mulheres e seus/suas filhos/as menores e assegura tanto as cinco Equipas Multidisciplinares Especializadas (EME)¹⁶ que atuam como mediadoras e cobrem todo o território nacional, como cinco Redes Regionais de Apoio e Proteção a Vítimas de TSH. É necessário realçar que o projeto piloto em Portugal sobre TSH em mulheres para fins de exploração sexual – Projeto CAIM (Cooperação, Ação, Investigação e Mundivisão) – (APF Centro, 2020a) é tanto o responsável pela criação da legislação hoje em vigor, como o grande impulsionador da maioria das Políticas Públicas de sensibilização, prevenção, apoio, proteção e combate existentes, visto que abre horizontes e introduz um olhar crítico face a este crime.

A partir deste marco, ao nível da sensibilização e prevenção, são fabricadas e lançadas várias campanhas, manuais e folhetos informativos, mas também conferências e palestras, com a ambição de sensibilizar a comunidade para o TSH e reforçar a capacitação de profissionais no processo de intervenção. Tal como se verá no ponto 4 deste capítulo, a criação de mecanismos de prevenção nacionais são duas das grandes Políticas Públicas preventivas, uma vez que introduzem procedimentos de identificação, condutas de sinalização e fornecem conhecimento territorial do fenómeno.

No apoio e proteção às vítimas de TSH, para além dos serviços já mencionados levados a cargo pela APF e outras OSC, emergem linhas telefónicas, cuja principal finalidade passa por garantir o acesso à informação e ao apoio. Estas, funcionam ininterruptamente e de modo gratuito, destacando-se a Linha SOS Imigrante e a Linha Nacional de Emergência Social (LNES).

A Linha SOS Imigrante – **808 257 257** –, criada em 2003 pelo hoje conhecido Alto Comissariado para as Migrações, disponibiliza um atendimento especializado multilingue a vítimas de crime, a imigrantes, às organizações não governamentais (ONG) e ainda à comunidade, assegurando um conjunto de apoios que vão desde o informativo ao emocional (Agência para a Modernização Administrativa [ACM], 2021a). Importa referir que este serviço é constituído por técnicos/as que se encontram em constante formação, com o propósito de garantir um atendimento de excelência e também o desenvolvimento do apoio linguístico, mediante um serviço de tradução (ACM, 2021a).

¹⁵ Estes centros são respostas humanizadas de âmbito nacional, cuja finalidade é o “acolhimento seguro, a estabilização emocional e a futura (re)integração social” (APF, 2020a) de PV de TSH. São conhecidos por garantir a segurança imediata das PV e funcionam durante as 24 horas de todos os dias do ano (APF, 2020a).

¹⁶ Retoma-se a expressão por extenso para facilitar a leitura.

A LNES – 144 –, surge como um dos desafios do Plano Nacional de Acção para Inclusão e enquanto uma das metas do terceiro objetivo “Atuar em favor dos mais vulneráveis” de luta contra a pobreza e exclusão social (Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2001, de 12 de julho). Esta linha que atua, sobretudo, em situações de emergência social, está a cargo do Instituto de Segurança Social e visa garantir respostas imediatas ao nível da proteção e do acompanhamento social (ACM, 2021b), destinando-se a todas as pessoas nacionais que se encontrem em situação de vulnerabilidade.

No domínio do combate ao TSH, a grande aposta é ao nível da componente formativa. Para mais, realça-se a aprovação da estratégia nacional de gestão integrada de fronteiras (Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2017, de 17 de julho) que “procura enquadrar o modo como Portugal aborda a pertença ao Espaço Schengen” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2017), a fim de fortalecer a segurança interna através da supervisão das fronteiras. Neste cenário, os órgãos policiais detêm um papel determinante na concretização da estratégia referida.

3.2. A colaboração interinstitucional

No seio da sociedade estão dispostos inúmeros organismos que manifestam um papel fundamental na concretização das Políticas Públicas, sendo a colaboração entre os mesmos um aspeto essencial para o alcance de bons resultados. Dependentemente da sua posição de maior ou menor proximidade face às medidas delineadas, apresentam níveis diferentes de responsabilidade na sua operacionalização. Deste modo, num sistema ideal de assistência, prevenção e combate ao TSH é, inquestionavelmente, relevante a existência de parcerias diretas e indiretas nos mais variados setores da sociedade, o que se pode comprovar facilmente pelo número de entidades responsáveis pela execução das medidas presentes nos PNPCTSH.

3.2.1. Entidades públicas

Os Planos Nacionais, desde o primeiro até ao mais recente que finda no presente ano civil, realçam não só o papel oportuno das entidades públicas na execução das medidas traçadas, como também a competência que estas possuem para o alcance dos objetivos previamente estabelecidos. Neste sentido, é essencial destacar a cooperação entre os diferentes órgãos e organismos do Estado na proteção e apoio a PV, uma vez que são os principais responsáveis pela prossecução de inúmeros projetos desse âmbito.

Muitos dos Ministérios Públicos, nomeadamente a Administração Interna, têm uma participação ativa no desenvolvimento dos quatro Planos, sendo que os seus principais representantes colaboram de forma direta e próxima com a entidade coordenadora – CIG –, na organização e monitorização dos mesmos.

Nas componentes de combate e de proteção e assistência a vítimas do referido crime, é a Polícia Judiciária (PJ) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) que na qualidade de OPC, assumem a investigação e autorizam a cedência de apoios legislativos. Além disso, contêm serviços que potenciam um trabalho mais consistente e objetivo como é o caso da unidade antiterrorismo (PJ) e da unidade antitráfico (SEF). De acordo com dados da OIM (2018), nos últimos dez anos “nearly 80% of international human trafficking journeys cross through official border control points, such as airports and land border control points”¹⁷, o que vem sublinhar o papel premente que estas entidades assumem na identificação de presumíveis vítimas (PV)¹⁸ e posterior encaminhamento.

Para além do mencionado, os órgãos judiciais de terreno, nomeadamente a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Guarda Nacional Republicana (GNR), têm uma visão alargada da situação de tráfico humano, o que lhes confere a qualidade necessária para serem agentes ativos de sinalização e darem o “pontapé de partida” para a investigação.

3.2.2. Organizações da sociedade civil

No Estado português, a sociedade civil também conhecida como terceiro setor (Neto, 2017), assume uma função de enorme relevância para a concretização das Políticas Públicas. Cada vez mais, os valores intrínsecos às OSC, tais como sentido de compromisso e equidade, desempenham um papel que possibilita “medir a maturidade e bom funcionamento de um regime democrático” (Cruz, 2016, p. 5).

Durante um extenso período, o terceiro setor é alcunhado por observador de monitorização (Cruz, 2016), visto que a confinidade que apresenta com a comunidade, lhe permite entender se há êxito na implementação de determinada política. Todavia, com o passar do tempo, a função das OSC diversifica-se e, atualmente, estão envolvidas na planificação, construção, implementação e até no processo avaliativo (Cruz, 2016).

¹⁷ Informação retirada da página *online*: <https://www.ctdatacollaborative.org/story/victims-trafficking-road>.

¹⁸ Retoma-se a expressão para orientar a leitura do/a leitor/a.

Mediante a voz que as OSC têm atualmente, é possível visualizar os contributos ao nível da “redução das desigualdades de expressão, participação e organização ao representar os pobres, os excluídos e as maiorias não organizadas” (Neto, 2017, p. 12). Portanto, entende-se que almeja “todos os fins compatíveis com um bem comum” (Henriques, 2003, p. 137, citado por Neto, 2017, p. 13).

Debaixo do grande chapéu da sociedade civil está uma variedade de organizações sem fins lucrativos “constituídas numa base voluntária para promover os seus interesses, as suas ideias e as suas ideologias” (ONU, 2017, citado por Neto, 2017, p. 13), englobando, por exemplo, “Associações, Fundações e Instituições de Desenvolvimento Local” (Franco et al., 2005, citado por Neto, 2017, p. 24). Perante o referido, é justificado o papel ativo das OSC na execução das medidas dos Planos Nacionais, mais especificamente no domínio da assistência e da proteção, sendo ONG como a APF a realizar esta função através das EME e dos CAP. Por outro lado, na construção e implementação das mesmas, verifica-se uma estreita colaboração entre as várias entidades públicas e as OSC, onde se assumem papéis basilares, quer enquanto parceiros na recolha de dados para o Sistema de Monitorização, quer como membros da RAPVT¹⁹ que promove a ação formativa.

No caso específico do III Plano Nacional, constata-se a importância de um trabalho entre instituições, na medida em que este tem em vista “o aprofundamento da articulação e cooperação entre as entidades públicas e as organizações da sociedade civil envolvidas” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2013).

4. Os mecanismos portugueses de prevenção ao Tráfico de Seres Humanos

O tráfico humano assume, cada vez mais, uma identidade singular e de difícil perceção. Neste sentido, a constante produção de literacia tem despertado a sociedade e o leque de profissionais qualificados/as para a continuidade deste crime, prestando-lhes informações sobre os dados predominantes das vítimas (por exemplo: sexo e idade) e ainda os conducentes ao processo em si (tais como os meios de recrutamento).

O conhecimento real do crime é entendido como a peça essencial para traçar modelos de prevenção eficazes e informados, com o propósito de eliminar o crime do TSH e ainda capacitar, progressivamente, a comunidade com um olhar crítico perante as

¹⁹ De acordo com a lista de acrónimos significa Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico.

situações observadas no seu dia a dia. Neste prisma, as componentes direcionadas para a sinalização, recolha e tratamento de dados, e produção de conhecimento, alcançam um destaque exímio e servem de trampolim para uma maior representatividade do fenómeno.

4.1. O Sistema de Monitorização

O fenómeno em questão remete a um atentado à segurança pública que assola não só a população portuguesa, como tantas outras. Assim, o conhecimento atual da realidade observada, traduz-se numa das maiores armas de sensibilização para a sociedade.

Por obra do projeto-piloto CAIM é lançado o primeiro Sistema de Monitorização que serve de suporte ao que se encontra a vigorar atualmente, contudo, por efeito do crescimento constante do crime, novas finalidades são identificadas e este vê-se obrigado a alargar o seu foco às mesmas. Com a conclusão do projeto, visualizam-se lacunas ao nível da recolha, análise de dados e difusão de conhecimento e, por esse motivo, o I Plano Nacional perspetiva a construção do OTSH, pelo Decreto-Lei n.º 229/2008 de 27 de novembro.

O OTSH revela um papel preponderante no que concerne à prevenção, sensibilização, combate e atualização de Políticas Públicas e planos de atuação mais eficientes (SEF, s.d.)²⁰. Deste modo, para além da coordenação deste sistema, fica à sua responsabilidade a triangulação e o tratamento dos dados, de duplo cariz, de todas as entidades nacionais que trabalham o fenómeno, bem como a produção, progressiva, de conhecimento fidedigno da realidade portuguesa (artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 229/2008 de 27 de novembro). A fim de melhorar a sua ação, inaugura o sistema de georreferenciação, conseguindo uma maior representatividade territorial.

De modo a concretizar a sua função de monitorização, constrói duas ferramentas que facilitam a recolha de informação aquando da sinalização, a saber: o guia único de registo (GUR) para os OPC e o guião de sinalização (GS) para a sociedade civil. Através destas, dá-se o tratamento e a triangulação de dados para que seja exequível produzir informação e, à vista disso, analisar a mesma.

Em suma, este sistema garante o cumprimento da primeira área estratégica dos Planos – conhecer e disseminar informação (SEF, s.d).

²⁰ Informação consultada na página *online* do OTSH, disponível em: <https://www.otsh.mai.gov.pt/tsh-em-portugal/>.

4.2. O Sistema de Referenciação

Em Portugal, de forma a providenciar resposta ao recomendado no III Plano Nacional, constrói-se o Sistema de Referenciação Nacional de Vítimas de TSH²¹ (SRNVTSH) (Euro TrafGuID, 2014). Este resulta da adaptação ao quadro português de uma mescla de instrumentos práticos produzidos pelo projeto “Euro TrafGuID – Desenvolvimento de Orientações e Procedimentos Comuns na Sinalização de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos” (Euro TrafGuID, 2014).

O SRNVTSH cumpre as recomendações globais e pretende facultar métodos de comunicação entre os vários agentes que apresentam uma função ativa no combate ao delito, mas também procedimentos de atuação comuns, primados em matéria de direitos fundamentais e com principal foco na vítima. A divisão desta publicação possibilita, às várias entidades envolvidas no fenómeno, reconhecer claramente o seu papel nos vários momentos (sinalização, identificação e integração) (Euro TrafGuID, 2014).

Esta ferramenta de trabalho, financiada pelo Programa para a Prevenção e Luta contra o Crime da UE (Euro TrafGuID, 2014), é concebida com o principal objetivo de “facilitar procedimentos, desde a sinalização à identificação formal das vítimas” e ambiciona tanto o “reforço da cooperação entre Estados”, como uma abrangência de “sinalização de vítimas de tráfico dentro da UE” (Euro TrafGuID, 2014, p. 7).

Assiste-se, portanto, a uma complementaridade entre sistemas, pois o resultado da avaliação realizada por um “Grupo de Acompanhamento”²² (Penedo, 2010, p. 172) às PV para garantir a sua identificação formal, tem de ser, obrigatoriamente, transmitido ao OTSH, para que exista uma atualização dos dados e a função de monitorização se cumpra (Penedo, 2010).

Neste sentido, o SRNVTSH, devido à sua índole informativa, configura-se como uma mais-valia para incitar o reconhecimento cívico-político desta problemática, além de que resguarda a comunidade e lhe facilita mecanismos de denúncia.

²¹ Retoma-se a expressão por extenso para facilitar a compreensão do conceito.

²² Este é composto por “4 representantes de cada OPC” e assume a validação dos casos “do ponto de vista policial como situação de tráfico confirmada, não confirmada, ou ainda em sinalização” (Penedo, 2010, p. 172).

Parte II – Caracterização Institucional

Capítulo III – Associação para o Planeamento da Família

1. História e âmbitos de atuação

A Associação para o Planeamento da Família (APF), enquanto Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), surge como um espaço pluralista de cidadania e promoção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos (DSR) e Humanos.

Esta ONGD de referência técnica, com 53 anos de existência, apresenta como missão “contribuir para que as pessoas possam fazer escolhas livres e responsáveis na sua vida sexual e reprodutiva, incluindo a promoção da parentalidade positiva”²³ (APF, 2021). Além disso, é a única instituição portuguesa a pertencer a uma ONG mundial de grande renome, a *International Planned Parenthood Federation* (IPPF).

Quanto à sua organização geográfica, esta é sediada em Lisboa e dispõe-se em seis delegações que percorrem todo o território nacional, a saber: “APF Alentejo (...), APF Algarve (...), APF Centro (...), APF Lisboa, Tejo e Sado (...), APF Madeira (...) e APF Norte (...)” (APF, 2017, p. 3). Assim, de modo a facilitar a compreensão do trabalho efetuado, ao longo dos anos, pela APF, apresenta-se uma linha temporal (Figura 2) dos marcos mais relevantes, que servem de base ao discurso levado a cabo, posteriormente.

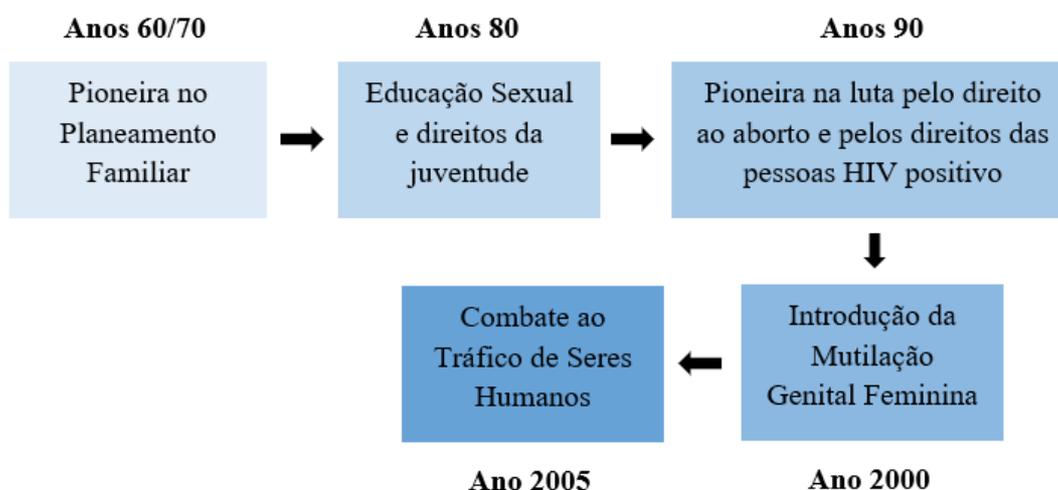


Figura 2. Marcos históricos da Associação para o Planeamento da Família

²³ Informação consultada na página *online* da APF, disponível em: <http://www.apf.pt/quem-somos>.

Com base na Figura 2, compreende-se que a APF começa a fazer história aquando da ditadura conservadora sentida em 1967, dado que foi a ONGD pioneira a promover consultas de planeamento familiar (PF) nos hospitais e a proporcionar consultas sociais na sua sede em Lisboa (APF, 2017). Este é considerado um marco fundamental, pois existindo, na época, índices precários de saúde materna e infantojuvenil, com níveis de pobreza alarmantes, a APF emerge pela luta do direito à saúde do povo português.

Com a Revolução dos Cravos é criado um contexto laboral mais vantajoso para o trabalho exercido pela APF, o que lhe concede a oportunidade para lutar pela igualdade no acesso a informação fidedigna e a cuidados de saúde ao nível dos grupos vulneráveis (APF, 2017). Passados dois anos, nasce o primeiro instrumento legislativo sobre o PF (APF, 2017), o que faz com que, através do exercício desse direito, esta ONGD adquira um carácter comunitário, expandindo a sua intervenção a famílias “em situação de pobreza, a população cigana ou os jovens institucionalizados” (APF, 2017, p. 8).

No final do ano de 1970, a gravidez na adolescência surge enquanto nova problemática. Neste sentido, a APF cria uma petição para que a legislação seja modificada e possibilite o direito à contraceção para jovens e educação sexual nas escolas (APF, 2017) e, ainda, constrói centros de atendimento para os/as mesmos/as em duas zonas do país. Através desta luta contínua, no término de 1983, é “revogada a proibição do acesso de menores ao planeamento familiar” (APF, 2017, p. 10).

Na década de 90, a APF é, outra vez, pioneira em novas frentes laborais tanto ao nível nacional como internacional, continuando a ter um papel ativo na defesa e promoção dos Direitos Humanos (DH), nomeadamente ao nível do combate à discriminação da população seropositiva, na despenalização da interrupção voluntária da gravidez e na dignificação dos DSR das pessoas com qualquer tipo de deficiência (APF, 2017). Perante as necessidades percecionadas, é formada a linha telefónica gratuita Sexualidade em Linha, dirigida à comunidade jovem (APF, 2017). Para mais, a APF, em resultado de todas estas conquistas, é condecorada com a Ordem de Mérito, passando a integrar o “Conselho Consultivo da CIDM e o Conselho Nacional de Famílias” (APF, 2017, p. 12).

O novo milénio é assinalado pela introdução da Mutilação Genital Feminina no plano interventivo da APF, passando a ser a temática central de programas nacionais, aplicados junto da população guineense, com o objetivo de prevenir, combater e extinguir este crime. Por outro lado, esta ONGD, mediante a sua capacidade de percecionar novas problemáticas e vertentes com carências sociais, a partir de problemas específicos,

começa a identificar contornos díspares do habitual na sua intervenção junto de trabalhadores/as sexuais (APF, 2017). É, então após grandes debates em equipa que a APF confronta-se com uma realidade até então desconhecida – o Tráfico de Seres Humanos (TSH).

Perante esta nova realidade, em 2004, a APF torna-se parceira do projeto CAIM e, constrói os principais manuais sobre TSH, em conjunto com a CIG (APF Centro, 2020a). Ademais, envolve-se na construção do Sistema de Referenciação Nacional de Vítimas de TSH (SRNVTSH) e alarga a sua intervenção no terreno a esta população, fabricando respostas ao nível da sinalização, da assistência, do acolhimento, da proteção e da prevenção deste fenómeno (APF, 2017): os Centros de Acolhimento e Proteção (CAP), as Equipas Multidisciplinares Especializadas (EME) e as Redes Regionais de Apoio e Proteção a Vítimas de TSH.

1.1. A Delegação Centro

A Delegação Centro da APF, surge em Coimbra no dia 15 de abril de 1976 (APF Centro, 2020a) e, desde muito cedo, é reconhecida não só pelos resultados alcançados junto do seu público-alvo, como também pelas iniciativas que coordena e pela formação que oferece, de forma constante. No entanto, devido à crise económica sentida em 2016, a Delegação vê-se obrigada a procurar uma nova sede na região Centro. É, então, em maio de 2016 que passa a localizar-se no Concelho de Cantanhede.

Esta Delegação é constituída por uma equipa técnica de três elementos, a Dr.^a Vera Carnapete (coordenadora regional, psicóloga clínica e terapeuta sexual), a Dr.^a Marina Cação (psicóloga clínica) e a Dr.^a Catarina Pedro (psicóloga forense).

Desde 2012, a APF Centro graças ao seu saber-fazer e experiência em TSH, realiza um trabalho pluralista que se revela fundamental para assegurar a manutenção da linha de emergência e a intervenção no terreno através da EME Centro (APF Centro, 2020a). Além disso trabalha no projeto da Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de TSH (RRCAPVTSH) e é membro da Comissão de Acompanhamento da Rede (CAR).

De forma regular e contínua, a Delegação presenteia a comunidade com Ações de Sensibilização e Informação (ASI), campanhas temáticas, materiais pedagógicos e momentos de reflexão, sendo bastante ativa na produção e disseminação de conhecimento nas suas redes sociais (APF Centro, 2020a). Não restringindo o seu papel interventivo

somente ao TSH, esta possui um conjunto de serviços na área da Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) (APF Centro, 2020a), nomeadamente consultas (psicologia, sexologia clínica, aconselhamento parental e conjugal) e, numa vertente gratuita e mais dirigida à população jovem, oferece aconselhamento no âmbito da SSR. Para mais, é responsável pela supervisão do Grupo de Jovens do Centro que nasce em 2019 e centra a sua intervenção na defesa e representação dos seus pares, no que diz respeito aos seus direitos de educação e SSR (APF Centro, 2020b).

1.1.1. A Equipa Multidisciplinar Especializada do Centro para Assistência a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos

Para descrever a EME Centro é imperativo conhecer as raízes que possibilitam o seu surgimento. Em 2008, surge no Norte de Portugal, uma equipa singular de cariz social que presta apoio altamente especializado a nível nacional (APF Centro, 2020a). No entanto, face à desocultação crescente do delito e ao avolumar do número de sinalizações em regiões bastante opostas da sede portuense, a prestação de uma assistência de qualidade é dificultada (APF Centro, 2020a). Para contornar o mencionado, passados quatro anos, a APF nacional aposta numa lógica de proximidade (APF Centro, 2020a) e cria várias EME em todo o território português (APF Centro, 2020b).

A EME Centro é uma das cinco respostas no país e está envolvida na “sinalização, identificação e apoio a vítimas de TSH” (APF Centro, 2020b, p. 1), fornecendo assistência de emergência e de continuidade “ao nível da estabilização emocional, recuperação e (re)construção do projeto de vida e, quando necessário, apoio no retorno assistido de presumíveis vítimas de TSH” (APF Centro, 2020b, p. 1).

Inerente ao trabalho da equipa técnica, encontra-se a manutenção de uma linha telefónica direta que funciona 24 horas por dia e durante todos os dias do ano, podendo ser utilizada para realizar sinalizações de presumíveis vítimas (PV) e/ou para requerer apoio técnico. Seguindo esta visão, a EME Centro presta respostas individualizadas e ajustadas a cada situação de TSH e alarga a sua intervenção a “crimes associados e a outras questões direta ou indiretamente relacionadas com esta problemática” (APF Centro, 2020b, p. 1). Para mais, assume o cargo de presidência da CAR.

Tendo em mente a atuação descentralizada da EME Centro no terreno, é possível perceber que esta tem competência para capacitar e sensibilizar públicos-alvo dos mais diversos contextos, nomeadamente os OPC, profissionais de saúde e comunidade em

geral, com e sem vulnerabilidade associada (APF Centro, 2020a), de forma a prevenir trajetórias de risco e aumentar a deteção do crime. Para mais, participa em reuniões de supervisão a nível nacional, em momentos de capacitação interna para melhorar e harmonizar os procedimentos a adotar perante as PV e, também, realiza a avaliação do projeto com a construção dos relatórios semestrais (APF Centro, 2020a).

1.1.2. A Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos

A APF, enquanto membro da Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico (RAPVT), optou por, através do projeto das EME, impulsionar a construção de Redes Regionais, com o propósito de alcançar um trabalho em rede mais eficaz e promissor (APF Centro, 2017). A RRCAPVTSH, dinamizada pela EME Centro, surge a 13 de dezembro de 2013 (APF Centro, 2017), devido à crescente necessidade de aprofundar este fenómeno e apresenta como finalidade a “prevenção, proteção e reintegração das vítimas de TSH” (APF Centro, 2017, p. 2).

Assente em valores como cooperação e partilha, esta Rede, de modo a ser fiel à sua missão, concebe sinergias locais e de proximidade com organizações da sociedade civil (OSC) que estabeleçam uma atuação direta ou indireta sobre este crime público, contando atualmente com mais de 80 entidades parceiras (EP). A esta, encontra-se subjacente uma CAR, eleita anualmente pelas EP, que emerge com o propósito de concretizar os objetivos da Rede (APF Centro, 2017). Perante o exposto, é constituída, presentemente, por cinco entidades – Mulher Século XXI, APF Centro, Florinhas do Vouga, Saúde em Português e Assistência Médica Internacional - Centro Porta Amiga de Coimbra (APF Centro, 2020a).

Com a intenção de promover um trabalho em rede mais eficiente, a CAR estabelece um contacto mensal, de forma a garantir a promoção de uma comunicação sem obstáculos e, ainda, uma construção e operacionalização fiel das atividades, aprovadas por unanimidade de todas as EP, e presentes no Plano Anual de Atividades (PAA) da Rede (APF Centro, 2017). Em síntese, o trabalho realizado na RRCAPVTSH assenta numa vertente informativa e preventiva (APF Centro, 2017) e, em virtude dos diferentes apoios e mecanismos institucionais que tem a seu dispor, contribui para a consecução de respostas momentâneas e eficientes nos processos de sinalização, o que por consequência, permite uma assistência de alta qualidade às PV de TSH.

Parte III – Projeto implementado e coletânea de atividades

Capítulo IV. Ferramenta Prática de Orientação e Procedimentos de Excelência na Assistência a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos

1. Diagnóstico participativo

Para construir um projeto é imperativo realizar um diagnóstico da realidade, pois é “uma fase de vital importância”, dado que “permite localizar os principais problemas, dá a conhecer as suas causas de fundo e oferece vias de ação para a sua resolução gradual” (Pérez-Serrano, 2008, p. 29). Esta ferramenta metodológica deve ser trabalhada mediante “o que é preciso, quem o necessita, porquê e até onde” (Pérez-Serrano, 2008, p. 30), visto que, quanto maior a porção de realismo, mais enriquecedor será o diagnóstico e maior será a probabilidade de se construir um projeto viável e coeso.

Embora **existam diferentes tipologias de diagnóstico** que possibilitam o estabelecimento de um quadro de necessidades (Pérez-Serrano, 2008), **seleccionámos o de cariz social e o de índole participativa**, dando mais ênfase ao último.

Ao longo do estágio curricular (EC) na APF Centro, começámos por tentar **detetar os pontos fortes dos serviços e dos projetos existentes** e os aspetos que podiam vir a ser alvo de melhoria, com recurso à observação direta da realidade institucional. Ao analisar a Equipa Multidisciplinar Especializada de Assistência a Vítimas (EME) de Tráfico de Seres Humanos (TSH), rapidamente percebemos que **um dos grandes fatores promotores de sucesso era a colaboração interinstitucional e o trabalho em rede** que esta apresentava com o numeroso leque de entidades parceiras (EP) da Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de TSH (RRCAPVTSH). No entanto, ao examinarmos os pontos menos positivos, constatámos que **a maioria das sinalizações eram acompanhadas de fraco conteúdo informativo** sobre as presumíveis vítimas (PV) e de **ausência de conhecimento acerca dos procedimentos a adotar** com as mesmas.

Em síntese, através do diagnóstico social evidenciaram-se **duas áreas de necessidade**: a capacitação prática sobre TSH e a capacitação teórica com diretrizes orientadoras para a sinalização, abordagem e atendimento correto no primeiro contacto com PV de TSH. Deste modo, foi fundamental ativar a capacidade de diferenciação e estabelecer uma hierarquia primordial, baseando a decisão em critérios específicos,

nomeadamente a “proporção de pessoas que padecem ou revelam a necessidade” (Kaufman, 1972, citado por Pérez-Serrano, 2008, p. 33).

Tendo por base o critério exposto, analisámos qual era o grupo social que, perante as múltiplas potencialidades que dispunha, se afigurava como o mais capaz para transformar a realidade e contribuir para a mudança que se pretendia alcançar: **práticas profissionais éticas na assistência a PV, numa lógica de parcerias estratégicas e um número superior de sinalizações eficientes**. Considerando a dimensão numérica (**n=85**) e geográfica (**7 distritos**) das EP, estas relevaram-se como o público-alvo apropriado, dado que tinham em vista a prossecução de objetivos comuns à EME Centro e, ao atuar com as mesmas, conseguíamos melhorar a cultura de trabalho já existente.

Perante as **necessidades institucionais e as carências do público-alvo**, detetadas no contacto com o mesmo ao longo das várias reuniões da RRCAPVTSH, **idealizámos a construção de uma ferramenta sociopedagógica**, em formato de manual, que se distinguisse pelo seu carácter informativo, dinâmico e transformador da realidade atual.

Com a intenção de apurar a viabilidade deste projeto e garantir uma maior fiabilidade ao mesmo, optámos por **dar voz ao público-alvo** selecionado e realizar um **diagnóstico participativo**. Para além dos motivos já mencionados, destacamos a oportunidade de conhecer, numa lógica de proximidade, as principais necessidades a colmatar e, como resultado, focar o produto final na resposta às mesmas, garantindo o desenvolvimento sustentável da população destinatária.

O diagnóstico participativo foi concretizado através da aplicação do **Questionário de avaliação das necessidades dos/as profissionais na atuação com PV de TSH**²⁴ (Apêndice I). Este era de dupla natureza (quantitativa e qualitativa) e **visava auxiliar o público-alvo a identificar e priorizar as suas necessidades ao nível da atuação com as PV** (objeto de estudo), e a tomar consciência face aos seus conhecimentos no domínio do TSH, ao mesmo tempo que **tencionava trabalhar o seu protagonismo, para que se sentissem parte da solução** e definissem que tipo de intervenções seriam mais vantajosas para melhorar as suas *performances* profissionais.

Para a análise dos dados quantitativos, utilizámos o *software* aplicativo *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e, para a informação qualitativa, recorreremos à

²⁴ Este encontra-se disponível através da hiperligação: <https://forms.gle/aWwqqSvwyUuDdWHM6>.

técnica de análise de conteúdo, na qual se construiu uma matriz conceptual (Apêndice II) e uma árvore categorial (Figura 3).

Em seguida, caracterizamos a amostra do estudo e, posteriormente, damos a conhecer os resultados no ponto 1.1.

- **Caracterização da amostra**

A amostra do estudo (N=11) foi composta por **10 elementos do sexo feminino e 1 do sexo masculino**, com idades entre os 27 e os 46 anos, mediana de 41 anos e **média de 38 anos** (dp=6). Desta, 5 (45.5%) eram psicólogas, 3 (27.3%) eram técnicas superiores, 1 (9.1%) era professora, 1 (9.1%) era assistente social e, o restante (9.1%) era ministro de culto religioso.

Em termos de localização geográfica, 5 (45.5%) das EP respondentes eram de Coimbra, 2 (18.2%) de Aveiro, 2 (18.2%) de Castelo Branco, 1 (9.1%) da Figueira da Foz e outra (9.1%) da Covilhã. A **média do tempo de parceria** com a RRCAPVTSH localizou-se em 4,6 anos e a **moda foi 8 anos**.

Com base nos dados, **a moda é ser psicóloga e pertencer à região de Coimbra**.

1.1. Análise dos resultados do estudo das necessidades

O Questionário que deu mote ao estudo das necessidades do público-alvo foi **disponibilizado a todas as EP da Rede Regional do Centro** (n=85), tendo sido obtidos 11 respondentes, o que perfaz um total de **11,8% de taxa de respostas**. De notar que, com base nos dados recolhidos, planificámos as atividades mobilizadoras das principais competências a adquirir e **estruturámos o produto final, mediante as necessidades que a população-alvo desejava atenuar e/ou colmatar**.

Embora tivéssemos questionado os/as participantes sobre os conteúdos que identificavam como imperativos para a ferramenta idealizada e qual a utilidade prevista, elaborámos questões de natureza quantitativa com o propósito de adquirir informações pertinentes que facilmente se convertiam em possíveis necessidades não evidenciadas pelos/as mesmos/as, de forma direta. Ademais, existiam questões específicas que apesar de não terem muita relevância para a construção da ferramenta, foram analisadas separadamente, pois serviam de base para, posteriormente, se calcular o progresso após a sua implementação (Apêndice III).

Quando confrontados/as relativamente à sua aptidão para identificar uma PV, 100% da amostra afirmou conseguir. Contudo, a respeito do tipo de informação a recolher para realizar uma sinalização, 9.1% já não se sentia tão capaz.

No que concerne ao modo de agir junto desta população vitimizada, apenas 18.2% dos/as respondentes mencionou não saber como proceder, ainda assim, 100% destes/as considerou fundamental existirem Ações práticas de capacitação.

Questionados/as sobre o parâmetro em que **sentiam mais dificuldade** caso suspeitassem estar perante uma PV (Tabela 1), 36.4% selecionou a opção “**saber as etapas de atuação**” e seguidamente com 27.3% “saber como abordar a presumível vítima”. Porém, 18.2% demonstrou dificuldades em todos os parâmetros.

Tabela 1.

Dificuldades dos/as profissionais no confronto com presumíveis vítima

Parâmetros	Frequência/%
Saber quais são as informações mais importantes para recolher	2 (18.2%)
Saber como abordar a presumível vítima	3 (27.3%)
Saber as etapas de atuação	4 (36.4%)
Todas as opções	2 (18.2%)

O conhecimento da cultura das PV é fundamental para **garantir uma boa abordagem e intervenção**. Deste modo, através da análise dos dados quantitativos, compreendeu-se que: **81.8% via o conhecimento intercultural como uma das skills fundamentais** para garantir melhores intervenções; **63.6% admitiu ser necessária uma capacitação neste âmbito** e a restante (36.4%) achou muito necessária. A fim de corroborar o mencionado, quase metade da amostra (45.5%) considerou imperativo atender às especificidades culturais das PV na abordagem com as mesmas.

Quanto à **viabilidade** desta ferramenta, **90.9% dos/as respondentes afirmaram implementá-la no seu local de trabalho** e os/as restantes (9.1%) justificaram a sua resposta contrária pelo conhecimento de outros instrumentos no âmbito do TSH.

Mudando o paradigma avaliativo, mostramos a árvore categorial (Figura 3) construída através da análise de conteúdo efetuada. Esta é constituída por **duas grandes categorias, quatro temas e seis subtemas**. Deste modo, em seguida, apresentam-se por temas, as principais conclusões e uma breve definição da justificação da nomenclatura empregue.

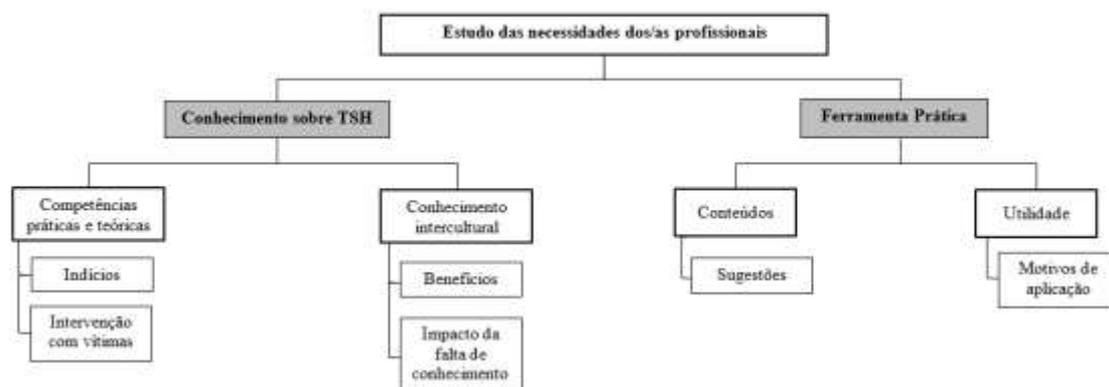


Figura 3. Árvore categorial das respostas abertas ao Questionário de avaliação das necessidades dos/as profissionais na atuação com presumíveis vítimas de Tráfico de Seres Humanos

Nota. A primeira linha da árvore (retângulos sombreados a cinzento) representa as categorias; a segunda linha corresponde aos temas; e a terceira e quarta linha reflete os subtemas.

- **Competências práticas e teóricas no domínio do TSH:**

Este tema remete para as competências que os sujeitos consideraram ter, no domínio do TSH. Um número reduzido dos/as respondentes (n=11) afirmaram conhecer os indícios que uma PV podia apresentar, enunciando pelo menos três: “ser controlada por alguém; não ter posse sobre os seus documentos; não ter contrato de trabalho” (P5). Para mais, o sinal de alerta mais comum entre todos/as foi a ausência de documentação [n=7 – “ausência de documentação identificativa” (P6)].

Adicionalmente, alguns indivíduos mencionaram conhecer vários procedimentos a efetuar na intervenção com vítimas, nomeadamente: o estabelecimento de contacto com as entidades responsáveis [n= 8 - “fazia articulação com o SEF e MP” (P7)] e a avaliação da situação [n=6 – “avaliava primeiro a presença de TSH” (P1); “avaliava as necessidades da pessoa, procurando não a expor a maiores riscos” (P2); “avaliar a situação e a pessoa em causa” (P3)].

- **Conhecimento intercultural**

No que concerne ao conhecimento intercultural, os/as participantes denotaram que a presença do mesmo promovia uma melhor intervenção junto de PV de TSH [n=6 – “a cultura é fundamental para compreender o funcionamento e o posicionamento da vítima face a uma intervenção” (P6); “a compreensão e respeito pelas questões culturais é fundamental para melhor delinear as ações interventivas e proteger e respeitar o outro”

(P7)]. Sob outra visão, defenderam que a ausência deste tipo de conhecimento apresentava impactos negativos ao nível do estabelecimento de uma boa relação com as vítimas [n=9 – “em consequência da falta de conhecimento, uma vítima pode não ser ajudada e apoiada” (P5); “muitas vezes o uso de algumas expressões típicas podem ser discriminatórias e ter influência na relação de confiança” (P6)].

- **Conteúdos da ferramenta**

Este tema reporta os conteúdos que os/as respondentes evidenciaram como imperativos a integrar na Ferramenta Prática. Posto isto, destacaram que **deviam ser abordadas as várias etapas de atuação** junto de uma PV [n=6 – “Procedimentos mais corretos ao nível da recolha de informação e intervenção” (P2); “Quais as etapas a percorrer na sinalização de uma vítima de TSH” (P4)]. No entanto, os/as participantes **também apontaram as questões culturais e linguísticas** como elementos fundamentais a serem trabalhados [n=3 – “Saber como abordar uma PV, respeitando a cultura” (P6); “apoio no conhecimento intercultural e informação de base de tradutores que estivessem sempre disponíveis” (P11)], já que se não forem tidas em consideração comprometem o atendimento.

- **Utilidade da ferramenta**

Idealizando a Ferramenta Prática, os/as respondentes perspetivaram vários motivos para a implementar nos seus contextos laborais. Estes **evidenciaram duas grandes utilidades**: a **melhoria da qualidade da prática profissional** ao nível processual [n=8 – “considero que melhorar a intervenção em equipa e torná-la mais eficaz” (P2); “garante uma melhor prática a nível de processos no local de trabalho” (P11)] e a **uniformização de procedimentos** [n=6 – “permite uniformizar a linguagem e criar um procedimento concreto de intervenção” (P7); “sempre que um técnico tenha dúvidas, este manual permite orientar o processo, ou seja, uniformizar as respostas na região”(P9)]. Perante o referido, foi possível concluir que esta ferramenta é pertinente para o público-alvo e que terá aplicabilidade.

A partir da leitura do diagnóstico participativo, constatámos que houve congruência entre a análise quantitativa e a qualitativa, não existindo incoerências entre dados. Por outro lado, compreendemos que a ferramenta idealizada devia concentrar-se,

principalmente, em: descrever, de forma detalhada, as etapas de uma sinalização, atendimento e abordagem de qualidade, respeitadoras da identidade cultural das PV. Para mais, era premente explicitar como fazer uma avaliação correta de riscos e recomendar serviços que facilitassem os processos até então elencados.

1.2. Natureza do projeto

O projeto idealizado para suprimir as necessidades já identificadas, com a análise dos resultados do estudo, foi de natureza participativa e consistiu na produção da **Ferramenta Prática de Orientação e Procedimentos de Excelência na Assistência a Vítimas de TSH** (Apêndice IV). Os projetos desta índole defendem que a solução para um determinado problema é mais eficaz quando se baseia na análise dos/as destinatários/as e, por isso, dar-lhes voz é uma das suas principais missões.

De forma a assegurar o sucesso do projeto, **realizámos uma pesquisa em torno da literacia digital existente** em matéria de TSH, com o propósito de compreender que tipo de oferta sociopedagógica existia. Com base na informação detetada, entendemos que embora já existissem linhas orientadoras de atuação, **poucas se focaram no delineamento de boas práticas de atuação no primeiro contacto** com PV e nenhuma se dirigiu para a desmistificação de pressupostos na assistência a este tipo de vitimização. Deste modo, mediante essas constatações, organizámos o Questionário aplicado consoante as mesmas para compreender a visão do público-alvo.

A capacitação com vista à qualificação profissional **é a grande aposta do projeto**, demonstrando preocupação em alertar para a relevância de produzir uma abordagem comunicativa, como meio facilitador na prática profissional colaborativa.

2. Planificação

A planificação é um dos processos mais imprescindíveis para o desenvolvimento de um projeto socioeducativo, uma vez que “trata unicamente de determinar o que se deve fazer, para posteriormente se poderem tomar decisões práticas para a sua implementação” (Kaufman, 1980, citado por Pérez-Serrano, 2008, p. 37). Este processo foi ideal não só para delinear objetivos alcançáveis e atividades que os desenvolvessem, como também para definirmos o *modus operandi* e realizarmos um inventário dos recursos imperativos para alcançar as metas traçadas. Assim, alicerçado nos princípios gerais da planificação

e assente em valores como o equilíbrio e a funcionalidade, desenvolvemos o projeto (Pérez-Serrano, 2008).

A **Ferramenta Prática** concretizada, pretendia **estabelecer *guidelines* de atuação respeitadoras da identidade cultural das PV** e foi organizada tendo em consideração os conteúdos sugeridos pelos/as participantes no estudo. No que concerne à sua estrutura, para além das componentes comuns a qualquer manual, esta ferramenta **dividiu-se em 13 partes**, a saber: (1) Contactos para apoio e assistência; (2) Para que serve e a quem se dirige esta ferramenta?; (3) O que pensam os/as profissionais sobre o TSH?; (4) Causas do TSH e a importância da sua identificação; (5) Etapas do crime; (6) Sinais de alerta e tipologia do TSH; (7) Quem são as vítimas de TSH?; (8) Recursos para a compreensão do crime e elaboração de diagnósticos; (9) Como devem agir os/as profissionais no primeiro contacto com PV?; (10) Mitos em torno da abordagem e assistência às PV; (11) Sete dicas de um atendimento de excelência; (12) Glossário; (13) Caro/a profissional. Salientamos que alguns dos pontos elencados, contém vários subpontos, de forma a dar resposta às necessidades específicas do público-alvo.

Para mais, tal como espelha a parte oito da Ferramenta, **são produzidos quatro recursos**: Guia profissional²⁵; *Checklist* de avaliação do fenómeno²⁶; fluxograma do procedimento de atuação²⁷; e ficha de dados sociodemográficos²⁸.

2.1. Objetivos do projeto

Os objetivos, sendo vistos na qualidade de “enunciados dos resultados esperados” e enquanto “propósitos que pretendemos alcançar com a execução de uma ação planificada” (Pérez-Serrano, 2008, p. 44), são o passo a realizar após ter clarificadas as necessidades. Assim, o projeto é orientado por dois objetivos gerais, cada um com quatro específicos.

1. Conhecer práticas de excelência na abordagem e na assistência a PV de TSH
 - 1.1. Diferenciar boas práticas de más práticas

²⁵ *Poster* composto por um conjunto de procedimentos de excelência no contacto com PV de TSH.

²⁶ Lista de verificação de informações para o/a técnica compreender se está perante uma PV de TSH e realizar uma sinalização eficaz.

²⁷ Diagrama, em forma de esquema, que inclui a sequência das várias operações de uma sinalização até ao momento de identificação formal das PV.

²⁸ Documento para preenchimento dos dados identificativos da PV, bem como do processo de exploração.

- 1.2. Praticar um diagnóstico eficaz de necessidades imediatas
 - 1.3. Reconhecer os procedimentos a adotar no primeiro contacto com uma PV
 - 1.4. Diagnosticar as especificidades culturais das PV
2. Contribuir para o aumento da qualidade das sinalizações de PV de TSH
 - 2.1. Identificar indícios de TSH e sinais de alerta
 - 2.2. Reconhecer as informações específicas a recolher
 - 2.3. Assumir capacidades de cooperação com a EME Centro
 - 2.4. Preparar a sinalização por meio dos recursos disponibilizados

2.2. Metas

As metas refletem as ambições desejadas com a implementação do projeto, sendo por esse motivo, imperativas de mencionar.

1. Divulgar, até ao final de julho de 2021, a ferramenta a 70 técnicos/as
2. Planificar um Seminário, no prazo de 5 meses, de promoção da Ferramenta Prática de Orientação e Procedimentos de Excelência na Assistência a Vítimas, dirigido ao seu público-alvo
3. Realizar, no prazo de 8 meses, um vídeo promocional da ferramenta
4. Conseguir uma apreciação satisfatória de 60% em relação à pertinência da ferramenta
5. Criar um grupo de acompanhamento, no prazo de 9 meses, para realizar a monitorização anual do projeto
6. Construir, no próximo ano de 2022, o recurso “Tráfico Humano Aéreo – Passaporte da Hospedeira e do Comissário de Bordo”

2.3. Metodologia

No desenvolvimento de um projeto, a componente metodológica responde à questão – como se faz? –, ou seja, faculta todos os instrumentos, procedimentos, técnicas e atividades pelos/as quais se pretende provocar uma mudança positiva e inovadora no contexto alvo de melhoria. Assim, descrevemos a metodologia empregue no projeto.

A metodologia deste projeto foi ativa, adaptativa e norteada para as necessidades específicas do público-alvo, tendo em vista a melhoria da sua *performance* profissional em vários contextos e distritos do país.

2.3.1. Público-alvo

O público-alvo desta ferramenta **pautou-se pela heterogeneidade**, uma vez que se compôs pelas EP da RRCAPVTSH (N=85). Os/as profissionais pertencentes às mesmas são de múltiplas origens formativas e atuam com uma diversidade de públicos e serviços. A nomenclatura de cada uma, encontra-se presente no Anexo I.

Na Tabela 2, distribuímos geograficamente o público-alvo, de Norte para Sul, sendo fácil compreender qual o distrito com maior proveito da Ferramenta Prática. É de salientar que temos como objetivo colocá-la à disponibilidade dos/as profissionais das organizações da sociedade civil (OSC), dado que são, igualmente, públicos que podem vir a confrontar-se com PV de TSH.

Tabela 2.

Distribuição do público-alvo por distrito

Distrito	Número de EP
Porto	1
Aveiro	15
Viseu	11
Guarda	3
Coimbra	38
Castelo Branco	10
Leiria	7

2.3.2. Instrumentos e técnicas

Segundo Pérez-Juste (1992, citado por Pérez-Serrano, 2008), a complementaridade “tem a sua consolidação na utilização da diversidade de fontes produtoras de informação, assim como, conseqüentemente, no uso de técnicas variadas e complementares” (p. 47). Com a principal intenção de garantir uma validação na recolha de informação, realizámos uma previsão das possíveis combinações de instrumentos e técnicas, tentando perceber quais eram os/as mais adequados/as e qual a finalidade de

cada um/a (Pérez-Serrano, 2008). Estes foram perspetivados em função dos objetivos, da dimensão e das características do público-alvo.

A par do já descrito, **fabricámos cinco instrumentos** diferentes, mas complementares entre si, cujo principal objetivo foi garantir uma maior credibilidade aos resultados: Questionário de avaliação das necessidades dos/as profissionais na atuação com PV de TSH; Questionário de satisfação da ferramenta; Questionário de avaliação do impacto; Grelha de observação de comportamentos e competências; e vídeo de disseminação da ferramenta. De seguida, são descritos de modo sucinto.

O Questionário de avaliação das necessidades dos/as profissionais na atuação com PV de TSH foi o instrumento aplicado no momento antecedente à construção da ferramenta. Através deste, conseguimos realizar uma exploração focalizada nas necessidades das EP, associadas à *performance laboral* com PV de TSH.

O Questionário de satisfação da ferramenta (Apêndice V), teve por objetivo avaliar o grau de satisfação da população-alvo em relação à ferramenta apresentada, através do nível 1²⁹ do Modelo Multinível de Avaliação de Kirkpatrick (2005).

O Questionário de avaliação do impacto (Apêndice VI), pretendia auxiliar o processo de calculo da evolução conseguida com a implementação da ferramenta, ou seja, viabilizava uma avaliação não apenas da mudança de perceções e atitudes, mas também do aumento do conhecimento-base sobre o atendimento a PV de TSH.

A **Grelha de observação de comportamentos e competências** (Apêndice VII) é um documento que permitirá registar as reações do público-alvo através da observação direta dos seus comportamentos e competências. Esta origina uma avaliação mais criteriosa do *feedback* informal, fornecido através da comunicação não verbal.

O vídeo de disseminação da ferramenta – é uma técnica audiovisual planificada (Apêndice VIII) que possibilitará, de uma forma criativa e inclusiva, divulgar a ferramenta nas redes sociais. Na elaboração da mesma, pensámos em acrescentar a Língua Gestual Portuguesa (LGP) para garantir o seu conhecimento por parte de toda a sociedade.

²⁹ O primeiro nível avalia o saber ser, o saber estar e o saber, ou seja, competências, atitudes e conhecimentos preexistentes. Este nível ajuda a perceber as opiniões relativamente a determinado(s) aspeto(s) distinto(s) (Barreira, 2009).

2.3.3. Atividades de capacitação

Embora na génese do projeto não existam atividades planeadas, no momento da sua implementação presencial esperamos **apostar na capacitação prática** dos/as vários/as profissionais pertencentes às EP, dado que, tal como foi possível apurar, 100% da amostra do estudo concretizado sentiu ser importante ter capacitação desse cariz.

Deste modo, planificou-se o **Seminário “Em Rede no combate ao Tráfico de Seres Humanos: Boas práticas de assistência e sinalização em Portugal”**, de índole teórico-prática (Apêndice IX), cujo principal intuito é apresentar o projeto até então descrito e discutir procedimentos de atuação no primeiro contacto com PV de TSH. No decurso do mesmo, pretendemos realizar **duas atividades** que garantam, por um lado, a discussão e a aprendizagem dos melhores procedimentos e, por outro, o autoquestionamento pessoal sobre o fenómeno do TSH e as suas particularidades.

O Seminário referido terá a duração de três horas, incluindo quinze minutos para *coffee break*. A primeira parte consistirá na apresentação da ferramenta e dos recursos auxiliares, contextualizando as suas utilidades. A segunda, com uma forte componente prática, centrar-se-á na execução das atividades de *brainstorming* e *role play*.

O processo avaliativo do impacto deste evento será realizado através do preenchimento de um **Questionário construído a partir da operacionalização do Modelo Multinível de Avaliação de Kirkpatrick (2005)**, no qual será possível avaliar o público-alvo ao nível das reações, das aprendizagens³⁰, dos comportamentos³¹ e dos resultados³² alcançados. Para mais, utilizar-se-á o *feedback* imediato e o preenchimento da Grelha de observação de comportamentos e competências para completar a avaliação.

A **atividade de *brainstorming*** sobre mitos e realidades de uma abordagem, atendimento e sinalização de excelência, pretende gerar uma chuva de ideias produtiva auxiliada em várias visões profissionais, como forma de lançamento para a atividade seguinte. Esta será efetuada por meio da construção de pequenos grupos aleatórios que se juntaram em grande grupo, num momento posterior, a fim de se iniciar a discussão.

³⁰ Estima se existe um aumento de conhecimentos (saber), face aos saberes propostos na planificação do projeto e em que medida é que os/as participantes conseguiram aplicar os mesmos em cenários teatralizados (saber ser, saber fazer e saber estar) (Barreira, 2009).

³¹ Verifica a existência de uma mudança comportamental nos/as participantes, percecionando qual foi o factor predominante que possibilitou a transferência eficaz dos saberes adquiridos que geraram mudança. Este avalia o saber estar, saber ser e saber fazer (Barreira, 2009).

³² Tenciona recolher informações sobre qual é o verdadeiro impacto da atividade face às metas e objetivos definidos (Barreira, 2009).

Assim, as **atividades de role play** (Apêndice X), ocasionam um estudo de situações-tipo, em pequenos ou grandes grupos, ao nível da componente atitudinal (Pérez-Serrano, 2008). Deste modo, consistirão numa encenação/simulação de um caso prático inacabado, onde várias pessoas assumem papéis específicos, pelo que permitirá um estudo comportamental face a uma situação de TSH, bem como a sua compreensão, por meio das reações e conclusões alcançadas pelo grupo. No final desta, será gerada uma discussão dos procedimentos adotados pelos vários grupos, dando-lhes a oportunidade de compreender o que fazer *versus* o que não fazer. Para mais, esta atividade capacitará para a espontaneidade, a resolução de problemas, o pensamento crítico e a escuta ativa.

2.3.4. Calendarização

A calendarização, efetuada através de um cronograma (Figura 4), foi uma fase fundamental, uma vez que permitiu organizar as várias etapas de execução ao longo do projeto, ao mesmo tempo que permitiu delinear o período em que ocorrem.

Etapas	Operações	Período									
		2020				2021					
		Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.
Diagnóstico participativo	Análise das carências da APF Centro	■	■	■							
	Análise das necessidades do público					■	■				
	Análise dos dados do estudo							■			
Planificação	Idealização do projeto			■	■						
	Pesquisa de conteúdos e formação		■	■	■	■	■	■			
	Esboço da ferramenta								■	■	■
	Elaboração do plano de comunicação e disseminação								■		
	Preparação das atividades e materiais								■	■	■
Aplicação	Aplicação de medidas corretivas									■	■
	Envio da ferramenta										■
	Seminário	C.N.D*									
Avaliação	Avaliação inicial					■	■				
	Avaliação processual								■	■	■
	Avaliação da satisfação										■
	Avaliação do impacto (final)	C.N.D*									

Figura 4. Cronograma da Ferramenta Prática

* C.N.D = calendarização não definida.

Com base na Figura 4, foi possível compreender que a idealização do projeto começou a ser concretizada no momento antecedente ao levantamento de necessidades junto do público-alvo previsto e somente após a análise dos dados obtidos é que iniciámos o esboço do mesmo. Por outro lado, verificámos que a etapa mais extensa foi a planificação, mais especificamente, a pesquisa de conteúdos e formação, dado que esta se tornou essencial para executar um projeto coeso, atual e dinâmico. Para mais, através da monitorização do projeto, aplicámos medidas corretivas conforme se identificaram falhas incalculadas e ameaças externas. Este projeto foi enviado para o público-alvo em junho, ao qual implementámos a avaliação da satisfação. Note-se que existem dois momentos – Seminário e avaliação do impacto – que não apresentam uma calendarização definida, fator que será justificado no ponto 3 do presente capítulo.

2.3.5. Recursos

Tal como já mencionado, para a realização de um projeto é importante efetuar um levantamento, realista e transparente, dos recursos materiais, humanos e financeiros para que a implementação do mesmo se concretize.

Como recursos materiais aponta-se: *Checklist* de avaliação do fenómeno; Guia profissional; computador; projetor; cartões da atividade *role play*; Questionários de avaliação do impacto e Questionário de avaliação da satisfação; Grelha de observação de comportamentos e competências; programa de vídeo; *Canva*; *google forms*; *SPSS*; e a Biblioteca Municipal de Cantanhede. Por outro lado, enquanto recursos humanos destaca-se: a pedagoga Lisandra; a coordenadora da APF Centro; o professor de LGP e as EP.

Os recursos financeiros dividiram-se em financiamento misto e orçamento. No financiamento misto previu-se um custo de 10€ para a impressão da ferramenta (dividido entre a mestranda e a instituição de acolhimento) e no orçamento supôs-se uma verba de 20€ para o professor de LGP. Para mais, **colocou-se de parte 10% do valor de cada unidade básica para imprevistos**, isto é, 7€.

3. Aplicação/Execução

A execução de um projeto reivindica uma série de procedimentos a ter em atenção, como é exemplo o acompanhamento sistemático, a constante avaliação de necessidades e o controlo de danos, com o intuito de conferir a clareza, a acessibilidade e a vitalidade, sendo estes aspetos a ter presente num projeto de sucesso (Pérez-Serrano, 2008).

O êxito do projeto é garantido se existir eficiência na transmissão da sua ideia central e, por isso, apostámos na construção de um **plano de comunicação e disseminação** (PCD) (Apêndice XI). Para assegurar a sua eficiência, seleccionámos a estratégia, os meios e os instrumentos de comunicação capazes de transformar os objetivos delineados em ações eficazes, ou seja, como estratégia usar-se-á o *marketing* de conteúdo e como meios de comunicação a página *online* da APF, as redes sociais da EME Centro e da RRCAPVTSH, o painel da Biblioteca Municipal de Cantanhede e o *e-mail*. Como instrumentos, foi escolhido o vídeo de disseminação da ferramenta e será realizado o Seminário já descrito.

À semelhança da importância do PCD, a monitorização do projeto foi também uma etapa vital, pois permitiu-nos acompanhar o seu progresso, **detetar áreas que requeriam mais atenção** e garantir que os resultados esperados fossem atingidos. Deste modo, **realizámos, periodicamente**, estas etapas e no decorrer das mesmas verificámos o cumprimento do cronograma e fizemos a avaliação dos riscos e a análise das possíveis discrepâncias entre a situação atual e a planeada, aplicando medidas corretivas quando necessário. Concluímos que a Ferramenta impôs uma adequação constante.

Assim, apesar da planificação do projeto ter sido seguida o mais rigorosamente possível, o **plano traçado previamente sofreu alterações ao nível da implementação**, pois outras atividades urgentes da dinâmica institucional sobrepuseram-se e o estado pandémico não garantiu a segurança necessária para o seu cumprimento. O Seminário já referido, num momento inicial, foi pensado num formato *online*, contudo, a partir da constante análise crítica do projeto, considerámos que a componente prática definida teria mais impacto se fosse realizada presencialmente. Posto isto, a estratégia de divulgação da ferramenta a curto prazo foi alvo de modificações, decidindo-se partilhar a mesma, via *e-mail*, juntamente com o Questionário de satisfação da ferramenta.

Perante o descrito, quando a pandemia permitir, será realizado, em regime presencial, o Seminário na Biblioteca Municipal de Cantanhede. Futuramente, dado que ambicionamos garantir o acesso a este manual para todas as OSC, a localização física do mesmo será a **página online da APF Centro**, com a intenção de facilitar o seu *download*.

Ao nível da capacitação técnica, participámos em vários momentos de capacitação relacionados com o TSH para garantir uma atualização das práticas profissionais existentes e delineadas por outros/as agentes. A respeito do nível de envolvimento dos/as participantes, foi possível compreender que face à possibilidade de relatarem as suas

principais necessidades, estes/as sentiram-se envolvidos/as e comprometeram-se, pois o projeto deu resposta às necessidades evidenciadas pelos/as mesmos/as.

4. Avaliação

Sob a ótica de Pérez-Serrano (2008), a avaliação permite realizar uma retrospectiva do projeto desenvolvido, de forma a compreender que este “não deve ser um fim em si mesmo, mas sim um meio para melhorar sistematicamente o processo sociocultural (...) e para alterar, se necessário, o decorrer da ação” (p. 81). Este processo avaliativo implicou a tomada de decisões ao nível do(s) instrumento(s) a utilizar, do(s) tipo(s) de avaliação a aplicar e do objetivo do processo em si. Mais do que avaliar a satisfação da população-alvo, o impacto com as respostas oferecidas face às necessidades sentidas e a aprendizagem, foi vital analisar se houve mudança social com a implementação.

Assim, dado que a avaliação deve ser completa, isto é, estar presente do início ao fim, o método avaliativo foi escolhido mediante a sua principal função e o objeto em estudo (Pérez-Serrano, 2008). Neste sentido, seleccionámos três momentos de avaliação: diagnóstica, processual e final.

Na **avaliação diagnóstica**, utilizámos o **Questionário de avaliação das necessidades dos/as profissionais na atuação com PV de TSH**, no qual analisámos as suas carências e elaborámos, como resultado, a ferramenta. Neste estão inerentes os **dois primeiros níveis** do Modelo Multinível de Donald KirkPatrick (2005) que permitiram realizar uma avaliação da reação/satisfação e da aprendizagem dos/as participantes.

A **avaliação processual**, possibilitou um acompanhamento contínuo do projeto e foi concretizada mediante a sua **monitorização periódica**, tal como referido no ponto antecedente. Para além disso, efetuámos uma **Análise SWOT** (Figura 5) a fim de realizar um levantamento dos pontos fortes, dos pontos fracos, das oportunidades e das ameaças, conseguindo ponderar decisões e diminuir o surgimento de erros.

A **avaliação final** comportou uma maior diversidade de instrumentos e técnicas, sendo estes/as: o **Questionário de satisfação da Ferramenta**, o **Questionário de avaliação do impacto** e a observação sistemática, enquanto técnica descritiva. O primeiro foi empregue aquando do envio da Ferramenta e o segundo será aplicado um mês após a implementação da ferramenta. Este último incluiu todos os níveis já aludidos do Modelo de KirkPatrick (2005), com o propósito de comparar dados e verificar se existiu ou não evolução no público-alvo. A observação sistemática, enquanto processo

longitudinal, será executada durante as atividades de *role play* e *brainstorming*, com suporte da **Grelha de observação de comportamentos e competências**. Note-se que para cada momento avaliativo, foram definidos critérios distintos, tal como se pode observar na Tabela 3.

Ambiente interno	Pontos fortes	Pontos fracos
	<ul style="list-style-type: none"> - Temática atual - Uniformização de procedimentos éticos - Atividade <i>role play</i> - Atenção pela diversidade cultural - Acessibilidade <i>online</i> ao produto - Linguagem inclusiva 	<ul style="list-style-type: none"> - Destinatários/as apenas da zona centro - Produto limitado, de momento, às Entidades Parceiras da Rede Regional do Centro
Ambiente externo	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a qualidade das práticas profissionais - Melhorar a colaboração interinstitucional - Possibilidade de atrair um público-alvo mais amplo 	<ul style="list-style-type: none"> - Situação pandémica - Surgimento constante de manuais informativos - Diversificação do crime

Figura 5. Análise SWOT da Ferramenta Prática

Tendo em conta a Figura 5, denotamos que as ameaças identificadas foram alvo de uma análise reflexiva, na qual projetámos formas de minimizar os seus efeitos. A diversificação do crime é resultado da sua constante evolução e, por esse motivo, perspetivámos a criação de um grupo de trabalho que assumisse a monitorização anual, a fim de garantir a atualização dos procedimentos de excelência e a manutenção da marca pessoal característica da ferramenta. Por outro lado, tivemos como objetivo maximizar as oportunidades para reduzir as fraquezas, isto é, alargar o produto a outras regiões e instituições, garantindo a uniformização na atuação.

Tabela 3.

Critérios de avaliação dos vários momentos avaliativos

Momentos	Critérios
Avaliação diagnóstica	Aplicabilidade, predisposição e viabilidade
Avaliação processual	Coerência, pertinência, efetividade e adequação
Avaliação final	Eficácia, eficiência, satisfação, impacto e sustentabilidade

Tabela adaptada de Pérez-Serrano (2008) e Sera-Varela (2012)

5. Resultados esperados

O estudo concretizado num momento inicial, tal como já mencionado, proporcionou um cenário multifacetado dos assuntos a implementar que, conseqüentemente, garantiram um grau superior de confiança no que concerne à viabilidade, coerência, pertinência e adequação do produto final, ou seja, a ferramenta.

Com a implementação da Ferramenta, **esperamos principalmente:** i) a adesão de, pelo menos, 65% das EP; ii) a satisfação do público-alvo relativamente ao produto final; iii) uma melhoria do trabalho em rede; iv) atendimentos a PV éticos, dignos e respeitadores de DH; v) uma maior atenção pelas especificidades culturais; vi) a adoção de uma atitude reflexiva e de uma postura ética na abordagem, na intervenção, na recolha de dados e na sinalização de PV; vii) um aumento de sinalizações eficientes.

6. Sustentabilidade do projeto

No desenvolvimento de um projeto, é impreterível pensá-lo numa perspetiva a curto, médio e, sobretudo, a longo prazo. Na sua planificação, de acordo com Ander-Egg (1981, citado por Pérez-Serrano, 2008, p. 23) devemos responder à questão “Como está assegurado que se produzirão efeitos mesmo depois de terminado o projeto?”, para que o mesmo cumpra o critério da sustentabilidade e continue a sua ação ou produza outras capazes de assegurar a perpetuação dos seus resultados.

Nestas condições, tendo em conta a importância de garantir a sustentabilidade do projeto até então descrito, **idealizámos o alargamento do Seminário planificado às OSC e a futuros/as técnicos/as da área das Ciências Sociais e Humanas**, visto que todo/a o/a cidadão/ã tem o dever cívico de combater e denunciar crimes públicos.

Sob outra perspetiva, apesar de não se conseguir calcular o impacto da covid-19, é visível que esta provocou um **aumento da crise económica** que, por sua vez afetou, de forma desigual, as frações da população mais vulneráveis. Assim, já que nos últimos tempos, verificámos um aumento significativo da utilização da via aérea como meio de transporte por parte dos/as exploradores/as, parece ser indicado apostar, desta vez, no público estratégico constituído pelas/os hospedeiras e comissários de bordo e **construir o recurso “Tráfico Humano Aéreo – Passaporte da Hospedeira e do Comissário de Bordo”**.

Capítulo V. Coletânea de atividades produzidas

O período de estágio curricular (EC) na Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família (APF), bem como nos projetos que lhe estão intrínsecos, teve **início em setembro de 2020 e término em junho de 2021**. Este para além de ter possibilitado a realização e cooperação em atividades num espetro temático diverso, permitiu a aquisição de um conjunto de competências transversais.

Face aos condicionamentos incitados pela pandemia Covid-19, foi impreterível ajustar as atividades ao mundo tecnológico de modo a garantir a constante educação e sensibilização da comunidade. Estas, na sua maioria, centraram-se na **problemática do Tráfico de Seres Humanos (TSH)** ao nível da prevenção, sensibilização e combate ao mesmo. Contudo, também realizámos atividades promotoras da **Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR)** ora no Grupo de Jovens, ora por solicitação da orientadora local na APF Centro. Para mais, colaborámos de forma ativa, nas tarefas habituais da instituição, bem como nas reuniões dos serviços inerentes à mesma.

Assim, as atividades, previamente citadas, foram decompostas em **subgrupos-chave**, com a intenção de proporcionar uma melhor organização e, por resultado, uma interpretação clara da informação apresentada, em seguida. Estes são: Promoção de competências para públicos estratégicos; Processos de assistência a vítimas; Campanhas temáticas; Educação pelos pares em regime de voluntariado; e Outras atividades.

1. Promoção de competências para públicos estratégicos

O presente ponto do relatório remete para todas as atividades e Ações de Sensibilização e Informação (ASI) concretizadas, assim como para os materiais informativos construídos. Estas/es pretenderam capacitar e sensibilizar a população para a temática do tráfico humano, com a intenção de fomentar a participação cidadã responsável, facilitar mecanismos de identificação e denúncia, prevenir vitimizações e difundir a situação deste crime a nível nacional. Seguidamente, são retratadas, de forma minuciosa, todas as atividades pertencentes a este subgrupo, procurando responder às principais questões-chave, nomeadamente, quem foi/foram a(s) dinamizadora(s), quem requereu a atividade e qual foi o método de avaliação utilizado.

1.1. Projeto Tráfico de Seres Humanos: do conhecimento à sinalização

O projeto TSH: do conhecimento à sinalização, surgiu pela necessidade de consciencializar, cada vez mais, para o fenómeno do TSH e disseminar o papel das Equipas Multidisciplinar Especializadas (EME), junto de população estratégica e com potencial risco de vitimização. Neste sentido, organizámos em conjunto com a colega Iara (estagiária de Psicologia da APF Centro) o plano de ASI, ajustado ao público-alvo estudantil. Realça-se que a planificação das ASI (apêndice XII) foram elaboradas singularmente e a **elaboração do powerpoint e dos materiais de apoio** (Apêndice XIII) resultou de um trabalho conjunto com a colega de EC.

As ASI ocorreram **cinco vezes**, duas em 2020 (23 de novembro e 4 de dezembro) e três em 2021 (3 de março, 1 e 15 de abril), através da plataforma *zoom*. Assim, à medida que se apostava num momento de transmissão de informação, este era complementado por várias dinâmicas (Apêndice XIV), para que os/as participantes adquirissem competências e, num momento seguinte, treinassem e consolidassem as mesmas, a partir de duas modalidades de trabalho alternado: individual e em equipa.

A componente avaliativa, para além do *feedback* imediato, foi composta por um **Questionário de avaliação da satisfação da Ação**, organizado em cinco partes (Tabela 4) de resposta obrigatória (Apêndice XV), bem como por uma **Grelha de observação de comportamentos e atitudes** (Apêndice XVI) para cada público-alvo. O referido Questionário tinha por objetivo avaliar, a vários níveis, o grau de satisfação e concordância do público-alvo em relação à Ação. Este foi alvo de análise estatística³³, por intermédio do **software aplicativo SPSS**, versão 22, e pela **técnica de análise de conteúdo**, com a intenção de refletir sobre o *feedback* alcançado e aprimorar, progressivamente, a intervenção na temática do TSH. De notar que a análise dos dados quantitativos e a matriz conceptual da informação qualitativa encontram-se no Apêndice XVII.

Tabela 4.

Estrutura do Questionário de avaliação

Divisão	Conteúdo	Tipo de resposta
1.ª parte	3 itens (dados sociodemográficos)	Resposta de opção
2.ª parte	4 itens (aspetos gerais da ASI)	Escala de concordância (5 níveis)
3.ª parte	5 itens (aspetos técnicos da ASI)	Escala de satisfação (5 níveis)

³³ Por uma questão de compromisso de espaço, a análise quantitativa foi descrita em apêndice.

4.ª parte	6 itens (recursos e dinâmicas)	Escala dicotómica (sim/não)
5.ª parte	2 itens (ganhos obtidos e sugestões)	Resposta curta e longa

Na totalidade das Ações dinamizadas, **foi atingido um número alargado de estudantes (N=254)**, no entanto, apenas 176 dos/as mesmos/as (69.3%) preencheram o Questionário supramencionado e foram alvos de análise. Através do tratamento estatístico dos dados, aferimos que o público-alvo respondente era constituído por 176 participantes, 161 do sexo feminino (91.5%) e 15 do sexo masculino (8.5%). Deste modo, o **sexo feminino foi a moda populacional**, tendo sido apenas visíveis participantes do sexo oposto nas ASI TSH3³⁴ e TSH5. Ao analisar a dimensão da população por Ação, notámos um crescimento acentuado de participantes à medida que se realizaram novas Ações.

Recorrendo ao teste não paramétrico de Mann-Whitney, entendemos que a distribuição de idades, em anos, não foi a mesma em função do sexo (sig. = 0.007). Esta **variou entre 18 e 51 anos**, sendo a moda e a mediana 20 anos e a **média 21,59 anos** (dp= 5,036). Ao observar a Tabela 5, foi possível compreender que a maioria da população (85.2%) apresentou idades entre os 18 e os 23 anos, seguindo-se 10.8% com idades situadas entre os 24 e 29 anos. É de destacar que, apesar da maior parte dos/as participantes ser jovem, existia uma porção pequena (1.1%) a pertencer à faixa etária dos 30 aos 35 anos e, apenas, 2.9% tinham idades iguais ou superiores a 36 anos.

Tabela 5.

Distribuição do público-alvo segundo a faixa etária

Faixa etária	Frequência	%
18-23	150	85,2
24-29	19	10,8
30-35	2	1,1
36-41	1	,6
42-47	1	,6
48-51	3	1,7
Total	176	100,0

Quanto aos ciclos de estudo do público-alvo, percebemos, de imediato, que a **moda era frequentar uma licenciatura (67.7%)**, dado que apenas 32.3% se encontrava

³⁴ Utilizámos esta designação para numerar a Ação.

inscrito em Mestrado. No entanto, existiam 12 dados omissos no sistema pertencentes aos/as participantes da ASI TSH3 que foi dirigida aos Grupos de Jovens da APF.

A respeito da origem institucional repartida pelo número da Ação, verificámos que uma grande percentagem dos/as participantes pertenciam à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (UC) (47.2%), estando presentes em quatro das ASI efetuadas (TSH1, TSH2, TSH4 e TSH5). Seguidamente, enquanto segunda origem mais frequente, encontrava-se a Faculdade de Direito da UC com 26.7%, marcando lugar apenas na Ação TSH5. A Faculdade de Letras, a Faculdade de Ciências e Tecnologias e a Faculdade de Economia (todas estas pertencentes à UC), nesta respetiva ordem, seguiam a já mencionada com 11.4%, 4% e 2.8%, e à sua semelhança apenas participaram na ASI TSH5. A Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física (0.6%) e a Faculdade de Medicina (0.6%), ambas da UC, posicionavam-se no mesmo patamar que as quatro anteriores. Para mais, 6.8% dos/as participantes possuíam uma origem institucional não universitária e contemplavam a ASI TSH3 na totalidade.

A **análise qualitativa** foi selecionada com o propósito de orientar a análise dos dados obtidos nas questões abertas: “O que ganhei ao participar nesta Ação de Sensibilização?” e “Observações/sugestões de melhoria”. Perante a tipologia referida, as **informações conseguidas foram muito genéricas**, o que dificultou a construção de categorias, temas e subtemas. Após o recorte e diferenciação vertical, a atribuição de um código identificativo (P1. é o/a participante um) e a comparação horizontal, construímos a árvore categorial (Figura 6) e expomos, por temas, determinados aspetos que foram possíveis de concluir.

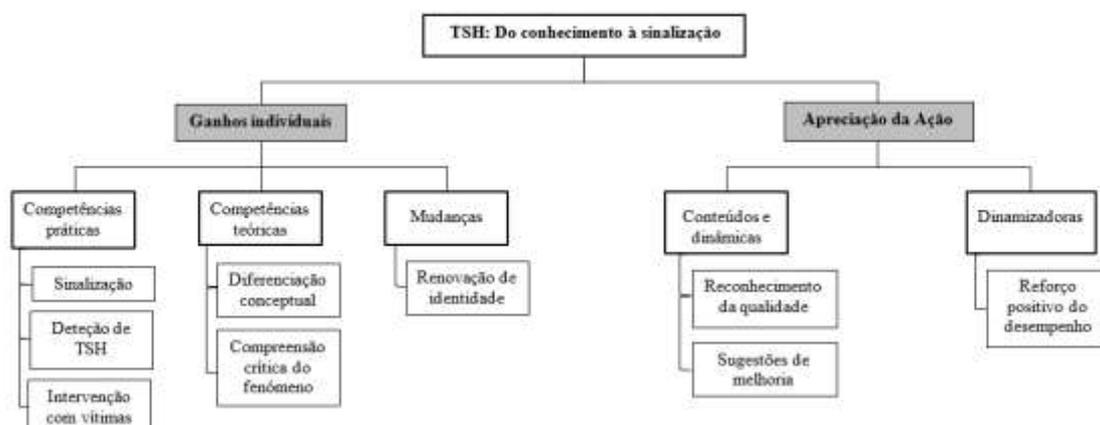


Figura 6. Árvore categorial das respostas abertas do Questionário de avaliação da satisfação das Ações Tráfico de Seres Humanos: do conhecimento à sinalização

Nota. A primeira linha diz respeito às categorias; a segunda aos temas; e a terceira e quarta aos subtemas.

- **Competências práticas**

Este tema remete para as competências práticas que os indivíduos adquiriram com a frequência na ASI, ao nível do TSH. Alguns/Algumas respondentes (n=22) assumiram saber sinalizar [“sou capaz de sinalizar uma PV através dos meios adequados” (P131)] e, um maior número dos/as mesmos/as (n=37), afirmaram ter aprendido a identificar possíveis situações de TSH: “aprendi formas de identificar possíveis vítimas” (P21); “aprendi a detetar situações de TSH” (P58). Para além disso, por intermédio do momento de capacitação, parte dos/as participantes (n=23) reuniram conhecimentos sobre como intervir junto de uma PV, quer ao nível da abordagem a empregar, quer no âmbito da atuação – “aprendi as formas mais corretas de abordar uma vítima” (P62); “reuni conhecimentos sobre como agir com vítimas” (P10).

- **Competências teóricas**

As competências teóricas referem-se às aptidões que os/as respondentes obtiveram com a participação na Ação. Deste modo, alguns/algumas aprenderam a compreender as diferenças entre conceitos [n=12 – “agora sei diferenciar TSH de auxílio à imigração” (P96)] e outros (n=39) consideraram compreender criticamente o fenómeno a vários níveis. Destes/as 39, seis ficaram a conhecer as causas do fenómeno [“aprendi a ver a pobreza como uma das causas do crime” (P97)], quatro retiraram conclusões sobre os tipos de TSH [“entendi que a mendicidade é um tipo de TSH” (P117)], 14 começaram a entender, de modo realista, a realidade portuguesa [“aprendi que o tráfico é algo muito recorrente em Portugal” (P145)], nove adquiriram conhecimento genérico sobre o fenómeno [“aprendi que o Tráfico excede os limites geográficos de um país” (P65)] e seis assimilaram as consequências negativas que o fenómeno provoca nas vítimas [“percebo que o TSH provoca danos psicológicos nas vítimas” (P171)].

- **Mudanças**

Este tema reporta as mudanças pessoais dos/as participantes que resultaram da frequência na Ação. Assim, parte destes/as (n=13) **assumiram novas responsabilidades** [“vou passar a ser um agente de mudança” (P90); “passarei a estar atenta aos detalhes na minha rotina universitária” (P166)] e, adicionalmente, outros/as (n=10) destacaram **ganhos pessoais**, em virtude das mudanças: “como mulher e imigrante sinto-me mais segura depois da ação” (P115).

- **Conteúdos e dinâmicas**

Os conteúdos e dinâmicas dizem respeito a todas as apreciações fornecidas pelos/as participantes a esse respeito, isto é, ao nível do que foi abordado na Ação e às dinâmicas executadas no decurso da mesma. Cerca de 36 dos/as mesmos/as **reconheceram a qualidade técnica**, acabando por adjetivar a Ação no seu todo: “muito pertinente” (P10); “bem concretizada” (P24); “muito boa, bem formulada e clara” (P81); “ação muito lúcida no que toca à sensibilização do fenómeno” (P155). Além do mencionado, uma fração dos/as participantes (n=18) indicaram o grau de satisfação face aos dois objetos de análise [“adorei tudo nas dinâmicas” (P30); “fiquei muito satisfeita” (P128)]. Para mais, realizaram várias sugestões de melhoria [n=13 – “mais exemplos práticos” (P19)], sendo o fornecimento de uma quantia superior de testemunhos, a recomendação de 6 destes/as: “partilhar mais testemunhos” (P117).

- **Dinamizadoras**

Este tema remete para as apreciações dadas às dinamizadoras após o término da Ação. De uma forma geral, depreendemos que os/as participantes (n=20) reconheceram as competências das mesmas, uma vez que existiu um **reforço positivo**.

Neste sentido, cerca de cinco elementos agradeceram pela partilha de conhecimento [“muito obrigada pelo tempo de aprendizagem” (P131)]; três parabenizaram as dinamizadoras [“parabéns às dinamizadoras” (P11)] e 14 prestaram o seu *feedback* quando à *performance* das mesmas [“foram fantásticas” (P29); “não tenho nada a apontar às dinamizadoras” (P50); “adorei a criatividade das dinamizadoras” (P1); “gostei dos exemplos que deram” (P43)].

Numa visão geral, conclui-se que de Ação para Ação, a interação foi aumentando, uma vez que foram consideradas as diversas sugestões que os/as participantes iam fazendo ao longo do tempo. Perante a adoção de um discurso mais próximo numa relação de iguais, orientado por exemplos específicos, notámos que o **nível de envolvimento do público-alvo face à Ação foi intensificado**. Para mais, mediante as observações efetuadas por intermédio da grelha, concluímos que a Ação TSH4 foi aquela em que se registou um menor grau de participação e a TSH5 liderou nesse parâmetro. Além disso, a TSH3 foi a que teve mais participantes com a câmara ligada do início ao fim.

Na generalidade das Ações, a postura mais recorrente foi a atenta e cooperante. Perante o exposto, infere-se que os resultados esperados foram alcançados, na medida em que ao sensibilizar 254 indivíduos, prevenimos, pelo menos, situações de TSH em número igual e formámos novos agentes de sinalização.

1.2. Ação de sensibilização e informação sobre Saúde Sexual e Reprodutiva

No dia 9 de junho de 2021, realizámos, juntamente com a colega de EC, a **Ação Saúde 100 limites**, destinada aos/às utentes da Unidade Sobral Cid do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra, sendo este o local físico da mesma. O público-alvo foi composto por **26 participantes**, 17 do sexo masculino e 9 do sexo feminino, estando todos/as a frequentar um curso de formação que garantia a sua (re)entrada no mercado de trabalho.

Para que esta fosse colocada em prática, a Ação foi planificada previamente (Apêndice XVIII). Esta consistiu no fornecimento de informação, durante duas horas, sobre os métodos contraceptivos através de uma apresentação *powerpoint* (Apêndice XIX) e de dinâmicas de grupo que promoveram uma maior participação e agilizaram o fortalecimento de ligações humanas, baseadas na confiança e empatia. Além disso, usámos a maleta da APF Centro e folhetos informativos (Anexo II) para auxiliar a ASI.

Por fim, foi utilizada uma **Grelha de observação dos comportamentos e atitudes** (Apêndice XX) para servir de suporte avaliativo. Com base na análise da mesma, concluímos que a generalidade do público-alvo participou, com interesse, nas atividades propostas e expôs as suas dúvidas em todos os momentos da Ação. Além do mais, demonstrou sempre muito respeito tanto pelas formadoras, como pela atividade em si, evidenciando conhecimentos significativos e boas capacidades de compreensão da linguagem correta a empregar na SSR. Por último, realçamos que os/as formandos/as expressaram a sua satisfação em relação aos conteúdos trabalhados, confidenciando a aquisição de novos conhecimentos oportunos.

1.3. Construção do programa formativo para agentes qualificados no Tráfico de Seres Humanos

Dada a necessidade de alargar a oferta de capacitação teórica da APF Centro, a orientadora local sugeriu o planeamento de um programa formativo, com duração de 30 horas, para agentes qualificados/as que atuem no domínio do TSH.

A licenciatura em Ciências da Educação, possibilitou adquirir competências de planificação, implementação e avaliação, mas também conhecer os referenciais e as metodologias de formação. Assim, estas foram bastante úteis no EC porque para além de terem sido, frequentemente, aplicadas, também **foram transmitidos esses conhecimentos à equipa da Delegação**. Nesta lógica, construímos a matriz de planificação (Apêndice XXI) na qual foram dispostos os **três grandes módulos** e as sessões respetivas, juntamente com os métodos, recursos, atividades e conteúdos perspetivados. Em termos de avaliação, foi selecionado o **feedback imediato, a avaliação formativa** e a **Grelha de observação de comportamentos e atitudes**.

Para o primeiro – Conhecer e Problematizar – e segundo módulo – Proteger e Apoiar – foram desenhadas **oito sessões** (quatro para cada um), tendo uma duração de 24 horas (três cada uma). Já o terceiro módulo – Metodologias de formação na área do TSH –, englobou duas sessões, sendo a última destinada à apresentação do trabalho final pelos/as formandos/as. Porém, uma vez que esta formação necessita de financiamento para se concretizar, ficou arquivada até que uma oportunidade nesse âmbito surja.

1.4. Integração na equipa de *staff* das sessões de Tráfico Humano

Para além do papel de dinamizadora, assumimos o cargo de membro da equipa *staff* de várias sessões realizadas, maioritariamente, pela orientadora local e apenas uma pela Dr.^a Marina Cação. Estas, com duração de uma hora e quarenta e cinco minutos cada, apesar de terem defendido o mesmo propósito das já descritas, isto é, sensibilizar a população para a temática do TSH, foram feitas com a intenção de difundir a experiência de terreno, nomeadamente os seus principais desafios. Para mais, a calendarização das mesmas, bem como o público-alvo encontra-se espelhado na Tabela 6.

Tabela 6.

Ações de sensibilização e informação, enquanto membro da equipa *staff*

Calendarização	Tema	Público-alvo
27 de novembro de 2020	TSH	Estudantes do Mestrado em Educação, Formação de Adultos e Intervenção Comunitária da FPCEUC
11 de janeiro de 2021	TSH	Estudantes do Instituto Superior Miguel Torga
23 de março de 2021	SSR	Estudantes do Instituto Politécnico de Coimbra
12 de abril de 2021	TSH	Médicos da Maternidade Bissaya Barreto
27 de maio de 2021	TSH	Técnicos/as da CPCJ de Pombal

Das sessões presentes na Tabela 6, apenas a datada ao dia 27 de novembro de 2020 decorreu presencialmente, todavia, a função desempenhada foi mantida, independentemente do formato. Assim, as tarefas passaram pela entrega e recolha dos documentos necessários (por exemplo: folha de presenças) e pela resolução de problemas técnicos que surgiram. Para mais, frisamos que a frequência destes momentos permitiu consolidar, continuamente, os conhecimentos adquiridos, **comprender qual a abordagem mais adequada quando as ASI são destinadas a técnicos/as** e até analisar quais as diferenças mais notórias entre sessões via *zoom* e formato presencial.

As principais diferenças encontradas centraram-se ao nível da participação e do interesse demonstrado, uma vez que percecionámos um nível maior desses parâmetros quando a ASI se realizou presencialmente. Num momento posterior às sessões, foram enviados os materiais de apoio já referidos precedentemente, através dos quais se obteve bom *feedback*. Como método de avaliação, servimo-nos unicamente de uma Grelha de observação (Apêndice XXII), com diversos critérios dirigidos a cada público-alvo e às Ações, preferindo não interferir na dinâmica de trabalho habitualmente utilizada.

De uma forma geral, verificámos em todas as Ações, uma **participação satisfatória do público-alvo**, tendo apenas sido constatadas discrepâncias ao nível do conhecimento base do fenómeno entre os/as vários/as participantes. O grande interesse dos/as mesmos/as centrou-se, em grande parte, na componente interventiva, havendo vários momentos de colocação de dúvidas. Salienta-se que na última sessão, a entidade empregadora do público-alvo **demonstrou interesse em pertencer à Rede Regional** do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de TSH (RRCAPVTSH). Ademais, no que concerne às Ações em si, evidenciamos o cumprimento da planificação base e a adequação rigorosa do discurso levado a cabo pelas formadoras.

1.5. Cartaz de alerta: Sinais que uma vítima de Tráfico Humano pode apresentar

Sendo a componente da sensibilização de públicos estratégicos cada vez mais urgente, surgiu a necessidade de se construir um material atrativo, proveitoso e dotado de informação fidedigna, em formato A4. Assim, no dia 7 de outubro, **idealizámos o recurso** e como forma de definir os seus objetivos, meios de divulgação, recursos e outros elementos essenciais, procedemos à sua planificação (Apêndice XXIII).

O público-alvo selecionado para o cartaz foram os/as profissionais de saúde, em virtude do contacto direto que apresentavam com a comunidade. Contudo, aquando da elaboração do cartaz elencado, entendemos que era oportuno, **alargar a sua divulgação às entidades parceiras** (EP) da RRCAPVTSH, dado o contacto direto que tinham com o fenómeno em causa. Assim, por unanimidade de todas as EME, este cartaz **foi lançado, em simultâneo, com as campanhas** do Dia Europeu de Combate ao TSH.

A par do mencionado, com a esperança de limar os aspetos menos positivos, foram aplicados dois tipos de avaliação que permitiram adquirir um *feedback* construtivo: avaliação da satisfação técnica a partir de um **Questionário (Apêndice XXIV) dirigido às cinco EME** (n=13) e avaliação do alcance nas redes sociais. No que concerne à satisfação técnica, utilizámos o *software SPSS* para analisar os dados quantitativos³⁵ e recorreu-se à **análise de conteúdo** para os dados qualitativos. É de referir que tanto as conclusões alcançadas com a análise quantitativa como a matriz conceptual que permitiu retirar conclusões face à informação qualitativa encontram-se no Apêndice XXV.

Com a análise da última parte do Questionário, procurámos perceber as **opiniões dos/as técnicos/as relativamente aos contributos que o cartaz realizado ofereceu**, dando a oportunidade aos/às mesmos/as para fazerem sugestões de melhoria. Deste modo, a informação foi organizada através dos processos de recorte, diferenciação vertical, codificação e comparação horizontal de unidades de registo, para que se tornasse possível construir sistemas de categorias e temas para as mesmas. De modo a ocasionar uma leitura rápida da construção referida fabricámos a Figura 7.

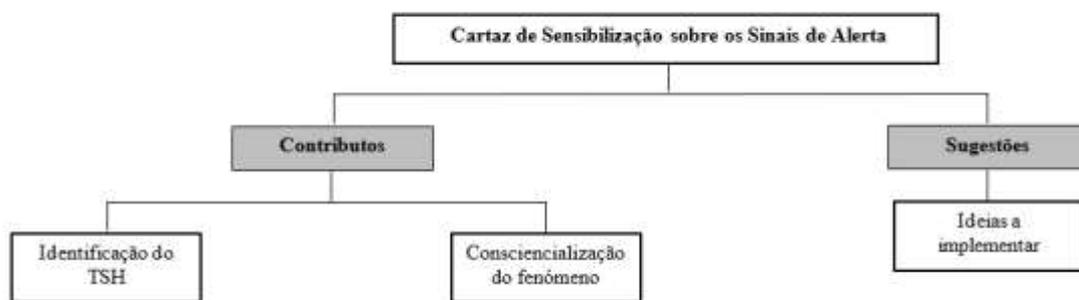


Figura 7. Árvore categorial sobre as respostas abertas dos/as técnicos/as ao Questionário de avaliação da satisfação

Nota. A primeira linha corresponde às categorias e a segunda aos temas.

³⁵ Esta análise foi remetida para apêndice devido à falta de espaço no corpo de texto e de forma a cumprir as orientações do Regulamento de Mestrado.

Perante a análise de conteúdo efetuada através das várias unidades de registo, foi possível depreender várias coisas que se apresentam, de seguida.

Os/As técnicos/as das EME quando interrogados acerca dos contributos do cartaz em análise, indicaram dois: identificação do crime de TSH e consciencialização do fenómeno. Além disso, fizeram várias sugestões que permitiram realizar um levantamento de ideias a implementar em outros cartazes de índole semelhante. Em seguida, são descritas as principais conclusões efetuadas.

Parte dos/as técnicos/as (n=8) assumiram que o cartaz de sensibilização concretizado possibilitou ao público-alvo e à restante sociedade **conhecer os sinais de alerta** e, conseqüentemente, **identificar presumíveis vítimas** (PV) deste fenómeno [“facilitar a identificação de possíveis situações de TSH” (P7); “despertar uma maior atenção para os sinais de alerta” (P10)]. De outro modo, uma percentagem dos/as respondentes (38.4%) reportaram que a divulgação do cartaz proporcionou uma **maior consciencialização para o fenómeno**, o que motivou o público-alvo a incorporar novos saberes e a pensar sobre o assunto: “promoveu uma maior consciencialização para o fenómeno do TSH” (P5); “contextualização para este problema e internalização de observações simples que podem ser pertinentes” (P9).

Além disso, conseguimos obter propostas de melhoria de quase todos/as os/as profissionais das EME (n=9), estando estas unicamente direcionadas para aspetos gráficos [“expor algumas tatuagens que já tenham sido identificadas formalmente no âmbito do TSH, por OPC, por exemplo” (P1); “possível alteração do esquema de cores para mais vivas” (P8)], o que sublinhou a consecução do objetivo principal. Ainda assim, existiu um/a técnica a referir que não tinha qualquer recomendação: “graficamente está apelativo por isso não tenho sugestões” (P4).

Ademais, mediante a avaliação do impacto, apuramos que **544 profissionais e 74 estabelecimentos** (19 de Coimbra, 17 de Viseu, 12 de Aveiro, seis de Castelo Branco e 13 da Guarda) **foram sensibilizados** e que o número de sinalizações por parte de hospitais **aumentou** após o envio do cartaz.

1.6. Atividade de sensibilização Informação Silenciosa

A atividade de sensibilização sobre o fenómeno do TSH, emergiu pela premência de atingir populações vulneráveis em elevado risco de vitimização. Assim, propusemos a

realização da atividade “Informação Silenciosa”, junto da população de uma das instituições onde realizávamos voluntariado há dois anos, designada por ANAJovem – Associação Nacional de Apoio a Jovens.

Tal como se pode comprovar na planificação da atividade (Apêndice XXVI), esta foi dirigida à **população sem-abrigo, toxicod dependente e ex-reclusa** que marcava lugar no giro de reforço alimentar noturno, levado a cabo pela Equipa de Intervenção Direta Raiz, bem como às utentes com dependências psicoativas que se encontravam hospedadas na Comunidade Terapêutica Lua Nova. No entanto, a atividade **acabou por se estender à equipa técnica e aos/às voluntários/as** presentes no dia previsto para a sua realização.

A atividade Informação Silenciosa, com duração de **duas horas**, foi realizada no dia 14 de dezembro e baseou-se na **entrega de bolsas** (Apêndice XXVII), costuradas à mão pelos/as voluntários/as da APF Centro. Estas continham o cartão informativo da CIG sobre TSH, num bolso secreto existente no seu interior. O principal objetivo não era impingir a leitura do cartão, mas sim sensibilizar o público-alvo e possibilitar-lhes a descoberta do mesmo. De notar que, com a concretização desta atividade, atingimos 42 pessoas, 23 do sexo masculino e 19 do sexo feminino.

Para além do *feedback* imediato da equipa técnica da ANAJovem e dos/as voluntários/as, construímos critérios de análise que serviram de suporte à **Grelha de observação da atividade e dos comportamentos e atitudes** do público-alvo (Apêndice XXVIII). De uma forma geral, a atividade correspondeu às expectativas, tendo sido considerada bastante pertinente pela técnica responsável pelo giro. Além disso, o **público-alvo ficou muito animado** com a entrega da bolsa, havendo alguns elementos a questionarem o porquê de a receberem. No entanto, todos/as agradeceram e demonstraram-se muito satisfeitos/as. Destaca-se que ainda **foram entregues 45 cartões de sensibilização**, 25 para o sexo feminino e 20 para o sexo masculino.

2. Processos de assistência a vítimas e de sinalização

Este subgrupo de atividades que intitulámos de “processos de assistência a vítimas e de sinalização” diz respeito a todos os processos de assistência que foram presenciados e auxiliados, assim como às sinalizações acompanhadas ao longo dos meses de EC. Em virtude do contexto pandémico gravíssimo que Portugal enfrentava, tanto o acompanhamento presencial de assistências a vítimas (AV) como as sinalizações, ficaram comprometidas, ainda assim foi possível **assistir e auxiliar a 12 AV e duas sinalizações**.

As AV, efetuadas presencialmente e/ou através de chamadas de voz, foram, maioritariamente, solicitadas pelas vítimas e cobriram vários tipos de apoio. Por sua vez, os processos de sinalização, exigentes em matéria de consistência de trabalho em equipa, foram realizados em articulação com os/as vários/as intervenientes de apoio.

De seguida, são explicitadas todas as AV e as sinalizações, bem como o seu processo de execução próprio, tendo em atenção o sigilo profissional que estas situações obrigam.

2.1. Assistências a vítimas

O acompanhamento e a realização de AV viabilizou a aquisição de múltiplas aprendizagens respeitantes ao apoio direto disponibilizado a este público vitimizado. Durante o trajeto de EC surgiu a oportunidade de **contactar**, presencialmente, **com uma vítima já confirmada**, observar o procedimento efetuado pela equipa da EME Centro e auxiliar a intervenção a vários níveis. Por outro lado, houve a **possibilidade de intervir, de forma direta, com vários jovens, presumíveis vítimas (PV)**³⁶ de TSH, pertencentes ao Centro de Acolhimento e Proteção (CAP) da AKTO – Democracia e Direitos Humanos, na promoção de competências em matéria de SSR.

2.1.1. Acompanhamento de uma vítima de Tráfico Humano

Para enquadrar o percurso ao nível das assistências efetuadas junto da vítima já confirmada pelo crime de TSH, é premente referir que esta é do **sexo feminino**, tem **45 anos** e é de nacionalidade **são tomense**.

Ainda que se tratasse de uma vítima já confirmada, o estatuto de vítima (EV) subsiste no tempo e, em razão disso, esta podia requerer assistência em qualquer altura. Deste modo, os vários apoios prestados durante as 12 AV realizadas, permitiram construir um mapa exemplificativo (Figura 7).

³⁶ Retomamos a expressão escrita por extenso, com a intenção de simplificar a leitura.

	Número de assistências	Reforço alimentar	Apoio telefónico	Apoio social	Apoio no Retorno Assistido	Mediação de serviços	Apoio na deslocação	Apoio no acolhimento	Apoio nos serviços médicos	Apoio nos serviços bancários	Levantamento de medicação	Auxílio na reportação de perda	Articulação com a pensão	Pedidos de documentação SEF	Organização da medicação	Assuntos do seio familiar
Outubro	2	✓	✓	✓	✓	✓										
Março	1		✓													
Abril	3	✓		✓	✓	✓	✓						✓		✓	
Maio	6	✓	✓	✓					✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
		✓		✓			✓		✓		✓		✓	✓	✓	
									✓							
				✓						✓		✓				

Figura 8. Mapa de trajetória de apoio a uma vítima de Tráfico de Seres Humanos

Com o propósito de garantir uma compreensão exata da Figura exposta, foi imprescindível detalhar os apoios, uma vez que, à primeira vista, não permitiam ser decifrados. Assim: o reforço alimentar consistiu na aquisição de cabazes e na compra de bens alimentares solicitados pela vítima; o apoio telefónico materializou-se em conversas informais para perceber o estado emocional da vítima, dar resposta a emergências da mesma e/ou transmitir informações; o apoio social resumiu-se no acesso a bens e serviços, nomeadamente o Pronto a Vestir Colmeias e a Segurança Social; a mediação de serviços abrangeu um conjunto de atividades informais, como é exemplo o pedido de apoios específicos que melhorassem a vida diária da vítima; o apoio na deslocação limitou-se apenas ao transporte da vítima; o apoio nos serviços médicos e bancários abarcou o acompanhamento nas consultas e idas ao banco; o auxílio da reportação de perda restringiu-se à ida à GNR com a vítima para reportar a perda de um bem; a articulação com a pensão incluiu a resolução de problemas e a comunicação com a gerente; o pedido de documentação ao SEF consistiu na solicitação da autorização de residência permanente e no pedido de nacionalidade; por fim, os assuntos familiares basearam-se no tratamento dos processos fulcrais para a transferência da progênta da vítima.

Perante o mapa de trajetória de apoio, efetuámos um conjunto de observações. Rapidamente se compreendeu que **maio foi o mês com um número superior de AV praticadas** e com **maior variedade em termos de apoios prestados**, tendo sido possível

apurar que a AV com mais apoios fornecidos foi a primeira do mês referido. Em contrapartida, inferimos que o **reforço alimentar e o apoio social** foram os **apoios que ocorreram com mais frequência** ao longo de todas as AV prestadas e o menos repetido foi o apoio no acolhimento e o auxílio de reportação de queixa, visto que foram eventos pontuais. Vale sublinhar que todos os apoios relatados na Figura 5 tiveram como objetivo dar resposta às necessidades percecionadas e expressas na e pela vítima.

Levando em consideração os critérios das AV, depreendemos que estas foram bem sucedidas, já que solucionaram os problemas que surgiram e, em resultado disso, foi possível conquistar a estabilidade da vítima. Num processo reflexivo, frisa-se o conjunto de competências obtidas ao longo de todo o trajeto (ética profissional, análise crítica e resolução de problemas), pois possibilitaram não só aplicar a ação reparadora da Educação Social, como também um crescimento a nível profissional muito benéfico.

2.1.2. Capacitação de presumíveis vítimas jovens

A assistência efetuada com as PV jovens, ocorreu no dia 23 de dezembro de 2020 e foi destinada a um conjunto de **oito rapazes**, com idades compreendidas entre os **13 e os 15 anos**, sendo um de nacionalidade congolense e os restantes de nacionalidade angolana. Esta AV consistiu na **realização da Ação: Aumenta os teus conhecimentos, diminui os constrangimentos**, com duração de duas horas.

No sentido de a concretizar, realizámos uma reunião no dia 22 de dezembro com a técnica da AKTO, a orientadora local e a Dr.^a Marina Cação, para lhes dar conta da planificação (Apêndice XXIX) da Ação. Como elementos avaliativos, explicámos que era utilizada uma **Grelha de observação das atitudes e comportamentos** dos participantes (Apêndice XXX) e uma **análise das apreciações da Ação**, cedidas pelos mesmos.

A ASI teve o auxílio de uma apresentação *powerpoint* (Apêndice XXXI) e dividiu-se em **seis partes**, abarcando temáticas como a sexualidade, a puberdade e as mudanças corporais no sexo masculino e feminino. Esta englobou momentos de quebra-gelo através da dinâmica “o meu braço”; momentos de imposição de limites a partir da construção de um espaço seguro com a intenção de prevenir constrangimentos e situações negativas; momentos de reflexão e defesa de opiniões mediante as atividades de

*brainstorming*³⁷, barómetro de atitudes³⁸, debates em grupo³⁹ e mito/realidade; e momentos de autoconsciência, avaliação e valorização pelos pares, em virtude da dinâmica do chapéu⁴⁰. O principal propósito das dinâmicas foi **fortalecer o relacionamento interpessoal** entre os vários intervenientes e **tornar a aprendizagem prática e divertida**, oferecendo ao público-alvo a possibilidade de aprenderem por meio das suas perceções em torno do vocábulo «sexualidade».

A sessão findou com um momento de conversa informal, no qual tivemos a **oportunidade de partilhar experiências**, numa lógica de proximidade. Ademais, os formandos sugeriram possíveis melhorias e manifestaram-se sobre eventos do seu dia a dia que se sentiram confortáveis em partilhar.

Atendendo aos resultados obtidos, concluímos que a participação do público-alvo foi crescente à medida que a Ação avançou e que o total do mesmo colaborou nas atividades propostas. Quando confrontados com a possibilidade de uma nova Ação, os temas com mais destaque foram a violência no namoro, a homofobia, a orientação sexual e as relações sexuais. Além disto, **expressaram a sua satisfação com a dinamizadora** e com as temáticas abordadas.

2.2. Sinalizações de presumíveis vítimas

Embora no decurso do EC tenham existido várias sinalizações (n=11), por efeito do estado de pandemia imposto pelo governo português, apenas assistimos e acompanhámos dois processos de sinalização (Tabela 7), visto que os restantes ocorreram quando realizávamos estágio não presencial. Em ambas as sinalizações, o procedimento levado a cabo pela EME Centro foi semelhante, no entanto, a segunda exigiu um trabalho de equipa mais consolidado devido à complexidade em termos de registo e situação-crime.

³⁷ Consistiu na construção de uma definição de sexualidade.

³⁸ Com base em 10 questões relacionadas com a sexualidade, os participantes posicionaram-se na sala perante cada expressão, mediante o seu nível de concordância.

³⁹ O debate foi elaborado em torno das mudanças comuns a ambos os sexos, resultantes da puberdade.

⁴⁰ Cada elemento escreveu no pedaço de papel fornecido, uma temática ou dúvida que gostava que fosse abordada num momento futuro e, também, uma apreciação da Ação através de uma palavra.

Tabela 7.

Processos de sinalizações observadas e acompanhadas

Calendarização das sinalizações	Origem da sinalização	Número e Informações das presumíveis vítimas	Parecer da EME Centro
29 de outubro de 2020 (período da tarde)	Técnica de uma EP da Rede Regional do Centro	Três PV de nacionalidade paquistanesa e do sexo masculino	Todos são considerados como PV de TSH para exploração laboral
8 de março de 2021 (período da noite)	Guarda Nacional Republicano (GNR) de Águeda	Uma PV de nacionalidade moldava e do sexo masculino	É considerado PV de TSH para exploração laboral

Assim, em ambas as sinalizações descritas na Tabela 7, os/as técnicos, num primeiro momento, forneceram todos os dados apurados da possível situação de exploração e das PV, nomeadamente aspetos físicos e emocionais relevantes, considerados como indícios do crime. Seguidamente, estes/as foram questionados sobre a possibilidade de garantirem resposta imediata às necessidades das PV (por exemplo: um duche quente e comida), para que, num momento seguinte, fosse possível proceder às entrevistas com as mesmas, por intermédio de uma videochamada (via *whatsapp*). Estas tiveram como objetivo **detetar as três etapas do crime** e, caso este se verificasse, conversar com as mesmas sobre a possibilidade de acolhimento, referindo todas as regras que envolve. É de realçar que na segunda sinalização, foi essencial recorrer a uma tradutora, dado que a PV não falava português, nem compreendia a língua inglesa.

Com base nestes procedimentos, a EME Centro **considerou estar perante várias presumíveis vítimas de TSH** e, por esse motivo, preencheu o Guião de Sinalização (GS), elaborou o registo de ocorrência e procedeu ao pedido de transporte e acolhimento. Este registo foi enviado ao SEF, a fim de facultar a informação dos casos e contribuir para a sua investigação.

Tal como já descrito, a segunda sinalização **foi atípica**, dado que a PV durante o período de exploração, não se limitou apenas a ser vítima. Em virtude da coação por parte da pessoa que a explorou, **assumiu o papel de angariador**, com o propósito de obter lucro com esse processo. Apesar disso, esta **reportou a situação de mais 11 PV** que se encontravam no seu local de exploração e em imediações próximas, o que exigiu uma articulação constante com o SEF, devido à gravidade da situação.

Na generalidade, o acompanhamento destas situações possibilitou não só assimilar o procedimento de atuação aquando da receção de uma sinalização, mas ainda entender as especificidades que devem ser tidas em conta ao comunicar com as PV⁴¹. Para mais, é fundamental mencionar que: ambas as sinalizações foram provenientes de entidades que tiveram formação com a EME Centro e todas as PV, por várias vezes, reportaram a diversos serviços que estavam a ser exploradas, no entanto, não foram levadas a sério. Isto permitiu refletir que, **quanto maior a sensibilização** para este crime, **mais hipóteses existem de aumentar o número de sinalizações** e combater este flagelo.

3. Campanhas temáticas

O presente subgrupo, tal como a designação aponta, refere-se ao conjunto de campanhas planificadas e/ou executadas em dias comemorativos, relacionados com a missão da APF Centro. Estas podem ser realizadas por vontade da equipa, inseridas no Plano Anual de Atividades (PAA) da RRCAPVTSH ou ser solicitadas por parceiros/as da instituição. Note-se que nos pontos que se seguem, descrevemos, de forma meticulosa, as campanhas concretizadas ao longo do EC e em vias de execução.

3.1. Campanha #dizsimàsinalização

A campanha para o **Dia Europeu de Combate ao TSH de 2020**, assinalado a 18 de outubro, foi concretizada em colaboração com a colega Iara. Esta consistiu na **recriação digital de uma campanha** já aplicada pela Delegação, através de pacotes de açúcar e em parceria com a Delta Cafés. A opção pela componente tecnológica foi justificada em virtude da necessidade de encontrar diferentes estratégias de sensibilização, uma vez que o estado pandémico condicionou a atuação dita “normal” das instituições.

A campanha, anexa ao PAA 2020, assumiu como propósito a consciencialização e a informação da comunidade digital, através da utilização das imagens, anteriormente impressas nos pacotes. Deste modo, entre os dias 18 e 31 de outubro, **divulgámos diariamente**, no *facebook* da Rede Regional do Centro, **uma imagem acompanhada por um texto reflexivo**. Para mais, a fase de preparação da campanha foi auxiliada por

⁴¹ Por exemplo saber se determinado país pertence à União Europeia (UE), com o objetivo de as informar corretamente sobre os apoios que estão ao seu dispor.

uma matriz de planificação (Apêndice XXXII) e num guião orientador (Apêndice XXXIII), ficando a componente avaliativa centrada numa **análise do alcance** conseguido nas redes sociais.

Com base na referida análise, constatámos que embora a quantidade de gostos não tenha sido superior a 170, **34034 pessoas visualizaram a campanha e 215 partilharam-na**. Face ao exposto, a missão de sensibilizar e informar foi atingida com sucesso.

3.2. Campanha Mão Azul

A campanha referente ao **Dia Mundial contra o TSH** de 2021, festejado a 30 de julho, foi operacionalizada com a colega Iara e a Dr.^a Marina Cação. À dissemelhança da campanha anterior, os/as agentes de divulgação já se encontravam definidos, sendo eles atores, treinadores de futebol e atrizes, perante o seu alcance na comunidade digital.

Assim, planificámos singularmente a **campanha** (Apêndice XXXIV) mediante as conclusões alcançadas nas várias sessões de *brainstorming* realizadas em equipa e foi construído o seu guião. Na elaboração do mesmo, constatámos que o TSH tinha inúmeras definições aos olhos da sociedade e que, sobretudo, privou as vítimas de uma imensidão de sonhos. Assim, dado que, muitas das vezes, foi a prossecução dos mesmos que levou ao TSH, concluímos que a **luta pelos sonhos deveria ser um ponto-chave** na campanha.

Atendendo ao exposto, propusemos que os/as agentes de divulgação ficassem responsáveis por lançar, juntamente com a campanha, um movimento social, designado por o **Dia da Mão Azul**, tendo esta cor a simbologia do sonho. Deste modo, cada um/a deveria gravar-se a dizer o excerto do texto que lhe foi fornecido e, posteriormente, pintar a sua mão de azul, dizendo a frase **“O TSH para mim, é... e por isso deve ser...”**, dando, assim, início ao movimento para toda a comunidade digital.

Esta ideia recebeu **feedback positivo** da RRCAPVTSH e da orientadora local. Ademais, como método de avaliação foi definido o *feedback* dos/as agentes de divulgação e a avaliação do impacto e do alcance.

3.3. Campanha #tudecidesoteufuturo

A pedido da Bayer, organização parceira da APF, desenvolvemos, em estreita colaboração com a colega Iara e a Dr.^a Marina Cação, uma campanha para o **Dia Mundial da Contraceção de 2021**, datado a 26 de setembro. Esta campanha, planificada com

recurso à típica matriz (Apêndice XXXV), teve como principal objetivo **prevenir comportamentos de risco** e informar a população universitária sobre os diferentes métodos contraceptivos de curta e longa duração.

Deste modo, sendo a população universitária difícil de atingir, construímos um **vídeo informativo**⁴² de curta duração, com uma forte componente dinâmica e interativa em forma de “Sabias que...”. Para isso e de modo a facilitar a operacionalização do recurso **produzimos um guião** que descreve, detalhadamente, as várias partes do mesmo e a informação que deve estar presente. Como estratégia de *marketing*, idealizámos o envio do vídeo para as várias associações de estudantes do país, com a finalidade de certificar a concretização dos objetivos previamente definidos.

Apesar do vídeo aludido ser divulgado após a conclusão do EC, a organização requerente e a orientadora local forneceram um *feedback* **bastante positivo** quando conferiram o resultado final.

3.4. Campanha #todostemosdireitos

Para além das campanhas mencionadas até ao momento, a Dr.^a Marina Cação sugeriu realizar uma campanha de sensibilização para assinalar o **Dia Europeu de Combate ao TSH de 2021** na APF Centro, no entanto, esta teve de ser adiada, uma vez que o plano orçamental da entidade perspectivada como parceira já se encontrava fechado.

Perante a conjuntura explanada, sugerimos à restante equipa, a elaboração de uma **campanha de sensibilização centrada na sonegação dos Direitos Humanos (DH)** das vítimas de TSH durante o seu percurso de exploração, **dirigida à comunidade universitária**. Esta tinha como objetivo alertar para a premissa de que todos/as podiam vir a ser potenciais vítimas deste crime e que tinham o poder de contribuir para erradicar ou, pelo menos, atenuar estas situações.

Assim, a campanha foi planificada (Apêndice XXXVI) e contou com a **planificação de uma marcha negra**, como símbolo de luto, em nome de todas as vítimas. Para a sua operacionalização, foi ambicionada a formação de parcerias com as várias associações de estudantes do Centro para que estas difundissem a mensagem junto dos/as estudantes. De notar que a sua avaliação passa pela **análise da adesão** e do possível

⁴² O guião e o vídeo não foram remetidos para apêndice, em razão desta campanha ainda não ser pública.

feedback fornecido. Para mais, a campanha será transformada em formato *online*, se não estiverem garantidas as medidas de segurança necessárias para a realização da mesma.

4. Atividades no âmbito de Educação pelos Pares

Como parte integrante do plano de EC, esteve a mediação do Grupo de Jovens da APF Centro, enquanto atividade semanal realizada em estreita colaboração com a colega Iara. Inerente ao grupo existiu, ainda, os encontros nacionais, nos quais se revelou, igualmente, uma lógica de promoção de múltiplas competências.

Neste sentido, surgiu este subgrupo-chave de atividades, que incluiu todas as que foram realizadas no âmbito dos dois contextos: Grupo de Jovens e encontros nacionais.

4.1. Participação no Grupo de Jovens

Os Grupos de Jovem da APF construíram-se em resposta às necessidades percecionadas pelo *International Planned Parenthood Federation* (IPPF) em colocar elementos jovens a participar ativamente na educação dos seus pares em matérias de saúde, a reivindicar a própria SSR e, ainda, a **promover o ativismo** na luta constante pelos DH (APF, 2020b). Estes têm como finalidade tornar a APF “cada vez mais numa rede estabelecida, funcional, reconhecida e inclusiva” (APF, 2020b, p. 12) e, por isso, seguem uma abordagem *Youth Centered Approach*.

Assim, no momento antecedente ao início do EC, integrámos o Grupo de Jovens do Centro, a convite da orientadora local, e após três semanas, por unanimidade de votos, **foi assumido o cargo de Secretária Oficial**. Este grupo era composto por 10 elementos (9 raparigas e 1 rapaz), abrangendo jovens dos 15 aos 25 anos.

À exceção das tarefas básicas que podiam ser diárias ou semanais (por exemplo: responder a *e-mails*, reunir com a coordenadora nacional, entre outras), **mediámos** em cooperação com a presidente do grupo, **as reuniões semanais**. Em compensação, na qualidade de membro voluntário, **construímos uma planificação para cada atividade**, visto que a metodologia de Educação pelos Pares requer uma boa estruturação e preparação para que a intervenção seja eficaz e de elevada qualidade. Para mais, elaborámos e implementámos, de forma conjunta e **durante 38 semanas**, material de índole informativa sobre várias temáticas, seguindo a dinâmica adotada pelo grupo – Será que sabes?.

Prontamente, é descrito, através de uma tabela sinóptica (Tabela 8) o trabalho que foi realizado **mensalmente**, desde conteúdos temáticos produzidos para as redes sociais *instagram* e *facebook*, a campanhas de sensibilização solicitadas por organizações da sociedade civil (OSC) e/ou pela coordenadora nacional dos grupos.

Tabela 8.

Tabela sinóptica das atividades realizadas no Grupo de Jovens

Mês	Módulo Temático ^a	Conteúdos	Atividades extra
Setembro e Outubro	Métodos Contraceptivos e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)	<ul style="list-style-type: none"> • Métodos contraceptivos de curta e longa duração • Métodos contraceptivos definitivos • Colocação do preservativo interno e externo • IST • Sexo oral seguro e VIH 	Divulgação do evento <i>Autumn School</i> APF 2020
Novembro	DSR	<ul style="list-style-type: none"> • Desejo e prazer sexual • IVG • Infertilidade • Resposta sexual e humana • Violência sexual e de género 	Divulgação da aplicação, elaborada pela APF em parceria com a Vodafone
Dezembro	Abuso sexual	<ul style="list-style-type: none"> • Consentimento • Namoro 	Campanha “Namorar não é consentir” (Apêndice XXXVIII)*
Janeiro	Mês de pausa letiva		Ação sobre Sexting
Fevereiro	Identidade de género e orientação sexual	<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos-base • Estereótipos de identidade de género e orientação sexual • Mudança de sexo e disforia sexual • Micro-agressões contra pessoas LGBTI+ 	Campanha - Dia dos namorados “O que é o amor?” solicitada pela Sexualidade em Linha (Apêndice XXXIX)*
Março	Continuação da execução do módulo temático		
Abril	Dificuldades e disfunções sexuais	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade sexuais • Disfunções sexuais femininas e masculinas: definição, causas e soluções 	
Mai	Continuação da execução do módulo temático		

Legenda: ^a os módulos temáticos foram planificados e trabalhados (Apêndice XXXVII); * nestes apêndices encontra-se tanto a planificação como o link de acesso aos vídeos das campanhas.

A favor de uma incessante interação, os métodos comuns a todos os módulos para colocar em prática as principais atividades do grupo foram **publicações informativas e exercícios de associação e mito/realidade**. Para mais, utilizámos **testemunhos**⁴³ e **vídeos explicativos** dos métodos contraceptivos (Apêndice XL). Com a intenção de facilitar a organização dos membros do grupo, definimos para cada módulo, tarefas de produção e divulgação, com recurso a um gráfico de *Gant* que devia ser respeitado.

De modo a aferir o impacto na comunidade seguidora, no final de cada módulo temático, efetuámos uma avaliação através de uma escala dicotómica de sim ou não, na história das redes sociais do grupo. Posto isto, com base numa análise dos resultados, percebemos que a totalidade dos/as respondentes afirmou que **tanto as temáticas tratadas foram pertinentes, como os métodos foram eficazes**, reportando aprendizagens constantes. Quando lhes foi solicitado que fizessem sugestões de temáticas, estes/as silenciaram-se. Por outro lado, cada vez mais recebemos mensagens de profissionais e instituições a **parabenizar o trabalho desenvolvido** pelo grupo.

4.2. Encontros nacionais de jovens

Os encontros nacionais de jovens, surgiram pela proposta do Grupo da APF Centro, efetuada no dia 8 de setembro à coordenadora nacional dos mesmos. Assim, ficou acordado, por unanimidade de todos os grupos, a sua realização de dois em dois meses, com a duração de duas horas e com principal objetivo a contínua consciencialização para diversas áreas. Neste seguimento, no desenrolar do EC, participámos em **três encontros** e, juntamente com a colega Iara, em dois deles foram **dinamizadas duas ASI** sobre temáticas distintas, a convite da coordenadora nacional.

A primeira foi centrada na temática do *Sexting* e decorreu no dia 25 de novembro de 2020. Esta contou com a participação de **20 elementos** dos Grupos de Jovens (oito do Centro, cinco de Lisboa, seis do Porto e um da Madeira) e foi planificada devidamente (Apêndice XLI), servindo-se de uma apresentação em formato *powerpoint* (Apêndice XLII) que orientou a decorrência da Ação.

Como instrumento de avaliação, utilizámos uma **Grelha de observação de comportamentos e atitudes** (Apêndice XLIII) e solicitámos a cada participante que **descrevesse a ASI numa palavra**. De uma forma geral, a totalidade do público-alvo

⁴³ Os testemunhos permitiram ter uma perspetiva real das temáticas que se abordaram ao longo de cada módulo.

demonstrou interesse e **participou em todas as dinâmicas** propostas, colocando dúvidas em vários momentos. Quanto ao desafio proposto, os adjetivos mais comuns tecidos à Ação foram “**esclarecedora**”, “**pertinente**”, “**interessante**” e “**necessária**”.

Por sua vez, a segunda sucedeu-se no decurso do projeto TSH: do conhecimento à sinalização e já foi nomeada e descrita no ponto 1.1. do presente capítulo.

5. Outras atividades

O último subgrupo reporta todas as **atividades isoladas, reuniões técnicas e tarefas da dinâmica habitual da APF Centro**, concretizadas ou apenas planeadas no decurso do EC. Neste sentido, as primeiras referem-se aos momentos iniciais deste percurso e as restantes dizem respeito à parte funcional e técnica dos projetos da APF Centro, no âmbito do TSH. De imediato, descrevemos as atividades supracitadas, com a finalidade de garantir uma compreensão clara do trabalho efetuado.

5.1. Atividades isoladas

As atividades isoladas, tal como o nome reflete, fazem alusão a todas as tarefas **executadas pontualmente**. Salientamos que, no decurso do estágio, para além de realizarmos o preenchimento de determinados papéis, também construímos novos *layouts* e resumos de formações. No entanto, em seguida, são sintetizadas outras tarefas que careceram de um maior envolvimento e de um tempo de execução mais elevado.

5.1.1. Leitura dos *dossiers* técnico pedagógicos

No início do EC, a **primeira atividade** sugerida pela orientadora local foi a leitura de todos os *dossiers* técnico pedagógicos (DTP) presentes na APF Centro. Estes DTP são capas onde estão arquivados um conjunto de documentos com informações importantes, respeitantes ao trabalho elaborado pela APF Centro.

Assim, concluímos que efetuar a leitura dos DTP foi de grande pertinência, uma vez que permitiu não só **conhecer a dinâmica de organização adotada pela Delegação**, como também **explorar as particulares dos projetos** levados a cabo pela mesma, tais como candidaturas, relatórios de ocorrência, GS e processos das vítimas já assistidas e ainda em acompanhamento. Isto é, para além de uma aprendizagem leviana dos projetos, conseguimos, de imediato, perceber quais eram os procedimentos orientadores aquando

de uma sinalização e qual era o perfil predominante das vítimas sinalizadas e assistidas pela equipa do Centro.

5.1.2. Organização dos conteúdos formativos

A APF Centro, para além dos DTP, possui uma mescla de conteúdos formativos, em formato digital, que englobam várias áreas conducentes à sua missão. Desta forma, devido à rotina diária não permitir uma organização convenientemente cuidada dos mesmos, foi solicitado na segunda semana de EC, a **criação de pastas e consequente organização dos materiais**. Esta tarefa teve como propósito realizar um levantamento da informação e dos recursos existentes, para, posteriormente, ser organizado o **plano formativo de 2021** com base nas necessidades percecionadas.

A organização dos conteúdos formativos, embora tenha exigido um nível de concentração elevado, face a uma ampla quantidade de documentos, possibilitou a aquisição de conhecimento em múltiplas áreas, bem como dos trabalhos já efetuados pela APF Centro nos últimos anos. A par do descrito, depreendemos que foi imperativo, num momento inicial de EC, realizar um trabalho mais rigoroso em termos de leitura e organização, a fim de tirar proveito desse processo para a execução de um **estágio respondente às carências detetadas** na instituição.

5.1.3. Parecer dos materiais digitais sobre Tráfico de Seres Humanos

No dia 17 de setembro de 2020, a orientadora local apelou a concretização da **análise de uma coletânea de materiais digitais**, ilustradores de situações hipotéticas de TSH, e um *website* desenvolvido com o objetivo de possibilitar à comunidade em geral informar-se sobre o fenómeno, sinalizar através de uma plataforma digital e consultar o estado da mesma regularmente. Para mais, esta permitia, ainda, o conhecimento do crime por regiões, em virtude de um mapa digital. Salienta-se que os materiais até então descritos foram enviados por um docente de um colégio em Castelo Branco, sendo os mesmos fabricados pelos/as seus/suas alunos/as na disciplina de Informática.

Deste modo, **produzimos um documento de análise dos vários instrumentos** e ficámos responsáveis pela **mediação da reunião**, via *zoom*, com o docente, para lhe dar conta do parecer da equipa. Esta atividade permitiu o desenvolvimento das competências de análise crítica e sentido de responsabilidade.

5.1.4. Produção de cartazes de divulgação

Ao longo do mês de outubro, a orientadora local solicitou a criação de um cartaz de divulgação do trabalho desenvolvido pela APF Centro. Assim, numa união de esforços com a colega de EC, para além do **cartaz de divulgação dos serviços oferecidos pela APF Centro** (Apêndice XLIV) foram planificados e produzidos mais dois, a saber: **cartaz referente ao atendimento juvenil na área da SSR** e **cartaz de disseminação da oferta formativa** (Apêndice XLV).

Para existir sucesso em qualquer atividade que se produza é fundamental analisar o público-alvo que se pretende atingir, pois existem fatores que influenciam diretamente o interesse dos/as mesmos/as e a receção eficaz da mensagem-chave transmitida, nomeadamente a escolha das cores, a estratégia de *marketing* e o *design* empregado. Com base neste pressuposto, para cada cartaz, decidimos fazer uma **metáfora visual ao conteúdo**, conjugando-a com **cores transmissoras de paz e serenidade**, uma vez que estas se definem como ferramentas poderosas na ativação de emoções e ideias. Como metodologia de avaliação, optámos pela **avaliação da reação** do público, especificamente nas redes sociais, e pelo *feedback* da orientadora local. É de realçar que estes cartazes foram divulgados através do *facebook* da APF Centro.

No primeiro cartaz referido, a metáfora visual foi o **novelo de lã**, aludindo à ideia de que a APF Centro, representada pela mão, **ajuda a desenvencilhar cada problema**. No segundo, seleccionámos uma **imagem ilustrativa da série *Sex Education***, muito vista por jovens, dando a ideia de que, tal como as personagens, **é perfeitamente normal ter dúvidas** e, por isso, não se devem aprisionar na sua nuvem cinzenta. No terceiro, o **cérebro** foi usado como forma de reforçar a mensagem de que a Delegação tem as **ferramentas necessárias para contribuir para a capacitação contínua**, ao nível da aquisição de conhecimentos e expansão de competências.

Numa análise do resultado final, destacamos a receção de um ***feedback* bastante positivo** por parte da orientadora local. Quanto à reação do público, o primeiro cartaz foi aquele que **alcançou mais visualizações** (2800) e **partilhas** (12), no entanto, o segundo seguiu-o com 840 visualizações e 3 partilhas. Já o terceiro cartaz espelhou tanto o menor número de visualizações (422) como de partilhas (2). No que concerne ao número de gostos, não verificámos um número superior a 30 na generalidade dos mesmos. De notar, que após duas semanas da divulgação dos materiais, **a receção de chamadas aumentou** e foram efetuados vários pedidos de consultas, de material contraceutivo e de Ações,

principalmente, na área do TSH e da SSR. No entender da equipa, e pelo *feedback* informal recebido esta procura foi influenciada pelas ações anteriores.

5.1.5. *Kits* de Educação Sexual

Os *Kits* de Educação Sexual são guias de recursos materiais, produzidos pela APF Lisboa que apresentam como público-alvo os/as formadores/as, educadores/as e docentes (APF, 2021b)⁴⁴. Deste modo, existem 5 *Kits* – 1.º ciclo, 2.º ciclo, 3.º ciclo, ensino secundário e ensino profissional –, cujo principal objetivo passa por auxiliar as sessões de Educação Sexual em contexto de sala de aula, contemplando no seu interior vários materiais, tais como manuais de atividades, jogos, folhetos e livros⁴⁵ (APF, 2021b).

Assim, dado que o mundo tecnológico está cada vez mais presente, surgiu a ideia de **transformar os *kits* supraditos em formato digital**, atualizando os materiais para versões mais recentes e inclusivas. Por sua vez, foi proposto à orientadora local a planificação de **mais dois recursos: Histórias brilhantes – Guia de sugestões de leitura** (Apêndice XLVI) e o **Ideias em ação – Guia de dinâmicas de grupo** (Apêndice XLVII), a utilizar em sala de aula presencial e virtual.

Com o surgimento de outras atividades que se tornaram prioritárias face à apresentada de momento, esta foi estagnada até que surja um momento considerado oportuno pela orientadora local. Contudo, o *feedback* em relação às planificações construídas foi muito apreciativo.

5.2. Reuniões técnicas

As reuniões técnicas dizem respeito a todos os momentos de reunião conjunta e discussão formal de múltiplos assuntos, englobando os vários projetos e serviços com que atuámos. Deste modo, nos pontos seguintes descrevemos não só a organização, mas também o propósito das reuniões, remetendo, de igual modo, para a sua calendarização.

⁴⁴ Informação consultada no *website* da APF, disponível em: <http://www.apf.pt/loja/kit-de-educacao-sexual-no-secundario>.

⁴⁵ Informação consultada no *website* da APF, disponível em: <http://www.apf.pt/loja/kit-de-educacao-sexual-no-secundario>.

5.2.1. Reuniões de equipa da Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família

Na primeira semana de EC, foi-nos comunicada a existência de reuniões de equipa quinzenais, no período da manhã das sextas-feiras, havendo a possibilidade destas ocorrerem semanalmente, quando necessário. O seu objetivo foi não só a discussão de casos práticos, mas também a distribuição de tarefas, a partilha de informação pertinente e a realização de pontos de situação do trabalho efetuado.

Assim, **participámos em 22 reuniões** (Apêndice XLVIII), onde houve a oportunidade para **aprimorar um conjunto de competências** dentro e fora do âmbito do TSH, nomeadamente a resolução de problemas, a comunicação assertiva, a interpretação de GS, a compreensão da atuação e a construção de processos para as vítimas.

5.2.2. Reuniões da Rede Regional do Centro

Aquando da criação da RRCAPVTSH foi acordado a periodicidade de reuniões “duas a três vezes por ano” (APF Centro, 2017, p. 4). Apesar de serem elaborados pela presidente da Comissão de Acompanhamento da Rede (CAR)⁴⁶, planos de trabalho para cada uma das reuniões, estas encontravam-se divididas em quatro partes – momentos de aprovação (seja a apresentação e aceitação de novas entidades, o PAA ou o relatório anual); assuntos de urgência a tratar; formação interna e outros assuntos (por exemplo: conteúdos previamente solicitados à presidente por uma EP). No fundo, estas reuniões serviram para colocar em prática os objetivos delineados no protocolo assinado por todos/as, no momento da sua criação.

Assim, marcámos presença em três reuniões via *zoom* – 11 de dezembro de 2020, 26 de fevereiro de 2021 e 25 de junho do mesmo ano –, com duração de duas horas cada. Neste âmbito, **integrámos a equipa técnica responsável pela organização** das mesmas e realizámos tarefas como a criação e divulgação da folha de presenças, partilha de *links* no bate papo e, num momento posterior à reunião, **auxiliámos a Dr.ª Marina Cação na atualização das adendas** a enviar às novas EP da Rede e no **processo de construção dos memorandos**. Para mais, houve a oportunidade de **assistir a três momentos formativos**, nomeadamente: a apresentação do funcionamento do CAP da AKTO; a discussão de casos de sucesso no âmbito da assistência a vítimas de TSH; e, por fim, a

⁴⁶ Repetimos a escrita por extenso para facilitar a leitura.

apresentação do Sistema de Referenciação Nacional de crianças presumíveis vítimas de TSH.

Assim, a participação nestas reuniões possibilitou contactar com um conjunto de profissionais de diversas áreas e **efetivar um levantamento de necessidades** à medida que estes/as expuseram as suas dúvidas e/ou ambições, sendo **muito proveitoso para a construção do projeto** de EC. Para mais, como elemento integrante da organização das reuniões, desenvolvemos, sobretudo, competências organizacionais e de gestão de tempo.

5.2.3. Reuniões da Comissão de Acompanhamento da Rede

Ao longo do EC, comparecemos **numa reunião** da CAR, datada ao dia 26 de maio de 2021, no período da manhã. Esta foi mediada pela orientadora local e a sua grande finalidade era acompanhar o trabalho levado a cabo pela Rede Regional do Centro, discutir mecanismos para colocar em prática o PAA do ano decorrente e resolver problemas urgentes que surgissem. A nossa presença nesta reunião, sucedeu-se a pedido da orientadora local, para que não findássemos o estágio sem conhecer a dinâmica deste tipo de encontro técnico e também para **expormos a proposta idealizada**, enquanto plano B para a campanha da Rede referente ao **Dia Europeu de Combate ao TSH de 2021**. É de realçar que a mesma **foi bem aceite pelas várias entidades** pertencentes à CAR, não podendo ser descrita em virtude do pedido de sigilo.

5.2.4. Reuniões de supervisão das Equipas Multidisciplinares Especializadas

No decorrer do tempo de estágio na APF Centro, **participámos em três reuniões de supervisão das EME** a nível nacional, datadas aos dias 9 e 15 de fevereiro e 7 de abril de 2021, sendo estas mediadas pela Dr.^a Marta Pereira, educadora social e coordenadora da APF Norte.

As reuniões deste cariz tinham como objetivo principal, monitorizar o trabalho realizado pelas EME para que existisse concordância no método de trabalho e na forma como operavam junto das PV. Deste modo, numa reflexão geral, chegámos à conclusão que estas contribuíram de forma ativa para a **aquisição de competências organizacionais**, bem como para a **consolidação de conhecimento em torno do fenómeno** de TSH e do trabalho exercido pelas EME a nível nacional. Ademais, ao retirar notas das comunicações das técnicas durante os momentos de discussão, foi possível

efetuar um levantamento rico da multiplicidade de casos de TSH e dos procedimentos de atuação.

5.2.5. Reuniões do Grupo de Jovens do Centro

As reuniões do Grupo de Jovens da APF Centro decorreram todas as semanas, em horário noturno. Este, tal como o dia foi acordado por unanimidade de todos os elementos, sendo esta uma **atividade adicional** ao período normal de EC.

Juntamente com a colega Iara, **dinamizámos 39 reuniões** que ocuparam cerca de **48 horas**. Para além destas, a orientadora local propôs que assumíssemos as **reuniões de apresentação do Grupo aos novos/as voluntários/as** inscritos/as, dando-se este processo quatro vezes. A dinamização destas reuniões, viabilizou o **desenvolvimento de competências** de liderança, trabalho em equipa, organização, responsabilidade e gestão.

Com a intenção de potenciar a compreensão do desenrolar das reuniões, é imprescindível explicar quais os seus momentos-chave. Na primeira reunião do ano, foi realizado um PAA, onde constavam todas as áreas que seriam abordadas, os momentos de capacitação sugeridos e, ainda, a calendarização dos tempos de pausa e das reuniões. Depois, em cada uma fizemos um ponto da situação da presença ou ausência de pedidos enviados por organizações não governamentais (ONG) e/ou pela coordenadora nacional para se delinear o plano de trabalho. Com a intenção de garantir a produtividade constante na produção de conteúdo, os elementos do grupo formaram pares e foram dispostos em salas simultâneas. Para mais, na conclusão de cada módulo temático, foi enviado o documento para a supervisora do grupo, com a intenção de ter a sua aprovação e iniciarem-se as partilhas nas redes sociais.

5.3. Atividades da dinâmica institucional

As atividades da esfera organizacional expõem o **trabalho técnico, semanal, mensal** e de **final** de semestre, de carácter obrigatório, inerente aos projetos da Delegação Centro da APF, conglobando a concretização de todos os procedimentos.

5.3.1. Atualização da Grelha global da Equipa Multidisciplinar Especializada e do cartaz do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

Com a intenção de apresentar uma base de dados atualizada no que concerne às áreas de intervenção a cargo da EME Centro, foi construída uma grelha *excel*, comum a todas as equipas, onde **registámos as diversas atividades realizadas**. Esta foi bastante facilitadora no que diz respeito ao trabalho diário, já que permitiu uma leitura rápida de dados quando solicitados, uma construção ágil dos relatórios semestrais e até mesmo uma troca de processos entre EME, sem grande dificuldade. Por sua vez, o Programa Operacional Inclusão Social e Emprego na **qualidade de um dos financiadores** do projeto das EME, obrigou o preenchimento de um cartaz informativo cedido pelo mesmo.

De forma a integrar a dinâmica institucional, desde o **mês de novembro até janeiro**⁴⁷, **atualizámos semanalmente a grelha** ao nível das chamadas recebidas e efetuadas, dos processos das vítimas, das assistências a vítimas (AV) e da atividade interina e, **mensalmente, fomos acrescentando ao cartaz-base do projeto, os dados das AV e das sinalizações**. Perante estas tarefas, foram adquiridas competências de raciocínio lógico, análise crítica, gestão de dados, organização e visão institucional. Denotamos que, na maioria das vezes, esta tarefa contou com o apoio da Dr.^a Marina Cação.

5.3.2. Elaboração de relatórios semestrais e anuais

O relatório semestral (EME Centro), o relatório anual (Rede Regional do Centro) e o relatório da EME para a entidade avaliadora foram tarefas importantes da dinâmica da instituição. Assim, **elaborámos os referidos**, em colaboração maioritária com a Dr.^a Marina Cação.

Tal como evidenciado no enquadramento teórico do presente relatório, esta junção de dados semestrais assumiu um **papel essencial para a representação territorial** do fenómeno do TSH, na medida em que contribuiu para a construção do relatório do Observatório do Tráfico de Seres Humanos do ano vigente. O relatório anual da Rede possibilitou a avaliação do trabalho efetuado e a comparação dos objetivos definidos com

⁴⁷ Com a obrigatoriedade de teletrabalho sentida em meados de janeiro, o estágio foi temporariamente realizado em formato não presencial e, por esse motivo, esta atividade deixou de ser efetuada.

os resultados alcançados. Já o restante foi um novo método da entidade avaliadora, que consistiu numa descrição detalhada das várias especificidades da Grelha global.

Em síntese, estas tarefas permitiram **adquirir** e, por vezes, **expandir competências** de organização, tratamento e análise de dados, recolha de informação, avaliação de resultados, trabalho em equipa, leitura processual, comunicação interna e, ainda, conhecimento basilar sobre as componentes de um relatório técnico de projeto.

5.3.3. Colaboração na elaboração do Plano Anual de Atividades 2021

O contributo fornecido para o PAA passou pela **execução de tarefas pontuais**, tais como a análise das três propostas das entidades parceiras (EP)⁴⁸ da Rede e a operacionalização dessas ideias, bem como sugestão de outras, igualmente cruciais, para desenvolver um PAA inovador. Este dividiu-se no **planeamento de momentos de capacitação e atividades semestrais**, contando, como habitual, com as **campanhas para os dias festivos do TSH**. Assim, sugerimos ideias atuais e conducentes ao estado pandémico de elevado risco que se atravessava e, por outro lado, tentámos retirar partido das potencialidades de algumas EP, como é exemplo a interligação do turismo ao tráfico de menores.

Por fim, ressaltamos que as propostas de atividades foram aceites pela orientadora local e conduziram a um PAA aprovado, por unanimidade de todas as entidades, na segunda reunião da Rede Regional do Centro. Até à data, **um dos momentos propostos⁴⁹ foi implementado**.

5.3.4. Atualização das tabelas

A capacitação, enquanto componente integrante do trabalho realizado pela EME Centro e do EC⁵⁰ concretizado, careceu de uma contínua atualização dos recursos utilizados, assim como da informação fornecida ao público-alvo.

Assente no descrito, **atualizámos**, de forma regular, **as tabelas utilizadas nas Ações** e, para além disso, procedemos à **leitura e construção de outras tabelas conducentes às novas vítimas do semestre**, acabando por se efetuar uma sondagem das

⁴⁸ Retomamos a expressão por extenso, com o propósito de orientar o/a leitor/a na compreensão da informação.

⁴⁹ Webinar: Boas práticas nacionais e internacionais na prevenção do tráfico de crianças e jovens.

⁵⁰ Relembramos que, de acordo com a lista de acrónimos, significa estágio curricular.

vítimas já confirmadas e em assistência contínua e das que foram apenas consideradas e acolhidas.

5.4. Momentos de capacitação

A autocapacitação constante, tal como já foi evidenciado, é uma das necessidades contínuas do/a Educador/a Social, uma vez que em virtude da mesma aprimora a sua prática profissional e alcança um conhecimento consciente dos problemas sociais, bem como competências fundamentais para a sua intervenção no terreno. Neste cenário, ao longo do EC, **participámos em vários momentos de capacitação.**

Na Figura 8 encontra-se espelhado o cronograma do plano de capacitação frequentado, tendo sido de **dois tipos de natureza**: capacitação interna e capacitação adicional. O primeiro diz respeito às formações que foram oferecidas pela APF nacional e o segundo reporta as que demonstrámos interesse em participar ou que demos contributos para a sua realização. Note-se que, no total, foram ocupadas **86 horas e meia.**

Tipo de capacitação		Período							
		2020			2021				
		Set.	Out.	Nov.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.
Interna	Formação profissional de inteligência emocional em crianças								
	Curso de abuso sexual de crianças e jovens								
	Webinar Saúde Sexual – novas atualizações relativas aos métodos contraceptivos								
	Webinar – Contraceção em tempo de pandemia								
	Workshop – Psicologia do Luto								
	Webinário – Profissionais de contextos desafiantes: estratégias para gerir e sobreviver à crise								
	Webinar – IST e rastreios								
	Formação – MGF e suas consequências								
	Webinar – TSH na era digital: que questões colocam?								
	Workshop – Perturbações da personalidade								

Adicional	Tertúlias FM IV – Saúde Sexual e Reprodutiva para pessoas LGBTI+								
	Webinar – TSH: perspetivas e desafios na saúde								
	Formação de agentes qualificados no TSH*								
	Webinar – TSH: o combate ao fenómeno e os desafios da intervenção								
	Webinário – Boas práticas nacionais e internacionais na prevenção do tráfico de crianças e jovens								

Figura 9. Momentos de capacitação frequentados ao longo do estágio

Nota. Laranja pêssego (formações em que se colaborou); azul claro (momentos de capacitação cedidos pela APF nacional); verde (capacitação externa à APF Centro)

** Nesta formação, oferecida pela Saúde em Português, foi planificado e esboçado uma campanha de sensibilização, no âmbito do tráfico de menores (Apêndice XLIX) que recebeu um feedback muito positivo.*

Por intermédio de uma reflexão crítica, foi possível compreender que, cada vez mais, não se podem tomar como certas as técnicas, as estratégias ou até mesmo as formas de atuar, pois estas rapidamente são substituídas por outras mais eficazes em consequência da constante mudança do meio envolvente. Neste sentido, percebemos que a capacitação, quer tenha por objetivo a atualização de conhecimentos ou a aquisição deles, é imprescindível, uma vez que contribui, de forma direta e consistente, para o nosso desenvolvimento pessoal e profissional.

Assim, a frequência nos momentos de capacitação potenciou a **conquista de aptidões favoráveis** para a atuação de um/a profissional de Educação Social, desenvolvendo-se o **saber, saber ser, saber estar e saber fazer**. Estes serviram, muitas vezes, de base para a construção das Ações dinamizadas e do projeto concretizado, visto que permitiram adquirir uma atitude reflexiva face às temáticas que deram mote ao estágio. Ademais, as formações em que cooperámos no seu processo de operacionalização, viabilizaram o desenvolvimento de diversas competências, particularmente as de organização, planeamento, pesquisa, gestão de tempo, espírito crítico e escuta ativa. De uma forma geral, estes momentos foram **sinónimo de evolução**, o que atua a favor de uma **futura prática profissional benéfica**.

Considerações Finais

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”

Madre Teresa de Calcutá

A expressão evidenciada reflete a ideologia ao longo deste percurso que agora finda com a redação do presente documento para a obtenção do grau de Mestre em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Numa primeira fase, sublinhamos o alcance dos objetivos traçados *à priori*, a saber: desocultar o fenómeno do Tráfico de Seres Humanos (TSH) junto da comunidade; colaborar na mediação de um projeto de Educação pelos Pares; desenvolver assistências éticas junto de vítimas de TSH; cooperar nas dinâmicas organizacionais; desenvolver um projeto socioeducativo na instituição de acolhimento; e intervir no contexto profissional de um/a Técnico/a Superior de Educação Social.

Ao longo do estágio curricular (EC) que sustenta este documento, as áreas de atuação recaíram no TSH, na Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) e na Educação pelos Pares, estando estas vinculadas aos projetos da Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família (APF): a Equipa Multidisciplinar Especializada de Assistência a Vítimas, a Rede Regional de Apoio e Proteção às mesmas e o Grupo de Jovens.

A oportunidade de intervirmos em diferentes realidades foi o ingrediente-chave que definiu esta experiência como um verdadeiro desafio. Além disso, foi marcada por sucessivas mudanças em virtude da tentativa de travar a Covid-19, o que se refletiu num percurso estimulante que exigiu, regularmente, a adaptação a novas exigências.

Esta pandemia veio alarmar a comunidade para a existência de uma doença contagiosa que afetou todo o mundo, no entanto, para os/as especialistas esta foi uma chamada de alerta para a necessidade eminente de se construírem mais e melhores respostas, pois o que se espera é um aumento exponencial de casos em virtude das consequências negativas da mesma, ora ao nível do aumento da delinquência e da taxa de desemprego, ora no âmbito da redução da saúde mental e da oferta educativa. Na generalidade dos efeitos, o fator resultante comum é a vulnerabilidade.

O modelo BBC (Birkmann et al., 2011) defende que quanto maior a exposição e a suscetibilidade ao risco, maior é o nível de vulnerabilidade, sendo que este aumenta

quando não existem respostas de enfrentamento adequadas para a mudança de trajetórias de vida. Perante esta noção, mais do que nunca, é fundamental mudar paradigmas e reformular sistemas de atuação, visto que o tipo de resposta que se fornecer agora pode ser um fator determinante para a minimização dos impactos *à posteriori*.

As Políticas Públicas devem adotar novas perspectivas e investir em projetos de redução da vulnerabilidade acessíveis a todas as pessoas, dando-lhes poder na tomada de decisão, pois melhorará a eficácia dos projetos e uma maior aproximação das mesmas a estes. Por outro lado, é fundamental apostar numa lógica futurista e proativa, ao invés de momentânea e exclusiva na gestão da emergência. Recomendamos assim a construção de programas que apostem na prevenção do crime pensando em quem tem suscetibilidade para se tornar explorador/a (frações mais expostas ao risco), em vez de se focarem em prevenir pensando somente na vulnerabilidade e suscetibilidade das vítimas.

Ao olhar para o TSH, entendemos que enquanto não se percecionam o mundo como um lugar de todos/as por direito, as desigualdades sociais e toda a estigmatização em torno destes grupos sociais, só os tornará mais vulneráveis, o que faz com que as pessoas que exploram alarguem o seu horizonte a outras frações da sociedade, pela queda excessiva das primeiras. A educação para os direitos a par da educação para a cidadania são uma díade essencial para consciencializar a comunidade e é neste âmbito que, o/a profissional de Educação Social tem um papel preponderante numa Equipa de Assistência a Vítimas pois, não só apresenta competências metodológicas para a elaboração dos programas e projetos já elencados, como consegue realizar intervenções holísticas respeitantes da matéria transversal a qualquer sujeito – os Direitos Humanos.

Perante as áreas de intervenção, foram observadas, planificadas e implementadas um conjunto de Ações e atividades que favoreceram o aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências, por efeito da ampliação do reportório de experiências. Como novas competências, relevam-se: a capacidade de entender a operacionalização e a avaliação de um projeto financiado; a habilidade prática para capacitar públicos em SSR; e a capacidade para entender a relação profissional-vítima. Em contrapartida, enquanto aptidões aperfeiçoadas, frisa-se: a gestão do tempo; a resiliência; o diagnóstico de necessidades; o planeamento e avaliação de projetos; a avaliação de riscos; a resolução de problemas; a fluência verbal; e a competência de mediação.

O projeto concretizado – Ferramenta Prática de Orientação e Procedimentos de Excelência na Assistência a Vítimas de TSH –, teve como palavra de ordem a

capacitação e visou promover a realização de atendimentos mais humanizados e sinalizações mais eficientes, numa época em que se espera um maior surgimento de casos. Embora numa primeira fase esteja centrado a um público inferior a 100, a sua viabilidade foi garantida com o estudo efetuado e, por isso, esperamos conquistas futuras muito satisfatórias tanto ao nível da melhoria das assistências como do **trabalho em rede**.

Fazendo uma observação crítica e detalhada da experiência de EC, recorreremos à Análise SWOT (Figura 10), para efetuar uma leitura dos pontos fortes, dos pontos fracos, das oportunidades e das ameaças.

Ambiente interno	<p style="text-align: center;">Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Integração numa equipa dinâmica e coesa - Sugestões realizadas bem aceites e implementadas - Capacidade de resposta a diferentes tarefas - Cumprimento das horas obrigatórias de estágio curricular - Capacidade de integração e adaptação 	<p style="text-align: center;">Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pouca capacitação técnica inicial em SSR - Falta de conhecimento inicial sobre a abordagem correta a empregar com presumíveis vítimas de TSH
	Ambiente externo	<p style="text-align: center;">Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dinamização do Grupo de Jovens - Prestação de assistência a vítimas - Planificação e dinamização de Ações sobre várias dinâmicas (TSH, <i>Sexting</i> e SSR) - Aquisição de experiência de terreno - Integração em formações internas

Figura 10. Análise SWOT do estágio curricular

Numa análise da Figura 10, denotamos que as fraquezas foram superadas através da uma autocapacitação constante para responder às exigências da esfera laboral, o que providenciou oportunidades de liderança em Ações de Sensibilização e Informação, e assistências muito apreciadas pela vítima. Por fim, retomamos a frase inicial e concluímos que não se deve pensar no pouco que se produz com determinada ação, mas sim refletir que essa pequena quantia de esforço já está a contribuir para a alteração de um cenário desumano. Cada vez mais, assume-se como imperativo depreender que a verdadeira transformação tem início na mobilização de esforços conjugada com a persistência necessária, para que juntos/as, numa relação de iguais, se alcance a mudança tão desejada.

Referências Bibliográficas

- Agência para a Modernização Administrativa. (2021a). Contactar a linha de apoio a migrantes. eportugal.gov.pt – o seu portal de serviços públicos. Disponível em: <https://eportugal.gov.pt/pt/servicos/contactar-a-linha-de-apoio-a-migrantes>.
- Agência para a Modernização Administrativa. (2021b). Linha de emergência social. eportugal.gov.pt – o seu portal de serviços públicos. Disponível em: <https://eportugal.gov.pt/cidadaos/cuidador-informal/linha-de-emergencia-social>.
- Álvarez, L. M., Calvo, L. D., & Guevara, G. F. (2018). Mendicidad ajena como modalidad del delito de trata de personas. Caso embera-chamí*. *Revista Via Inveniendi et Iudicandi*, 14(1), 129-156.
- Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social. (2016). Código deontológico do técnico superior de educação social. Disponível em: <http://www.aptses.pt/codigo-deontologico/>.
- Associação para o Planeamento da Família. (2017). *Candidatura da APF ao prémio direitos humanos da assembleia da república* (documento não publicado).
- Associação para o Planeamento da Família. (2021a). Quem somos. Disponível em: <http://www.apf.pt/quem-somos>.
- Associação para o Planeamento da Família. (2021b). Kit de educação sexual no secundário. Disponível em: <http://www.apf.pt/loja/kit-de-educacao-sexual-no-secundario>.
- Asociación Internacional de Educadores Sociales. (2011). Marco conceptual de las competencias del educador social. *Revista de Educación Social*, (3), 1-35.
- Azevedo, J., & Baptista, I. (2008). Educadores sociais: Quem são? o que fazem? como desejam ser reconhecidos?. *Cadernos de Pedagogia Social*, 2, 45-60.
- Azevedo, S., & Correia, F. (2013). A educação social em Portugal: Evolução da identidade profissional. *Revista de Educación Social*, (17), 1-11.
- Barreira, C. (2009). Os contributos dos modelos de Donald Kirkpatrick e de Donald Stufflebeam para o desenvolvimento de uma estratégia avaliativa. In H. Ferreira et al. Investigar, avaliar, descentralizar, Actas do X Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Bragança: Instituto Politécnico.
- Birkmann, J., Teichman, K., Welle, T., González, M., & Olabarrieta, M. (2011). O risco não percebido para as zonas costeiras da Europa: Os tsunamis e a vulnerabilidade de Cádiz, Espanha. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (93), 129-165.
- Canastra, F. A. (2011). Emergência da profissão do educador social: Uma aproximação a partir dos processos de profissionalização. *Revista de Ciências da Educação - UNISAL*, (24), 17-32.
- Canastra, F., & Malheiro, M. (2008). O perfil profissional do educador especializado (social) - Uma leitura sócio-histórica. *Cadernos de Pedagogia Social*, 2, 61-80.
- Canastra, F., & Malheiro, M. (2009). O papel do educador social no quadro das novas mediações socioeducativas. *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*, 2024-2033. Universidade do Minho. Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/345>.

- Castilho, E. (2013). Problematizando o conceito de vulnerabilidade para o tráfico internacional de pessoas. In Ministério da Justiça (Ed.), *Tráfico de pessoas: Uma abordagem para os direitos humanos* (pp. 133-155). Brasília: Ministério da Justiça.
- Comissão Europeia. (2020). *Relatório da comissão ao parlamento europeu e ao conselho – terceiro relatório sobre os progressos alcançados na luta contra o tráfico de seres humanos*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. (2013). *Mendicidade forçada: A face invisível do tráfico de seres humanos para exploração laboral*. Lisboa: Observatório do Tráfico de Seres Humanos.
- Correia, F., Azevedo, S., & Delgado, P. (2019). A profissionalização da educação social em Portugal: Uma análise comparativa das representações da profissionalidade dos finalistas e diplomados. *Sensos-e*, 6(3), 39-50.
- Cruz, P. (2016). Políticas públicas: qual o papel da sociedade civil?. *Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD*, (10), 5-6.
- Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família. (2020a). *Associação para o planeamento da família – seus serviços e projetos* (documento não publicado).
- Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família. (2020b). *História das equipas multidisciplinares especializadas* (documento não publicado).
- Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família. (2017). *Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos* (documento não publicado).
- Dias, S. (2006). *Educação pelos pares: Uma estratégia na promoção da saúde*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Higiene e Medicina Tropical.
- Diehl, R. C., & Costa, M. M. (2019). El combate al tráfico internacional de niñas para fines de explotación sexual en América Latina. *Anuario Mexicano de Derecho Internacional*, 19, 235-262.
- Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. (2014). *Kit de intervenção para órgãos de polícia criminal em situações de tráfico de seres humanos*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Gueifão, R., Correia, F., & Azevedo, S. (2021). *Educação social: Contextos e funções*. Lisboa: Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social.
- Guia, M. J. (2017). A ponderação da extensão do estatuto de vítima aos familiares da vítima de crime, em caso de sobrevivência. *Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal - UFRGS*, 5(1), 40-54.
- Henriques, M.C. (2003). Que há de novo na sociedade civil?. *Revista Nação e Defesa*, 2(106), 135-151.
- Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. (2012). *A proteção dos direitos humanos e as vítimas de tráfico de pessoas – Rotas, métodos, tipos de tráfico e setores de atividade em Portugal*. Porto: IEEI.

- International Organization of Migration. (2018). Victims of trafficking on the road. Disponível em: <https://www.ctdatacollaborative.org/story/victims-trafficking-road>.
- International Planned Parenthood Federation. (2007). *Incluidos involucrados inspirados: Un marco de trabajo para programas de educación de jóvenes pares*. Londres: IPPF.
- Kirkpatrick, D. & Kirkpatrick, J. (2005). *Evaluating training programs: The four levels* (3.º ed.). San Francisco: Berrett-Koehler Publishers.
- Marques, F. T., & Faria, S. C. (2019). O tráfico internacional de pessoas para os fins de exploração sexual: uma análise à luz do caso concreto, no Brasil. *Revista de la Facultad de Derecho*, (46), 1-22.
- Mateus, M. N. (2012). O educador social na construção de pontes socioeducativas contextualizadas. *EDUSER: Revista de Educação*, 4(1), 60-7.
- Neto, C. (2017). As OSC em Portugal. In M. Eirô-Gomes (Ed.), *Comunicação e organizações da sociedade civil: Conhecimento e reconhecimento* (pp. 9-37). Lisboa: Plataforma Portuguesa das ONGD.
- Observatório do Tráfico de Seres Humanos. (2019). *Tráfico de seres humanos - Relatório de 2018*. Lisboa: Ministério da Administração Interna, Observatório do Tráfico de Seres Humanos.
- Observatório do Tráfico de Seres Humanos. (2020). *Tráfico de seres humanos - Relatório de 2019*. Lisboa: Ministério da Administração Interna, Observatório do Tráfico de Seres Humanos.
- Penedo, R. (2010). Observando o observador – História de um sistema de monitorização. In Cadernos de Administração Interna e Coleção de Direitos Humanos e Cidadania (Ed.), *Tráfico Desumano* (pp. 151-178). Lisboa: Observatório do Tráfico de Seres Humanos.
- Pérez-Serrano, G. (2008). *Elaboração de Projectos Sociais: casos práticos*. Espanha: Porto Editora.
- Projeto Euro TrafGuID. (2014). *Sistema de referência nacional de vítimas de tráfico de seres humanos: Orientações para a sinalização de vítimas de tráfico de seres humanos em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Rodrigues, V., Samagaio, F. M., Ferreira, H., Mendes, M. M., & Januário, S. P. (1999). A pobreza e a exclusão social: Teorias conceitos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 9, 63-101.
- Santos, E. (2014). Tráfico de Seres Humanos e Mendicidade Forçada: *The third sector against pushed begging* – relatório nacional. Porto: EAPN Portugal, Rede Europeia Anti-Pobreza.
- Santos, B. S., Gomes, C., Duarte, M., & Baganha, M. I. (2008). *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (s.d.). TSH em Portugal. Disponível em: <https://www.otsh.mai.gov.pt/tsh-em-portugal/>.

Sistema de Segurança Interna. (2021). *Relatório anual da segurança interna 2020*. Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral, Ministério da Administração Interna.

United Nations Office on Drugs and Crime. (2018). *Relatório global sobre tráfico de pessoas 2020*. Nova Iorque: Nações Unidas.

Legislação

Diretiva 2011/36/EU, de 5 de abril. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 101/1.

Diretiva 2004/81/CE, de 29 de abril. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 261/19.

Diretiva 2012/29/EU, de 25 de outubro. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 315/57.

Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março. *Diário da República*, n.º 63, 1.ª série – A.

Decreto-Lei n.º 368/2007, de 5 de novembro. *Diário da República*, n.º 212, 1.ª série.

Decreto-Lei n.º 229/2008, de 27 de novembro. *Diário da República*, n.º 231, 1.ª série.

Decreto do Presidente da República n.º 127/2013, de 31 de dezembro. *Diário da República*, n.º 253, 1.ª série.

Lei n.º 23/2007, de 4 de julho. *Diário da República*, n.º 127, 1.ª série.

Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro. *Diário da República*, n.º 170, 1.ª série.

Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro. *Diário da República*, n.º 178, 1.ª série.

Lei n.º 42/2010, de 3 de setembro. *Diário da República*, n.º 172, 1.ª série.

Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro. *Diário da República*, n.º 173, 1.ª série.

Lei n.º 55/2020, de 27 de agosto. *Diário da República*, n.º 167, 1.ª série

Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2001 de 12 de julho. *Diário da República n.º 181/2001* – 1.ª série B. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Resolução da Assembleia da República n.º 32/2004 de 12 de fevereiro. *Diário da República n.º 79/2004* – 1.ª série A. Lisboa: Assembleia da República.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2007 de 22 de junho. *Diário da República n.º 119/2007* – 1.ª série. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Resolução da Assembleia da República n.º 1/2008 de 14 de janeiro. *Diário da República n.º 9/2008* – 1.ª série. Lisboa: Assembleia da República.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2010 de 29 de novembro. *Diário da República n.º 231/2010* – 1.ª série. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2013 de 31 de dezembro. *Diário da República n.º 253/2013* – 1.ª série. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

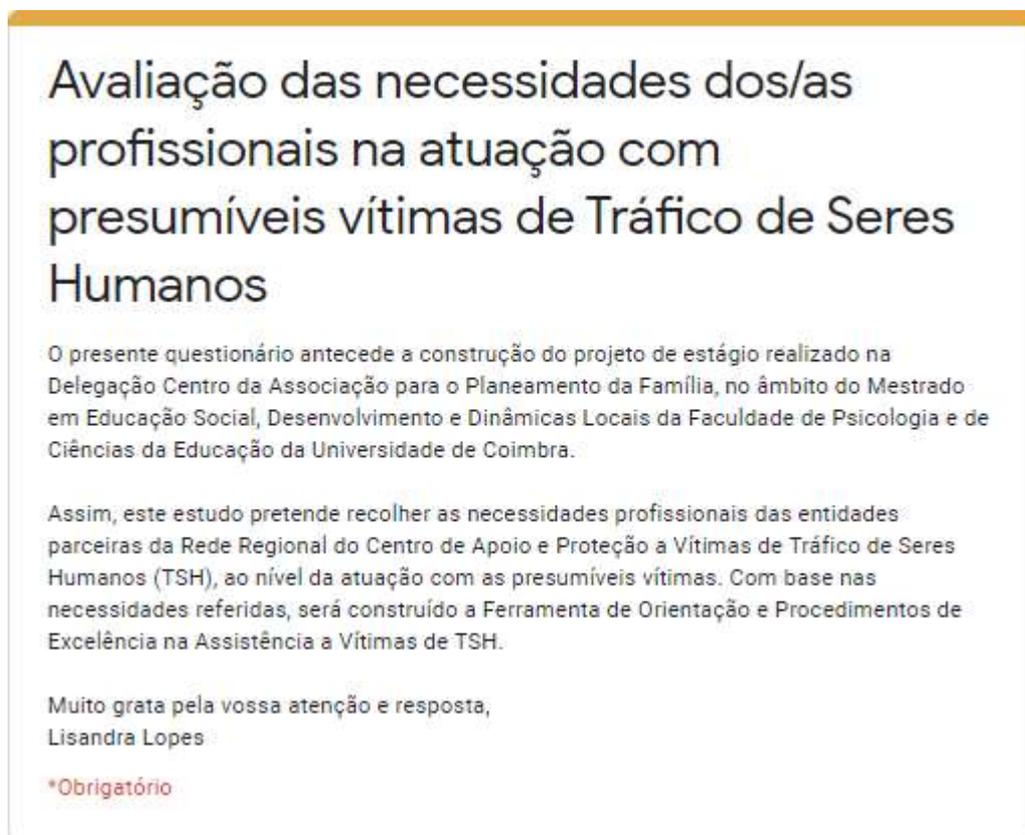
Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2017 de 17 de julho. *Diário da República n.º 136/2007* – 1.ª série. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2018 de 19 de junho. *Diário da República n.º 116/2018* – 1.ª série. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Apêndices

Apêndice I. Questionário de avaliação das necessidades dos profissionais na atuação com presumíveis vítimas de Tráfico de Seres Humanos

O presente questionário foi elaborado na plataforma *google forms*. Dada a extensividade do mesmo, é possível consultá-lo através da seguinte hiperligação: <https://drive.google.com/file/d/1MS0QXdQIMRp3LSyji0JbkdKr90g17kAQ/view?usp=sharing>



Avaliação das necessidades dos/as profissionais na atuação com presumíveis vítimas de Tráfico de Seres Humanos

O presente questionário antecede a construção do projeto de estágio realizado na Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família, no âmbito do Mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Assim, este estudo pretende recolher as necessidades profissionais das entidades parceiras da Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos (TSH), ao nível da atuação com as presumíveis vítimas. Com base nas necessidades referidas, será construído a Ferramenta de Orientação e Procedimentos de Excelência na Assistência a Vítimas de TSH.

Muito grata pela vossa atenção e resposta,
Lisandra Lopes

*Obrigatório

Apêndice II. Matriz conceptual do Questionário de avaliação das necessidades dos profissionais

Com a finalidade de efetuar uma análise qualitativa, procedemos à leitura, ao recorte e à diferenciação vertical dos dados, com o objetivo de formar as unidades de registo e codificá-las mediante o número de participante. Seguidamente, em virtude da comparação horizontal, construímos as categorias, temas e subtemas, respeitando as regras de categorização. Com base neste processo foi elaborada a matriz conceptual (Tabela 1) que forneceu uma maior clareza aos dados e viabilizou a escrita das conclusões em relação às necessidades do público-alvo, já apresentada no corpo do presente documento.

Tabela 1

Matriz conceptual das respostas abertas do Questionário de avaliação das necessidades dos/as profissionais na atuação com presumíveis vítimas de Tráfico de Seres Humanos

Categorias	Temas	Subtemas	Unidades de registo
Conhecimentos sobre TSH	Competências práticas e teóricas	Indícios	<p>P1.1. <u>“falta de documentação, desloca-se acompanhada, comportamentos desadequados”</u></p> <p>P2.1. <u>“sinais de medo e desconfiança, negação de contacto, aparenta estar a ser controlada”</u></p> <p>P3.1. <u>“não fala sozinha; nacionalidade estrangeira; está sempre acompanhada”</u></p> <p>P4.1. <u>“sinais de medo e tristeza; aparente fuga ao contacto; aparenta estar a ser controlada”</u></p> <p>P5.1. <u>“ser controlada por alguém; não ter posse sobre os seus documentos; não ter contrato de trabalho”</u></p> <p>P6.1. <u>“ausência de documentação identificativa; a atividade que exerce é por obrigação; ausência de liberdade de movimentos”</u></p> <p>P7.1. <u>“não possui documentos consigo; dificuldade de comunicar informações sobre si e sobre o seu local de residência”</u></p> <p>P8.1. <u>“parece estar a ser controlada por alguém; aparente fuga ao contacto; sinais de medo e tristeza”</u></p>

			<p>P9.1. “<u>a pessoa não tem controlo dos seus documentos; conversa é instruída por outros; a pessoa é forçada a exercer um trabalho diferente do acordado</u>”</p> <p>P10.1. “<u>agricultor que trabalha nos terrenos de vizinhança por obrigação</u>”</p> <p>P11.1. “<u>falta de documentação pessoal; terem um porta-voz que fala por elas; ausência de liberdade</u>”</p>
	Intervenção com vítimas		<p>P1.2. “<u>avaliava primeiro a situação</u>”</p> <p>P1.3. “<u>contactava a EME para sinalizar a situação</u>”</p> <p>P2.2. “<u>avaliava as necessidades da pessoa, procurando não a expor a maiores riscos</u>”</p> <p>P2.3. “<u>sinalizar para as entidades competentes</u>”</p> <p>P3.2. “<u>avaliar a situação e a pessoa em causa</u>”</p> <p>P4.2. “<u>avaliava a situação para assegurar apoio e proteção à vítima</u>”</p> <p>P4.3. “<u>sinalizava à EME</u>”</p> <p>P6.2. “<u>avaliava a situação para obter o máximo de informação</u>”</p> <p>P6.3. “<u>solicitava apoio à EME TSH Centro</u>”</p> <p>P7.2. “<u>contacto com a EME</u>”</p> <p>P7.3. “<u>fazia articulação com o SEF e MP</u>”</p> <p>P8.2. “<u>procedia à avaliação dos riscos</u>”</p> <p>P10.2. “<u>ligava para a EME ou PJ</u>”</p> <p>P11.2. “<u>entraria em contacto com a EME Centro</u>”</p>
	Conhecimento intercultural	Benefícios	<p>P1.4. “<u>permite não errar no diagnóstico e garantir uma boa intervenção</u>”</p> <p>P2.5. “<u>ao conhecer as especificidades culturais obtém-se uma melhor intervenção</u>”</p> <p>P6.4. “<u>A cultura é fundamental para compreender o funcionamento e o posicionamento da vítima face a uma intervenção</u>”</p> <p>P6.5. “<u>comunicação entre técnico e vítima tem que ter em conta também a vertente cultural para garantir um bom atendimento</u>”</p> <p>P7.5. “<u>a compreensão e respeito pelas questões culturais é fundamental para melhor delinear as ações interventivas e proteger e respeitar o outro</u>”</p>

			<p>P8.4. “conhecimento sócio cultural (do país, da religião) irá permitir <u>definir a melhor intervenção a fazer</u>”</p> <p>P10.4. “é importante porque permite <u>intervir de forma eficaz um maior número de PV</u>”</p>
		Impacto da falta de conhecimento	<p>P1.5. “<u>cria mau estar na relação vítima-profissional</u>”</p> <p>P3.4. “podemos <u>não interpretar bem os sinais e isso dificultar uma boa relação com a PV</u>”</p> <p>P5.2. “em consequência da falta de conhecimento, <u>uma vítima pode não ser ajudada e apoiada</u>”</p> <p>P6.6. “muitas vezes o <u>uso de algumas expressões típicas podem ser discriminatórias e ter influência na relação de confiança</u>”</p> <p>P6.7. “poderá ser criado um <u>mau entendimento e falha na relação de confiança</u>”</p> <p>P7.5. “pode resultar em <u>intervenções pouco protetivas e que coloquem em risco a relação com a vítima</u>”</p> <p>P7.6. “<u>não criar uma relação baseada em confiança</u>”</p> <p>P8.5. “pode fazer com que a vítima não se sinta <u>compreensiva</u>”</p> <p>P8.6. “<u>não criar relação de confiança e isso afetar a intervenção toda</u>”</p> <p>P9.2. “<u>não se consegue garantir uma relação de empatia e confiança</u>”</p> <p>P10.4. “pode levar a que a pessoa se feche e não <u>diga rigorosamente nada</u>”</p> <p>P11.3. “pode promover a falta de confiança e falta de empatia”</p>
Ferramenta Prática	Conteúdos	Sugestões	<p>P1.6. “<u>Procedimento de Sinalização de Presumíveis Vítimas e atuação</u>”</p> <p>P2.6. “<u>Procedimentos mais corretos ao nível da recolha de informação e intervenção</u>”</p> <p>P3.5. “<u>como realizar a abordagem tendo em atenção os aspetos culturais</u>”</p> <p>P4.4. “Quais as <u>etapas a percorrer na sinalização de uma vítima de TSH.</u>”</p>

			<p>P5.3. “<u>Etapas dos procedimentos</u>”</p> <p>P6.8. “<u>Saber como abordar uma PV, respeitando a cultura</u>”</p> <p>P7.8. “<u>A intervenção quando a vítima não pretende sair da sua situação de escravidão/crime</u>”</p> <p>P8.7. “<u>questões culturais das vítimas e a melhor maneira para trabalhar com elas</u>”</p> <p>P9.3. “<u>etapas de atuação</u>”</p> <p>P11.4. “<u>apoio no conhecimento intercultural e informação sobre contactos de tradutores que estivessem sempre disponíveis</u>”</p>
	Utilidade	Motivos de aplicação	<p>P1.7. “<u>Uniformização de procedimentos</u>”</p> <p>P1.8. “<u>iria facilitar em termos processuais e de orientações práticas laborais</u>”</p> <p>P2.7. “<u>Uniformizar e melhorar a intervenção das diferentes entidades</u>”</p> <p>P2.8. “<u>considero que pode melhorar a intervenção em equipa e torná-la mais eficaz</u>”</p> <p>P4.5. “<u>orienta as diligências a tomar na sinalização e assistência a vítimas de TSH</u>”</p> <p>P6.9. “<u>garante uma facilidade para o técnico avaliar e atuar corretamente</u>”</p> <p>P6.10. “<u>permitirá padronizar métodos de trabalho éticos e respeitadores de DH</u>”</p> <p>P7.9. “<u>Uniformizar respostas de intervenção e generalizar os procedimentos a adotar em situação de TSH</u>”</p> <p>P7.10. “<u>potencia conhecimentos ao nível do processo de atuação das equipas</u>”</p> <p>P7.11. “<u>permite uniformizar a linguagem e criar um procedimento concreto de intervenção</u>”</p> <p>P9.4. “<u>sempre que um técnico tenha dúvidas, este manual permite orientar o processo, ou seja, uniformizar as respostas na região</u>”</p> <p>P9.5. “<u>melhorar conhecimento das entidades sobre como proceder</u>”</p> <p>P10.5. “<u>mais informação sobre TSH e como proceder no crime</u>”</p>

			<p>P10.6. “este <u>traz benefícios para a prática profissional.</u>”</p> <p>P11.5. “garante uma <u>melhor prática a nível de processos no local de trabalho</u>”</p>
--	--	--	--

Apêndice III. Dados adicionais do Questionário de avaliação de necessidades dos profissionais

Para além da informação elencada no ponto 1.1. do capítulo IV, alcançamos outras informações que merecem ser alvo de análise.

Neste sentido, num momento inicial, solicitámos ao público-alvo que indicasse três palavras que lhe surgissem na mente quando lia ou ouvia o conceito «Tráfico de Seres Humanos». Numa análise da informação alcançada, percebemos que os/as informantes-chave destacaram algumas emoções nomeadamente “frustração”, “tristeza” e “medo”, e associaram o fenómeno ora a formas de controlo sobre as presumíveis vítimas (PV), ora às etapas que este apresenta. Por outro lado, tanto assemelharam o Tráfico de Seres Humanos (TSH) a práticas como “escravidão” e “exploração”, como o consideraram enquanto “violação de direitos humanos” e “crime”, sendo esta última palavra a mais repetida entre todas as respostas.

Numa fase seguinte, apresentámos 13 elementos distintos e solicitámos ao público-alvo que seleccionasse os cinco que considerava como fundamentais na abordagem com PV de TSH (Tabela 2). Perante isso, 72.7% da amostra elegeu a avaliação de riscos como o elemento-chave a ter em consideração, seguindo-se a prática de escuta ativa e a criação de relações de confiança, ambas com igual percentagem (63.6%). Como menos seleccionados, realçámos o compromisso ético, o pensamento crítico e a promoção da igualdade e da equidade, com 9.1% cada. É de referir que todos os elementos foram escolhidos, pelo menos, uma vez por um/a respondente.

Tabela 2

Elementos essenciais na abordagem com presumíveis vítimas de Tráfico de Seres Humanos

Elementos	Respostas	%
	N	Casos
Empatia	6	54.5%
Criar relações de confiança	7	63.6%
Conhecimento Teórico de TSH	6	54.5%
Garantir a confidencialidade	6	54.5%
Conhecimento Teórico de DH	3	27.3%
Promoção da igualdade e da equidade	1	9.1%
Escuta ativa	7	63.6%
Avaliação de riscos	8	72.7%
Pensamento crítico	1	9.1%

Saber controlar expressões faciais	2	18.2%
Atenção às especificidades culturais	5	45.5%
Compromisso ético	1	9.1%
Detetar ou prevenir situações de discriminação	2	18.2%

Sob outra perspetiva, sendo a sinalização o trampolim para garantir um apoio e assistência a PV, fornecemos um caso hipotético de TSH ao público-alvo e, mediante um processo orientado por várias opções, solicitámos ao mesmo que organizasse, por etapas de procedimento, uma sinalização eficaz. Com base na análise dos resultados, divulgamos qual a etapa mais comum em primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto lugar.

A maioria da amostra (54.5%) defendeu que, em primeiro lugar, se deve questionar as PV sobre as suas necessidades imediatas e atendê-las. Em segundo lugar, estava a recolha de informações junto da Luna (36.4%). Em terceiro visualizámos um empate (27.3%, cada) entre tentar compreender a história da Luna e perceber se existem indícios de TSH. Em quarto lugar, com a mesma percentagem (36.4%) estava a repetição dos procedimentos da etapa anterior. Em quinto lugar, voltámos a verificar um empate (27.3%, cada) entre ligar para a Equipa Multidisciplinar Especializada (EME) e fazer a sinalização e recolher informação junto da Luna. Por fim, em sexto lugar, a grande maioria do público-alvo (54.5%) achou que devia questionar a Luna sobre as suas especificidades culturais e cerca de 36.4% considerou ser ligar para a EME e fazer a sinalização.

Importa referir que na seleção da primeira, quarta, quinta e sexta etapa, o público-alvo não selecionou, pelo menos, uma vez todos os procedimentos, sendo isso apenas verificável nas restantes fases (segunda e terceira etapa). Por outro lado, compreendemos que as opiniões entre os/as participantes divergiram bastante, na medida em que não existiu um procedimento comum a todos/as os/as informantes-chave. Para mais, outras observações podem ser feitas:

- recolher informações junto da Luna, embora tenha apresentado uma maior percentagem de respostas como segunda etapa, esteve também em quinto lugar com uma percentagem não muito díspar
- a terceira e quarta etapa apresentaram os mesmos procedimentos, tendo sido apenas diferenciadas ao nível da percentagem (superior na quarta) e da

diversidade de procedimentos escolhidos pelo público-alvo (superior na terceira)

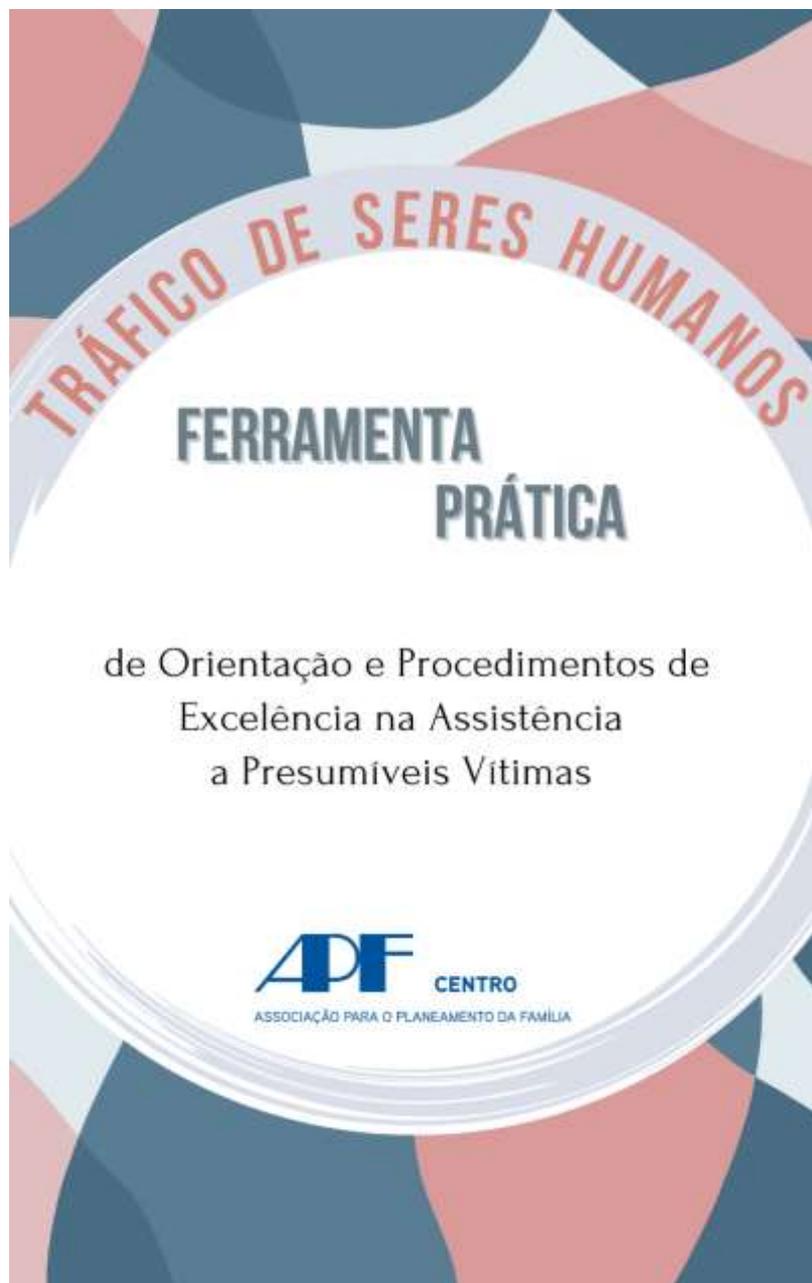
- ligar para a EME e fazer a sinalização foi identificada como uma das últimas etapas a realizar, no qual verificámos uma maior percentagem na quinta etapa em comparação à quarta, embora não seja o procedimento mais comum na mesma

Numa fase posterior, os dados apresentados até ao momento, serviram de base para o Questionário de avaliação do impacto da Ferramenta Prática de Orientação e Procedimentos de Excelência na Assistência a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, com o propósito de compreender se existiu ou não mudanças ao nível das reações e das aprendizagens.

Apêndice IV. Ferramenta Prática de Orientação e Procedimentos de Excelência na Assistência a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos

O projeto de estágio desenvolvido com o objetivo de suprimir não só as necessidades encontradas na instituição de acolhimento, como também as do público-alvo está disponível numa drive, dada a sua extensão (46 páginas). Aceda a partir do seguinte *link*:

<https://drive.google.com/file/d/1Lgi9xvKsjocJVV2m7jV4z7Psd-19MzBf/view?usp=sharing>



Apêndice V. Questionário de avaliação da satisfação da Ferramenta Prática

O questionário respeitante à avaliação da satisfação do projeto de estágio foi construído no aplicativo *google forms*. Este está disponível através da hiperligação:

<https://drive.google.com/file/d/1TON7xFGIULvxH9MGIFVqRTHfBux442OQ/view?usp=sharing>

Questionário de avaliação da satisfação da Ferramenta Prática de Orientação e Procedimentos de Excelência na Assistência a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos

Na qualidade de parceiro/a da Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos (TSH), peço a sua colaboração no preenchimento do Questionário de avaliação da satisfação relativamente à Ferramenta Prática de Orientação e Procedimentos de Excelência na Assistência a Vítimas de TSH.

Este questionário tem uma duração média de 3 minutos. Todas as suas respostas são confidenciais, sendo garantido o anonimato.

Grata pela sua colaboração,
Lisandra Lopes

***Obrigatório**

Apêndice VI. Questionário de avaliação do impacto da Ferramenta Prática e do Seminário da sua implementação

O presente questionário foi elaborado na plataforma *google forms*. Pode aceder-se ao mesmo, a partir da hiperligação:

https://drive.google.com/file/d/1xX_P31wx874votsf93IsZ3SBGEdnFNr5/view?usp=sharing

Questionário de avaliação do impacto da implementação da Ferramenta Prática de Orientação e Procedimentos de Excelência na Assistências a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos

O presente questionário tem por objetivo avaliar o impacto alcançado com a implementação presencial da Ferramenta Prática de Orientação e Procedimentos de Excelência na Assistência a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, mediante o seminário "Em Rede no combate ao Tráfico de Seres Humanos: Boas práticas de assistência e sinalização em Portugal". Pretende-se, portanto, não só compreender as mudanças ao nível das reações e das aprendizagens, como também calcular as mudanças comportamentais e os resultados alcançados.

Este questionário garante a confidencialidade dos dados fornecidos.

Muito agradeço pelo tempo dispensado,
Lisandra Lopes

Apêndice VII. Grelha de observação de comportamentos e competências das atividades *role play*

Nome da atividade: _____ Duração: _____ Data: _____

Dimensões	Categorias	1.ª Obs.	2.ª Obs.	3.ª Obs.	4.ª Obs.	5.ª Obs.	6.ª Obs.
Comportamentos dirigidos à atividade	Recusa a atividade: o/a formando/a não participa na atividade.						
	Aplica conhecimento: o/a formando/a utiliza a informação apreendida na atividade						
	Cumprir regras: o/a formando/a cumpre as regras da atividade						
	Expressa satisfação: o/a formando/a demonstra estar satisfeito/a.						
Competências constatadas na atividade	Espontaneidade						
	Empenho						
	Criatividade						
	Capacidade de transmitir a mensagem						
	Capacidade de comunicação e argumentação						
Comportamentos dirigidos aos/às colegas	Coopera e colabora: o/a formando/a envolve-se na atividade e realiza um bom trabalho de equipa, trocando ideias						
	Não respeita: o/a formando/a não respeita regras e/ou as opiniões dos colegas						
	Ajuda na resolução de problemas: o/a formando/a ajuda um/a colega quando este/a se encontra com alguma dificuldade						
	Empatia: o/a formando/a é empático/a com os/as colegas						
Comportamentos com a dinamizadora	Interage: o/a formando/a interage com a dinamizadora						
	Respeito: o/a formando/a respeita a comunicação da dinamizadora, assim como as suas sugestões						
Comportamentos pró-sociais	O/A formando/a partilha as suas aprendizagens com os/as restantes colegas de grupo						

Apêndice VIII. Planificação do vídeo de divulgação da Ferramenta Prática

Projeto	Ferramenta Prática de Orientação e Procedimentos de Excelência na Assistência a Vítimas
Ação	Vídeo de apresentação
Tema	Abordagem e assistência no primeiro contacto com uma presumível vítimas de Tráfico de Seres Humanos (TSH)
Meio(s) de divulgação	Seminário “Em Rede no combate ao Tráfico de Seres Humanos: Boas práticas de assistência e sinalização em Portugal” e as redes sociais (<i>instagram</i> e <i>facebook</i>) da Equipa Multidisciplinar Especializada (EME) do Centro e da Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de TSH
Responsáveis pela execução	Lisandra Lopes (pedagoga)
Slogan	Informa-te! O maior crime é fechar os olhos ao sofrimento dos/as outros/as
Público-alvo	Num primeiro momento as entidades parceiras da Rede Regional do Centro e, posteriormente, a comunidade seguidora das redes sociais da EME Centro e da referida Rede
Objetivo geral	No fim da visualização do vídeo, o público-alvo deve ser capaz de entender o propósito da Ferramenta Prática
Aprendizagem fundamental	Saber que existe uma ferramenta que auxilia as figuras profissionais não só a fazerem primeiras abordagens junto de presumíveis vítimas de TSH de forma correta, como também a orientarem o processo de recolha de informação para realizarem uma sinalização de qualidade

Calendarização	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/ Estratégias	Recursos	Atividades do grupo-alvo	Avaliação
Agosto de 2021	<ol style="list-style-type: none"> 1. Localizar a ferramenta 2. Identificar o propósito da Ferramenta Prática e a sua estrutura 3. Produzir opiniões construtivas 	Composição e objetivos da Ferramenta Prática	Método: Informativo e demonstrativo Técnica: Vídeo	Materiais: - <i>Canva</i> - <i>Freepik</i> - <i>Facebook</i> - Computador - <i>PowerDirector 18</i>	O público-alvo deve observar e escutar de forma ativa. Este pode ainda expressar comentários, se assim o desejar	Avaliação do impacto

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Apêndice IX. Planificação do Seminário: Em Rede no combate ao Tráfico de Seres Humanos: Boas práticas de assistência e sinalização em Portugal

Projeto	Ferramenta Prática de Orientação e Procedimentos de Excelência na Assistência a Vítimas
Tema(s)	Tráfico de Seres Humanos (TSH), sinalização, procedimentos de abordagem e assistência, diversidade cultural
Data	Por definir
Local Tempo previsto	Câmara Municipal de Cantanhede 3 horas (10h00 às 13h00)
Formadora responsável	Lisandra Lopes (pedagoga)
Moderadora	Dr. ^a Vera Carnapete, coordenadora regional da Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família (APF)
Staff externo	Dr. ^a Marina Cação (Psicóloga da Equipa Multidisciplinar Especializada do Centro) e Iara Espírito Santo (futura psicóloga)
Grupo-alvo	Profissionais das entidades parceiras da Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de TSH (N=85) (RRCAPVTSH)
Pré-requisitos	Estar em regime de parceria com a RRCAPVTSH
Objetivo geral	No fim do seminário, as figuras profissionais devem ser capazes de saber como agir, de forma correta e informada, no primeiro contacto com uma presumível vítima (PV) de TSH
Aprendizagens fundamentais	Identificar situações de TSH, adequar a abordagem e a intervenção aos vários tipos de necessidades identificadas nas PV e saber realizar uma sinalização consciente e dotada da informação necessária.
Tarefa de transferência das aprendizagens fundamentais	Os/As profissionais através das atividades <i>role play</i> , devem ser capazes de detetar indícios, traçar planos de intervenção imediata e realizar sinalizações à EME. Por outro lado, a partir da atividade <i>brainstorming</i> devem saber desconstruir mitos em torno da temática do TSH. Para mais, devem passar a utilizar a ferramenta disponibilizada, bem como os recursos anexos à mesma nos seus contextos laborais.

Ação	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/ Estratégias	Recursos	Atividades dos/as formandos/as	Avaliação
Início da Ação: Boas-vindas aos/às formandos/as; apresentação da formadora, da equipa de <i>staff</i> e contextualização dos objetivos do seminário (10 minutos)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar a formadora responsável e a equipa de <i>staff</i> 2. Reconhecer a pertinência do seminário 	- Objetivos do seminário	- Expositivo (exposição oral de informação)	Materiais: - Computador - Projetor - Ecrã - Apresentação em <i>powerpoint</i> - Vídeo ilustrativo da ferramenta - Folhas de presença	Os/As formandos/as, sentados espaçadamente, devem ouvir atentamente a formadora	<i>Feedback</i> imediato
Apresentação da ferramenta (25 minutos)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Obter informação sobre a estrutura da ferramenta 2. Aplicar a ferramenta no contexto laboral 3. Concluir sobre a pertinência da ferramenta no terreno 	<ul style="list-style-type: none"> - Objetivos da ferramenta - Organização da ferramenta - Recursos da ferramenta 	- Expositivo (exposição oral de informação)	Materiais: - Computador - Projetor - Ecrã - Apresentação em <i>powerpoint</i>	Os/As formandos/as devem ouvir atentamente a formadora e expor dúvidas, caso surjam	<i>Feedback</i> imediato Avaliação do nível 1, relativo às reações dos/as participantes
Atividade <i>brainstorming</i> sobre mitos e realidades de uma abordagem, atendimento e sinalização de excelência (35 minutos)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aplicar os conhecimentos profissionais prévios 2. Diferenciar uma boa abordagem de uma má abordagem 3. Identificar as diretrizes éticas na assistência a vítimas 	<ul style="list-style-type: none"> - Tipos de Assistência - Competências a adquirir - Princípios de intervenção 	- Participativo (debate em grupo) <u>Estratégia:</u> - trabalho de grupo	Materiais: - Computador - Apresentação em <i>powerpoint</i> - Projetor - Ecrã	Os/As formandos/as devem participar ativamente, respeitando as opiniões dos/as restantes colegas	Avaliação processual Neste momento avalia-se o nível 2, relativo às aprendizagens dos/as participantes.
<i>Coffee break</i> (15 minutos)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fazer um intervalo 	_____	_____	_____	_____	_____

Atividades <i>role play</i> (1 hora)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Verificar os indícios do fenómeno de TSH 2. Interpretar a história inacabada 3. Diagnosticar necessidades a vários níveis 4. Esboçar a estratégia de intervenção mais adequada à situação em causa 5. Reproduzir papéis 	<ul style="list-style-type: none"> - Procedimentos a adotar - Vitimização - Avaliação e gestão do risco - Diagnóstico de necessidades - Especificidades culturais 	<ul style="list-style-type: none"> - Participativo (realização grupal de uma atividade) <p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Jogo pedagógico <i>role play</i> e estudo de caso 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Computador - Apresentação em <i>powerpoint</i> - Projetor - Ecrã - Documentos da atividade impressos 	Os/As formandos/as devem ouvir atentamente as instruções da formadora e da equipa <i>staff</i> e, posteriormente, interpretar o papel atribuído	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Grelha de observação de comportamentos e competências</p> <p>Avaliação do nível 3, referente aos comportamentos dos/as participantes</p>
Discussão dos procedimentos adotados pelos vários grupos perante a história inacabada da atividade <i>role play</i> (25 minutos)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Expor pontos de vista 2. Combinar procedimentos de excelência numa só atuação 3. Replicar no terreno as aprendizagens 4. Verificar a praticabilidade das intervenções 	<ul style="list-style-type: none"> - Situação de TSH - Procedimentos a adotar - Vitimização 	<ul style="list-style-type: none"> - Participativo - Expositivo <p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Trabalho de grupo (debate) 	<ul style="list-style-type: none"> - Computador - Apresentação em <i>powerpoint</i> - Projetor - Ecrã 	Os/As formandos/as devem defender pontos de vista individuais e grupais, em grande grupo, face aos procedimentos adotados. Para mais, podem dar sugestões para casos diferentes dos seus	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Grelha de observação de comportamentos e competências</p> <p>Avaliação do nível 4, relativo aos resultados da atividade <i>role play</i></p>
Fim da Ação: Conclusão do seminário de apresentação e abertura a comentários (10 minutos)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Expressar <i>feedback</i> face ao seminário 2. Avaliar o impacto do seminário 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo - Interrogativo 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Computador - Apresentação em <i>powerpoint</i> - Projetor - Ecrã 	Os/As formandos/as devem colocar dúvidas e/ou fazer comentários construtivos	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Avaliação do nível 1, relativo às reações dos/as participantes</p>

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Apêndice X. Atividades de *role play*

Ficha de atividade 1: Identificação e sinalização de uma presumível vítima de Tráfico de Seres Humanos (TSH)

Regras:

1. Seja espontâneo/a
2. Faça uso da criatividade
3. Comunique com firmeza
4. Coopere com os/as seus/suas colegas
5. Siga o seu instinto e improvise

Contextualização da situação

Numa tarde de sexta-feira, os/as técnicos da Câmara Municipal de Cantanhede estão a trabalhar normalmente. Quando um/a deles/as se dirige à sala de espera para chamar mais um cidadão para atendimento fica apreensivo/a, pois vê uma pessoa que acaba de chegar com um aspeto descuidado e em estado de embriaguez. Esta dirige-se ao/à técnica e pede-lhe comida.

Desafio

Com base na situação descrita, cada profissional deve vestir o papel de uma das personagens (técnico/a da Câmara Municipal; presumível vítima; colega do/a técnico/a; cidadão que está na sala de espera; rececionista do serviço) e encenar as situações posteriores. Os resultados, decerto, que darão ótimas reflexões.

Não se esqueça de:

- Dar a sua opinião perante a situação descrita e intervenção dos seus/suas colegas
- Fazer questões-chave que permitam avaliar a situação da presumível vítima
- Questionar a pessoa: “como está?”, “o que necessita?”
- Identificar as necessidades básicas da presumível vítima
- Contactar os serviços necessários
- Praticar uma escuta ativa
- Verificar a possibilidade de TSH e, caso exista, sinalizar

Ficha de atividade 2: Identificação e sinalização de uma presumível vítima de Tráfico de Seres Humanos (TSH)

Regras:

1. Seja espontâneo/a
2. Faça uso da criatividade
3. Comunique com firmeza
4. Coopere com os/as seus/suas colegas
5. Siga o seu instinto e improvise

Contextualização da situação

No final de tarde de quinta-feira, um senhor está a porta do supermercado a mendigar com um cartaz escrito em português. Um/a técnica da instituição social da zona chega ao supermercado e repara, imediatamente, na pessoa a mendigar e no seu cartaz. Assim, dirige-se até ao/à Segurança do supermercado para perceber se esta situação é recorrente. Um/a sénior que se encontra sentado à frente do estabelecimento, ouve-o/a e vai até perto dos/as mesmos/as referindo, de imediato, que costumava ver aquele senhor à porta de um supermercado concorrente. Quando o/a técnico/a tenta abordar o senhor, este fala-lhe em romeno.

Desafio

Com base na situação descrita, cada profissional deve vestir o papel de uma das personagens (técnico/a de uma instituição social; presumível vítima; segurança do supermercado; sénior que se encontra sentado num banco) e encenar as situações posteriores. Os resultados, decerto, que darão ótimas reflexões.

Não se esqueça de:

- Fazer questões-chave que permitam avaliar e compreender a situação
- Praticar uma escuta ativa
- Perceber se o senhor consegue falar português ou inglês
- Contactar os serviços necessários
- Verificar a possibilidade de TSH e, caso exista, sinalizar

Apêndice XI. Plano de comunicação e disseminação da Ferramenta Prática

Objetivo geral

1. Contribuir, de forma significativa, para o conhecimento da Ferramenta Prática

Objetivo(s) específico(s):

- 1.1. Alertar para a importância de agir corretamente com presumíveis de Tráfico de Seres Humanos
- 1.2. Reconhecer a ferramenta como um material pertinente nos vários setores da sociedade civil

Público-alvo

- Parceiros/as da Rede Regional do Centro e organizações da sociedade civil

Recursos humanos

- Lisandra Lopes (pedagoga)

Recursos materiais

- Vídeo de apresentação
- Cartaz de divulgação

Mensagem

O crime de Tráfico de Seres Humanos encontra-se enraizado na história de qualquer parte do mundo e com ele vem um inúmero sofrimento de milhões de pessoas. É tempo de perceber que cada profissional tem o dever cívico de saber reconhecer este fenómeno e sinalizá-lo, perceber como se faz a abordagem correta e assumir o papel de disseminador/a de informação para os seus pares.

A Ferramenta Prática de Orientação e Procedimentos de Excelência na Assistência a Vítimas de TSH surge para auxiliar cada profissional na sua prática laboral, garantindo-lhes informação teórico-prática fidedigna e conforto na hora do frente a frente com uma presumível vítima.

Aproveite esta oportunidade, informe-se e mude vidas. O poder também se encontra nas suas mãos!

Estratégia

O momento escolhido para colocar em prática o plano de comunicação e disseminação (PCD) é três semanas após o lançamento da Ferramenta Prática. A estratégia é o *marketing* digital, mais especificamente o de conteúdo, dado que permite a aproximação do público-alvo ao produto. Os meios de comunicação eleitos são as redes sociais da Equipa Multidisciplinar Especializada e da Rede Regional (ambas da zona Centro), o *e-mail marketing* e a página *online* da Associação para o Planeamento da Família.

Avaliação

- Avaliação dos efeitos através da monitorização periódica do PCD

Orçamento

- Verba de 10€ para construir anúncio no *facebook* e no *instagram*

Apêndice XII. Planificação das Ações Tráfico de Seres Humanos: do conhecimento à sinalização

Tema	Tráfico de Seres Humanos (TSH)
Datas	23 de novembro e 4 de dezembro de 2020, 3 de março, 1 e 5 de abril de 2021
Local	Plataforma <i>zoom</i>
Tempo previsto	2 horas
Formadores/as responsáveis	Lisandra Lopes (pedagoga) e Iara Espírito Santo (futura psicóloga)
Formador/a convidado/a	Dr. ^a Marina Cação - Técnica da Equipa Multidisciplinar Especializada (EME) do Centro
Grupo-alvo	Estudantes da Universidade de Coimbra e do Grupos de Jovens da Associação para o Planeamento da Família (APF)
Pré-requisitos	Acesso à <i>internet</i> e à plataforma <i>zoom</i>
Objetivo geral	No final da ação, os/as formandos/as devem ser capazes de conhecer o crime do TSH
Aprendizagem fundamental	Identificar e sinalizar presumíveis vítimas (PV) de TSH e, futuramente, saber intervir de forma correta junto das mesmas
Tarefa de transferência da aprendizagem fundamental	Os/as formandos/as através da atividade “O testemunho” devem conseguir identificar as etapas do fenómeno e, mediante a atividade “casos práticos” compreender se existe ou não o crime, bem como reconhecer qual o tipo de exploração associado. Além disso, após a Ação, estes/as devem passar a utilizar o cartão de sinalização fornecido para analisar a informação que têm em mãos e aceder aos números que permitem realizar uma sinalização.

Ação	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/ Estratégias	Recursos	Atividades dos formandos	Avaliação
<u>Início da Ação:</u> Apresentação das formadoras; boas-vindas ao público-alvo;	1. Identificar as formadoras responsáveis e os elementos da EME Centro	- Objetivos - EME Centro	- Expositivo (exposição oral de informação)	Materiais: - Computador - Plataforma <i>zoom</i>	Os/as formandos/as devem ouvir atentamente	<i>Feedback</i> imediato

apresentação da Ação e da entidade formadora (3 minutos)	2. Reconhecer a pertinência da Ação na temática do TSH			- Apresentação em <i>powerpoint</i>		
Testemunho da intervenção no terreno (10 minutos)	1. Interpretar uma situação de TSH sob vários prismas 2. Concluir sobre o papel de uma técnica da EME no terreno	- História real de TSH - Dinâmicas de trabalho	- Expositivo (exposição oral de informação) - Demonstrativo	Materiais: - Computador - Plataforma <i>zoom</i>	Os/as formandos/as devem refletir sobre os conteúdos transmitidos	<i>Feedback</i> imediato Grelha de observação de comportamentos e atitudes
Trabalho desenvolvido pela EME (15 minutos)	1. Identificar as atividades produzidas pela EME Centro 2. Verificar a importância da resposta a nível nacional das EME	- Atividades da EME Centro - Respostas a nível nacional	- Expositivo (exposição oral de informação)	Materiais: - Computador - Plataforma <i>zoom</i> - Apresentação em <i>powerpoint</i>	Os/as formandos/as devem ouvir a formadora	<i>Feedback</i> imediato Grelha de observação de comportamentos e atitudes
Leitura numérica das assistências da EME Centro desde o início do projeto (7 minutos)	1. Averiguar o número de PV assistidas (consideradas e não consideradas) pela EME Centro 2. Identificar as nacionalidades e o tipo de exploração mais frequentes	- Números e particularidades das PV	- Expositivo (exposição oral de informação)	Materiais: - Computador - Plataforma <i>zoom</i> - Apresentação em <i>powerpoint</i>	Os/as formandos/as devem ouvir e refletir sobre os números da EME Centro	<i>Feedback</i> imediato Grelha de observação de comportamentos e atitudes
Atividade “mito/realidade no TSH” (10 minutos)	1. Avaliar o grau de conhecimento sobre a temática do TSH 2. Responder a um conjunto de questões	- TSH - Auxílio à imigração ilegal - Vítimas	- Participativo - Interrogativo <u>Estratégia:</u> - trabalho individual (<i>quizz</i> na plataforma <i>Ahaslides</i>)	Materiais: - Computador - Plataforma <i>zoom</i> - Apresentação em <i>powerpoint</i> - Plataforma <i>Ahaslides</i> - Telemóvel com acesso à <i>internet</i>	Os/as formandos/as devem participar, de forma voluntária, no <i>quizz</i>	<i>Feedback</i> imediato Grelha de observação de comportamentos e atitudes
Enquadramento do TSH	1. Obter conhecimento sobre o Protocolo de Palermo	- Conceito de TSH - Etapas do TSH	- Expositivo	Materiais: - Computador	Os/as formandos/as devem ouvir de	<i>Feedback</i> imediato

(5 minutos)	2. Diferenciar as etapas do crime e os elementos pertencentes às mesmas	- Consentimento	(exposição oral de informação) <u>Estratégia:</u> - <i>brainstorming</i>	- Plataforma <i>zoom</i> - Apresentação em <i>powerpoint</i>	forma atenta e colocar questões, se necessário	Grelha de observação de comportamentos e atitudes
Atividade prática “O Testemunho” (10 minutos)	1. Ordenar, oralmente as etapas do TSH 2. Verificar a aplicabilidade dos conteúdos apreendidos	- Situação real de TSH	- Participativo <u>Estratégia:</u> - trabalho individual (estudos de caso)	Materiais: - Computador - Plataforma <i>zoom</i> - Apresentação em <i>powerpoint</i> - Documento da atividade - Áudio “Testemunho 1”	Os/as formandos tem de identificar no testemunho as etapas do crime e depois expressá-las, em grande grupo	<i>Feedback</i> imediato Grelha de observação de comportamentos e atitudes Avaliação formativa
Continuação do enquadramento do TSH (15 minutos)	1. Identificar as formas de TSH e o tipo de controlo exercido sobre as vítimas 2. Distinguir TSH de auxílio à imigração ilegal 3. Reunir as causas mais frequentes do fenómeno	- Formas de TSH e de controlo sobre as vítimas - Causas do TSH - Crimes conexos - Auxílio à imigração ilegal	- Expositivo (exposição oral de informação)	Materiais: - Computador - Plataforma <i>zoom</i> - Apresentação em <i>powerpoint</i>	Os/as formandos/as devem ouvir atentamente	<i>Feedback</i> imediato Grelha de observação de comportamentos e atitudes
Leitura dos números de TSH a nível mundial, europeu e nacional (5 minutos)	1. Distinguir a realidade vivida no mundo, na europa e a nível nacional, em termos de sexo, vítimas e tipo de exploração	- Tipos de exploração mais comuns - Sexo predominante - Rotas do TSH - Condenações	- Expositivo (exposição oral de informação)	Materiais: - Computador - Plataforma <i>zoom</i> - Apresentação em <i>powerpoint</i>	Os/as formandos/as devem ouvir atentamente e analisar o crime a nível nacional, europeu e mundial	<i>Feedback</i> imediato Grelha de observação de comportamentos e atitudes
Visualização do vídeo da campanha do Reservado “Em nome de uma vítima de TSH”	1. Identificar o tipo de exploração associado ao caso visualizado	- Recrutamento - Contexto do TSH - Exploração Sexual	- Expositivo - Interrogativo - Participativo	Materiais: - Computador - Plataforma <i>zoom</i>	Os/as formandos/as devem ver o vídeo e, seguidamente, discutir, em grande	<i>Feedback</i> imediato

(7 minutos)	<ol style="list-style-type: none"> Interpretar a situação ilustrada no vídeo Reorganizar a história, com recurso às etapas do TSH 		<p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - trabalho de grupo (debate) 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação em <i>powerpoint</i> - Vídeo da campanha do Reservado 	grupo, em torno das questões traçadas previamente	Grelha de observação de comportamentos e atitudes
Componente de intervenção no TSH (10 minutos)	<ol style="list-style-type: none"> Enumerar as etapas de uma sinalização eficaz Identificar os indícios do TSH Atuar eficazmente perante uma presumível vítima Reconhecer os procedimentos a adotar perante uma presumível vítima de TSH 	<ul style="list-style-type: none"> - Sinalização - Indícios do TSH - Atuação com vítimas - Procedimentos gerais e específicos - O que evitar fazer 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo (exposição de conhecimentos) 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Computador - Plataforma <i>zoom</i> - Apresentação em <i>powerpoint</i> 	Os/as formandos/as devem interiorizar a informação	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Grelha de observação de comportamentos e atitudes</p>
Recursos do TSH (5 minutos)	<ol style="list-style-type: none"> Identificar o papel protetivo do Centro de Acolhimento e Proteção Obter informação sobre as linhas telefónicas Fixar a importância do Observatório do TSH na representação do fenómeno Reconhecer a importância do trabalho em rede 	<ul style="list-style-type: none"> - Respostas e iniciativas nacionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo (exposição de conhecimentos) 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Computador - Plataforma <i>zoom</i> - Apresentação em <i>powerpoint</i> 	Os/as formandos/as devem refletir sobre o conteúdo fornecido	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Grelha de observação de comportamentos e atitudes</p>
Atividade: casos práticos (15 minutos)	<ol style="list-style-type: none"> Solucionar um caso prático Identificar a presença ou ausência do crime Dizer o tipo de exploração presente no caso prático 	<ul style="list-style-type: none"> - Tipos de exploração - crimes conexos - TSH 	<ul style="list-style-type: none"> - Método Participativo - Método de Casos <p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - trabalho de grupo (estudos de caso e debate) 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Computador - Plataforma <i>zoom</i> - Apresentação em <i>powerpoint</i> - Documento da atividade 	Os/as formandos/as devem analisar, em salas simultâneas, casos práticos e identificar a presença do crime,	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Grelha de observação de comportamentos e atitudes</p> <p>Avaliação formativa</p>

					bem como o tipo de exploração	
Fim da Ação: Conclusão da sessão (3 minutos)	3. Expor dúvidas 4. Classificar a satisfação relativamente à Ação	- Satisfação da Ação	- Expositivo - Interrogativo	Materiais: - Computador - Plataforma <i>zoom</i> - Apresentação em <i>powerpoint</i> - <i>Google forms</i>	Os/as formandos/as devem colocar questões (caso existam) e responder ao Questionário	Avaliação Sumativa Questionário de avaliação da satisfação

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Apêndice XIII. PowerPoint e Manual de conteúdos das Ações Tráfico de Seres Humanos: do conhecimento à sinalização

O *powerpoint* utilizado nas Ações e o Manual de conteúdos que resultou das mesmas, encontram-se numa drive devido à sua extensão. De seguida, mostra-se uma imagem exemplificativa de cada um dos recursos e a respetiva hiperligação de acesso.

- *PowerPoint*:
https://drive.google.com/file/d/1qAAstVj5AVantsGF_Ht9OxcAPmzqwZi8/view?usp=sharing
- Manual de conteúdos:
<https://drive.google.com/file/d/1j6hvz0-RQk4xnphUa86-zbBi0YunoMSt/view?usp=sharing>



Apêndice XIV. Dinâmicas das Ações Tráfico de Seres Humanos: do conhecimento à sinalização

As dinâmicas utilizadas ao longo das Ações foram três. A atividade “O Testemunho” apresenta-se de seguida, no entanto, o áudio que a auxilia, o vídeo da campanha do Reservado e a atividade dos casos práticos encontram-se disponíveis para consulta através dos *links* que se apresentam, em seguida. É de notar que o exercício mito/realidade, encontra-se presente no interior do manual de conteúdos já disponibilizado.

- **Áudio da atividade “O Testemunho”**
<https://drive.google.com/file/d/1dEdx-VFj8618B4H4uWYytHy1PeBhpS5a/view?usp=sharing>
- **Vídeo da campanha do Reservado**
<https://drive.google.com/file/d/1KLd1p7AzDYB-9NqNk1DsrS5NAUiYjIJj/view?usp=sharing>
- **Atividade dos casos práticos**
<https://drive.google.com/file/d/1Kpq5dbfAerMf-iZDG5p2lljdAdvdE5zL/view?usp=sharing>

ATIVIDADE: O Testemunho

Identifica, ao longo do texto, as etapas do Tráfico de Seres Humanos que reconheces.

Legenda: Ação Meio Fim

Caso:

O meu nome é Yonella, tenho 17 anos e sou romena. A minha situação configura o maior crime contra os direitos humanos e fui considerada vítima de escravidão, pelas entidades competentes. Fui vendida, duas vezes, pela minha mãe, sempre com o objetivo de integrar uma família desconhecida.

Primeiro, com 10 anos, segui para a Irlanda com um casal que me obrigava a viver maritalmente com um indivíduo. Era forçada a roubar e a mendigar, e era agredida violentamente quando me recusava a cumprir estas tarefas. Fui devolvida à minha mãe,

um ano depois, gravemente debilitada pelas sucessivas agressões, tendo sido internada e colocada em coma devido à gravidade das lesões.

Um mês depois do meu regresso, a minha mãe vende-me novamente a um casal romeno que residia em Portugal. Aqui, fui obrigada a assumir uma nova identidade, adotando a de filha mais velha que não vivia em Portugal e assim era considerada filha legítima deste casal.

Foram-me sonogados os verdadeiros documentos de identificação, fui proibida de qualquer contacto com a minha mãe ou outro familiar. Durante 5 anos, fui obrigada a partilhar a cama e a manter relações com o filho (homem) mais velho do casal, a tratar de toda a gestão doméstica, cuidar de três filhos menores, com idades compreendidas entre 1 mês e os 10 anos de idade. Era, ainda, obrigada a mendigar e a roubar, entregando tudo a este casal. Eu era agredida, diariamente, com imensa violência e com recurso a vários objetos, como vassouras, cabos de eletricidade, paus, bastões, tendo muitas vezes necessitado de recorrer a cuidados de saúde.

Deste meu relacionamento forçado, tive uma filha, aos 14 anos de idade, que fui obrigada a dar para a adoção, por este casal, contra a minha vontade e sem o meu consentimento, com o interesse de garantir a exclusividade da minha dedicação, às tarefas que me eram dadas, e para manter clandestina a minha verdadeira situação.

Após sofrer uma violenta agressão pública, por parte do meu companheiro, foi feita uma queixa, no Órgão de Polícia Criminal local, que averiguou a situação e fez a minha retirada por violência doméstica.

Mais tarde, já no Centro de Acolhimento de Menores, e após várias ameaças por parte dos agressores, conseguem perceber que eu não era filha deste casal e que estariam perante uma situação de Tráfico de Seres Humanos. Assim, surge intervenção imediata da Polícia Judiciária, que, por questões de segurança e para uma resposta específica, solicita o meu acolhimento no Centro de Acolhimento e Proteção a mulheres e filhos menores vítimas de Tráfico de Seres Humanos, gerido pela APF.

Apêndice XV. Questionário de avaliação da satisfação referente às Ações Tráfico de Seres Humanos: do conhecimento à sinalização

O questionário em foco, à semelhança dos restantes foi elaborado na plataforma *google forms*. Este pode ser acedido por meio da seguinte hiperligação:

https://drive.google.com/file/d/18bybD5bnvWEkpuAsGOnhABrvM_Iohi7N/view?usp=sharing

Questionário de avaliação da satisfação da Ação: Tráfico de Seres Humanos - do conhecimento à sinalização

Na qualidade de participante, solicita-se a sua colaboração no preenchimento do presente questionário de avaliação da satisfação face à Ação de Sensibilização, promovida via zoom, pela Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família.

As respostas dadas a este questionário são confidenciais e servem para melhorar a qualidade da intervenção.

Muito grata pela vossa atenção e resposta,
Lisandra Lopes

*Obrigatório

Apêndice XVI. Grelha de observação de comportamentos e atitudes das Ações Tráfego de Seres Humanos: do conhecimento à sinalização

Nome da Ação de sensibilização e informação					Ano letivo	
Curso					Data	
Número de formandos/as		Sexo	Feminino:		Média de idades	
			Masculino:			

	Autonomia	Empenho	Pontualidade	Gestão do tempo	Adesão às atividades	Trabalho em grupo	Utilização correta dos conceitos	Defesa de opiniões	Curiosidade por novos conhecimentos	Respeito pela opinião dos pares	MÉDIA
Formandos/as											
Escala de avaliação: 1 – Insuficiente 2 – Suficiente 3 – Bom 4 – Muito bom											

Questões-chave de Avaliação	
Componente computacional	
Número de elementos que têm as câmaras ligadas (início ao fim)	
Número de elementos que desligam as câmaras durante a ação	
Número de elementos que nunca ligam as câmaras durante a ação	
Número de elementos que abandonam a ação	
Componente teórica	
Número de elementos que expõem dúvidas	
Número de elementos que respondem às questões	
Número de elementos que dão <i>feedback</i>	
Componente prática	
Número de elementos que se envolvem nas atividades	
Número de elementos que se recusam a realizar as atividades	
Números de elementos que se recusam a trabalhar em grupo	
Componente comportamental	
A/s postura/s mais comum(ns) perante a ação	
A adesão perante as atividades	

Apêndice XVII. Análise quantitativa da satisfação com as Ações Tráfego de Seres Humanos: do conhecimento à sinalização e Grelha conceptual

Na análise e interpretação de dados é fundamental selecionar os métodos mais adequados para se conseguir alcançar, de forma eficiente, as ilustrações gráficas e/ou tabulares pretendidas. Inicialmente, com auxílio da estatística descritiva, fizemos uma leitura minuciosa dos resultados obtidas na segunda, terceira e quarta parte do questionário e, posteriormente, utilizámos o método de análise de conteúdo para estudar os dados obtidos nas questões de resposta aberta, respeitantes à quinta parte. Ademais, para facilitar a compreensão das escalas usadas, estas são descritas antes da discussão dos resultados.

Na segunda parte do questionário, avaliámos o nível de concordância de cada participante, relativamente aos cinco aspetos presentes na Tabela 3. A escala de resposta é do tipo *Likert* de 5 pontos, sendo: 1 – Discordo totalmente; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo muito; 5 – Concordo totalmente.

Ao realizar uma leitura sucinta dos dados espelhados na Tabela referida, concluímos que as respostas dadas às três primeiras questões estavam entre o limiar do concordo e do concordo totalmente, o que realçou uma média variável entre 4,67 e 4,85 ($dp < 0,550$). Na última questão, embora o mínimo fosse o 2 (discordo), a média foi $> 4,66$, o que se traduziu em resultados igualmente positivos.

Tabela 3.

Nível de concordância relativamente aos aspetos gerais da Ação (N=176)

Itens	Mínimo	Máximo	\bar{x}^*	dp^*
A linguagem utilizada foi clara e adequada	3	5	4,85	,392
As dinâmicas utilizadas permitiram-me refletir sobre o crime de TSH	3	5	4,78	,489
O vídeo utilizado foi esclarecedor	3	5	4,67	,550
A apresentação foi apelativa	2	5	4,66	,572

* \bar{x} = média; dp = desvio padrão

A terceira parte permitiu estimar o grau de satisfação da população-alvo face a quatro aspetos técnicos da Ação de sensibilização e informação (ASI). Deste modo, cada participante posicionou-se numa escala do tipo *Likert* de 5 pontos, onde 1 significa Nada satisfeito, 2 Pouco satisfeito, 3 Satisfeito, 4 Muito satisfeito e 5 Totalmente satisfeito. Os resultados da estatística descritiva destes dados estão presentes na Tabela 4.

Numa análise global, os/as participantes deram uma pontuação mínima de 3 – concordo – e máxima de 5 – concordo totalmente, verificando-se uma média >4,5 nos primeiros quatro itens ($dp < 0,5$). Com base nesta leitura descritiva e na dimensão da população, entendemos que a satisfação foi muito positiva em todos os aspetos.

Tabela 4.

Nível de satisfação em relação a aspetos técnicos da Ação (N=176)

Itens	Mínimo	Máximo	\bar{x}^*	dp^*
Sinto-me uma pessoa mais informada após a ação	3	5	4,83	,433
Satisfação global face à ação	3	5	4,78	,426
Qualidade da intervenção das palestrantes	3	5	4,77	,447
Duração da ação	3	5	4,63	,540
Estruturação da ação	3	5	4,41	,735

* \bar{x} = média; dp = desvio padrão

Sob outra perspetiva, foi imperativo avaliar, de forma mais aprofundada, os itens referentes à componente prática das Ações, isto é, os recursos e as estratégias adotadas. Assim, 100% dos/as participantes reconheceram a importância de ASI sobre TSH e manifestaram que os recursos utilizados foram muito interessantes. Além disso, reportaram que o testemunho da técnica da EME Centro permitiu compreender melhor a dinâmica laboral assumida pela equipa.

Por outro lado, atendendo à importância que demos na planificação aos casos práticos como momento de consolidação de conteúdos, apurámos que 97.2% dos/as participantes reconheceram-no como uma estratégia imperativa que possibilitou colocar em prática os conteúdos assimilados ao longo da Ação. Quanto à dinâmica de identificação das etapas do TSH, mediante um caso real, 98.9% admitiram ser uma estratégia determinante para compreender melhor o fenómeno em si e, de modo consequente, adquirir ferramentas que garantissem a sua identificação.

No que concerne à aptidão para sinalizar, constatámos que 97.7% do público-alvo se sente apto para denunciar uma situação de TSH quando a detetar. Perante os dados alcançados, concluímos que não só a planificação deste projeto foi bem sucedida, como também os objetivos foram alcançados com sucesso.

Na análise qualitativa, através do processo já descrito no corpo do texto, construímos uma matriz conceptual (Tabela 5). Relembramos que a codificação

selecionada para identificar o participante e a sua unidade de registo é a seguinte: **P1.1** - primeira unidade de registo do/a participante um).

Tabela 5.

Matriz conceptual dos resultados do Questionário de avaliação da satisfação da Ação Tráfego de Seres Humanos: do conhecimento à sinalização

Categorias	Temas	Subtemas	Unidades de Registo
Ganhos individuais	Competências práticas	Sinalização	<p>P2.1. “agora <u>tenho a minha competência para sinalizar</u> mais desenvolvida”</p> <p>P3.1. “<u>tenho aptidão para a sinalização</u>”</p> <p>P10.2. “<u>sinalizarei todas as presumíveis vítimas</u> que detetar”</p> <p>P16.1. “agora <u>sei verdadeiramente como atuar na suspeita</u>”</p> <p>P22.1. “através das ferramentas que me deram, <u>sou capaz de sinalizar</u>”</p> <p>P23.2. “<u>desenvolvi a minha capacidade para sinalizar</u>”</p> <p>P30.1. “<u>aprendi a saber sinalizar</u>”</p> <p>P31.1. “<u>sei sinalizar vítimas</u>”</p> <p>P32.1. “<u>aprendi a sinalizar</u> de forma informada”</p> <p>P33.1. “penso que <u>sei sinalizar</u>”</p> <p>P36.1. “<u>aprendi o procedimento de sinalização</u>”</p> <p>P39.1. “<u>tenho os conhecimentos necessários para conseguir sinalizar</u>”</p> <p>P47.1. “<u>sou capaz de sinalizar</u>”</p> <p>P57.1. “<u>sinto que sei sinalizar</u>”</p> <p>P63.1. “<u>aprendi como se faz uma sinalização</u>”</p> <p>P119.1. “<u>sinto que posso colocar-me em risco ao sinalizar, mas irei fazê-lo mesmo assim</u>”</p> <p>P123.1. “<u>sei sinalizar</u> uma potencial vítima”</p> <p>P131.1. “<u>sou capaz de sinalizar uma PV</u> através dos meios adequados”</p> <p>P136.1. “<u>aprendi como sinalizar uma vítima</u>”</p> <p>P143.1. “<u>sinto que saberei sinalizar</u> no momento de necessidade”</p> <p>P46.1. “<u>passei a saber sinalizar uma vítima</u>”</p>

			P168.1. “sinto que <u>tenho capacidade para sinalizar uma situação de tráfico</u> ”
		Deteção de TSH	<p>P17.1. “através dos recursos apresentados, <u>sei identificar possíveis casos</u>”</p> <p>P21.2. “<u>aprendi formas de identificar possíveis vítimas</u>”</p> <p>P25.1. “<u>eu conhecer os indícios é ter pontos de partida para a identificação</u>”</p> <p>P37.1. “<u>consigo identificar uma possível vítima</u>”</p> <p>P38.3. “<u>aprendi indícios que irão facilitar a identificação</u>”</p> <p>P40.1. “<u>aprendi a identificar um caso de TSH</u>”</p> <p>P50.2. “<u>sei identificar o TSH</u>”</p> <p>P52.1. “sinto que <u>reconheço os sinais de alerta quando os vir</u>”</p> <p>P58.1. “<u>aprendi a detetar situações de TSH</u>”</p> <p>P62.3. “<u>aprendi os indícios que nos levam a crer que podemos estar perante um caso</u>”</p> <p>P67.1. “<u>sei os sinais que me permitem detetar o fenómeno</u>”</p> <p>P71.1. “<u>aprendi a detetar o TSH</u>”</p> <p>P73.1. “<u>aprendi como identificar uma PV</u>”</p> <p>P76.1. “aprendi os sinais de alerta e, por isso, sei detetar o crime”</p> <p>P83.1. “<u>sei como identificar uma PV</u>”</p> <p>P85.1. “<u>sei reconhecer possíveis indícios</u>”</p> <p>P88.2. “agora <u>sei identificar vítimas</u>”</p> <p>P100.1. “<u>aprendi a reconhecer uma situação de TSH</u>”</p> <p>P100.3. “<u>passei a reconhecer e associar sinais a este crime</u>”</p> <p>P101.1. “<u>reconheço os indícios do crime de TSH</u>”</p> <p>P103.1. “<u>sei identificar o TSH através das novas ferramentas apresentadas</u>”</p> <p>P112.1. “<u>aprendi a reconhecer os sinais de alerta</u>”</p> <p>P115.1. “agora <u>sei como identificar o TSH</u>”</p> <p>P118.2. “<u>aprendi a saber detetar situações de TSH</u>”</p> <p>P120.1. “tenho <u>habilidade para identificar situações de TSH</u>”</p>

		<p>P121.1. <u>“alcancei a percepção de quais os sinais a estar atenta”</u></p> <p>P138.1. <u>“aprendi as bases do TSH”</u></p> <p>P134.1. <u>“alcancei a capacidade de começar a procurar sinais de alerta”</u></p> <p>P137.1. <u>“percebi quais os sinais que nos podem colocar em alerta”</u></p> <p>P140.1. <u>“percebi como reconhecer um caso”</u></p> <p>P141.1. <u>“aprendi formas para identificar possíveis vítimas”</u></p> <p>P149.1. <u>“aprendi as bases de como identificar uma PV”</u></p> <p>P150.1. <u>“agora sei quais são os indícios que permitem identificar casos de TSH”</u></p> <p>P151.1. <u>“adquiri conhecimento sobre os sinais que podem ser indicadores deste crime”</u></p> <p>P153.1. <u>“passei a saber como identificar casos de TSH”</u></p> <p>P161.1. <u>“adquiri conhecimento sobre os requisitos para o preenchimento de um crime de TSH”</u></p>
	Intervenção com vítimas	<p>P1.1. <u>“consegui adquirir visões múltiplas do como se intervém”</u></p> <p>P6.1. <u>“agora sei como intervir com uma potencial vítima”</u></p> <p>P7.1. <u>“adquiri conhecimento sobre como atuar”</u></p> <p>P10.1. <u>“reuni conhecimentos sobre como agir com vítimas”</u></p> <p>P23.3. <u>“aprendi como agir e falar com vítimas”</u></p> <p>P62.2. <u>“aprendi as formas mais corretas de abordar uma vítima”</u></p> <p>P49.2. <u>“agora conheço métodos extremamente úteis para abordar vítimas”</u></p> <p>P57.1. <u>“percebi como atuar face à mendicidade”</u></p> <p>P61.1. <u>“aprendi a saber posicionar o meu discurso na abordagem com vítimas”</u></p> <p>P63.1. <u>“aprendi sobre como questionar as PV de idade inferior a 18 anos”</u></p> <p>P65.1. <u>“adquiri muito conhecimento sobre como identificar potenciais vítimas”</u></p>

			<p>P77.1. “<u>alcancei informação sobre como detetar o crime</u>”</p> <p>P78.1. “<u>percebi como abordar uma PV</u>”</p> <p>P87.1. “<u>adquiri os termos corretos a adotar na abordagem</u>”</p> <p>P93.2. “<u>aprendi como abordar as vítimas</u>”</p> <p>P98.1. “<u>aprendi recursos a usar na abordagem com vítimas estrangeiras</u>”</p> <p>P99.1. “<u>entendi os processos de atuação a empregar</u>”</p> <p>P102.2. “<u>aprendi sobre as formas de intervenção no primeiro contacto</u>”</p> <p>P105.1. “<u>entendi como intervir um dia na minha prática profissional</u>”</p> <p>P124.1. “<u>adquiri conhecimentos sobre como intervir</u>”</p> <p>P148.1. “<u>graças ao testemunho da técnica da EME, aprendi como intervir junto das situações de tráfico</u>”</p> <p>P157.1. “<u>aprendi sobre o que não fazer perante uma PV</u>”</p> <p>P162.1. “<u>perante uma visão prática chocante, sinto que aprendi sobre como abordar as vítimas</u>”</p> <p>P164.1. “<u>percebi em que consiste o tráfico e como fazer a primeira abordagem</u>”</p> <p>P173.1. “<u>aprendi como realizar uma abordagem junto de vítimas</u>”</p>
	Competências teóricas	Diferenciação conceptual	<p>P8.1. “<u>aprendi a diferença entre uma rede organizada e uma local</u>”</p> <p>P21.1. “<u>agora sei diferenciar o que é TSH do que não é</u>”</p> <p>P51.1. “<u>agora consigo distinguir mendicidade de tráfico para mendicidade</u>”</p> <p>P52.2. “<u>aprendi a reconhecer situações de TSH e as que não são</u>”</p> <p>P54.1. “<u>entendi que prostituição não é o mesmo que exploração sexual</u>”</p> <p>P70.1. “<u>percebi a distinção entre o TSH e outros crimes</u>”</p>

			<p>P88.1. “<u>agora sei entender as diferenças entre TSH para exploração sexual e prostituição</u>”</p> <p>P96.1. “<u>agora sei diferenciar TSH de auxílio à imigração</u>”</p> <p>P102.1. “<u>entendi as diferenças entre as típicas características de uma vítima portuguesa e de estrangeira</u>”</p> <p>P110.1. “<u>aprendi a diferenciar o papel da EME e da PJ</u>”</p> <p>P116.1. “<u>adquiri conhecimento claro sobre as diferenças entre auxílio à imigração e TSH</u>”</p> <p>P122.1. “<u>sei diferenciar a PJ e o SEF na identificação das vítimas</u>”</p> <p>P170.1. “<u>sei diferenciar tráfico de exploração</u>”</p> <p>P172.1. “<u>aprendi a diferenciar escravidão de tráfico humano</u>”</p>
		<p>Compreensão crítica do fenómeno</p>	<p>P2.2. “<u>aprendi que o crime ultrapassa fronteiras</u>”</p> <p>P5.1. “<u>entendi que os casamentos forçados são um tipo de TSH</u>”</p> <p>P23.1. “<u>compreendi a gravidade da situação a nível global</u>”</p> <p>P27.1. “<u>entendi que o tráfico tem efeitos negativos nas vítimas</u>”</p> <p>P34.1. “<u>entendi que o tráfico tem consequências sérias</u>”</p> <p>P41.1. “<u>percebi que o TSH em Portugal é um problema bastante mais linear</u>”</p> <p>P44.1. “<u>passei a conhecer a verdadeira realidade criminal portuguesa</u>”</p> <p>P45.1. “<u>adquiri maior conhecimento de como o tráfico se origina</u>”</p> <p>P53.1. “<u>ganhei a noção de que este é um problema real em Portugal</u>”</p> <p>P55.1. “<u>agora entendo que Portugal tem muito tráfico de pessoas</u>”</p> <p>P62.1. “<u>agora percebo a constante evolução do fenómeno em Portugal</u>”</p> <p>P65.1. “<u>aprendi que o Tráfico excede os limites geográficos de um país</u>”</p>

			<p>P66.1. “<u>sei que o tráfico de pessoas surge das desigualdades sociais</u>”</p> <p>P69.1. “<u>percebi que existe TSH nos meus arredores</u>”</p> <p>P72.1. “<u>percebi que o crime é atraído pela vulnerabilidade humana</u>”</p> <p>P81.1. “<u>aprendi que a identificação formal das vítimas demora muito tempo</u>”</p> <p>P89.1. “<u>compreendi que o TSH deixa danos psicológicos nas vítimas</u>”</p> <p>P86.1. “<u>aprendi sobre a gravidade do TSH em Portugal</u>”</p> <p>P97.1. “<u>aprendi a ver a pobreza como uma das causas do crime</u>”</p> <p>P93.1. “<u>surpreendi-me que no meu país exista tanto tráfico para exploração laboral</u>”</p> <p>P106.1. “<u>percebi a dimensão deste crime a nível nacional e as suas vertentes</u>”</p> <p>P108.1. “<u>entendi que existem exploradores portugueses</u>”</p> <p>P111.1. “<u>alcancei uma maior visão da gravidade do tráfico na zona centro</u>”</p> <p>P117.1. “<u>entendi que mendicidade é um tipo de TSH</u>”</p> <p>P129.1. “<u>compreendi que a exploração laboral ocorre mais em homens</u>”</p> <p>P132.1. “<u>entendi que a mendicidade é uma das finalidades do crime</u>”</p> <p>P139.1. “<u>percebi que o tráfico se desenvolve mais em épocas sazonais</u>”</p> <p>P144.1. “<u>aprendi formas de como precaver o crime</u>”</p> <p>P145.1. “<u>aprendi que o tráfico é algo muito recorrente em Portugal</u>”</p> <p>P147.1. “<u>aprendi que a adoção ilegal era considerada um tipo de tráfico humano</u>”</p> <p>P154.1. “<u>percebi que existe uma face oculta do tráfico</u>”</p>
--	--	--	---

			<p>P156.1. “<u>entendi que a exclusão social é uma das principais causas</u>”</p> <p>P158.1. “<u>consegui perceber o que leva a uma situação de TSH</u>”</p> <p>P163.1. “<u>conheci o número de incidências do delito de tráfico no meu país</u>”</p> <p>P165.1. “<u>aprendi a sistematização do crime e os seus meios de combate</u>”</p> <p>P167.1. “<u>adquiri consciencialização sobre a realidade portuense</u>”</p> <p>P169.1. “<u>adquiri compreensão sobre as bases do tráfico de seres humanos</u>”</p> <p>P171.1. “<u>percebo que o TSH provoca danos psicológicos nas vítimas</u>”</p> <p>P176.1. “<u>percebi que o processo de recrutamento é muito diversificado</u>”</p>
	Mudanças	Renovação de identidade	<p>P4.1. “<u>serei responsável socialmente daqui em diante</u>”</p> <p>P15.1. “<u>alcancei uma nova visão sobre o TSH</u>”</p> <p>P18.1. “<u>assumi um novo modo de agir face ao mundo</u>”</p> <p>P28.1. “<u>mudei a minha perspetiva da vida</u>”</p> <p>P49.3. “<u>vou adotar uma atitude positiva contra este tipo de crimes</u>”</p> <p>P60.1. “<u>sinto que renovei a minha forma de ser</u>”</p> <p>P66.1. “<u>adquiri uma visão limpa da mendicidade</u>”</p> <p>P70.2. “<u>a partir de hoje, verei o TSH de uma forma séria e intervirei sempre</u>”</p> <p>P75.2. “<u>a partir de agora vou colocar em práticas estes conhecimentos</u>”</p> <p>P77.1. “<u>adquiri uma nova capacidade para observar de forma atenta o mundo</u>”</p> <p>P79.1. “<u>pegarei na mão de quem precisar de ajuda</u>”</p> <p>P80.1. “<u>agora sei proteger-me e proteger outrem</u>”</p> <p>P90.1. “<u>vou passar a ser um agente de mudança</u>”</p> <p>P94.1. “<u>ganhei um novo olhar perante o meio que me rodeia</u>”</p> <p>P100.2. “<u>agora serei um transmissor de conhecimento sobre o TSH para outras pessoas</u>”</p>

			<p>P101.2. “<u>agora consigo quebrar estigmas que tinha</u>”</p> <p>P109.1. “<u>alterei a visão que tinha sobre o TSH</u>”</p> <p>P115.2. “<u>como mulher e imigrante, sinto-me mais segura depois da ação</u>”</p> <p>P125.1. “<u>aplicarei o que me foi ensinado na minha futura prática profissional</u>”</p> <p>P126.1. “<u>ganhei um olhar mais atento face à cidade</u>”</p> <p>P127.1. “<u>ajudarei todas as vítimas futuramente</u>”</p> <p>P135.1. “<u>desocultarei este fenómeno o máximo que conseguir</u>”</p> <p>P155.2. “<u>graças à ação serei uma pessoa mais prestável</u>”</p> <p>P166.1. “<u>passarei a estar atenta aos detalhes na minha rotina universitária</u>”</p> <p>P174.1. “<u>sensibilizarei a minha família e amigos em diante</u>”</p>
Apreciação da Ação	Conteúdos e dinâmicas	Reconhecimento da qualidade	<p>P3.2. “<u>esclarecedora ao nível dos sinais de alerta</u>”</p> <p>P8.2. “<u>bastante apelativa</u>”</p> <p>P8.3. “<u>dinâmica e fundamental</u>”</p> <p>P9.1. “<u>excelente</u>”</p> <p>P10.3. “<u>muito pertinente</u>”</p> <p>P12.1. “<u>apresentação foi bem conseguida</u>”</p> <p>P12.2. “<u>esclarecedora e dinâmica</u>”</p> <p>P13.1. “<u>a ação ajudou-me a desmistificar alguns aspetos, por isso gostei muito</u>”</p> <p>P13.3. “<u>adorei as dinâmicas</u>”</p> <p>P15.2. “<u>gostei muito da Ação</u>”</p> <p>P23.5. “<u>bastante esclarecedora e informativa</u>”</p> <p>P22.2. “<u>gostei imenso da Ação</u>”</p> <p>P23.4. “<u>adorei a formação</u>”</p> <p>P24.1. “<u>bem concretizada</u>”</p> <p>P24.2. “<u>dinâmica e bem esclarecedora</u>”</p> <p>P25.2. “<u>a ação atingiu os pontos necessários</u>”</p> <p>P30.2. “<u>adorei tudo nas dinâmicas</u>”</p> <p>P30.3. “<u>interessante e apelativa</u>”</p> <p>P37.2. “<u>muito apelativa e interessante</u>”</p> <p>P38.1. “<u>muito enriquecedora</u>”</p> <p>P39.3. “<u>apresentação muito enriquecedora</u>”</p>

			<p>P48.1. “<u>as dinâmicas permitiram consolidar os conhecimentos, adorei-as</u>”</p> <p>P42.1. “<u>foi fantástica</u>”</p> <p>P44.3. “<u>foi excelente</u>”</p> <p>P45.2. “<u>muito boa</u>”</p> <p>P49.1. “<u>foi muito esclarecedora</u>”</p> <p>P56.1. “A Ação foi <u>super dinâmica</u> e eu <u>adorei</u>”</p> <p>P68.1. “<u>A ação superou as expetativas</u>”</p> <p>P64.1. “<u>incrível</u>”</p> <p>P74.1. “<u>muito esclarecedora e de elevada importância</u>”</p> <p>P75.1. “<u>aprendi imenso</u>”</p> <p>P78.2. “<u>excelentes dinâmicas</u>”</p> <p>P81.3. “<u>muito boa, bem formulada e clara</u>”</p> <p>P82.1. “<u>a ação enriqueceu-me</u>”</p> <p>P84.1. “<u>adorei que as dinâmicas mencionassem a temática dos direitos humanos</u>”</p> <p>P91.1. “<u>ação realmente inovadora</u>”</p> <p>P92.1. “<u>nova e pertinente</u>”</p> <p>P95.1. “<u>excelente ação</u>”</p> <p>P95.2. “<u>adorei a componente prática porque permitiu consolidar o conhecimento</u>”</p> <p>P100.4. “<u>gostei muito</u>”</p> <p>P104.1. “<u>gostei dos conteúdos da Ação</u>”</p> <p>P107.1. “<u>adorei resolver os casos práticos</u>”</p> <p>P107.2. “<u>muito enriquecedora</u>”</p> <p>P112.2. “<u>foi tudo excelente</u>”</p> <p>P113.1. “<u>sessão muito interessante</u>”</p> <p>P113.2. “<u>utilizaram dinâmicas essenciais</u>”</p> <p>P116.2. “<u>foi tudo excelente</u>”</p> <p>P118.1. “<u>adorei a informação partilhada</u>”</p> <p>P128.1. “<u>fiquei muito satisfeita</u>”</p> <p>P130.1. “<u>apropriada e esclarecedora</u>”</p> <p>P133.1. “<u>muito boa e proveitosa</u>”</p> <p>P146.1. “<u>esclarecedora</u>”</p> <p>P155.1. “<u>ação muito lúcida</u> no que toca à sensibilização do fenómeno”</p> <p>P157.2. “<u>palestra extremamente interessante e agradável</u>”</p>
--	--	--	--

			<p>P160.1. “<u>a dinâmica de grupo foi super interessante</u>”</p> <p>P163.2. “estou muito feliz com esta ação, <u>totalmente incrível</u>”</p>
	Sugestões de melhoria		<p>P13.2. “<u>testemunhos de como é trabalhar com estas vítimas</u>”</p> <p>P16.2. “<u>mais testemunhos</u>”</p> <p>P16.3. “<u>mais trabalho de campo</u>”</p> <p>P19.1. “<u>mais exemplos práticos</u>”</p> <p>P19.2. “<u>mais atividades de consolidação</u>”</p> <p>P20.1. “<u>gostava que a sessão fosse um pouco mais longa</u>”</p> <p>P21.3. “<u>outras atividades</u>”</p> <p>P26.1. “<u>usar mentimeter para o quizz</u>”</p> <p>P59.1. “<u>sessão mais curta</u>”</p> <p>P79.3. “<u>sugiro alargar esta sessão a nível nacional</u>”</p> <p>P108.2. “<u>realizar simulações reais</u>”</p> <p>P117.2. “<u>partilhar mais testemunhos</u>”</p> <p>P156.2. “<u>fazer uma ação centrada na legislação</u>”</p> <p>P159.1. “<u>abordar a legislação de forma mais detalhada</u>”</p> <p>P161.2. “<u>trazer uma jurista penal para esclarecer as questões jurídicas</u>”</p>
	Dinamizadoras	Reforço positivo do desempenho	<p>P1.2. “<u>adorei a criatividade das dinamizadoras</u>”</p> <p>P4.2. “<u>nada a apontar às dinamizadoras</u>”</p> <p>P6.2. “<u>acho que estão de parabéns, obrigada</u>”</p> <p>P7.3. “<u>foram excelentes no discurso</u>”</p> <p>P10.4. “<u>estiveram muito bem</u>”</p> <p>P10.6. “<u>parabéns, meninas</u>”</p> <p>P11.1. “<u>a apresentação foi excelente</u>”</p> <p>P11.2. “<u>parabéns às dinamizadoras</u>”</p> <p>P13.4. “<u>obrigada pela partilha de conhecimento</u>”</p> <p>P29.1. “<u>foram fantásticas</u>”</p> <p>P38.2. “<u>foram muito esclarecedoras</u>”</p> <p>P39.2. “<u>simplesmente agradecer</u>”</p> <p>P35.1. “<u>estiveram muito bem</u>”</p> <p>P43.1. “<u>gostei dos exemplos que deram</u>”</p> <p>P50.1. “<u>não tenho o que apontar às dinamizadoras</u>”</p>

			<p>P79.2. “Todas as dinamizadoras <u>foram espetaculares</u>”</p> <p>P114.1. “<u>muito obrigada pelo tempo de aprendizagem</u>”</p> <p>P131.2. “<u>a qualidade dos palestrantes nas dinâmicas e explicações foi incrível</u>”</p> <p>P14.1. “<u>agradeço mesmo muito às dinamizadoras pela partilha de conhecimento</u>”</p> <p>P142.1. “<u>continuem a sensibilizar as pessoas, excelente trabalho</u>”</p> <p>P152.1. “<u>as dinamizadoras fizeram um excelente trabalho</u>”</p>
--	--	--	---

Apêndice XVIII. Planificação da Ação: Saúde 100 limites

Tema	Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) (métodos contraceptivos)
Datas	9 de junho de 2021
Local Tempo previsto	Unidade Hospitalar Sobral Cid 2 horas
Formadores/as responsáveis	Lisandra Lopes (pedagoga) e Iara Espírito Santo (futura psicóloga)
Grupo-alvo	Utentes integrados nos planos de formação existentes na unidade hospitalar
Pré-requisitos	Estar inscrito num programa de formação
Objetivo geral	No final da ação, os formandos devem ser capazes de conhecer os métodos contraceptivos existentes
Aprendizagem fundamental	Compreender as particularidades dos vários métodos contraceptivos e perceber que, enquanto indivíduos, têm um papel imperativo na educação dos seus pares em matéria de SSR
Tarefa de transferência da aprendizagem fundamental	Os/As formandos/as através de folhetos informativos, devem apresentar o método contraceptivo que lhes foi atribuído aos outros elementos da turma de formação. Além disso, a partir da Ação, estes/as devem começar a consciencializar os seus pares para a importância de utilizarem métodos contraceptivos e consultarem o médico regularmente

Ação	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/ Estratégias	Recursos	Atividades dos formandos	Avaliação
Início da Ação: Boas-vindas; apresentação da Ação e das formadoras (10 minutos)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar as formadoras responsáveis 2. Reconhecer a pertinência da Ação sobre SSR 3. Dizer o nome próprio e a formação que frequenta 	<ul style="list-style-type: none"> - Objetivos da Ação - Formadoras responsáveis - Importância da temática 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo (exposição oral de conteúdo) - Participativo 	Materiais: <ul style="list-style-type: none"> - Computador - Apresentação em <i>powerpoint</i> 	Os/As formandos/as devem ouvir atentamente e apresentarem-se individualmente	<i>Feedback</i> imediato Grelha de observação de comportamentos e atitudes

Momento de pausa (10 minutos)	1. Fazer um intervalo	_____	_____	_____	_____	_____
Atividade: dinâmica de grupo “métodos contraceptivos” (1 hora e 35 minutos)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Obter informação sobre os métodos contraceptivos 2. Diferenciar métodos contraceptivos de curta e longa duração 3. Usar o preservativo interno e/ou externo 4. Relatar o conhecimento adquirido aos seus pares 	<ul style="list-style-type: none"> - Métodos contraceptivos - Infecções Sexualmente Transmissíveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Participativo (realização de uma atividade de análise e de um debate) <p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - trabalho de grupo 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Computador - Apresentação em <i>powerpoint</i> - Kit SSR da APF Centro - Folhetos informativos sobre métodos contraceptivos 	Os/As formandos/as devem analisar, em grupos de 3 elementos, o folheto informativo que lhes foi atribuído. Posteriormente, devem selecionar um porta-voz para ir apresentar o método contraceptivo aos/às restantes colegas	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Grelha de observação de comportamentos e atitudes</p>
Fim da Ação: Conclusão da sessão (5 minutos)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Expor dúvidas 2. Indicar a satisfação em relação à Ação 		<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo - Interrogativo 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Computador - Apresentação em <i>powerpoint</i> 	Os/As formandos/as devem tirar dúvidas e classificar a Ação	<i>Feedback</i> imediato

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Ação Educativa orientada por objectivos/momentos de Ação.*

Apêndice XIX. PowerPoint da Ação: Saúde 100 limites

O *powerpoint* usado na Ação está disponível através da presente hiperligação:

<https://drive.google.com/file/d/1VRsK06HyckrS1t3G7M68MpvQ9GQ-nazm/view?usp=sharing>



**Apêndice XX. Grelha de observação de comportamentos e atitudes da Ação: Saúde
100 limites**

Grelha de observação da atividade

Critérios de análise Ação	Níveis				
	Muito insuficiente	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom
Cumprimento dos objetivos previamente definidos					
Cumprimento da planificação da Ação					
Adequação do recurso ao público-alvo					
Pertinência da atividade					
Adequação do local de realização da atividade					
Observações:					

Grelha de observação de comportamento e atitudes

Critérios de análise Comportamentos do público-alvo	Níveis				
	Muito insuficiente	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito bom
Cumprimento das regras					
Respeito pelas formadoras					
Respeito pela atividade					
Respeito pelos pares					
Competências					
Linguagem adequada					
Coerência contextual					
Cooperação					
Interesse pela atividade					

Critérios de análise Atitudes do público-alvo	Escala				
	Nunca	Raramente	Às vezes	Muitas vezes	Sempre
Reações à dinâmica					
Empenharam-se na atividade					
Trabalharam em grupo					
Aceitaram opiniões distintas das suas					
Colocaram dúvidas					
Outras observações:					

Apêndice XXI. Planificação da formação para agentes qualificados que atuem no domínio do Tráfico de Seres Humanos

Curso Formação de agentes qualificados/as que atuem no domínio da prevenção, sensibilização e combate ao Tráfico de Seres Humanos (TSH) e no apoio às suas vítimas

Local Plataforma *zoom*

Formadores responsáveis Profissionais da Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família

Duração 30h

Grupo-alvo Profissionais (área social, saúde, educação, direito, órgãos de polícia criminal, comunicação social, entre outros)

Pré-requisitos Inscrição no centro de emprego (empregados/as e desempregados/as)

Objetivos

1. Adquirir diversas áreas de competências relacionadas com a prevenção, sinalização, combate ao TSH e à assistência e apoio da população vitimizada
2. Colaborar no sentido de uma resposta estruturada e adequada, na identificação e intervenção direta com as presumíveis vítimas (PV)
3. Aplicar os conhecimentos adquiridos de modo a desocultar o fenómeno do TSH, junto dos seus pares

Módulo 1: Conhecer e problematizar

Sessão	Objetivos específicos	Conteúdos	Métodos e Estratégias	Recursos	Atividades dos/as formandos/as	Avaliação
1 3h	<ol style="list-style-type: none"> 1. Construir um clima de confiança intergrupala 2. Obter conhecimentos teóricos relacionados com o TSH e as suas problemáticas 3. Reconhecer as diferenças existentes entre o TSH e os crimes que lhe estão associados 	<p>- Enquadramento Geral: o TSH e suas particularidades</p>	<p>- Expositivo - Interrogativo - Participativo</p> <p><u>Estratégia:</u> - Jogos pedagógicos (nuvem de palavras, mito/realidade, verdadeiro/falso, retrato-robô)</p>	<p>Materiais: - Computador - Apresentação <i>powerpoint</i> - <i>Wordwall</i> - <i>Mentimeter</i> - Vídeos - Plataforma <i>zoom</i></p>	<p>- Apresentação individual - Participar nas dinâmicas - Praticar uma escuta ativa</p>	<p>Avaliação diagnóstica (Questionário de avaliação de expetativas)</p> <p>Grelha de observação de comportamentos e atitudes</p>
2 3h	<ol style="list-style-type: none"> 1. Examinar o fenómeno do TSH a nível nacional, europeu e mundial 2. Averiguar as vulnerabilidades, formas de controlo e exploração das vítimas 3. Diferenciar o perfil das vítimas de TSH, consoante a sua nacionalidade 	<p>- Enquadramento Geral: as redes de TSH (como são formadas e como atuam)</p> <p>- Leitura dos números mais relevantes, relacionados com este fenómeno</p> <p>- Dados sociodemográficos da vítima portuguesa e da estrangeira</p>	<p>- Expositivo - Interrogativo - Participativo</p> <p><u>Estratégia:</u> - Trabalho de grupo e jogo pedagógico (<i>brainstorming</i> e jogo de associação de palavras)</p>	<p>Materiais: - Computador - Apresentação <i>powerpoint</i> - <i>Wordwall</i> - Folhas <i>word</i> - Plataforma <i>zoom</i></p>	<p>- Participar nas dinâmicas - Praticar uma escuta ativa</p>	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Grelha de observação de comportamentos e atitudes</p>

<p>3 3h</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reconhecer o TSH como um crime público 2. Reunir informações acerca do enquadramento legislativo nacional sobre o TSH 3. Identificar os principais documentos internacionais relacionados com o TSH 	<p>- Enquadramento Legislativo: principais leis e decretos nacionais, reforçando a importância de determinados documentos internacionais na definição e combate ao TSH</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo - Interrogativo - Participativo <p><u>Estratégia:</u> - Trabalho de grupo (debate)</p>	<p>Materiais: - Computador - Apresentação <i>powerpoint</i> - Plataforma <i>zoom</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Participar e dar contributos para o debate - Praticar uma escuta ativa 	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Grelha de observação de comportamentos e atitudes</p>
<p>4 3h</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reconhecer os diferentes planos nacionais para a prevenção e combate ao TSH como ferramentas formativas 2. Discutir acerca da importância da cooperação interinstitucional para a concretização das medidas dos planos nacionais 	<p>- Enquadramento Legislativo: Planos Nacionais para a Prevenção e Combate ao TSH</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo - Interrogativo - Participativo <p><u>Estratégia:</u> - Trabalho de grupo (debate)</p>	<p>Materiais: - Computador - Apresentação <i>powerpoint</i> - Plataforma <i>zoom</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Praticar uma escuta ativa - Dar sugestões de medida(s) para colmatar as lacunas (comparando com as já existentes) 	<p>Avaliação formativa</p> <p>Grelha de observação de comportamentos e atitudes</p>

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Módulo 2: Proteger e apoiar

Sessão	Objetivos específicos	Conteúdos	Métodos e Estratégias	Recursos	Atividades dos/as formandos/as	Avaliação
1 3h	<ol style="list-style-type: none"> Averiguar quais as propostas de intervenção existentes, tendo em conta o perfil dos/as diferentes intervenientes no trabalho em rede Reconhecer o trabalho elaborado pelas Equipas Multidisciplinares Especializadas e outros órgãos na assistência a vítimas de TSH 	<ul style="list-style-type: none"> - Os diferentes profissionais de intervenção 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo - Interrogativo - Participativo <p><u>Estratégia:</u> - jogo pedagógico “quem é quem?”</p>	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Computador - Apresentação <i>powerpoint</i> - <i>Mentimeter</i> - Plataforma <i>zoom</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Praticar uma escuta ativa - Aderir à dinâmica 	<p>Avaliação formativa</p> <p>Grelha de observação de comportamentos e atitudes</p>
2 3h	<ol style="list-style-type: none"> Identificar os sinais de alerta e os principais indícios do TSH Assegurar o exercício da sinalização de PV Reconhecer a importância de Centros de Acolhimento e Proteção na manutenção da segurança e na (re)integração de PV 	<ul style="list-style-type: none"> - Sinalização - Identificação - Acolhimento - (Re)integração 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo - Interrogativo - Participativo <p><u>Estratégia:</u> - trabalho de grupo (<i>role play</i>)</p>	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Computador - Apresentação <i>powerpoint</i> - Guião do <i>role play</i> - Plataforma <i>zoom</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Interpretar papéis - Retirar conclusões em torno dos três processos (sinalização, identificação e integração) 	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Grelha de observação de comportamentos e atitudes</p>
3 3h	<ol style="list-style-type: none"> Averiguar o impacto das experiências traumáticas Obter diretrizes sobre como atuar junto de PV deste crime 	<ul style="list-style-type: none"> - Impacto a nível físico, psicológico e social - Evento traumático 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo - Interrogativo - Participativo <p><u>Estratégia:</u> - trabalho de grupo (casos práticos)</p>	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Computador - Apresentação <i>powerpoint</i> - Guião dos casos práticos - Plataforma <i>zoom</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Participar ativamente na dinâmica - Praticar uma escuta ativa 	<p>Avaliação formativa</p> <p>Grelha de observação de comportamentos e atitudes</p>
4 3h	<ol style="list-style-type: none"> Propor soluções para melhorar o processo de apoio 	<ul style="list-style-type: none"> - O processo de apoio - Assistência 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo - Interrogativo 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Computador 	<ul style="list-style-type: none"> - Praticar uma escuta ativa 	<p><i>Feedback</i> imediato</p>

	2. Identificar as respostas de acolhimento e assistência 3. Reconhecer as várias valências de apoio nacionais	- Princípios de intervenção	<u>Estratégia:</u> - trabalho individual (<i>quizz</i>)	- Apresentação <i>powerpoint</i> - <i>Mentimeter</i> - Plataforma <i>zoom</i>	- Tirar dúvidas, se necessário	Grelha de observação de comportamentos e atitudes
--	--	-----------------------------	--	---	--------------------------------	---

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Módulo 3: Metodologias de formação na área do Tráfico de Seres Humanos

Sessão	Objetivos específicos	Conteúdos	Métodos e Estratégias	Recursos	Atividades dos/as formandos/as	Avaliação
1 3h	1. Identificar métodos promotores da aprendizagem sobre TSH 2. Discutir metodologias de atuação 3. Organizar planos de ação com casos práticos	- TSH - Metodologias de ação	- Expositivo - Interrogativo - Participativo <u>Estratégia:</u> - trabalho de grupo (debate e casos práticos)	Materiais: - Computador - Apresentação <i>powerpoint</i> - Plataforma <i>zoom</i> - Casos práticos	- Participar ativamente na dinâmica - Praticar uma escuta ativa	<i>Feedback</i> imediato Grelha de observação de comportamentos e atitudes
2 3h	1. Relatar o projeto final 2. Classificar o grau de satisfação face à formação	- TSH - Metodologias de ação - Sensibilização	- Expositivo - Interrogativo - Participativo <u>Estratégia:</u> - trabalho individual (apresentação do projeto)	Materiais: - Computador - Plataforma <i>zoom</i>	- Apresentar aos/às restantes colegas o trabalho final - Demonstrar o seu nível de satisfação face à formação	Avaliação sumativa (Questionário de avaliação da satisfação) <i>Feedback</i> imediato

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Apêndice XXII. Grelha de observação da Ação e do público-alvo, enquanto membro de *staff*

Nome da Ação:

Horário/Duração:

Data:

Local:

Número de formandos/as:

Critérios de Avaliação Ação	Níveis				
	Muito insuficiente	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom
Qualidade Técnica da Ação					
Estruturação					
Utilidade					
Qualidade da informação disponibilizada					
Adequação dos conteúdos ao público-alvo					
Adequação do vocabulário ao público-alvo					
Pertinência dos conteúdos abordados					
Cumprimento dos objetivos					
Fluidez e clareza do discurso do/a formador/a					
Qualidade da Intervenção					
Pertinência das atividades desenvolvidas					
Recursos didáticos utilizados					
Originalidade					
Rigor					
Estabelecimento de uma relação de empatia e proximidade com o público-alvo					
Observações:					

Cr�terios de Avalia�o P�blico-alvo	N�veis				
	Muito insuficiente	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom
Participa�o					
Pontualidade					
Motiva�o para aprender					
Interesse em colaborar					
Qualidade das interven�es					
Respeito pela formadora					
Respeito pelos pares					
Dom�nio dos assuntos abordados					
Observa�es:					

Apêndice XXIII. Planificação do cartaz de alerta dos sinais que uma presumível vítima pode ter

Tema	Tráfico de Seres Humanos (TSH)
Subtema	Sinais que uma presumível vítima de TSH pode apresentar
Slogan	Pode estar na sua mão. Seja o motor de arranque para uma boa intervenção!
Data Temática	Dia Europeu de Combate ao TSH
Responsáveis pela produção	Lisandra Lopes (pedagoga) e Iara Espírito Santo (futura psicóloga)
Meio de divulgação	<i>E-mail</i>
Grupo-alvo	Profissionais de saúde e técnicos de ação social
Objetivo geral	Com este cartaz, cada destinatário deve ser capaz de conhecer os indícios de TSH
Aprendizagem Fundamental	Nos seus postos de trabalho, devem ser capazes de identificar possíveis situações deste crime e sinalizá-las às Equipas Multidisciplinares Especializadas (EME)

Calendarização	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/Estratégias	Recursos	Avaliação
18 de outubro de 2020	<ol style="list-style-type: none"> Identificar sinais de alerta Atuar, de forma ativa, na proteção das presumíveis vítimas de TSH Utilizar a linha telefónica das EME para esclarecimentos e/ou para efetuar sinalizações 	<ul style="list-style-type: none"> - Indícios do TSH - Papel das EME - Linha telefónica das EME 	- Expositivo (exposição de conteúdos)	Materiais: <ul style="list-style-type: none"> - <i>Canva</i> - <i>QR Stuff</i> - <i>Freepik</i> 	Avaliação do impacto Questionário de avaliação da satisfação

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Prontamente, expõe-se o cartaz concretizado e a hiperligação de acesso ao mesmo na rede social *facebook* da Rede Regional do Centro:

<https://www.facebook.com/tshcentro/photos/a.625128667628862/2006654409476274>

SINAIS QUE UMA PRESUMÍVEL VÍTIMA DE TSH *pode* APRESENTAR

- Ausência de documentos de identificação ou de viagem**
- Respostas aparentemente instruídas por terceiros**
- Dificuldade em comunicar em português**
- Aparenta estar a ser controlada por alguém**
- Sempre acompanhada por alguém**
- Hematomas ou sinais de agressão física**
- Aparente fuga ao contacto visual**
- Sinais de exaustão, medo, tristeza, ansiedade e/ou desconfiança**
- Nega a ajuda oferecida**
- Tatuagens ou outras marcas que indiquem que é "propriedade" do/a explorador/a**

Caso suspeite que está perante uma vítima de Tráfico de Seres Humanos e/ou pretenda esclarecimentos, **contacte*** uma das cinco **Equipas Multidisciplinares Especializadas!**

PODE ESTAR NA SUA MÃO
Seja o motor de arranque para uma boa intervenção!

Cofinanciado por:

PO ISE 2020
EUROPEAN UNION
CIG
ERE
ADF

* FAÇA A LEITURA DO CÓDIGO QR

Apêndice XXIV. Questionário de avaliação da satisfação do cartaz de sensibilização

O questionário em questão foi disponibilizado a todas as EME através da plataforma *google forms*. O link de acesso é o seguinte:

https://drive.google.com/file/d/1Wyao_WoFowWEVxcgJ-AGsBQzPNuznKvy/view?usp=sharing



Questionário de avaliação da satisfação do cartaz de sensibilização sobre os sinais que uma presumível vítima de Tráfico de Seres Humanos pode apresentar

Este questionário pretende avaliar o cartaz de sensibilização referente aos sinais que uma presumível vítima (PV) de Tráfico de Seres Humanos (TSH) pode apresentar e é destinado a profissionais de saúde e técnicos/as de Ação Social.

Assim, enquanto técnico/a da Associação para o Planeamento da Família, solicita-se a sua colaboração no preenchimento deste questionário. A sua opinião é fundamental para desencadear um processo de melhoria contínua na produção de futuros materiais. As respostas dadas a este questionário são confidenciais, garantindo assim o anonimato.

Agradecemos, desde já, a sua participação.
Lisandra Lopes

*Obrigatório

Apêndice XXV. Análise dos resultados do Questionário de satisfação do cartaz de alerta

O questionário de satisfação realizado foi, maioritariamente, de natureza quantitativa e dividiu-se em cinco partes distintas, tal como espelha a Tabela 6. Concretizando o propósito deste questionário, para a interpretação dos dados alcançados nas quatro primeiras partes, seleccionámos a análise descritiva e para a última recorreremos à técnica de análise de conteúdo. Assim, em seguida, é caracterizado o público-alvo e, posteriormente, damos a conhecer os resultados obtidos.

Tabela 6

Estrutura do Questionário de avaliação da satisfação dirigido às Equipas Multidisciplinares Especializadas

Divisão	Composição do conteúdo	Tipo de resposta
1. ^a parte	4 itens (dados sociodemográficos)	Resposta de opção
2. ^a parte	4 itens (aspetos gerais do cartaz)	Escala de concordância (5 níveis)
3. ^a parte	8 itens (aspetos técnicos e estéticos do cartaz)	Escala de satisfação (5 níveis)
4. ^a parte	4 itens (opinião técnica)	Escala dicotómica (sim/não)
5. ^a parte	2 itens (opinião técnica e sugestões)	Resposta curta

- **Caracterização do público-alvo respondente**

O público respondente (n=13) foi, predominantemente, composto por elementos do sexo feminino (92.3%) e apresentou idades entre os 23 e os 48 anos, moda de 40, mediana de 39 e média de 36.6 anos (dp=8,56), não existindo uma distribuição normal. Este integrou, em grande medida, a faixa etária dos 36-48 (69.2%) e apenas 30.8% da população situou-se entre os 23 e os 35 anos.

Relativamente à ocupação profissional, foi exequível concluir que todos/as pertenciam à área das Ciências Sociais e Humanas, sendo 6 (46.2%) psicólogas, 3 (23.1%) técnicas superiores, 1 (7.7%) educadora social, 1 (7.7%) coordenadora; 1 (7.7%) técnica psicossocial e o restante era assistente social. Geograficamente, averiguámos que apenas não existiu nenhum/a respondente da EME Norte, sendo a maioria (46.2%) da EME Lisboa, Tejo e Sado, seguido da EME Algarve (38.8%). Por outro lado, os/as restantes elementos (7.7%) eram 1 de cada EME restante: Centro, Madeira e Alentejo. Posto isto, a moda é ser psicóloga e pertencer à EME Lisboa, Tejo e Sado.

- **Análise dos resultados quantitativos**

Mediante a análise dos dados obtidos na 2.^a parte do questionário, concretizámos a Tabela 5. Deste modo, para garantir uma compreensão exata da escala que foi aplicada, denotamos que 1 – Discordo totalmente, 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo muito; 5 – Concordo totalmente.

Como reflete a tabela 7, as respostas obtidas foram satisfatórias, uma vez que a média é > 4 ($dp < 0,816$), ou seja, os/as técnicos/as concordaram muito com os aspetos apresentados. A informação relatada e a ausência de respostas equivalentes ao nível 1 e 2, resultou na confirmação do alcance dos objetivos previamente delineados.

Tabela 7

Nível de concordância relativamente a aspetos gerais do cartaz

Itens	Mínimo	Máximo	\bar{x}^*	dp*
O cartaz é apelativo e esclarecedor	3	5	4,00	,816
A linguagem utilizada no cartaz é clara e adequada	3	5	4,31	,751
Este cartaz permite à população em geral conhecer os sinais que uma PV de TSH pode apresentar	3	5	4,31	,751
Este cartaz é uma boa opção para os profissionais de saúde terem impresso nos seus gabinetes e, assim, percecionarem facilmente situações de TSH	3	5	4,23	,725

* \bar{x} = média; dp = desvio padrão

Na terceira parte do questionário, procurou-se avaliar o nível de satisfação (1 – Nada satisfeito; 2 – Pouco satisfeito; 3 – Satisfeito; 4 – Muito satisfeito; 5 – Totalmente satisfeito) a respeito dos aspetos técnicos e estéticos do cartaz materializado. Neste sentido, os dados foram tratados e resultaram na Tabela 8.

Tabela 8

Nível de satisfação em relação a aspetos técnicos e estéticos do cartaz

Itens	Mínimo	Máximo	\bar{x}^*	dp*
Estrutura do cartaz	2	5	4,00	1,0
Qualidade dos conteúdos do cartaz	3	5	4,08	,954

Qualidade visual	2	5	3,77	1,013
Facilidade de leitura	2	5	4,23	1,013
Relação entre os elementos textuais e gráficos	2	5	3,77	1,166
Título do cartaz	2	5	3,92	1,115
Slogan do cartaz	2	5	3,92	1,256
Criação do Código QR	4	5	4,69	,480

* \bar{x} = média; dp = desvio padrão

De imediato, notámos uma discrepância ao nível da satisfação em termos de valores mínimos e máximos, principalmente, em seis dos parâmetros. Numa perspetiva adicional, as respostas relativamente à criação do Código QR foram pontuadas, maioritariamente, nos últimos dois níveis – Muito satisfeito e Totalmente satisfeito –, o que veio salientar a pertinência do mesmo. Ademais, de uma forma geral realçamos que a média deste conjunto de aspetos em momento algum foi inferior a 3.77, aproximando-se bastante do nível de muita satisfação.

Na quarta parte, através de uma escala dicotómica, as figuras profissionais das EME expressaram a sua opinião sobre um conjunto de quatro questões. Assim, depreendemos que: 100% das mesmas reconheceram a importância de recursos informativos para auxiliar a identificação de situações de TSH e consideraram que o Código QR construído foi uma ótima iniciativa para dar acesso direto ao trabalho levado a cabo pelas EME, o que reforçou a média de 4.69 espelhada na Tabela 6. Sob outro ponto de vista, 84.6% sentiram que o cartaz foi um bom contributo para a desocultação do fenómeno, da mesma forma que acreditaram que este provocará um aumento de sinalizações provenientes dos serviços de saúde. Denotamos que os únicos elementos (15.4%) que não partilharam da mesma opinião pertenciam à faixa etária dos 36 aos 48 anos.

Com a análise da última parte do questionário e mediante o recorte, a diferenciação vertical e a comparação horizontal, construímos a matriz conceptual (Tabela 9).

Tabela 9.

Matriz conceptual do Questionário de avaliação da satisfação dos/as técnicos/as das Equipas Multidisciplinares em relação ao cartaz de sensibilização

Categorias	Temas	Unidades de Registo
Contributos	Identificação do TSH	P1.1. “ <u>o conhecimento dos sinais de alerta</u> ” P2.1. “ <u>expõe indicadores e sinais de alerta</u> para profissionais que possam ter contacto direto com estas situações de tráfico” P6.1. “ <u>conhecer os sinais</u> e facilitar encaminhamentos” P7.1. “ <u>facilitar a identificação de possíveis situações de TSH</u> ” P8.1. “ <u>sensibilizar e informar, de forma clara e objetiva, os diferentes públicos para os principais sinais de alerta</u> ” P10.1. “ <u>despertar uma maior atenção para os sinais de alerta</u> ” P11.1. “ <u>listar 10 sinais de TSH</u> ” P13.1. “ <u>conhecimento dos sinais que uma vítima pode ter</u> ”
	Consciencialização do fenómeno	P3.1. “ <u>permitiu uma abordagem do tema</u> ” P4.1. “o principal contributo é a <u>informação clara e disponível do fenómeno no momento exato</u> ” P5.1. “ <u>uma maior consciencialização para o fenómeno do TSH</u> ” P9.1. “ <u>contextualização para este problema e internalização de observações simples que podem ser pertinentes</u> ” P12.1. “ <u>informação/sensibilização/alerta e consciencialização</u> ”
Sugestões	Ideias a implementar	P1.2. “ <u>expor algumas tatuagens que já tenham sido identificadas formalmente no âmbito do TSH, por OPC, por exemplo</u> ” P2.2. “ <u>evitar os elementos distratores do objetivo principal</u> ” P3.2. “ <u>utilizava imagens menos animadas</u> ” P4.2. “graficamente está apelativo por isso <u>não tenho sugestões</u> ” P8.2. “ <u>possível alteração do esquema de cores para mais vivas</u> ” P9.2. “ <u>penso que podia ser acrescentado um contacto</u> ” P10.2. “O QR Code é muito positivo, no entanto, é fundamental <u>fornecer um contacto direto</u> ” P11.2. “simplificar a mensagem, <u>referir apenas vítima e não presumível</u> ” P12.2. “ <u>o slogan devia ter um maior destaque</u> , de resto está muito bem”

Apêndice XXVI. Planificação da atividade Informação Silenciosa

Ação	Atividade de sensibilização e informação
Tema	Tráfico de Seres Humanos (TSH)
Desafio	Como chegar à população de extrema vulnerabilidade?
Data	14 de dezembro de 2020
Local	Centro Municipal de Integração Social
Tempo previsto	1 hora
Dinamizadora responsável	Lisandra Lopes (pedagoga)
Grupo-alvo	População sem abrigo, toxicodependente e ex-reclusa
Objetivo geral	No fim da atividade, o público-alvo deve ser capaz de conhecer o crime de TSH e os serviços de apoio existentes
Aprendizagem Fundamental	Nos seus contextos vulneráveis, devem ser capazes de reconhecer os sinais de TSH e identificarem-se ou identificarem alguém como potencial vítima de TSH, recorrendo de imediato à ajuda disponibilizada no cartão que consta no bolso escondido da bolsa

Ação	Objetivos específicos	Conteúdos	Parcerias/ Intervenientes	Método/ Estratégias	Recursos	Atividade do público-alvo	Avaliação
Atividade Informação Silenciosa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar potenciais situações de TSH na rua 2. Reconhecer a sua vulnerabilidade para o fenómeno do TSH 3. Utilizar a linha telefónica das Equipas 	<ul style="list-style-type: none"> - TSH - Sinais de alerta 	<ul style="list-style-type: none"> - Equipa de Intervenção Direta RAIZ da ANAJovem 	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstrativo 	Materiais: <ul style="list-style-type: none"> - Bolsas - Cartão de sinalização 	O público-alvo deve aceitar a bolsa e explorar a mesma até encontrar o cartão de sinalização	Avaliação do impacto

	Multidisciplinares Especializadas para tirar dúvidas e/ou pedir ajuda						
--	--	--	--	--	--	--	--

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Apêndice XXVII. Entrega das bolsas da atividade Informação Silenciosa



Apêndice XXVIII. Grelha de observação da atividade e dos comportamentos e atitudes do público-alvo da atividade Informação Silenciosa

Grelha de observação da atividade

Critérios de análise Atividade	Níveis				
	Muito insuficiente	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom
Cumprimento dos objetivos previamente definidos					
Cumprimento da planificação da Ação					
Adequação do recurso ao público-alvo					
Pertinência da atividade					
Adequação do local de realização da atividade					
Observações:					

Grelha de observação de comportamentos

Critérios de análise Comportamentos do público-alvo	Níveis				
	Muito insuficiente	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito bom
Cumprimento das regras					
Respeito pela dinamizadora					
Respeito pela técnica					
Respeito pela atividade					
Competências					
Linguagem adequada					
Coerência contextual					
Cooperação					
Interesse pela atividade					
Curiosidade pelo conteúdo da bolsa					

Grelha de observação de atitudes

Critérios de análise Atitudes do público-alvo	Escala				
	Nunca	Raramente	Às vezes	Muitas vezes	Sempre
Reações na entrega da bolsa					
Questionam sobre o “porquê” da bolsa					
Aceitam a bolsa					
Agradecem pela bolsa					
Colocam dúvidas					
Outras observações:					

Apêndice XXIX. Planificação da Ação de sensibilização e informação: Aumenta os teus conhecimentos, diminui os constrangimentos

Ação	Sessão 1 – Aumenta os teus conhecimentos, diminui os constrangimentos
Tema	Educação para a sexualidade e afetos
Data	23 de dezembro de 2020
Local	AKTO – Direitos Humanos e Democracia
Tempo previsto	2 horas
Formadora responsável	Lisandra Lopes (pedagoga)
Grupo-alvo	Presumíveis vítimas jovens do sexo masculino
Pré-requisitos	Vontade de aprender e partilhar conhecimentos
Objetivo geral	No final da sessão, os/as formandos/as devem ser capazes de entender o desenvolvimento da sexualidade
Aprendizagem fundamental	Identificar e valorizar a existência de corpos sexuados e a sua diversidade, tendo em consideração não só as mudanças físicas como também a construção de uma imagem corporal positiva e respeitosa
Tarefa de transferência da aprendizagem fundamental	Os formandos, a partir das várias dinâmicas, devem identificar as diferenças manifestadas durante a puberdade, posicionarem-se face a expressões-chave e conhecerem mitos existentes em torno da sexualidade para, posteriormente, desconstruírem-nos com os/as seus/suas colegas

Etapas da Ação	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/ Estratégias	Recursos	Atividades dos formandos	Avaliação
Início da Ação (10 minutos)	<ol style="list-style-type: none"> Identificar a formadora responsável Definir as cinco regras de um espaço seguro Identificar os conteúdos a abordar na sessão 	<ul style="list-style-type: none"> Nomes dos formandos e formadora Sexualidade Espaço seguro 	<ul style="list-style-type: none"> Expositivo <p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> trabalho individual (dinâmica de quebra-gelo: o meu brasão) 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Folhas impressas Material de escrita Quadro preto Giz 	Os formandos devem apresentar-se e participar na dinâmica de quebra-gelo	<i>Feedback</i> imediato

				- Apresentação em <i>powerpoint</i> - Tela		
Desenrolar da Ação – parte I (25 minutos)	1. Construir o conceito de sexualidade	- Sexualidade	- Participativo <u>Estratégia:</u> - trabalho de grupo (<i>brainstorming</i>)	Materiais: - Quadro preto - Giz de várias cores	Os formandos devem ouvir atenciosamente os/as colegas e participar ativamente na chuva de ideias	<i>Feedback</i> imediato Grelha de observação de comportamentos e atitudes
Desenrolar da Ação – parte II (30 minutos)	1. Especificar as diferenças entre a fisiologia feminina e masculina 2. Identificar o seu ponto de vista face às expressões	- Mudanças corporais - Diversidade e imagem positiva	- Expositivo - Participativo <u>Estratégia:</u> - trabalho de grupo (barómetro de atitudes)	Materiais: - Projetor - Computador - Apresentação em <i>powerpoint</i> - Folhas de papel - Fita cola	Os formandos devem ouvir a formadora e posicionarem-se na sala, mediante o seu ponto de vista face a cada expressão	<i>Feedback</i> imediato Grelha de observação de comportamentos e atitudes
Desenrolar da Ação – parte III (40 minutos)	1. Distinguir a realidade do mito 2. Reajustar as afirmações sobre a sexualidade	- Sexualidade - Mudanças corporais - Puberdade	- Expositivo <u>Estratégia:</u> Trabalho individual (exercício mito/realidade)	Materiais: - Projetor - Computador - Apresentação em <i>powerpoint</i>	Os formandos devem manifestar a sua opinião quanto à veracidade das expressões e dar o seu contributo, caso a considerem um mito	<i>Feedback</i> imediato Grelha de observação de comportamentos e atitudes
Fim da Ação (15 minutos)	1. Identificar futuras temáticas a trabalhar 2. Escrever dúvidas em formato de questão 3. Descrever a Ação numa palavra	- Elogio - Temáticas futuras - Avaliação da ação	- Participativo - Interrogativo <u>Estratégia:</u> trabalho de grupo (dinâmica do chapéu)	Materiais: - Chapéu - Folhas brancas - Material de escrita	Os formandos devem participar na dinâmica, expressando um elogio ao colega do lado e escrevendo na folha em branco uma temática que gostavam de ver abordada e uma apreciação da Ação	<i>Feedback</i> imediato Avaliação da satisfação dos/as formandos relativamente à sessão

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Apêndice XXX. Grelha de observação dos comportamentos e das atitudes da Ação de sensibilização e informação: Aumenta os teus conhecimentos, diminui os constrangimentos

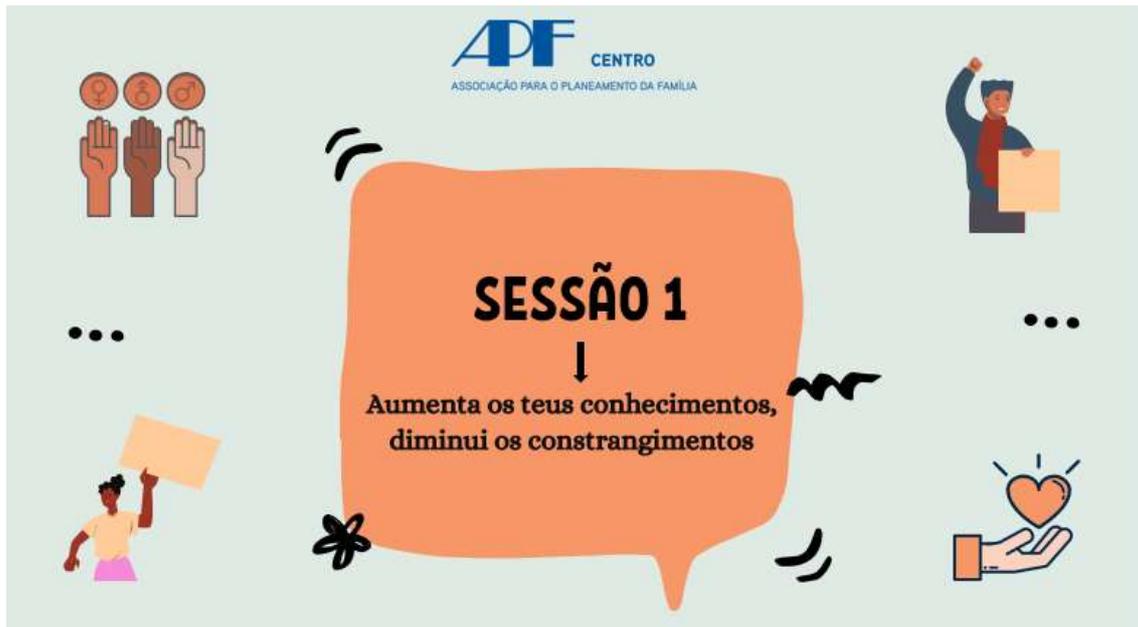
Grelha de observação de comportamentos e atitudes

Critérios de análise Comportamentos e atitudes do público-alvo	Níveis				
	Muito insuficiente	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito bom
Cumprimento das regras					
Respeito pela dinamizadora					
Respeito pela Ação					
Respeito pelos pares					
Competências					
Aplicação de linguagem adequada					
Coerência contextual					
Defesa de pontos de vista					
Escuta ativa					
Cooperação					
Interesse pela atividade					
Participação nas dinâmicas					

Apêndice XXXI. PowerPoint da Ação de sensibilização e informação: Aumenta os teus conhecimentos, diminui os constrangimentos

A apresentação que foi utilizada para auxiliar o discurso ao longo das duas horas de Ação, é acessível através da seguinte hiperligação:

<https://drive.google.com/file/d/1QDDRqGPY0CCGlmXxGBdpUyfwlBajPv4f/view?usp=sharing>



Apêndice XXXII. Planificação da campanha #dizsimàsinalização

Tema	Tráfico de Seres Humanos (TSH)
Subtema	Tipos de exploração
Mensagem-chave	#informe-se #observe #denuncie
Data Temática	Dia Europeu de Combate ao TSH
Responsáveis pela produção	Lisandra Lopes (pedagoga) e Iara Espírito Santo (futura psicóloga)
Meio de divulgação	<i>Facebook e e-mail</i>
Grupo-alvo	Comunidade em geral (jovem, adulta e sénior) e entidades parceiras da Rede Regional do Centro
Objetivo geral	Com esta campanha, cada destinatário deve ser capaz de conhecer o fenómeno do TSH e contribuir para a sua desocultação
Aprendizagem Fundamental	Saber identificar os tipos de exploração presentes nas imagens e reconhecer possíveis situações de TSH no dia a dia das suas vidas quotidianas

Calendarização	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/ Estratégias	Recursos	Atividade do público-alvo	Avaliação
18 de outubro de 2020	<ol style="list-style-type: none"> Identificar tipos de exploração existentes no TSH Ajudar na sinalização de presumíveis vítimas de TSH Reconhecer as situações apresentadas como eventos comuns do dia a dia 	<ul style="list-style-type: none"> - Tipos de exploração - TSH 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo (exposição de conteúdos) - Demonstrativo 	Materiais: <ul style="list-style-type: none"> - <i>Facebook</i> - <i>Microsoft word</i> - <i>Gmail</i> - Imagens ilustrativas - Guião 	O público-alvo deve refletir mediante as questões-chave lançadas em cada publicação e divulgar a campanha, contribuindo, desse modo, para a desocultação do fenómeno	Avaliação do alcance

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Apêndice XXXIII. Guião da campanha #dizsimàsinalização

O guião que auxiliou a concretização da campanha encontra-se no seguinte *link*:

<https://drive.google.com/drive/folders/1tbZzVQ-g-pyeulkYO2TZmTxYgOskbELQ?usp=sharing>

É de notar que o referido guião contém as imagens utilizadas, bem como os textos reflexivos construídos para sensibilizar o público-alvo. Se desejar consultar a campanha na rede social *facebook* da Rede Regional do Centro, aceda através do seguinte *link*:

<https://www.facebook.com/tshcentro/photos/a.625128667628862/1852766434865073>

Apêndice XXXIV. Planificação da campanha Mão Azul

Tema	Tráfico de Seres Humanos (TSH)
Subtema	Causas do TSH, Equipas Multidisciplinares Especializadas (EME), indícios, sinalização e finalidades do TSH
Tipo de campanha	Vídeo de sensibilização e movimento digital
Mensagem-chave	Todos temos o direito de sonhar. <i>Pinta a tua mão de azul, a cor dos sonhos, e ajuda-nos a lutar pelos sonhos de todos/as!</i>
Hashtags	#diadamãozul #lutapeloTSH #EMECentro
Data Temática	Dia Mundial Contra o TSH
Responsáveis pela produção	Lisandra Lopes (pedagoga) e Iara Espírito Santo (futura psicóloga)
Meio(s) de divulgação	<i>Facebook e instagram</i>
Grupo-alvo	Comunidade em geral, usuária das redes sociais <i>facebook e instagram</i>
Colaboradores/as	Atores, atrizes e treinadores de futebol
Objetivo(s) geral(ais)	Com esta campanha, cada destinatário deve ser capaz de desenvolver conhecimentos sobre TSH
Aprendizagem Fundamental	Saber que o TSH é um crime público e, por isso, todos/as devem saber reconhecer os indícios e sinalizar situações

Calendarização	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/ Estratégias	Recursos	Atividade do público-alvo	Avaliação
30 de julho de 2021	<ol style="list-style-type: none"> Identificar as causas, os indícios e as finalidades do TSH Identificar o papel das Equipas Multidisciplinares Especializadas 	<ul style="list-style-type: none"> - TSH: causas, indícios e finalidades - EME 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo (exposição de conteúdos) - Demonstrativo <p><u>Estratégia:</u> Organização de um movimento digital</p>	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Facebook</i> - <i>Instagram</i> - <i>PowerDirector</i> <p>18</p> <ul style="list-style-type: none"> - Guião - <i>Microsoft Word</i> 	<p>O público-alvo deve entender o TSH como um crime grave e participar na campanha da Mão Azul. Nesta, deve descrever o fenómeno numa palavra e dizer uma Ação que faria em consequência disso.</p>	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Avaliação da adesão e do impacto</p>

	<ul style="list-style-type: none"> 3. Definir o TSH numa palavra 4. Reconhecer a prossecução segura dos sonhos como um direito universal 5. Operar sinalizações informadas 6. Reproduzir a ação realizada pelas figuras do vídeo de sensibilização 			<p>Humanos: - Atores, atrizes e treinadores</p>	<p>Em seguida, através de vídeo ou foto, espera-se que partilhe nas redes sociais, colocando os <i>hashtags</i> da campanha</p>	
--	--	--	--	--	---	--

Adaptação de Pinheiro, R. (2010). Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.

Apêndice XXXV. Planificação da campanha #tudecidesoteufuturo

Ação	Vídeo de sensibilização e informação
Tema	Métodos contraceptivos
Data temática	Dia Mundial da Contraceção
Responsáveis pela produção	Lisandra Lopes (pedagoga), Iara Espírito Santo (futura psicóloga) e Dr.ª Marina Cação (psicóloga clínica)
Pessoa/Entidade que solicita	Bayer
Parcerias perspetivadas	Associações de estudantes da zona Centro
Dinâmica utilizada	Sabias que?
Público-alvo	Estudantes universitários das várias regiões de Portugal
Objetivo geral	No fim da visualização do vídeo, o público-alvo deve ser capaz de conhecer os métodos contraceptivos de curta e longa duração
Aprendizagem fundamental	Saber que o único método contraceptivo que previne as infeções sexualmente transmissíveis (IST) é o preservativo (interno e externo) e que é fundamental aconselharem-se junto de um profissional para a seleção do método contraceptivo mais indicado

Calendarização	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/ Estratégias	Recursos	Atividades do grupo-alvo	Avaliação
Junho de 2021	<ol style="list-style-type: none"> Diferenciar os métodos de curta e longa duração Identificar as principais mudanças conducentes a cada método contraceptivo Fazer escolhas conscientes quanto ao método contraceptivo Reconhecer a importância da utilização de métodos contraceptivos para a prevenção de IST 	- Métodos contraceptivos de curta e longa duração	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo - Demonstrativo 	Tecnológicos: <ul style="list-style-type: none"> - Canva - Freepik - Computador - PowerDirector 18 - Papel verde 	O público-alvo deve observar e escutar de forma ativa	Avaliação do impacto

Adaptação de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Apêndice XXXVI. Planificação da campanha #todostemosdireitos

Tema	Tráfico de Seres Humanos (TSH)
Subtema	Sonegação dos Direitos Humanos (DH) das presumíveis vítimas de TSH
Data temática	Dia Europeu de Combate ao TSH
Tipo de campanha	Movimento social
Mensagem-chave	#juntossomosmaisfortes #delutoportodasasvítimasdeTSH #embuscadeDHparatodos
Responsáveis pela produção	Lisandra Lopes (pedagoga)
Meio de divulgação	Facebook, instagram e e-mail
Grupo-alvo	Comunidade universitária da zona Centro
Parcerias	Associações académicas de estudantes da zona Centro
Objetivo geral	Com esta campanha, cada destinatário deve ser capaz de contribuir para a desocultação do fenómeno de TSH
Aprendizagem fundamental	Saber que o TSH é um dos maiores crimes contra a dignidade humana e que a mobilização de esforços é imperativa para o combate deste fenómeno e, conseqüentemente, para a luta pelos Direitos Humanos de todos/as.

Calendarização	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/ Estratégias	Recursos	Atividade do público-alvo	Avaliação
18 de outubro de 2021	<ol style="list-style-type: none"> Identificar o TSH como um crime público Usar o traje académico na marcha negra 	<ul style="list-style-type: none"> - TSH - DH 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo (exposição de conteúdos) - Demonstrativo <p><u>Estratégia:</u></p>	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Facebook - Gmail - Instagram - Traje académico - Cartaz de divulgação - Canva 	O público-alvo deve reconhecer a imensidão de vítimas que diariamente caem nas redes de TSH e fazer parte do movimento social, trajando-se de	Avaliação da adesão e do <i>feedback</i> do público-alvo

	<p>3. Alertar para o facto de qualquer pessoa poder vir a ser vítima de TSH</p> <p>4. Partilhar o cartaz de divulgação nas redes sociais</p>		<p>Organização de uma marcha negra (movimento social)</p>	<p>Humanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Técnicas da Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família - Estudantes universitários/as 	<p>luto académico e ser elemento integrante da marcha negra</p>	
--	--	--	---	---	---	--

Adaptação de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Apêndice XXXVII. Planificação dos módulos temáticos e materiais dos mesmos

Os materiais concretizados ao longo das 38 semanas são possíveis de consultar no *instagram* e no *facebook* do Grupo de Jovens. Aceda a partir das seguintes hiperligações: https://www.instagram.com/grupo_jovens_apfcentro/; <https://www.facebook.com/Grupo-de-Jovens-APFcentro-109511917418958/>. É de notar que na rede social *instagram*, os exercícios de mito/realidade estão também disponíveis para consulta através dos destaques dos *stories* (*ícone* em formato redondo debaixo da informação identificativa do grupo).

Módulo I

Tema	Métodos contraceptivos e infeções sexualmente transmissíveis (IST)
Datas	Meses de setembro e outubro de 2020
Local	<i>Facebook e instagram</i>
Tempo previsto	30 dias
Responsáveis pela produção e partilha de conteúdo	Grupo de Jovens da Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família (APF)
Grupo-alvo	Jovens seguidores/as do <i>facebook</i> e do <i>instagram</i> do Grupo de Jovens da APF Centro
Objetivo geral	No final do módulo, o público-alvo deve ser capaz de conhecer os diferentes métodos contraceptivos e as IST
Aprendizagem fundamental	Aprender a ter relações sexuais seguras e a agir face a um comportamento de risco
Tarefa de transferência da aprendizagem fundamental	O público-alvo deve prestar atenção aos vídeos informativos e responder, diariamente, aos mitos/realidade e exercícios de associação, bem como ler as respetivas respostas

Ação	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/ Estratégias	Recursos	Atividades do público-alvo	Avaliação
1.ª semana “Como me proteger?”	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar os vários métodos contraceptivos e as suas características 2. Diferenciar os métodos contraceptivos 3. Verificar a veracidade das questões 	<ul style="list-style-type: none"> - Métodos Contraceptivos de curta, longa e definitiva duração 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo - Interativo <p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Jogos pedagógico (exercícios de mito/realidade e associação) - Publicações informativas 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Telemóvel - Imagens ilustrativas - Facebook - Instagram - Canva - Freepik 	O público-alvo deve ler e responder aos exercícios propostos	<i>Feedback</i> imediato
2.ª semana “Duche vaginal é solução?”	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concluir sobre a ineficácia do duche vaginal 2. Identificar comportamentos de risco 3. Reunir informação sobre a colocação correta do preservativo interno e externo 4. Verificar a veracidade das questões 	<ul style="list-style-type: none"> - Duche vaginal - Métodos contraceptivos 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo - Interativo <p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Jogo pedagógico (exercício de mito/realidade) - Publicações informativas - Vídeo sobre colocação dos métodos de barreira 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Telemóvel - Imagens ilustrativas - Facebook - Instagram - Canva - Freepik - PowerDirector 18 	O público-alvo deve ler e responder aos exercícios, bem como observar e escutar atentamente os vídeos informativos	<i>Feedback</i> imediato Avaliação processual
3.ª semana “As Infecções sexualmente transmissíveis”	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diferenciar os tipos de IST e as suas causas 2. Identificar métodos seguros para a prática de sexo oral 3. Verificar a veracidade das questões 	<ul style="list-style-type: none"> - Tipos de Infecções - Parceiros/as sexuais - VIH - Sexo oral seguro 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo - Participativo <p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Jogo pedagógico (exercício de mito/realidade) - Vídeo sobre dental dam 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Telemóvel - Imagens ilustrativas - Facebook - Instagram - Canva - Freepik - PowerDirector 18 	O público-alvo deve ler e responder aos exercícios, bem como observar e escutar atentamente os	<i>Feedback</i> imediato Avaliação processual

			- Publicações informativas		vídeos informativos	
4.ª semana “E se tudo correr mal?”	<ol style="list-style-type: none"> 1. Esboçar planos de atuação face a um comportamento de risco 2. Avaliar riscos da ausência de contraceção 3. Verificar as consequências da Profilaxia Pré-Exposição e da Profilaxia Pós-Exposição 4. Verificar a veracidade das questões 5. Expressar <i>feedback</i> face ao módulo temático 	<ul style="list-style-type: none"> - Contraceção de emergência - Testes médicos de IST - Profilaxia Pré e Pós Exposição 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo - Participativo <p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Jogo pedagógico (exercício de mito/realidade) - Publicações informativas 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Telemóvel - Imagens ilustrativas - <i>Facebook</i> - <i>Instagram</i> - <i>Canva</i> - <i>Freepik</i> - <i>Quiz</i> 	O público-alvo deve ler, responder aos exercícios e também ao <i>quizz</i> .	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Avaliação final através do <i>Quizz</i> de avaliação da satisfação</p>

Adaptação de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Módulo II

Tema	Direitos Sexuais e Reprodutivos (DSR)
Datas	Mês de novembro de 2020
Local Tempo previsto	<i>Facebook e instagram</i> 30 dias
Responsáveis pela produção e partilha de conteúdo	Grupo de Jovens da Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família (APF)
Grupo-alvo	Jovens seguidores/as do <i>facebook</i> e do <i>instagram</i> do Grupo de Jovens da APF Centro
Objetivo geral	No final do módulo, o público-alvo deve ser capaz de aumentar o conhecimento sobre os DSR
Aprendizagem fundamental	Aprender sobre as várias temáticas anexas aos DSR
Tarefa de transferência da aprendizagem fundamental	O público-alvo deve prestar atenção às publicações informativas e aos respetivos DSR associados, e responder, diariamente, aos exercícios mito/realidade, lendo as respostas

Ação	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/ Estratégias	Recursos	Atividades do público-alvo	Avaliação
1.ª semana Desejo e prazer sexual	<ol style="list-style-type: none"> Identificar o que é prazer e as fases do ciclo da resposta sexual Verificar a veracidade das questões 	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de Prazer - Fases do ciclo da resposta sexual e humana 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo (exposição de conhecimento) - Interativo <p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Jogo pedagógico (exercícios de mito/realidade) - Publicações informativas 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Telemóvel - Imagens ilustrativas - <i>Facebook</i> - <i>Instagram</i> - <i>Canva</i> - <i>Freepik</i> 	O público-alvo deve ler as publicações e responder aos exercícios mito/realidade	<i>Feedback</i> imediato

<p>2.ª semana</p> <p>Infertilidade</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concluir sobre os métodos que ajudam a combater a infertilidade 2. Identificar os exames de diagnóstico existentes 3. Diferenciar as causas da infertilidade no sexo masculino e feminino 4. Verificar a veracidade das questões 	<p>- Infertilidade em ambos os sexos: definição, causas, exames a realizar e soluções</p>	<p>- Expositivo - Interativo</p> <p><u>Estratégia:</u> - Jogo pedagógico (exercícios de mito/realidade) - Publicações informativas</p>	<p>Materiais: - Telemóvel - Imagens ilustrativas - Facebook - Instagram - Canva - Freepik</p>	<p>O público-alvo deve ler as publicações e responder aos exercícios de mito/realidade</p>	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Avaliação processual</p>
<p>3.ª semana</p> <p>Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Listar os sinais de alerta após a interrupção voluntária da gravidez 2. Identificar os passos de um processo abortivo seguro 3. Solucionar as várias questões-tipo 4. Verificar a veracidade das questões 	<p>- Aborto seguro: onde realizar e quais os direitos, enquanto cidadã estrangeira - Sinais de alarme pós-aborto</p>	<p>- Expositivo - Interativo</p> <p><u>Estratégia:</u> - Jogo pedagógico (exercícios de mito/realidade) - Publicações informativas</p>	<p>Materiais: - Telemóvel - Imagens ilustrativas - Facebook - Instagram - Canva - Freepik</p>	<p>O público-alvo deve ler as publicações e responder aos exercícios de mito/realidade</p>	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Avaliação processual</p>
<p>4.ª semana</p> <p>Resposta sexual humana</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Usar o calendário menstrual 2. Identificar as várias fases do ciclo menstrual 3. Obter conhecimento sobre a virgindade e as suas particularidades 4. Verificar a veracidade das questões 	<p>- Calendário e ciclo menstrual - Ideias para aliviar possíveis dores pré-menstruais - A virgindade: tipos de hímens e resposta a dúvidas frequentes</p>	<p>- Expositivo - Interativo</p> <p><u>Estratégia:</u> - Jogo pedagógico (exercícios de mito/realidade) - Publicações informativas</p>	<p>Materiais: - Telemóvel - Imagens ilustrativas - Facebook - Instagram - Canva - Freepik - Calendário menstrual para uso mensal</p>	<p>O público-alvo deve ler as publicações, responder aos exercícios de mito/realidade e utilizar o calendário menstrual, se assim o entenderem</p>	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Avaliação processual</p>

<p>5.ª semana</p> <p>Violência Sexual e de Género</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Praticar os conselhos de proteção para prevenir agressões 2. Relacionar os principais impactos da violação com a necessidade de procurar ajuda 3. Extrair informação pertinente sobre como superar uma agressão 4. Verificar a veracidade das questões 5. Expressar <i>feedback</i> face ao módulo temático 	<ul style="list-style-type: none"> - Assédio sexual: definição e como agir - Violação: definição, principais impactos e o que fazer - Conselhos de proteção e superação para qualquer tipo de agressão 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo - Interativo <p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Jogo pedagógico (exercícios de mito/realidade) - Publicações informativas 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Telemóvel - Imagens ilustrativas - Facebook - Instagram - Canva - Freepik - Quizz 	<p>O público-alvo deve ler as publicações e responder aos exercícios de mito/realidade</p>	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Avaliação final através do <i>Quizz</i> de avaliação da satisfação</p>
---	--	---	---	--	--	---

Adaptação de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Módulo III

Tema	Identidade de género e orientação sexual
Datas	Mês de fevereiro e março de 2020
Local Tempo previsto	<i>Facebook e instagram</i> 30 dias
Responsáveis pela produção e partilha de conteúdo	Grupo de Jovens da Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família (APF)
Grupo-alvo	Jovens seguidores/as do <i>facebook</i> e <i>instagram</i> do Grupo de Jovens da APF Centro
Objetivo geral	No final do módulo, o público-alvo deve ser capaz de aprender sobre identidade de género e orientação sexual
Aprendizagem fundamental	Compreender as principais características e diferenças entre identidade de género e orientação sexual
Tarefa de transferência da aprendizagem fundamental	O público-alvo deve prestar atenção às publicações informativas e responder, diariamente, ao exercício de mito/realidade, lendo as respostas

Ação	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/ Estratégias	Recursos	Atividades do público-alvo	Avaliação
1.ª semana Conceitos-base	<ol style="list-style-type: none"> Diferenciar sexo e género Identificar os vários tipos de identidade de género Distinguir os vários tipos de orientação sexual Praticar uma linguagem inclusiva 	<ul style="list-style-type: none"> - Sexo vs. género - Identidade e expressão de género - Orientação sexual - Linguagem inclusiva 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo - Interativo <p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Jogo pedagógico (jogo sobre pronomes) - Publicações informativas 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Computador - Telemóvel - Imagens ilustrativas - <i>Facebook</i> - <i>Instagram</i> - <i>Canva</i> 	O público-alvo deve ler as publicações, jogar ao jogo dos pronomes e responder na caixa de perguntas	<i>Feedback</i> imediato
2.ª semana Estereótipos sobre identidade de	<ol style="list-style-type: none"> Identificar o que é um estereótipo Averiguar a aceitabilidade social da mulher lésbica e do homem gay 	<ul style="list-style-type: none"> - Estereótipos - População LGBTIQ+ - Identidade de género 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo - Interativo 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Computador - Telemóvel - Imagens ilustrativas - <i>Facebook</i> 	O público-alvo deve responder aos exercícios de mito/realidade e tirar conclusões sobre os	<i>Feedback</i> imediato Avaliação processual

género e orientação sexual	<ol style="list-style-type: none"> Desmontar estereótipos em torno da orientação sexual e identidade de género Concluir sobre a veracidade das questões 	- Orientação sexual	<u>Estratégia:</u> - Jogo pedagógico (exercícios de mito/realidade) - Testemunhos	- <i>Instagram</i> - <i>Canva</i> - <i>Freepik</i> Humanos: - Jovens da comunidade LGBTIQ+	testemunhos apresentados	
3.ª semana Mudança de sexo e disforia sexual	<ol style="list-style-type: none"> Diferenciar mudança de sexo e mudança de menção de sexo Reconhecer os requisitos para realizar um pedido de menção de sexo Descrever a disforia de género e a forma como se manifesta Verificar a veracidade das questões Reconhecer tratamentos médicos e psicológicos da disforia de género 	- Mudança de sexo - Mudança da menção do sexo - Disforia de género - Variabilidade de género	- Expositivo - Interativo <u>Estratégia:</u> - Jogo pedagógico (exercícios de mito/realidade) - Testemunhos - Publicações informativas	Materiais: - Computador - Telemóvel - Imagens ilustrativas - <i>Facebook</i> - <i>Instagram</i> - <i>Canva</i> - <i>Freepik</i> Humanos: - Jovens e adultos/as da comunidade LGBTIQ+	O público-alvo deve ler as publicações, responder aos exercícios de mito/realidade e conhecer histórias reais de homens e mulheres trans	<i>Feedback</i> imediato Avaliação processual
4.ª semana Desafios que a população LGBTIQ+ encontra na sociedade	<ol style="list-style-type: none"> Identificar o que é uma micro-agressão Obter conhecimento sobre as discriminações mais comuns contra as pessoas LGBTIQ+ Reconhecer os principais desafios das pessoas LGBTIQ+ no acesso à saúde Reunir linhas de apoio 	- Abordagem nos cuidados de saúde - Micro-agressões - Linhas de apoio	Método: - Expositivo - Interativo <u>Estratégia:</u> - Publicações informativas	Materiais: - Computador - Telemóvel - Imagens ilustrativas - <i>Facebook</i> - <i>Instagram</i> - <i>Canva</i> - <i>Freepik</i>	O público-alvo deve ler as publicações, responder ao questionário e usufruir dos serviços disponibilizados, caso haja necessidade para tal	<i>Feedback</i> imediato Avaliação final através do <i>Quiz</i> de avaliação da satisfação

	5. Expressar <i>feedback</i> face ao módulo temático					
--	--	--	--	--	--	--

Adaptação de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Módulo IV

Tema	Dificuldades e disfunções sexuais
Datas	Mês de abril e maio
Local Tempo previsto	<i>Facebook e instagram</i> 30 dias
Responsáveis pela produção e partilha de conteúdo	Grupo de Jovens da Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família (APF)
Grupo-alvo	Jovens seguidores/as do <i>facebook</i> e do <i>instagram</i> do Grupo de Jovens da APF Centro
Objetivo geral	No final do módulo, o público-alvo deve ser capaz de adquirir conhecimentos sobre as diferentes dificuldades e disfunções sexuais femininas e masculinas
Aprendizagem fundamental	Compreender as principais características e diferenças entre os vários tipos de disfunções sexuais, relacionando-as com as dificuldades
Tarefa de transferência da aprendizagem fundamental	O público-alvo deve acompanhar as publicações informativas que vão saindo nas redes sociais e responder, diariamente, aos exercícios de mito/realidade e de associação, de forma a terem uma perceção do seu nível de conhecimento nesta matéria e aprenderem em consequência disso.

Ação	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/ Estratégias	Recursos	Atividades do público-alvo	Avaliação
1.ª semana Dificuldades sexuais mais frequentes nos casais	1. Reconhecer os entraves de uma vida sexual prazerosa 2. Praticar uma conversa aberta com o/a parceiro/a 3. Identificar as preferências sexuais enquanto casal 4. Verificar a veracidade das questões	- Preferências sexuais - Prazer sexual - Abertura para a conversa - Relações sexuais	- Expositivo (exposição de informação) - Interativo <u>Estratégia:</u> - Jogo pedagógico (exercícios de mito/realidade) - Publicações informativas	Materiais: - Telemóvel - Computador - Imagens ilustrativas - Facebook - Instagram - Canva - Freepik	O público-alvo deve ler as publicações e responder aos exercícios de mito/realidade	<i>Feedback</i> imediato
2.ª semana Disfunções sexuais femininas	1. Identificar o que é uma disfunção 2. Concluir sobre as causas físicas e psicológicas das disfunções 3. Diferenciar as disfunções femininas 4. Identificar as soluções existentes para cada disfunção 5. Verificar a veracidade das questões	- Disfunção sexual - Disfunções sexuais femininas de desejo, excitação, orgasmo e dor - Causas psicológicas e físicas	- Expositivo - Interativo <u>Estratégia:</u> - Jogo pedagógico (exercícios de mito/realidade e jogo das disfunções) - Publicações informativas	Materiais: - Telemóvel - Computador - Imagens ilustrativas - Facebook - Instagram - Canva - Freepik	O público-alvo deve ler as publicações e responder aos exercícios de mito/realidade. Deve, ainda, analisar os testemunhos e identificar a disfunção presente	<i>Feedback</i> imediato Avaliação processual
3.ª semana Disfunções sexuais masculinas	1. Distinguir as disfunções masculinas 2. Averiguar as principais causas de cada disfunção sexual 3. Praticar uma autodescoberta 4. Testar dicas de melhoria 5. Verificar a veracidade das questões	- Disfunções sexuais masculinas de desejo, excitação, orgasmo e dor - Causas psicológicas e físicas - Autodescoberta	- Expositivo - Interativo <u>Estratégia:</u> - Jogo pedagógico (exercícios de	Materiais: - Telemóvel - Computador - Imagens ilustrativas - Facebook e instagram - Canva - Freepik	O público-alvo deve ler as publicações e responder aos exercícios de mito/realidade e de associação de conceitos.	<i>Feedback</i> imediato Avaliação processual

			mito/realidade e associação) - Publicações informativas			
4.ª semana Serviços/ Apoios	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar os diferentes apoios existentes 2. Obter ajuda 3. Verificar serviços disponibilizados 4. Expressar <i>feedback</i> face ao módulo temático 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoios existentes - Serviços 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo <p><u>Estratégia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Publicações informativas 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Computador - Imagens ilustrativas - <i>Facebook e instagram</i> - <i>Canva</i> - <i>Freepik</i> 	O público-alvo deve ler as publicações informativas para ficar informado sobre os serviços que existem a nível nacional	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Avaliação final através do <i>Quiz</i> de avaliação da satisfação</p>

Adaptação de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Apêndice XXXVIII. Campanha: Namorar não é consentir

Ação	Vídeo de sensibilização
Tema	Abuso sexual
Meio de divulgação	Rede social <i>instagram</i> e <i>facebook</i>
Responsáveis pela produção	Grupo de Jovens da Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família (APF)
Entidade que solicita	Sexualidade em linha
Grupo-alvo	Seguidores/as das redes sociais do Grupo de Jovens da APF Centro e da Sexualidade em linha
Objetivo geral	No final da visualização do vídeo, o público-alvo deve ser capaz de aumentar a consciência sobre a problemática do abuso sexual
Aprendizagem fundamental	Reconhecer que não é certo uma pessoa não respeitar a vontade da outra e perceber que situações de abuso devem ser reportadas e não silenciadas

Calendarização	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/Estratégias	Recursos	Atividades do grupo-alvo	Avaliação
19 de dezembro de 2020	<ol style="list-style-type: none"> Fazer pedidos de ajuda junto da Sexualidade em linha Identificar os sinais de abuso sexual Reconhecer o abuso sexual como uma prática a denunciar 	<ul style="list-style-type: none"> - Abuso Sexual no namoro - Consentimento 	<ul style="list-style-type: none"> - Informativo - Demonstrativo <p>Técnica: Vídeo</p>	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Canva</i> - <i>Instagram</i> - Computador - <i>PowerDirector 18</i> 	<p>O grupo-alvo deve observar e escutar ativamente, antes de tirar conclusões. Posteriormente, se necessário, deve solicitar ajuda à Sexualidade em linha</p>	<p><i>Feedback</i> da entidade que solicita o vídeo</p> <p>Avaliação do impacto</p>

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

O vídeo referente à presente campanha está disponível a partir das seguintes hiperligações:

https://www.instagram.com/tv/CI_o7atAoS/?utm_medium=copy_link

<https://drive.google.com/file/d/1vF1X68B7tW1C6qb-HUuNUVIY0AwQPw7z/view?usp=sharing>



193 visualizações · Gostos: lisfilipa
grupo_jovens_apfcentro 🚩 Namorar não é consentimento · Lembra-te: tens sempre ajuda disponível!

Contacta a @sexualidadeemlinha , através do número 800 222 003, das 11h às 19h (dias úteis) e das 10h às 17h (aos sábados), para receberes aconselhamento de forma gratuita, anónima e confidencial nas áreas da Saúde sexual e Reprodutiva.

Apêndice XXXIX. Campanha: O que é e o que não é o amor

Ação	Vídeo de sensibilização
Tema	Violência no namoro
Meio de divulgação	Rede social <i>instagram</i> e <i>facebook</i>
Responsáveis pela produção	Grupo de Jovens da Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família (APF)
Pessoa que solicita	Coordenadora nacional dos Grupos de Jovens da APF
Slogan	Não Abraços o Medo, a Obsessão, o Ressentimento e a Opressão. Tu mereces viver sem essa máscara!
Grupo-alvo	Seguidores/as das redes sociais do Grupo de Jovens da APF Centro e da APF Lisboa
Objetivo geral	No final da visualização do vídeo, o público-alvo deve ser capaz de aumentar a sensibilização sobre o que é e não é o amor
Aprendizagem fundamental	Saber que amor não é violência e que existem entidades que ajudam a sair desse tipo de situações

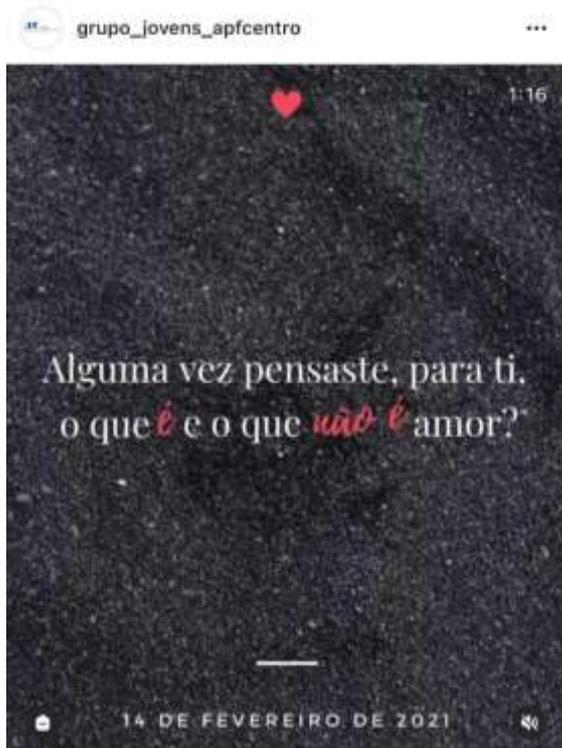
Calendarização	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/ Estratégias	Recursos	Atividades do grupo-alvo	Avaliação
14 de fevereiro de 2021	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reconhecer que qualquer tipo de violência não é amor 2. Identificar o que é o amor 3. Solicitar ajuda à Sexualidade em linha, se necessário 	<ul style="list-style-type: none"> - Namoro - Violência 	<ul style="list-style-type: none"> - Informativo - Demonstrativo <p>Técnica: Vídeo</p>	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Canva</i> - <i>Freepik</i> - <i>Instagram</i> - Computador - <i>PowerDirector 18</i> 	O grupo-alvo deve observar e escutar ativamente, antes de tirar conclusões. Posteriormente, se necessário, deve solicitar ajuda à Sexualidade em linha	<p><i>Feedback</i> da entidade que solicita o vídeo</p> <p>Avaliação do impacto</p>

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

O vídeo que resultou da planificação agora exposta, está disponível nas redes sociais do Grupo de Jovens da APF Centro, sendo possível visualizá-lo através dos seguintes *links*:

https://www.instagram.com/tv/CLRa-WKgXTH/?utm_medium=copy_link

<https://www.facebook.com/iara.espiritosanto/posts/3449336645170432>



354 visualizações · Gostos: a.bea.nobre.z

grupo_jovens_apfcentro Violência no Namoro : Em 2020, a UMAR (@umar_feminismos) realizou um estudo nacional, sobre Violência no Namoro, tendo reunido uma amostra de 4598 jovens (com idade média de 15 anos).

Quando questionados, quanto às formas de violência, estes legitimaram:

- o controlo (28%)
- a perseguição (23%)
- a violência sexual (19%)
- violência psicológica (14%)
- violência física (5%)

⚠ Adicionalmente, 67% da amostra considerou que, pelo menos, um dos comportamentos supramencionados não era considerado violência. Além disso, 58% dos jovens que já namoraram, reportaram já terem sofrido, pelo menos, um desses comportamentos de violência.

Os atos de violência mais aceites foram os seguintes:

- insultar durante uma discussão (25%)
- incomodar/procurar insistentemente (23%)
- Entrar nas redes sociais sem autorização (35%)
- insultar através das redes sociais (17%)
- Pressionar para beijar (29%)
- Empurrar/esbofetear sem deixar marcas (6%)

⚠ Face a estes números preocupantes, gostaríamos de lembrar-te que **NENHUM ATO DE VIOLÊNCIA É LEGÍTIMO** e que, se estiveres a passar por alguma destas situações, não deves compactuar com ela! 🙏🙏🙏

Não Abraças o Medo, a Obsessão, o Ressentimento e a Opressão.

Apêndice XL. Vídeos dos métodos contraceptivos de curta duração

Os vídeos concretizados para exemplificar a colocação correta dos preservativos interno e externo, bem como o referente à construção do dental dam, estão disponíveis nas redes sociais do Grupo de Jovens da APF Centro. De seguida, apresentam-se os *links* de acesso.

- Preservativo interno: https://www.instagram.com/tv/CGxSPwEgZJq/?utm_medium=copy_link
- Preservativo externo: https://www.instagram.com/tv/CGxR9L2A9ff/?utm_medium=copy_link
- Dental dam: https://www.instagram.com/tv/CG7UFTcA8R4/?utm_medium=copy_link



Apêndice XLI. Planificação da Ação de sensibilização e informação sobre *Sexting*

Planificação da Ação	Ação de sensibilização e informação
Tema	<i>Sexting</i>
Datas	25 de novembro de 2020
Local Tempo previsto	Plataforma <i>zoom</i> 1 hora e 30 minutos
Formadores/as responsáveis	Lisandra Lopes (pedagoga) e Iara Espírito Santo (futura psicóloga)
Grupo-alvo	Elementos dos Grupos de Jovens da Associação para o Planeamento da Família (APF)
Pré-requisitos	Acesso à <i>internet</i> e à plataforma <i>zoom</i>
Objetivo geral	No final da Ação, os/as formandos/as devem ser capazes de saber o que é o <i>sexting</i>
Aprendizagem fundamental	Avaliar se devem ou não praticar o <i>sexting</i> e como é que o podem fazer de forma segura
Tarefa de transferência da aprendizagem fundamental	Os/as formandos/as através de um esquema exemplificativo, devem autoquestionar-se, avaliando todas as perguntas que devem ser feitas aquando da decisão do envio. Por outro lado, com base num exercício de escolha múltipla, conseguem perceber se praticavam e/ou praticariam <i>sexting</i> de forma segura.

Ação	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/ Estratégias	Recursos	Atividades do grupo-alvo	Avaliação
Início da Ação: Boas-vindas ao grupo-alvo; apresentação da Ação e dos seus propósitos (5 minutos)	1. Identificar o objetivo 2. Reconhecer a pertinência da Ação	- Objetivo e propósitos da Ação	- Expositivo (exposição de informação)	Materiais: - Computador - Plataforma <i>zoom</i> - Apresentação em <i>powerpoint</i>	O grupo-alvo deve ouvir atentamente as formadoras	<i>Feedback</i> imediato Grelha de observação de

						comportamentos e atitudes
Atividade mito/realidade (15 minutos)	1. Reconhecer a veracidade e a falsidade das expressões	- <i>Sexting</i>	- Participativo <u>Estratégia:</u> - trabalho individual (exercício de mito/realidade)	Materiais: - Computador - Plataforma <i>zoom</i> - Apresentação em <i>powerpoint</i> - Plataforma <i>kahoot</i>	O grupo-alvo deve posicionar-se face a cada expressão, clicando na opção mito ou realidade	<i>Feedback</i> imediato Grelha de observação de comportamentos e atitudes
Parte I da componente teórica (25 minutos)	1. Obter conhecimento sobre o <i>sexting</i> 2. Identificar o que é o <i>revenge porn</i> 3. Distinguir <i>sexting</i> de <i>revenge porn</i> 4. Avaliar a possibilidade de enviar uma <i>nude</i>	- <i>Sexting</i> - <i>Revenge porn</i> - Envio de <i>nude</i> : autoquestões a realizar e riscos associados	- Expositivo (exposição de informação) <u>Estratégia:</u> - trabalho de grupo (debate)	Materiais: - Computador - Plataforma <i>zoom</i> - Apresentação em <i>powerpoint</i>	O grupo-alvo deve ouvir atentamente as formadoras e expor dúvidas, caso as tenha	<i>Feedback</i> imediato Grelha de observação de comportamentos e atitudes
Atividade de escolha múltipla (15 minutos)	1. Selecionar a opção correta de cada questão	- <i>Sexting</i> : limites, riscos e propósito - <i>Revenge porn</i> - Envio de <i>nudes</i> - Comportamento manipulador	- Participativo <u>Estratégia:</u> - trabalho individual (exercício de escolha múltipla)	Materiais: - Computador - Plataforma <i>zoom</i> - Apresentação em <i>powerpoint</i> - Plataforma <i>kahoot</i>	O grupo-alvo deve selecionar a opção correta de cada questão, tendo 30 segundos para cada uma	<i>Feedback</i> imediato Grelha de observação de comportamentos e atitudes
Parte II da componente teórica (25 minutos)	1. Distinguir a prática de <i>sexting</i> segura e insegura	- <i>Sexting</i> seguro e inseguro	- Expositivo (exposição de informação)	Materiais: - Computador - Plataforma <i>zoom</i>	O grupo-alvo deve ouvir atentamente as	<i>Feedback</i> imediato

	<ol style="list-style-type: none"> 2. Reunir informação sobre como praticar <i>sexting</i> de forma segura 3. Reconhecer os procedimentos a realizar em caso de divulgação de uma <i>nude</i> 	- Métodos de denúncia		- Apresentação em <i>powerpoint</i>	formadoras e expor dúvidas, caso existam	Grelha de observação de comportamentos e atitudes
Fim da Ação: Conclusão da sessão e momento para esclarecimentos (5 minutos)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fazer questões 2. Escolher uma palavra que caracterize a Ação 	- Apreciação da Ação	- Expositivo - Interrogativo	Materiais: - Computador - Plataforma <i>zoom</i> - Apresentação em <i>powerpoint</i> - <i>Googleforms</i>	O grupo-alvo deve ouvir atentamente e fazer questões sobre os conteúdos disponibilizados, se necessário.	<i>Feedback</i> imediato Avaliação da satisfação do grupo-alvo

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Apêndice XLII. PowerPoint da Ação de sensibilização e informação sobre Sexting

A apresentação que deu mote à Ação sobre *Sexting* está disponível para consulta, através do *link* disponibilizado, em seguida.

<https://drive.google.com/file/d/1jaFZLBmiMvDnpXdEB4lnFsnxf4wMwXZ2/view?usp=sharing>



Apêndice XLIII. Grelha de observação dos comportamentos e das atitudes do público-alvo da Ação de sensibilização e informação sobre Sexting

Nome da Ação de sensibilização e informação				Ano letivo	
Origem institucional					Data
Número de formandos/as			Sexo	Feminino:	Média de idades
				Masculino:	

	Autonomia	Empenho	Pontualidade	Gestão do tempo	Adesão às atividades	Trabalho em grupo	Utilização correta dos conceitos	Defesa de opiniões	Curiosidade por novos conhecimentos	Respeito pela opinião dos pares	MÉDIA
Formandos/as											
Escala de avaliação: 1 – Insuficiente 2 – Suficiente 3 – Bom 4 – Muito bom											

Questões-chave de Avaliação	
Componente computacional	
Número de elementos que têm as câmaras ligadas (início ao fim)	
Número de elementos que desligam as câmaras durante a ação	
Número de elementos que nunca ligam as câmaras durante a ação	
Número de elementos que abandonam a ação	
Componente teórica	
Número de elementos que expõem dúvidas	
Número de elementos que respondem às questões	
Número de elementos que dão <i>feedback</i>	
Componente prática	
Número de elementos que se envolvem nas atividades	
Número de elementos que se recusam a realizar as atividades	
Componente comportamental	
A/s postura/s mais comum(ns) perante a Ação	
A adesão perante as atividades	

Apêndice XLIV. Planificação do cartaz de divulgação dos serviços da Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família

Tema	Serviços prestados pela Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família (APF)
Responsáveis pela construção	Lisandra Lopes (pedagoga) e Iara Espírito Santo (futura psicóloga)
Meio de divulgação	<i>Facebook</i>
Grupo-alvo	População em geral (jovem, adulta e sénior)
Objetivo geral	Com este cartaz de divulgação, cada destinatário/a deve ser capaz de saber quais são os serviços prestados pela APF Centro
Aprendizagem Fundamental	Conhecer a oferta da APF Centro a vários níveis

Calendarização	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/ Estratégias	Recursos	Avaliação
15 de outubro de 2020	<ol style="list-style-type: none"> 1. Testar as consultas disponibilizadas pela APF Centro 2. Fazer a compra de materiais pedagógicos 3. Relatar os serviços da APF Centro a outras pessoas 	<ul style="list-style-type: none"> - Problemáticas referentes à Sexologia Clínica, Aconselhamento Conjugal e Parental - Materiais pedagógicos da APF 	- Expositivo (exposição de conteúdos)	Materiais: <ul style="list-style-type: none"> - <i>Canva</i> - <i>Freepik</i> - <i>Facebook</i> 	Avaliação do impacto

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

O Cartaz foi partilhado no *facebook* da APF Centro. É possível aceder ao mesmo a partir da hiperligação:

<https://www.facebook.com/APFRegiaoCentro/photos/a.1026615040688456/4308382685844992/>

serviços APF Centro

Sexologia Clínica e Aconselhamento Conjugal

- Desejo sexual diminuído
- Dor durante as relações sexuais
- Dúvidas relacionadas com a sexualidade
- Dificuldades de excitação sexual feminina
- Problemas relacionais/conjugais associados à esfera sexual
- Ejaculação Prematura
- Dificuldades do orgasmo
- Dificuldades eréteis

30 €

Psicologia Clínica

- Hiperatividade e dificuldades de concentração
- Perturbações: do sono; do comportamento alimentar; entre outras
- Sintomas de depressão, pânico, ansiedade e/ou agressividade
- Identidade de género e/ou orientação sexual
- Dificuldades de relacionamento interpessoal e conjugal

30 €

Aconselhamento Parental

- Dificuldades na relação com os filhos
- Treino de competências parentais eficazes
- Dificuldades em lidar com:
 - determinados comportamentos
 - acontecimentos marcantes da vida quotidiana

30 €

Outros Serviços

- Atendimento e Aconselhamento no âmbito da Saúde Sexual e Reprodutiva
- Fornecimento de Métodos Contracetivos de Barreira e Materiais Informativos
- Produção e venda de Materiais Pedagógicos:
 - Pack Pré-Escolar
 - 1.º Ciclo
 - Jovem Adolescente
 - Adolescência
 - + Idades

Gratuito

APF CENTRO
ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO DA FAMÍLIA

Contactos:

- ☎ 912 955 184
- 📧 apfcentrosopo.pt

Apêndice XLV. Planificação dos cartazes de divulgação dos serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva e da oferta formativa

Tema	Serviços prestados pela Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família (APF)
Subtema	Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR)
Responsáveis pela construção	Lisandra Lopes (pedagoga) e Iara Espírito Santo (futura psicóloga)
Meio de divulgação	<i>Facebook</i>
Grupo-alvo	Jovens entre os 15 e os 24 anos
Objetivo geral	Com este cartaz de divulgação, cada destinatário/a deve ser capaz de conhecer o serviço gratuito prestado pela APF Centro
Aprendizagem Fundamental	Saber que existem serviços, de cariz gratuito, para esclarecer dúvidas sobre SSR

Calendarização	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/Estratégias	Recursos	Avaliação
20 de outubro de 2020	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fazer as consultas gratuitas da APF Centro 2. Obter métodos contraceptivos 3. Expor dúvidas 	- SSR (Identidade de género, IST, entre outros)	- Expositivo (exposição de conteúdos)	Materiais: - <i>Canva</i> - <i>Freepik</i> - <i>Facebook</i>	Avaliação do impacto

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

O presente cartaz foi divulgado no *facebook* da APF Centro e pode ser consultado a partir da seguinte hiperligação:

<https://www.facebook.com/APFRegiaoCentro/photos/a.1026615040688456/3985919974757933/>

APF CENTRO
ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

GUARDAS, PARA TI, ALGUMAS DÚVIDAS NO ÂMBITO DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA?

NÃO TE APRISIONES NA TUA NUVEM!

SE TENS ENTRE OS 15 E OS 24 ANOS, CONTACTA-NOS!

Sinto que existe algo errado com o meu corpo

Quando tenho relações sexuais, sinto dor

Julgo que tenho uma Infecção Sexualmente Transmissível

Identifico-me com o género masculino

Preciso de descobrir quem eu sou

Começo a sentir-me diferente

912 955 184
apfcentro@sapo.pt
Edifício Quinta de São Mateus - Rua Palácio da Justiça nº 5 - Fração J 3060-208 Cantanhede

Fornecemos Métodos Contraceptivos de Barreiras Atendimento Gratuito

Tema	Ações realizadas pela Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família (APF)
Responsáveis pela construção	Lisandra Lopes (pedagoga) e Iara Espírito Santo (futura psicóloga)
Meio de divulgação	<i>Facebook</i>
Grupo-alvo	Pais e encarregados de educação; órgãos de polícia criminal; comunidade educativa; técnicos de saúde; docentes; jovens; Câmaras Municipais; escolas e Instituições Particulares de Solidariedade Social
Objetivo geral	Com este cartaz de divulgação, cada destinatário/a deve ser capaz de saber quais os serviços formativos disponibilizados pela APF Centro
Aprendizagem Fundamental	Compreender quais são as temáticas que a APF Centro pode trabalhar nas Ações e, ainda, ter conhecimento sobre a sua abertura da mesma a novas propostas

Calendarização	Objetivos específicos	Conteúdos	Método/Estratégias	Recursos	Avaliação
15 de outubro de 2020	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fazer pedidos de serviços formativos 2. Usar os serviços formativos da APF Centro 3. Discutir dúvidas relacionadas com as Ações 	- Temáticas das Ações	- Expositivo (exposição de conteúdos)	Tecnológicos: - <i>Canva</i> - <i>Freepik</i> - <i>Facebook</i>	Avaliação do impacto

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

O cartaz em questão, à semelhança do anterior, foi publicado na rede social facebook da APF Centro, sendo por isso possível aceder ao mesmo através do link:

<https://www.facebook.com/APFRegiaoCentro/photos/a.1026615040688456/3987320474617883/>

Este cartaz apresenta um funil invertido que aponta para o público-alvo das ações. No topo do funil, sete ícones circulares representam os temas abordados: Saúde Sexual e Reprodutiva, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Educação Sexual, Igualdade de Género, Violência de Género e no Namoro, Tráfico de Seres Humanos e Outros temas a pedido. No centro do funil, o grupo de destinatários é listado. Na base do funil, um cérebro rosa com óculos e uma mão apontando para cima, sobre um livro aberto, simboliza a aprendizagem e a sensibilização.

Saúde Sexual e Reprodutiva

Direitos Sexuais e Reprodutivos

Educação Sexual

Igualdade de Género

Violência de Género e no Namoro

Tráfico de Seres Humanos

Outros temas a pedido

Destinatários

Pais e Encarregados de Educação
Orgãos de Polícia Criminal
Comunidade Educativa
Técnicos de Saúde
Docentes
Jovens
Entre outros

Ações de Formação e Sensibilização

APF CENTRO
ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO DA FAMÍLIA

Preço sob consulta

Contactos:
912 955 184
apfcentro@sapo.pt

Apêndice XLVI. Planificação do Histórias brilhantes: Guia de sugestões de leitura

Recurso	Histórias brilhantes - Guia de sugestões de leitura
Tema	Educação Sexual
Localização prevista	Página <i>online</i> da Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família (APF)
Destino do Recurso	Elemento do <i>kit</i> pedagógico do 1.º, 2.º, 3.º ciclo e ensino secundário
Público-alvo	Professores/as, educadores/as e encarregados/as de educação
Objetivo geral	Com este recurso, o público-alvo deve ser capaz de desenvolver o leque de leituras inclusivas em matéria de sexualidade e identidade de género
Aprendizagem fundamental	Serem capazes de aplicar as leituras mais adequadas a cada momento-chave da criança e/ou jovem

Objetivos específicos	Conteúdos	Método/ Estratégias	Recursos	Avaliação
<ol style="list-style-type: none"> 1. Construir uma cultura literária inclusiva 2. Utilizar a leitura como auxiliadora da comunicação de temáticas <i>tabu</i> 3. Responder às necessidades informativas da criança e/ou jovem 4. Extrair a experiência humana presente na história 5. Averiguar os conhecimentos prévios da criança e/ou jovem sobre o assunto abordado no livro 6. Assegurar que a criança e/ou jovem se posicionam relativamente à história 	<ul style="list-style-type: none"> - Sexualidade - Identidade de Género - Famílias Monoparentais - Puberdade - Descoberta do corpo - Reprodução - Funcionamento do Corpo Humano - Adolescência - Métodos Contracetivos 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo <p><u>Estratégias:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Livros - Manuais 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Canva</i> - <i>Freepik</i> - Página <i>online</i> da APF - Computador 	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Avaliação do número de <i>downloads</i></p>

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Apêndice XLVII. Planificação do Ideias em ação: Guia de dinâmicas de grupo para o 3.º ciclo

Recurso	Ideias em ação - Guia de dinâmicas de grupo para o 3.º ciclo
Tema	Educação Sexual
Localização	Página <i>online</i> da Delegação Centro da Associação para o Planeamento da Família (APF)
Destino do Recurso	Elemento do <i>kit</i> pedagógico do 3.º ciclo
Público-alvo	Professores/as, educadores/as e encarregados/as de educação
Objetivo geral	Com este recurso, o público-alvo deve ser capaz de desenvolver a sexualidade e cada subtema da mesma por via de inúmeras dinâmicas
Aprendizagem fundamental	Serem capazes de conhecer as diferentes dinâmicas de grupo que auxiliam a conversa de temas <i>tabus</i> nas aulas de Educação Sexual

Objetivos específicos	Conteúdos	Método/ Estratégias	Recursos	Avaliação
<ol style="list-style-type: none"> 1. Distinguir as diferentes dinâmicas em virtude das suas finalidades 2. Adaptar a dinâmica ao assunto a abordar com os/as alunos/as 3. Assegurar o treino e a compreensão de determinado assunto 4. Construir um espaço seguro de debate em sala-de-aula 5. Praticar a assertividade na comunicação de determinadas temáticas 6. Fazer dinâmicas promotoras da desinibição dos/as alunos/as 	<ul style="list-style-type: none"> - Sexualidade - Métodos contraceptivos - IST 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo <p><u>Estratégias:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - trabalho de grupo (jogos, <i>role play</i>, debates, estudos de caso, exercícios de associação e mito/realidade, barómetro de atitudes e <i>brainstorming</i>) 	<p>Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Canva</i> - <i>Freepik</i> - Página <i>online</i> da APF - Computador 	<p><i>Feedback</i> imediato</p> <p>Avaliação do número de <i>downloads</i></p>

Adaptado de Pinheiro, R. (2010). *Elementos da matriz de planificação de uma Acção Educativa orientada por objectivos/momentos de Acção.*

Apêndice XLVIII. Calendarização das reuniões de equipa

Mês	Semanas			
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a
Setembro				
Outubro				
Novembro				
Dezembro				
Janeiro				
Fevereiro				
Março				
Abril				
Maió				
Junho				

Apêndice XLIX. Planificação da campanha de sensibilização: A realidade do Tráfico de menores em meio aéreo

Nome da atividade/recurso	Vídeo de consciencialização: A história de Laiane	Passaporte da hospedeira e do comissário de bordo
Objetivos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Consciencializar para o fenómeno do tráfico de menores <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Produzir uma reflexão em torno da importância de conhecer e identificar os indícios de uma presumível vítima 1.2. Identificar a realidade numérica do tráfico de menores 1.3. Praticar uma sinalização de forma eficaz e informada 1.4. Reconhecer os principais apoios relativos ao TSH 	
Destinatários	Passageiros/as e membros da <i>ProFlyAcademy</i>	Hospedeiras, comissários de bordo e membros da <i>ProFlyAcademy</i>
Calendarização	25 de abril de 2022*	25 de abril de 2022*
Duração	1 mês	Indeterminada
Local	Avião da TAP Air e salas da <i>ProFlyAcademy</i>	<i>ProFlyAcademy</i> e TAP Air
Recursos	<p>Materiais: vídeo de Sensibilização</p> <p>Tecnológicos: <i>canva</i>, computador, tela de entretenimento e <i>google forms</i></p> <p>Humanos: dinamizadora Lisandra (pedagoga), Equipa Multidisciplinar Especializada do Centro, TAP Air, passageiros/as e membros da <i>ProFlyAcademy</i></p>	<p>Materiais: passaporte da hospedeira e do comissários de bordo</p> <p>Tecnológicos: <i>canva</i>, computador e <i>google forms</i></p> <p>Humanos: dinamizadora Lisandra (pedagoga), Equipa Multidisciplinar Especializada do Centro, hospedeiras e comissários de bordo da TAP Air e membros da <i>ProFlyAcademy</i></p>
Parcerias	Diretas: companhia aérea TAP Air e <i>ProFlyAcademy</i>	Diretas: companhia aérea TAP Air e <i>ProFlyAcademy</i> Indiretas: centro gráfico MCL
Avaliação	Questionário de avaliação do vídeo a ser preenchido pela equipa TAP Air e pelos membros da <i>ProflyAcademy</i>	Questionário de avaliação do passaporte a ser preenchido pelos membros da <i>ProFlyAcademy</i> e pelas hospedeiras e comissários de bordo

* Foi eleito o dia 25 de abril de 2022 para a realização desta atividade, uma vez que este é considerado o Dia da Liberdade. Perante esse simbolismo, procura-se lutar pela liberdade de todas as crianças e jovens que são vítimas de TSH diariamente.

O esboço do vídeo “A história de Laiane”, encontra-se no seguinte *link*:

https://drive.google.com/file/d/1IVwTISmOAE31JuvW2yzIV_Y61ETImcc/view?usp=sharing

Anexos

Anexo I. Lista de entidades parceiras da Rede Regional do Centro

Distrito	Entidades
Aveiro (15 entidades)	Câmara Municipal de Aveiro
	Instituição Particular de Solidariedade Social Florinhas do Vouga
	Câmara Municipal de Ílhavo
	Centro Social Paroquial da Vera Cruz
	CASCI Reabilitação – Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo
	Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré
	Caritas Diocesana de Aveiro
	Plataforma para a Inovação Social – 4is.
	Fundação CESDA
	Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Águeda)
	Câmara Municipal da Mealhada
	PRAVE – Associação de Promoção de Albergaria-a-Velha
	CERCI AV
	Centro de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Aveiro
	Câmara Municipal de Oliveira do Bairro
Castelo Branco (10 entidades)	Câmara Municipal do Fundão
	Centro Assistencial, Cultural e Formativo do Fundão
	Associação Amato Lusitano
	Câmara Municipal de Castelo Branco
	Cáritas Interparoquial de Castelo Branco
	Exército de Salvação de Castelo Branco
	Santa Casa da Misericórdia da Covilhã
	Instituto Politécnico de Castelo Branco
	CPCJ do Fundão
	Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco
Associação para o Planeamento da Família – Região Centro (APF Centro)	Fundação de Assistência Médica Internacional (AMI)
	Saúde em Português - Associação de Profissionais de Cuidados de Saúde dos Países de Língua Portuguesa
	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – Gabinete de Apoio à Vítima de Coimbra
	Câmara Municipal de Coimbra
	Cáritas Diocesana de Coimbra
	Centro de Acolhimento João Paulo II – CBR

Coimbra (38 entidade)	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação da Figueira da Foz
	Graal
	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras Coimbra
	Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco – Casa Abrigo Padre Américo
	FPCEUC
	Instituto de Apoio à Criança – Fórum Construir Juntos de Coimbra.
	Equipa de Intervenção Social ERGUE-TE
	Casa de Formação Cristã da Rainha Santa
	AKTO
	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Coimbra
	Centro Social da Cova e Gala
	Câmara Municipal da Figueira da Foz
	Plataforma PAJE – Apoio a Jovens (Ex) Acolhidos
	Escola Superior de Educação de Coimbra
	Associação Laços Sem Nós
	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Coimbra
	Instituto Português do Desporto e da Juventude – DR Centro
	Associação Fernão Mendes Pinto
	Fundação ADPF – Centro Social Comunitário Dr. Jaime Ramos
	Instituto Politécnico de Coimbra
	CLAS de Cantanhede
	UMAR Coimbra
	Fundação Portuguesa a Comunidade Contra a Sida - CAOJ
	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação Maiorca
	Rainha Santa Isabel - Cozinha Económica
	Câmara Municipal de Penacova
	CPCJ de Penacova
	Associação Existências
Câmara Municipal de Soure	
Câmara Municipal de Miranda do Corvo	
Centro de Proteção de Crianças e Jovens de Soure	
Guarda (3 entidades)	Município de Seia
	ADM Estrela
	CPCJ de Seia
Leiria (7 entidades)	Amigrante – Associação de Apoio ao Cidadão Migrante
	Mulher Século XXI- Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres
	Município de Leiria

	Instituto Politécnico de Leiria
	Centro de Acolhimento de Leiria
	INPULSAR – Associação para o Desenvolvimento Comunitário
	CPCJ de Pombal
Viseu (11 entidades)	Município de Viseu
	Escola Superior de Saúde de Viseu
	Santa Casa da Misericórdia de Viseu
	CPCJ de Castro Daire
	CPCJ de Mangualde
	CPCJ de Sátão
	CPCJ de Viseu
	CPCJ de São João da Pesqueira
	CPCJ de Mangualde
	Casa do Povo de Abraveses
	Centro Social Jesus Maria José Dominguiso
Porto (1 entidade)	ECPAT

Anexo II. Materiais da Ação de sensibilização e informação: Saúde 100 limites

